



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

DANIELLE LOPES BITTENCOURT

**“O MORRO É DO POVO”: MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE
MOBILIZAÇÃO EM FAVELAS CARIOCAS**

NITERÓI
2012

**Universidade Federal Fluminense
Centro de Estudos Gerais
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em História**

Danielle Lopes Bittencourt

**“O morro é do povo”: memórias e experiências de mobilização
em favelas cariocas**

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense para a Defesa de Dissertação.

Nível Mestrado

Área de concentração: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Laura Antunes Maciel

**Niterói
2012**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

B624 Bittencourt, Danielle Lopes.
“O morro é do povo”: memórias e experiências de mobilização em favelas cariocas / Danielle Lopes Bittencourt. – 2012.
169 f.
Orientador: Laura Antunes Maciel.

Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.
Bibliografia: f. 159-169.

1. Favela. 2. Mobilização popular. 3. Associação de moradores.
4. Memória. 5. Rio de Janeiro (RJ). I. Maciel, Laura Antunes.
II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 307.3364

Danielle Lopes Bittencourt

**“O morro é do povo”: memórias e experiências de mobilização
em favelas cariocas**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Laura Antunes Maciel (Orientadora)
Universidade Federal Fluminense

Profa. Dra. Adriana Facina
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Marcelo Burgos
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Paulo Knauss (suplente)
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Leonardo Pereira (suplente)
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

**Niterói
2012**

Ao meu irmão Jorge Filipe (*in memoriam*)

Agradecimentos

A história deste trabalho começou em casa. Minha tia-avó Jandira, que completa 79 anos no dia em que entrego esta dissertação ao PPGH-UFF (26/07/12), veio para o Rio, em uma data que ela não se lembra mais, depois de anos de trabalho “na roça” na pequena cidade do norte do Espírito Santo, onde nasceu. Chegou ao Rio ainda muito jovem para trabalhar em “casa de família” e enviar dinheiro para quem havia ficado. Mulher negra, corajosa e forte, trouxe os demais: suas irmãs, Odete e Geralda e filhos, e minha mãe, Ideirte (*in memoriam*). Não moraram em favelas, mas vivenciaram, assim como outros trabalhadores pobres, realidades de preconceito e adversidade, mas também de muita disposição para enfrentar a vida em uma terra que não era a sua. Também muito jovem, meu pai, Jorge, saiu do interior do estado do Rio em direção à capital em busca de outros empregos que não os oferecidos nas olarias e fazendas da região. É no encontro destas histórias que me situo para contar as deste trabalho. E são, de Jandi, Deti, Drinha, Tuca, de meu pai minha mãe e de minha irmã, Aline, os meus primeiros e respeitosos agradecimentos por todas as possibilidades. Este trabalho é fruto de todo o trabalho duro que vocês realizaram antes. Agradeço a Deus por ter vocês.

Faço mais uma menção à Nini, minha amada irmã, amiga de toda a vida. Muito, muito obrigada por ouvir as neuras, por se colocar à disposição, por ter estado próximo em tantos momentos. Ajudou na biblioteca, trouxe a impressora, comprou papel, mas, sobretudo, compartilhou todos os sentimentos com generosidade e carinho. Tudo de bom que esse trabalho possa ter também é seu.

Agradeço também a Roberta, irmã que conheci mais tarde, e que esteve comigo desde antes de essa empreitada começar. Pelos livros, pelos ouvidos, pelas dicas, pela “dupla de estudos” que nunca vai pra frente, mas principalmente pela torcida e pelo carinho, muito obrigada. Seu incentivo foi fundamental.

E a tantas amigas e amigos queridos agradeço pelos caminhos que percorremos juntos e pela torcida desde o processo seletivo e/ou apoio nos momentos finais, agradeço com carinho: Mary, Letícia Serafim, Juliana, Vanessa, Ana Paula, Anne, Fabiana, Daniella, Julia, Letícia Zeitone, Karine, Diogo, Gilmar, Fransérgio, Maurinho,

Kátia, Wanda, Socorro, Rogéria, Geisa, Daniel, Carla, Lidiane, Andreza, Leandro, Débora. E também a toda minha família, aqui representada por Maria, Kamilly e Duda. Um carinhoso agradecimento também para Theresa por ajudar na compreensão de tantas questões, pelas discussões sobre o tema e pelo incentivo.

Gostaria de agradecer ainda a tantas lideranças comunitárias pela amizade e companhia durante anos, pelo aprendizado e pela ajuda em diferentes etapas deste trabalho: Nemesse, Zoraide, Aparecida, Renata, Ana Manço, Márcia e ainda a Felipe, Hilton (Bida) e Luiz Bezerra, pelo tempo que dedicaram a me contar suas histórias.

Gostaria de agradecer ainda aos professores da banca examinadora Adriana Facina e Marcelo Burgos pelas importantes contribuições, com indicações de leitura e de organização do texto. E mais um importante agradecimento para minha orientadora, Laura. Os motivos para agradecer vêm desde 2009, quando me recebeu como ouvinte em sua aula e depois aceitou me orientar. Obrigada pelo apoio atento e respeitoso, por me ensinar a conhecer esta disciplina, pelo cuidado com a leitura das várias versões do texto e com meu tempo de aprender.

Resumo

Este trabalho analisa múltiplas experiências de mobilização dos moradores de favelas do Rio de Janeiro na luta contra despejos ou remoções e pelo direito à moradia entre as décadas de 1930-60. Tratadas como “problema urbano”, as favelas foram alvo de políticas e projetos que ameaçaram ou obtiveram sua eliminação física e buscaram deslegitimar ou intervir em formas de organização e resistência autônoma dos moradores. Embasadas e/ou fortalecidas por estudos e pesquisas “técnicos” produzidos por instituições públicas ou privadas e nas definições, conceitos e argumentos que forjaram, estas ações reforçaram ideias de “inadequação” dos moradores à vida urbana e da favela como ameaça política, à beleza, à saúde, à ordem urbana e à segurança pública. Privilegiando documentos produzidos pelos próprios moradores que pudessem demonstrar os sentidos e as formas de compreensão sobre a realidade que viviam, este trabalho buscou dar visibilidade às variadas formas de mobilização e luta em diferentes localidades, mapeando suas ações, suas reivindicações, associações e alianças a fim de compreender como vivenciaram essas experiências e os meios usados para construir a legitimidade de sua permanência nestes espaços da cidade. O trabalho discute ainda diferentes projetos de construção de memória das e em favelas, procurando identificar e analisar quais deles pretendem se constituir como um contraponto à memória oficial e como parte das disputas pela cidade e se, em alguma medida, a lembrança de lutas passadas serve como instrumento e apoio às lutas no presente.

Palavras-chave: Favela; Mobilização popular; Associação de moradores; Memória; Rio de Janeiro (RJ).

Sumário

Introdução	9
Capítulo 1	
“Aos estudiosos e governantes”: as favelas como objeto de conhecimento e intervenção	18
<i>“Em 1940, lá no morro começaram o Recenseamento”</i>	19
Contrastes na “Cidade Maravilhosa”	36
Favela como ameaça latente: da miséria à revolução?	46
Soluções para a precariedade e a insegurança	54
Capítulo 2	
No Catete, nas ruas, nos morros: criando laços e construindo a luta	58
“Discutindo por meios regulares o seu direito”	74
Articulando as lutas entre trabalhadores	88
A União dos Trabalhadores Favelados e “as lutas do povo do Borel”	93
As proposições dos Congressos dos Trabalhadores Favelados	99
Uma nova reivindicação: o fim das arbitrariedades policiais	103
Favelas “retalhadas”	110
Capítulo 3	
E assim a história vai continuar: memórias, aprendizados e pertencimento	117
Construindo contrapontos	123
“Histórias sufocadas”	134
Memórias como notícias	140
Memórias das mobilizações	145
Considerações finais	156
Bibliografia e fontes	159

Introdução

Este trabalho tem como objetivo reconstituir aspectos das mobilizações de moradores de favelas da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, nos anos 1940 a 1960, privilegiando a própria compreensão destes moradores sobre suas ações, sua reivindicações e seus direitos. Como é sabido, estas lutas não dizem respeito apenas às favelas e seus moradores, mas sobre a própria cidade do Rio de Janeiro desde aspectos como seu crescimento em território e população às relações estabelecidas entre poder público e cidadãos ou à própria concepção de cidadania e de cidade.

Como parte da cidade, as favelas se tornaram, muitas vezes, o cenário onde ficavam mais visíveis processos que diziam respeito a todo o Rio de Janeiro e ao país: grilagens de terras, especulação imobiliária, violência policial, migração rural-urbano, insuficiência de políticas habitacionais para a população pobre, desigualdades estruturais. Como diversos autores já salientaram, as favelas não são o único espaço da pobreza urbana, mas lhes foi (e é) atribuído um lugar central nesta questão.

Na “Cidade Maravilhosa”, muitos fatores contribuíram para o aprofundamento da desigualdade social e econômica entre seus bairros: a distribuição de serviços e políticas públicas, as concepções sobre um determinado padrão de beleza urbana, a permissividade em relação a autoritarismos e violências em nome da “saúde pública” e da “segurança”. Embora, durante muitas décadas sem acesso aos serviços básicos que caracterizariam os “bairros”, as favelas, dependendo de sua localização, representaram um empecilho a uma lógica de hierarquização espacial, que classifica e divide a cidade entre áreas “nobres” e as demais. Contribuíram para que a população pobre não fosse confinada apenas aos “subúrbios” e regiões operárias que lhe estariam “naturalmente” destinados, uma vez que não poderia pagar pela moradia em áreas “valorizadas”. Essas diferenças entre as áreas da cidade serão fundamentais para o esboço das primeiras tentativas de elaboração de uma definição oficial para estes espaços.

A “incômoda” localização das favelas nas áreas destinadas às classes médias e ricas contribuíam ainda para intensificar o contraste entre a “opulência” e a “miséria”, gerando o temor de que essa proximidade despertasse “revoltas” e confrontos. No entanto, a proximidade entre favelas e vizinhanças mais ricas foi mantida não só em função da incapacidade de se gerar respostas mais estruturais para a falta de moradia popular e transporte urbano ou pelos baixos salários, mas também pelas estratégias de

sobrevivência e de luta desenvolvidas pela população pobre na perspectiva da busca por seus direitos, entre os quais o direito à moradia e o direito à cidade. Havia muito que defender – moradia, trabalho, laços de vizinhança, inviolabilidade do lar – e muito a reivindicar – escolas para as crianças, saúde, acesso à água e à luz elétrica, obras de saneamento básico – e assim muitos moradores de favelas empreenderam lutas sociais, frequentemente invisíveis na construção de histórias e memórias sobre as favelas.

É a estas questões que este trabalho se dedica, na tentativa de reconstituir múltiplas mobilizações e reivindicações, para registrar apelos, negociações e ações, indicando conquistas e fracassos. Busca conhecer as experiências dos moradores na organização destas lutas, travadas das mais diversas formas: redação e o envio de telegramas e abaixo-assinados para autoridades pleiteando auxílio, proteção e melhorias organização de associações ou comissões de moradores; formação de alianças com integrantes de partidos políticos e movimentos sociais e realização de congressos com representantes de diversas favelas.

Em geral, os estudos sobre a história dos movimentos de favelados ou do associativismo nas favelas da cidade do Rio de Janeiro identificam o ano de 1945 como um marco do início do processo de mobilização de seus moradores, com a formação das primeiras comissões de moradores nos morros do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, localizados na zona sul da cidade, em uma tentativa dos moradores de evitar a transferência para os Parques Proletários Provisórios, uma política instituída três anos antes pela Prefeitura do Distrito Federal para “acabar com as favelas”.¹ Por esse motivo, 1945 foi escolhido como um marco para a periodização das mobilizações dos moradores de favelas no projeto de pesquisa elaborado para a seleção no PPGH-UFF em 2009 porque surgia como uma referência mais precisa destas mobilizações.

No entanto, iniciada a pesquisa e com a realização de outras leituras sobre a organização e mobilização de moradores das favelas do Rio de Janeiro, foi possível constatar a formação, ainda na década de 1930, de outras comissões de moradores igualmente envolvidas na defesa da “permanência em nossos lares”, como escreveram, em 1934, moradores do morro do Santo Antônio (centro do Rio), em um abaixo-assinado encaminhado a Getúlio Vargas. Embora não nomeassem a si mesmos como

¹FORTUNA, Affonso; FORTUNA, João Paulo. Associativismo na favela. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v.8, nº 4, out./dez. 1974. LIMA, Nísia Trindade. *O movimento de favelados do Rio de Janeiro: políticas de Estado e lutas sociais (1954-1973)*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1989.

uma “comissão”, os três signatários do texto diziam falar em nome dos moradores do morro e obtiveram as assinaturas de outras 67 pessoas.²

Também organizados em uma comissão – desta vez nomeada como tal – e ameaçados por uma “inédita ordem de despejo coletiva”³, os moradores do morro de São Carlos (zona central da cidade) visitaram, em 1933, a redação do jornal *Diário de Notícias* para dar sua versão sobre a propriedade do terreno do morro. O caso alcançou destaque na imprensa e envolveu disputas judiciais com uma vitória parcial dos moradores que conseguiram comprovar que a certidão do suposto dono do terreno era falsa. Ainda em 1933, outros moradores da mesma favela já haviam entrado em contato com o então prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, reivindicando melhoramentos para a localidade. Em 1937, o *Diário de Notícias* voltou a publicar uma notícia informando que os moradores do São Carlos “estavam estruturando a Sociedade dos Trabalhadores Humildes do Morro de São Carlos ‘para melhor defender seus direitos’”.⁴

Em 1936, “uma comissão representando todos os moradores do Morro da Mangueira” (zona norte), que já havia tido um contato anterior com o presidente Getúlio Vargas, conforme os integrantes da comissão informaram em seu texto, enviaram um telegrama ao Palácio do Catete para relatar a continuidade das ações de grileiros que disputavam o terreno da favela.⁵

Apesar da diversidade dessas experiências de mobilização, o que todas têm em comum é serem anteriores ao período considerado um marco do início das mobilizações em favelas e a fragmentação dos registros documentais produzidos durante essas lutas e que poderiam contribuir para a compreensão dos processos referentes às ações, articulações e, ao final, a permanência ou não dos moradores em cada localidade. O interesse, neste momento, é chamar a atenção para dois aspectos: a continuidade das situações de insegurança em que viviam os moradores das favelas da cidade no início do século XX (uma precariedade que vinha desde o século XIX e que rompe o século XX) e a possibilidade de recuar, pelo menos uma década, para contar a história das iniciativas de mobilização dos moradores de favelas do então Distrito Federal.

² *Abaixo-assinado de moradores do Morro de Santo Antônio*, 07/08/1934. Arquivo Nacional. Fundo da Secretaria da Presidência da República. Caixa 33.

³ SILVA, Maria Lais Pereira da. *Favelas cariocas, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 118.

⁴ *Idem*, p. 119-120.

⁵ *Telegrama dos moradores da Mangueira a Vargas, janeiro de 1936*. Arquivo Nacional. Fundo da Secretaria da Presidência da República/Ministério da Fazenda. Caixa 36.

Os moradores do Santo Antônio, da Mangueira e do São Carlos desejavam justiça e atenção para sua necessidade e vontade de permanecer nos terrenos e barracos onde haviam encontrado *solução* para problemas como a carência de habitações populares, a alta dos aluguéis e a precariedade do sistema de transporte público na cidade do Rio de Janeiro. Também apontavam para outro grave problema: a ação, por vezes muito violenta, de grileiros nas terras ocupadas por favelas.

Assim, desde a década de 1930, moradores de favelas movimentavam-se pela cidade buscando resolver disputas que ameaçavam sua permanência nessas localidades. Organizados em comissões, visitaram jornais, recorreram às autoridades públicas por meio de abaixo-assinados e buscaram no aparato judicial “defender por meios regulares seu direito”. Apesar disso, no final dos anos 1950, a capacidade associativa dos moradores de favelas ainda era questionada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos de Mercado (IPEME), que tinha como principal objetivo subsidiar as “classes dirigentes do país” na resolução do que era considerado um grave problema para a cidade: as favelas. “Os favelados mostram-se, em geral, refratários à associação, mesmo para a defesa de seus interesses. É o individualismo e a instabilidade social que se refletem em todos os aspectos de sua vida.”, defendia o instituto em uma de suas publicações.⁶ Nos textos, o IPEME avaliava ainda que outra importante ameaça à sociedade era que os favelados, tidos como incapazes de discriminar ideias, estavam se aproximando de doutrinas “exóticas” (comunistas), que, embora não compreendessem muito bem, poderiam ser prejudiciais ao incentivar a formação da consciência da desigualdade diante da proximidade da miséria com o luxo da cidade.

Os argumentos do IPEME não apresentavam nenhuma novidade. Às mobilizações da população pobre já haviam sido atribuídas, no início do século XX, expressões como “moléstias evitáveis” e “triste solidariedade”. O que o IPEME fazia, mais uma vez, era disseminar o temor pelas “hordas fanatizadas e histéricas, levadas por agitadores”, utilizando dados estatísticos para sustentar uma suposta objetividade nas decisões que recomendava. Mesmo trabalhos que procuraram, poucos anos depois, mais isenção na sua condução, mantiveram referências negativas às lutas e ao comportamento político dos moradores de favela. Por um lado, esses trabalhos defendiam uma suposta inabilidade de organização dos favelados; quando esta acontecia, a crítica se detinha sobre a incapacidade de discernimento de ideias, de formação de alianças e de ação. Na

⁶ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS DE MERCADO. *A vida mental dos favelados do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: IPEME, 1958, p. 14.

maioria dos casos, pairava o temor de uma aproximação – que, de fato, acontecia em algumas localidades – com o Partido Comunista Brasileiro, uma justificativa, que somada à discussão sobre a legitimidade das alianças, foi utilizada para as tentativas de controle de associações e moradores.

Mas como entender a luta dos moradores? Além da situação concreta de ameaça de despejo ou de remoção, com o que mais esses moradores lidaram na sua tentativa de “permanecer em seus lares”? Imagens – marcadamente negativas – sobre as favelas e seus moradores acompanharam as trajetórias destes espaços da cidade do Rio de Janeiro. Por meio destas concepções, até mesmo o pertencimento destas áreas à cidade foi questionado: uma “não cidade”, com moradores com características rurais, focos de marginalidade, entre outros pré-conceitos e valores acompanharam/justificaram iniciativas autoritárias, ações de partidos políticos, igrejas, instituições de pesquisa, polícia e órgãos de saúde e assistência social. Muitos trabalhos já foram escritos sobre a construção destas imagens relativas às favelas e aos favelados e seus achados podem ajudar a situar a luta dos moradores por suas casas, pelo seu pertencimento à cidade.

Como parte desta discussão, gostaria de explicar a utilização da palavra “favelado” neste texto, considerando que as palavras desempenham um papel central nestas disputas pela construção de memórias e formas de compreender e agir sobre a realidade. Como a atribuição de nomenclaturas sempre envolve uma relação de poder, o termo “favelado” foi e continua sendo usado pejorativamente para se referir não só aos moradores de favelas, mas aos que se comportam supostamente como os residentes nestes espaços, reforçando estigmas como falta de adaptação à vida urbana, de educação, de higiene etc. Em boa parte do período em estudo, os moradores de favelas se referiram a eles mesmos – assumindo o termo que as elites utilizavam? Reconhecendo a especificidade de seu local de moradia? – como *favelados*. Acrescentaram, em uma experiência de organização bastante importante, a também muito significativa palavra “trabalhador”.

Assim, houve quem se intitulasse “trabalhadores humildes”, “trabalhadores favelados”, “brasileiros pobres” ou apenas favelados. Nesta discussão, ainda muito atual e sem conclusões à vista, justifico minha opção de utilizar os termos pelos quais os moradores se nomearam, o que contribuiu, no meu próprio processo de escrita, para refletir sobre os processos de ressignificação dessa palavra no embate político e simbólico em que ainda hoje está inserida. É significativo, neste aspecto, que um dos movimentos realizados por alguns moradores tenha sido a troca do nome de algumas

favelas ameaçadas. Assim, o Morro do Turano – batizado com o sobrenome do grileiro das terras – passaria a ser chamado, em algumas ocasiões, de “Morro da Liberdade”; uma mudança também adotada por alguns residentes no Morro do Borel ou no Morro do Sereno. A proposta, ao que parece, nunca teve tanta força e a nova nomenclatura se perdeu, mas o esforço representa uma tentativa de assumir um lugar fora da referência atribuída por uma parcela da sociedade a estas pessoas e seus locais de moradia, construindo uma referência própria, reafirmando a legitimidade da ocupação daquele espaço.

Ao pensar sobre o uso de “favelado”, reflito também sobre o significado que gostaria que este trabalho tivesse: o de contribuir, entre tantas outras iniciativas já realizadas, para a visibilidade de práticas e de lutas sociais tantas vezes silenciadas, estigmatizadas ou minimizadas. Este trabalho buscou, na medida do possível, conhecer o que os moradores de favelas – reunidos em associações ou não – construíram como memória ou deixaram como registro sobre o que fizeram ou disseram naquele tempo de muitas ameaças. Fundamentalmente, procurei pensar sobre as experiências diversas de organização de favelados a partir dos sentidos que eles próprios atribuíram a elas. Partindo dessa compreensão, defini parte do título desta dissertação: “O morro é do povo!”. Foi assim que uma antiga moradora do Morro do Pasmado, identificada como d. Maria, declarou a um repórter do jornal *Imprensa Popular* – sobre o qual falaremos no segundo capítulo – sua clareza acerca das pressões que os moradores de favelas sofriam naquele ano de 1955 e sua intenção e necessidade de defender o que havia construído.

Desta forma, as questões discutidas neste trabalho dizem respeito às diversas experiências em que, apelando um *favor* às autoridades ou pleiteando seus *direitos*, os moradores se organizaram para garantir a possibilidade de continuar a viver nas favelas. Procurando dar visibilidade aos argumentos, aos valores e à compreensão dos moradores sobre estas lutas⁷, pesquisei jornais do período, relatórios e documentos de órgãos que atuaram nas favelas, realizei três entrevistas com moradores e, sobretudo, busquei localizar documentos produzidos pelas organizações de favelados.

⁷ É importante destacar que as reivindicações tratadas por este trabalho estão relacionadas, principalmente, à luta pela moradia. Obviamente, os moradores de favela estiveram (estão) presentes em outros espaços, inserindo-se em outras lutas, conjugando pautas em outros movimentos sociais e essas articulações devem ter se fortalecido mutuamente. Nos anos 1960, muitos moradores de favela e suas associações foram perseguidos pelo regime militar por terem tomado parte em manifestações e movimentos contra a ditadura. Nos anos 1950, a luta contra a carestia reunia trabalhadores das mais diversas condições sociais e locais de residência. Também estão de fora desta análise outras formas de vida associativa nas favelas, como escolas de samba, associações religiosas, clubes, etc.

Na trajetória da pesquisa, me deparei com uma considerável produção documental, censos, levantamentos, e pesquisas qualitativas sobre as favelas, concentrados, principalmente, no período entre 1948 e 1958. Em comum, estes trabalhos tiveram a perspectiva de construir parâmetros de definição e delimitação destes espaços, na quase totalidade das vezes com a perspectiva de traçar soluções para sua extinção. Muitos faziam menção ainda à “ofensiva” comunista nas favelas, o uso destes espaços como “currais eleitorais” e, por vezes, mencionavam a opressão dos moradores por grileiros ou exploradores de aluguéis. Estes temas foram se apresentando como questões importantes para entender o contexto de reivindicações e experiências de mobilização empreendidas pelos moradores de favelas.

As movimentações dos moradores na busca para permanecer nas favelas acompanharam os momentos em que cada localidade (ou várias delas) esteve mais pressionada: os conflitos entre falsos proprietários e os moradores desde, pelo menos, o início dos anos 1930, motivaram a luta contra os despejos em diversas favelas; as ameaças de remoção efetivadas pelos governos intensificaram-se a partir dos anos 1950, gerando a formação de associações e o estabelecimento de articulações entre as diversas favelas.

O primeiro capítulo ““Aos estudiosos e governantes”: as favelas como objeto de conhecimento e intervenção” busca, desta forma, entender as relações que justificaram a produção de uma série de diagnósticos e pesquisas *sobre* as favelas e os favelados na tentativa de compreender que realidades emergem a partir desses discursos e documentos produzidos a respeito desses espaços. Procurei identificar seus objetivos e propostas de ação e, sobretudo, perceber a força e a continuidade das ideias, conceitos e conhecimentos que produziram sobre as favelas. Com que fins tantas instituições passaram a produzir conhecimentos e atuar nas favelas? O que, do que produziram, permanece ainda hoje como forma de olhar e perceber as favelas?

Os estudos e análises tentavam construir um lugar de legitimidade e autoridade para que determinados atores sociais pudessem falar e propor planos sobre as favelas, produzindo também conceitos que ofereciam respostas supostamente mais adequadas para as questões consideradas realmente problemáticas: a inversão da lógica da hierarquização espacial, a influência de políticos nos processos de organização, a presença de uma população pobre e negra em determinadas áreas. Os poucos estudos que se detiveram sobre aspectos da organização dos moradores o fizeram para apontar o que precisaria ser controlado e, frequentemente, o associativismo foi tratado como

inexistente, frágil ou altamente suscetível aos “demagogos”. Os esparsos e fragmentados registros que produziram acerca das mobilizações e reivindicações dos moradores de favelas são o ponto de partida para traçar alguns caminhos para compreender sua atuação e suas percepções ao longo destes anos.

No segundo capítulo, “No Catete, nas ruas, nos morros: criando laços e construindo a luta”, busco fazer um mapeamento de iniciativas, alianças, formas de lutar e demandas, acompanhando alguns momentos significativos que surgem a partir destas lutas. Tive o objetivo, sobretudo, de realçar os contrastes entre o que se disse sobre a capacidade de organização dos moradores de favelas e o que realmente eles fizeram ou tentaram. Por fim, tentei fazer vir à tona alguns dos instrumentos e práticas de controle efetivados sobre as mobilizações e associações o que, acima de tudo, ilustra o temor causado pela capacidade e pelo alcance de organização, algo insistentemente negado ou desqualificado por meio de tantas pesquisas e análises “científicas”.

A experiência do morar na favela, as lembranças das mobilizações e das lutas, as iniciativas de diferentes instituições para registrar e preservar estas memórias – e os motivos para fazê-lo – são os temas do terceiro capítulo, “E assim a história vai continuar: memórias, aprendizados e pertencimento”. O capítulo se dedica a compreender quais os sentidos de algumas destas iniciativas sobre a memória das favelas e qual relação elas estabelecem com estas lutas. Busquei discutir também os motivos pelos quais uma mobilização que me parece tão intensa não ter sobrevivido através de registros documentais, discutindo as disputas em torno da memória e de ações deliberadas de apagamento dessas muitas memórias de luta dos moradores de favela.

Finalmente, gostaria de falar sobre meu interesse na escolha deste tema. Por mais de 10 anos, estive envolvida em uma experiência direta de colaboração com associações de moradores ou de mulheres, grupos culturais e moradores de favelas, conjuntos habitacionais ou comunidades pobres do Rio de Janeiro e Região Metropolitana, por meio da atuação – primeiro como assessora de comunicação depois como integrante da equipe de assessoria técnica – na organização não-governamental Centro de Promoção da Saúde (CEDAPS), com sede no Rio de Janeiro. Nesta aproximação com os moradores de favelas, entrei em contato com inúmeras questões relacionadas às dificuldades de mobilização, ao esvaziamento e aos conflitos nas associações, mas também com muitas histórias sobre o início das ocupações, a migração de muitas dessas pessoas para o Rio e seu envolvimento com trabalhos comunitários.

A heterogeneidade das vivências e das formas de ver o mundo pouco correspondia ao que é veiculado, por exemplo, pela imprensa da cidade. Essa discrepância, sempre motivo de debates no cotidiano do trabalho, nos fazia voltar para as boas iniciativas, para as conquistas, para as histórias de luta e de aprendizado. Acreditava que conhecendo outras experiências de mobilização poderia entender um pouco melhor o que estava diante de mim. Meu interesse e minha concepção sobre essas histórias me conduziram a este trabalho.

Capítulo 1

“Aos estudiosos e governantes”: as favelas como objeto de conhecimento e intervenção

Aqui, naquele tempo, poucas casas eram de tijolo. Tinha umas 10 casas que seria de tijolo, assim tijolo sem embolso, reboco, sem nada. O resto era tudo madeira, zinco, compensado, de estuque, pau a pique que se chama. Quando eu vim morar aqui com meu pai, quando meu pai veio pra cá, a gente veio morar na rua São Jorge.(...) Lá não tinha nome ainda a rua. Meu pai que botou nome de rua São Jorge. Era devoto de São Jorge. (...) Então tavam derrubando as casas ali pra passar a Avenida Brasil. Aí, conclusão, o pessoal ia lá pegava aqueles tijolo, que tava demolindo, apanha aquelas madeira pra formar aqui a Barreira do Vasco. A gente apanhava aquelas coisas do entulho, madeira, chapa, telha, trazia pra cá pra fazer as casas. Hilton Ferreira (Bida)⁸

Essas são algumas das lembranças de Hilton Ferreira, o Bida, ao chegar com seu pai na Barreira do Vasco, vindos da favela da Mangueira, em 1945 – ano em que as favelas do então Distrito Federal já eram consideradas, há décadas, um “problema”. Não que houvesse diferenças importantes entre os barracos, tidos como um dos referenciais para se definir as favelas, e muitas moradias existentes em outras partes da cidade. Restos de madeira, taipa, latão, zinco, papelão etc constituíam os únicos recursos de muitos brasileiros pobres para erguer casas e não somente no Rio de Janeiro.

Os dados oficiais só faziam confirmar essa realidade. Segundo o Censo Demográfico de 1940, somente 32,17% das “unidades prediais” do país eram de alvenaria; as de madeira, taipa ou sapê representavam 65, 21%. Das nove milhões de casas existentes no Brasil do período, apenas 14,85% possuíam iluminação elétrica; 13,15% instalações sanitárias; 11,60%, água encanada; e 6,29% banheiros.⁹ Em 1933, a Estatística Predial do Distrito Federal, levantamento organizado pelo Departamento de Estatística e Publicidade do Governo metropolitano, encontrou 57.889 “habitações rústicas” formadas por casebres, galpões, casas de madeira e barracões concentradas na periferia da cidade, “localizando-se uma parte mínima nos morros”. Vinte anos depois, a análise do Serviço Nacional de Recenseamento afirmou que:

Nenhuma diferença essencial separava [em 1933] os casebres dos morros dos demais casebres. Eram todas habitações igualmente rústicas, igualmente pobres e desconfortáveis. A denominação popular de favela não teria, pois, surgido da diferenciação entre o tipo arquitetônico das vivendas

⁸ Entrevista concedida por Hilton Ferreira à autora, na Barreira do Vasco, Rio de Janeiro, em 15/10/2011.

⁹ GUIMARÃES, Alberto Passos. *As favelas do Distrito Federal e o censo demográfico de 1950*. Documentos Censitários – Série C, nº9. Rio de Janeiro, IBGE, 1953, p.9.

dos morros, mas do conjunto de condições que a caracterizaram, entre estas, notadamente, o aspecto típico de seu grupamento desordenado e denso.¹⁰

Apesar de tantos aspectos em comum entre as habitações das favelas e as demais moradias pobres na cidade, estava se constituindo um parâmetro para diferenciá-las. O documento do Serviço Nacional de Recenseamento, mencionado anteriormente, não foi o primeiro. Este capítulo irá acompanhar parte desta produção de conhecimento sobre estas localidades e seus moradores, realizada por técnicos e funcionários de diferentes órgãos em censos, estudos, enquetes, entrevistas e relatórios, procurando identificar as razões e condições de produção desses documentos e como eles constituíram conceitos, discursos e imagens sobre as favelas. Procuro perceber as mudanças e continuidades na forma de se relacionar com estes espaços e, principalmente, sentidos e percepções construídos com base nessas informações e nas interpretações elaboradas a partir deles.

Esses estudos constituíram não apenas um campo de atuação para os pesquisadores, mas também responderam a demandas específicas e/ou legitimaram propostas de intervenção concreta, que, na maioria das vezes, procuravam determinar a eliminação destes espaços. Como a tarefa remocionista nem sempre foi possível, se impôs a muitos destes estudos a formulação de outras proposições para questões que também exigiam intervenção imediata, por exemplo, a capacidade de mobilização e formação alianças pelos moradores de favelas.

Este capítulo buscará, desta forma, perceber esse movimento de construção de saberes e poderes sobre as favelas, desde a tentativa de delimitação destes espaços, às propostas de atuação sobre eles.

“Em 1940, lá no morro começaram o Recenseamento”¹¹

O recenseamento nacional enfrentou algumas resistências em 1940. Em determinadas localidades do interior do Brasil, receosa de um possível alistamento militar ou de cobrança de impostos, parte da população se recusava a responder às

¹⁰ GUIMARÃES, Alberto. *As favelas do Distrito Federal*, op.cit, p.7.

¹¹ ASSIS VALENTE. *Recenseamento*, 1940. As referências da música popular aos acontecimentos ligados às favelas – escritas por compositores de favelas ou não - foram tratadas no artigo de Oliveira e Marcier: OLIVEIRA, Jane Souto de; MARCIER, Maria Hortense. A palavra é: favela. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. - 5ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 61-114.

perguntas dos recenseadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tidos como “enxeridos”. Em função desse descompasso, os relatos dos recenseadores davam conta de uma população “fanática” e “ignorante”. Ao mesmo tempo, o recenseamento gerou intensa propaganda, se tornou motivo de músicas e poesias e, ao que parece, foi realizado com facilidade em uma localidade específica do Distrito Federal:

É justo que se abra aqui um parêntesis no qual se faça um elogio ao comportamento de seus habitantes para com os funcionários do Recenseamento. Mesmo porque ninguém melhor do que nós, o autor, pode vir de público agradecer e elogiar essa gente. Fomos encarregados de fazer o levantamento do mais mal afamado desses morros, o da Providência, mais conhecido por “Morro da Favela”, e nele não encontramos sangue nem desordens, só o que vimos foi muita miséria.¹²

As dificuldades e as propagandas motivadas pela campanha censitária de 1940 e a referência à realização do Censo no Morro da Providência estão inseridas na seção “O Recenseamento na música popular” da segunda edição de *Coisas que acontecem num Recenseamento*, publicado pelo IBGE em 1959. Nesta seção, entre outras composições inspiradas pela campanha, há também uma alusão ao samba “Recenseamento”, lançado por Assis Valente, em 1940, e que abordou especificamente o censo na favela: “*Em 1940/Lá no morro começaram o Recenseamento/E o Agente Recenseador/Esmiuçou a minha vida que foi um horror/E quando viu minha mão sem aliança/Encarou para a criança/Que no chão dormia/E perguntou se meu moreno era decente/Se era do batente/Ou era da folia...*”¹³

Ao relatar a receptividade com que a campanha foi recebida no Morro da Providência, o técnico do IBGE, Jayme de Figueiredo, contou que os moradores organizaram uma comemoração para receber o recenseador na qual, de improviso, um deles cantou um samba sobre o acontecimento. Registrada na publicação com uma ortografia que simulava as marcas de oralidade e os “erros de português” – reais ou presumidos – do morador, a música dizia:

Nunca ninguém perguntô/Cumo é que nós vivia/Mas seu Getúlio chegô/Nós agora tamo em dia.
Cunosco ele preocupô/Até nos deu moradia/Deixa falá quem falá/Que a pobreza ele arxilia.

¹² FIGUEIREDO, Jayme de. *Coisas que acontecem num Recenseamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959 (2ª edição), pp. 95- 97. Disponível na biblioteca virtual do IBGE: <<http://biblioteca.ibge.gov.br>>. A publicação é fruto do livro “Poesias, Músicas e Histórias do Recenseamento de 1940”, lançado por Figueiredo com a proposta de divulgar os objetivos das campanhas censitárias. A segunda edição foi publicada um ano antes de mais um censo nacional, o de 1960.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 95.

Sabeno disso é que eu vô/Sem descanço de um momento/Fazê tudo o que pudé/Pelo tar Recenseamento.¹⁴

A inclusão de uma favela tão simbólica quanto a do Morro da Providência (localizada no centro do Rio, é considerada a primeira favela da cidade) no censo nacional pode estar associada às ligações que o governo de Getúlio Vargas procurava tecer com algumas favelas da cidade desde a década de 1930. A própria letra do samba composto pelos moradores e seu registro pelo IBGE ilustravam esta iniciativa, relacionada à aproximação que Vargas estabelecia com os trabalhadores pobres durante seu governo.

Ao reproduzir o samba, Figueiredo, segundo suas palavras, procurava demonstrar:

(...) a simpatia com que são recebidas [nas favelas] as ações de governos que se interessam pelas aflições dessa gente humilde, dando-lhes casas higiênicas em substituição de seus barracos imundos e inabitáveis. As favelas que surgem apenas nas crônicas policiais, sem que lhes abram outras colunas, permanecerão sempre assim difamadas. Há muita gente que pensa serem elas habitadas somente por vagabundos, desempregados e desordeiros. Que isso é uma mentira criminosa veio-nos provar o Recenseamento de 1940.¹⁵

Mas o encarregado do posto de recenseamento, localizado no mesmo edifício do Albergue da Boa Vontade, da Prefeitura do Distrito Federal, teria relatado ao diretor desta instituição, o médico Victor Tavares Moura, idealizador do projeto dos Parques Proletários Provisórios (do qual falaremos mais adiante), que:

A vida lá em cima [morro da Favela] é tudo quanto há de mais pernicioso. Imperam os jogos de baralho, de chapinha, durante todo o dia, e o samba é a diversão irrigada a álcool. Os barracões, às vezes com um só compartimento, abrigam cada um, mais de uma dezena de indivíduos, homens, mulheres e crianças, em perigosa promiscuidade. Há pessoas que vivendo lá em cima, passam anos sem vir à cidade e sem trabalhar.¹⁶

No documento redigido por Figueiredo não há esclarecimentos sobre a escolha do Morro da Providência – nem referências à inclusão ou exclusão de outras favelas – para participar do recenseamento. Ainda que os dados da favela não tenham sido desagregados das demais estatísticas referentes às circunscrições do Distrito Federal –

¹⁴ Idem, *ibidem*, pp. 96-97.

¹⁵ FIGUEIREDO, Jayme. *Coisas que acontecem...*, *op. cit.*, p. 97.

¹⁶ O comentário do recenseador foi reproduzido no relatório “sobre o problema das favelas” que o médico encaminhou ao secretário de Saúde e Assistência, mas com um alerta quanto aos “possíveis exageros” da descrição sobre os habitantes do Morro da Providência. Trataremos deste relatório adiante.

não sendo possível conhecer as características específicas da localidade –, as declarações produzidas sobre a inserção da Providência no censo são ilustrativas.

O relato de Figueiredo, a música de Assis Valente, o comentário do recenseador e a advertência de Victor Tavares de Moura sintetizam a relação – marcada pelo estranhamento, pela expectativa de controle, pela desconfiança e pela ambiguidade – a ser travada durante as décadas seguintes entre os que perguntam (pesquisadores das mais diversas instituições) e os que respondem (moradores de favelas) nos diversos estudos e pesquisas que tiveram as favelas e seus moradores como “objeto”.

Uma relação, no entanto, que não era nova. Antes de 1940, as favelas já haviam sido incluídas, de alguma forma, em outros levantamentos que mapearam a quantidade de habitações e imóveis comerciais em cada localidade. Para o Recenseamento de 1920, um levantamento cadastral já havia calculado o número de barracos existentes nos Morros da Providência, Arrelia, Salgueiro, Cantagalo, Babilônia e de São João.¹⁷ O Levantamento Predial de 1933 apontara o crescimento do número de habitações no Morro de São Carlos e no Salgueiro. O Serviço Nacional de Febre Amarela contabilizara o número de casebres no Distrito Federal, no qual se incluíam os habitados por favelados. Assim que, em 1940, já se conheciam, pelo menos, 30 favelas¹⁸, distribuídas em vários bairros, mas conhecemos apenas a referência à inclusão do Morro da Providência no censo nacional realizado naquele ano. Apesar de a Providência já ter quase 50 anos de existência e desses levantamentos confirmarem o constante surgimento de favelas a partir de 1933, era corrente a ideia de que as favelas constituíam um tipo de habitação *provisória*, um “fenômeno” que demandava ação urgente dos governos, mas que não perduraria diante do progresso e da “urbanização”.

O geógrafo Lucien Parisse afirmou que, até 1940, as favelas “chamavam muito pouco a atenção da cidade” e que somente em função de seu rápido crescimento elas teriam se constituído em um problema urbano.¹⁹ Contudo, três anos antes do recenseamento nacional ou da elaboração de qualquer política pública, uma tentativa de

¹⁷ GUIMARÃES, Alberto Passos. *As favelas do Distrito Federal*, *op.cit.*, p.7.

¹⁸ Números estimados por Parisse, com base em levantamentos parciais e registros na imprensa. PARISSE, Lucien. *Favelas do Rio de Janeiro – evolução-sentido*. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais, 1969 (Caderno do CENPHA, 5), pp. 27-29. O CENPHA era uma sociedade civil de direito privado, resultado de um convênio entre a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, o Banco Nacional de Habitação e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo “para atender à demanda de pesquisa, treinamento, documentação, intercâmbio científico e assistência técnica dos diversos campos do Planejamento Habitacional”. Foi instalado na PUC-RJ em 1965 e extinto em 1976. Além de pesquisas e cursos, lançou publicações sobre o tema da habitação. O livro de Parisse, geógrafo francês que elaborou uma tese de doutoramento sobre as favelas cariocas, foi publicado como um Caderno do CENPHA.

¹⁹ PARISSE, Lucien. *Favelas do Rio de Janeiro*, *op.cit.*, p. 23.

controlá-las já havia sido estabelecida. O Código de Obras, instituído por decreto em 1937 e que vigorou até 1970, reuniu várias determinações para a apropriação e organização do solo urbano. Apesar de não ter incluído as favelas no mapa oficial da cidade – mais uma vez a ideia de que se tratava de espaços provisórios –, em seu artigo 349, o Código de Obras proibiu a construção de mais barracos ou casas de alvenaria nas favelas e vetou a realização de reformas nos barracos já existentes. Segundo Oliveira e Lobo, o Código “autorizava a demolição de barracos com aviso de apenas 24 horas de antecedência” e propunha a construção de habitações mais baratas para os operários.²⁰

As favelas haviam se tornado uma possibilidade de moradia cada vez mais frequente para os trabalhadores pobres, que, de uma forma geral, sempre tiveram que residir próximo aos principais mercados de trabalho. Em 1930, a população do Distrito Federal era de 1.487.220 pessoas e:

Os delegados sanitários continuavam a relatar a proliferação das chamadas favelas. Em 1928 havia 2.542 barracões e casinhas precárias. A prefeitura demoliu 1.200 destes barracões, alegando como justificativa a questão da higiene e a valorização das áreas (...). O governo oferecia hospedagem gratuita em albergues aos despejados e também os materiais das demolições, feitas pelas autoridades da Saúde Pública que estavam conscientes da possibilidade das favelas se reformarem noutros locais, até propiciando essa solução.²¹

Entre os fatores apontados para explicar o crescimento das favelas naquele período foram frequentemente mencionados a repressão a antigas formas de moradia – promovida com grande participação de agentes da saúde pública –, o déficit habitacional, o contínuo encarecimento do custo de vida, a ineficiência dos transportes, a migração campo-cidade, enfim a pobreza e a precariedade que afetavam duramente os trabalhadores pobres. Em função disso, a habitação popular tomava nova forma: de unidades coletivas (cortiços, casas de cômodo) para unidades individuais, mais independentes (barracos), muitas construídas em áreas ditas faveladas.²²

E foi a expansão do número de favelas e do número de barracos nas já existentes a principal justificativa apresentada para a produção de estudos voltados a solucionar o

²⁰ OLIVEIRA, Antonio de; LOBO Eulalia Maria Lahmeyer. O Estado Novo e o sindicato corporativista – 1937-1945. In: LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer (coord.). *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1992, pp. 102-196: 163.

²¹ “Desse modo ficava bem claro que o motivo principal da ação do governo era a valorização do terreno.”, continua a autora. LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. O Estado centralizado, a crise econômica e o operariado – 1930-1936. In: LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer (coord.). *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1992, pp. 47-101: 77.

²² GUIMARÃES, Alberto. *As favelas do Distrito Federal...*, op. cit., p. 10.

“problema”; seriam respostas “qualificadas” dos governos para legitimar as ações a serem tomadas. Buscava-se uma forma de conhecê-las, defini-las ou explicá-las além das impressões de visitantes ocasionais ou dos preceitos higienistas. Em um percurso que vai das crônicas policiais, das matérias sensacionalistas nos jornais e dos pareceres da saúde pública (final do século XIX e início do século XX) aos levantamentos, censos e pesquisas (também desde as primeiras décadas do século XX em diante), continuaram em atuação antigos atores (jornalistas, médicos, planejadores urbanos, autoridades governamentais) e vieram outros novos: institutos de pesquisa privados, órgãos públicos, agências internacionais, igreja católica, universidades etc.²³

Além de contar o número de favelas, de barracos, de favelados, órgãos de pesquisa públicos ou privados elaboraram interpretações sobre aquela realidade, produzindo conhecimento para gerar ou justificar intervenções sobre as favelas. Assim, apesar do discurso da neutralidade científica, mantido para instituir um lugar de autoridade para seus autores, os estudos falaram em nome dos mais diversos interesses, reforçando, por vezes, imagens sobre as favelas continuamente repetidas pelo senso comum.

Os ensaios, pesquisas e censos realizados também demonstram a instituição gradativa sobre a favela, por parte de estatísticos, demógrafos, médicos e cientistas sociais, do que Chauí denominou de “discurso competente”, aquele que “se confunde com a linguagem institucionalmente permitida e autorizada”.²⁴ Evidenciam a

²³Segundo Licia Valladares e Lidia Medeiros, engenheiros, jornalistas, urbanistas, médicos e assistentes sociais foram os primeiros a escrever sobre as favelas, “adotando recortes racionalistas/higienistas/sanitários” e também uma “visão moralista”. VALLADARES, Licia do Prado; MEDEIROS, Lidia. *Pensando as favelas do Rio de Janeiro, 1906-2000: uma bibliografia analítica*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ: URBANDATA, 2003, p. 10. Valladares analisou a construção da representação social da favela, as conceituações, a problematização e a transformação em campo de intervenção e estudo, ao longo dos últimos 100 anos. Ver VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira. Ciências Sociais* (vol.15), n.44, 2000, pp. 05-34. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4145.pdf>, acesso em: 29/09/2009 e VALLADARES, Licia. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Parisse parece ter sido o primeiro autor a abordar as pesquisas pelas quais as favelas foram submetidas nas décadas de 1940 a 1960, mas o fez, principalmente, a partir da ótica de discussão de resultados e propostas. Um dos capítulos de conclusão do livro, intitulado “Conhecer a favela”, faz uma síntese de uma série de trabalhos acadêmicos, artigos de revista e outras publicações sobre as favelas. Ver PARRISE, Lucien. *Favelas – evolução-sentido, op.cit.* Leeds & Leeds e Valla, em suas histórias sobre as políticas públicas nas favelas, também abordam muitas destas pesquisas. LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978; VALLA, Victor Vincent *et al.* *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Petrópolis: Vozes/Abrasco, 1986.

²⁴“O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo todo o direito de falar e ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para

preocupação de fornecer subsídios para a atuação, não só de administradores públicos, mas de outros pesquisadores e interessados no assunto, o que pode ser tomado como um indicativo da consolidação de um campo de pesquisas e de ação.²⁵

Frequentemente com o objetivo de propor ou apoiar iniciativas de intervenção (remocionista) governamental para lidar com o que era considerada uma marca negativa na beleza da “Cidade Maravilhosa”, os censos, pesquisas e outros documentos e análises sobre as favelas do Distrito Federal e seus moradores constituíram ações mais duradouras: produziram conceituações, estigmas e memórias sobre esses territórios e seus habitantes, definiram modos de olhar para eles e elaboraram discursos sobre a inadequação da permanência dos moradores de favelas e suas residências em determinadas localidades e, por vezes, até mesmo na cidade.²⁶

O médico que havia alertado contra os possíveis exageros das impressões do recenseador que subiu o Morro da Providência para coletar dados referentes ao censo de 1940 conduziu uma iniciativa da Prefeitura do Distrito Federal para conhecer as favelas da cidade no início dos anos 1940 e, a partir daí, encontrar “soluções” para elas. Em sua recomendação, Victor Moura reconheceu a heterogeneidade de cada localidade, indicando a demanda por pesquisas específicas para a posterior elaboração de planos de ação.

Naquele momento à frente de um serviço de grande visibilidade – o Albergue da Boa Vontade, vinculado à Secretaria de Saúde e Assistência da Prefeitura do Distrito Federal, que acolhia homens vivendo nas ruas e funcionava também como restaurante popular –, Victor Tavares de Moura recebeu do secretário geral de Saúde e Assistência do Distrito Federal, Jesuíno Albuquerque, o pedido para elaboração de um plano para solucionar o “problema das favelas” da então capital do país. O médico possuía uma

que seja permitido falar e ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua própria competência.” CHAUI, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas* – 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 7.

²⁵ O país vivia também a consolidação de campos de conhecimento, como a demografia e a estatística (o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi criado no Estado Novo, em 1938) e a sociologia e a antropologia.

²⁶ Essas concepções persistem e podem ser cotidianamente verificadas na leitura de algumas matérias jornalísticas e, sobretudo, nos comentários e cartas dos leitores de jornais “grande imprensa” carioca e blogs. Sem dificuldades, é possível encontrar páginas de internet recentes (2011) criadas exclusivamente para divulgar as propostas/opiniões de moradores da cidade a favor da “desfavelização”, isto é, das remoções. Ver, por exemplo, <<http://www.contracorrenteza.com/2010/04/o-mito-da-remocao-das-favelas.html>>; <<http://favelanao.blogspot.com.br/>>, <<http://www.portalcafebrasil.com.br/14-iscas-intelectuais/45-variedades/57-pela-rede/5633-por-um-rio-sem-favelas-dp1>>.

experiência pessoal prévia neste tipo de campanha por ter participado da “Liga social contra o mocambo” no Recife, iniciada apenas dois anos antes.²⁷

Intitulado “Esboço de um plano para estudo e solução do problema das favelas do Rio de Janeiro”²⁸, o relatório de Moura, encaminhado a Jesuíno de Albuquerque em novembro de 1940, trouxe a proposta da realização de inquéritos sobre as condições de vida dos favelados, entre outras informações. A resposta ao relatório veio no início do ano seguinte, com a instituição pela Secretaria Geral de Saúde e Assistência de uma comissão responsável pela condução das pesquisas, a serem dirigidas pelo próprio Victor Moura.

Um ano após a elaboração do “esboço”, os inquéritos já haviam começado nas favelas da Rua Marquês de São Vicente (Gávea) e da Lagoa Rodrigo de Freitas, ambos bairros da zona sul da capital. Os resultados do primeiro levantamento realizado repercutiram nos jornais locais, que enfatizaram a iniciativa do governo de construção de casas para os pobres, a questão da ilegalidade da propriedade dos terrenos nos quais as favelas estavam localizadas e a ação, igualmente ilegal, dos construtores de barracos, não só favelados – reconhecidos até pelo governo sem condições de habitarem em outras localidades –, mas também pessoas que viviam da cobrança de aluguéis de barracos em favelas.²⁹

Localização das favelas, estado dos barracos, nacionalidade, cor, sexo, profissão, idade e aptidões dos moradores, propriedade dos barracos ou valor do aluguel pago, renda do chefe de família, vida conjugal e religiosa, condições de saúde e higiene, entre

²⁷ A Liga Social de Combate ao Mocambo era uma iniciativa do governo do Recife para substituir os mocambos por casas populares. Instituída em 1938, a primeira ação da Campanha foi realizar um levantamento do número de mocambos na cidade, até então excluídos dos levantamentos oficiais. Victor Moura era cunhado de Agamenon Magalhães, então governador de Pernambuco. “A Liga, depois reformulada em 1945 como Serviço Social Contra o Mocambo, derrubou 14.597 mocambos entre 1939 e 1945, enquanto 6.173 unidades foram construídas. Estima-se que ¼ da população total da cidade do Recife fora deslocada durante as ações do programa. Não é difícil perceber a enorme disparidade entre os despejos e as construções: para cada três mocambos demolidos, construía-se apenas uma casa. Assim, restaram cerca de 42.120 pessoas sem casa depois destas ações de cunho “social”. De qualquer forma, a Liga representou uma iniciativa inédita de política habitacional e contribuiu decisivamente para a transformação da paisagem da Cidade do Recife.” “A Liga Social contra o Mocambo”, Banco Documental Urbanismo Brasil. Disponível em <www.urbanismobr.org/bd/documentos.php?id=156>, acesso em 12/02/2012.

²⁸ MOURA, Victor Tavares de. *Esboço de um plano para estudo e solução do problema das favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, novembro de 1940, p. 10. O arquivo de Victor Moura encontra-se sob a guarda da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro.

²⁹ O jornal “O Radical” noticiou no dia 22/11/1941: “Vão mesmo acabar as favelas! Em breves dias o início da construção de casas provisórias para abrigar os seus moradores. Multas pesadas sobre os construtores e reconstrutores de barracões, atingindo também os proprietários de terrenos por eles ocupados!” e “Cidades suspensas em lugar de favelas. Transformação do habitat crioulo e integração dos habitantes do morro na vida civilizada. Entregue ao Prefeito o relatório da comissão que estudou o problema.” Citado em PARISSE, Lucien. *Favelas do Rio de Janeiro, op. cit.*, pp. 68 e 69.

outras, foram alguns dos itens presentes nos questionários da pesquisa. Os inquéritos foram realizados nas seguintes favelas: Largo da Memória, Fonte da Saudade, Catacumba, Praia do Pinto (Cidade Maravilhosa) e Morro Seco (todas localizadas na Lagoa Rodrigo de Freitas), Capinzal, Estrada da Gávea, São Vicente, Favela Hípica e Jóquei Clube (Gávea), Santo Antônio (Centro), Cantagalo e Cabritos (Copacabana), Querosene (Humaitá), Morro da Guarda, Buraco Quente, Cezar Duarte, Esqueleto (Maracanã), Variante Rio - Petrópolis (Bonsucesso). Os resultados demonstraram que se tratava de trabalhadores – entre as ocupações mais comuns, podemos citar serventes de pedreiro, pedreiros, domésticas, carpinteiros, pintores, trabalhadores braçais, operários de fábrica, lavadeiras, motoristas, comerciários, vigias, costureiras e ainda professores, servidores públicos, etc –, residindo, a maioria, em habitações de madeira, de um cômodo, e que recebiam salários, no geral, baixos.

A proposta de Moura de substituição dos barracos por “habitações higiênicas” esteve vinculada à iniciativa da Prefeitura do Distrito Federal de construir Parques Proletários Provisórios, conjuntos habitacionais para receber os moradores das favelas “extintas” na cidade. Assim como havia acontecido com a realização dos censos, também a criação dos parques foi utilizada para gerar intensa propaganda nos jornais favoráveis a Vargas e ao então prefeito do Distrito Federal, Henrique Dodsworth, nomeado para o cargo pelo presidente, e cuja administração prosseguiu durante todo o período da ditadura varguista (1937-1945). As notícias publicadas informavam sobre o “imminente fim das favelas”, visitas de autoridades aos parques e o recebimento por Vargas da chave de uma casa no Parque Proletário da Gávea, na qual foi homenageado pela administração local com marchas e saudações.³⁰

Os primeiros moradores a serem transferidos para o Parque Proletário nº1, inaugurado em 1942 na Gávea, foram os residentes na Favela do Largo da Memória (parte da Praia do Pinto), Olaria e Capinzal. Os Parques Proletários – três no total construídos nos bairros da Gávea, Caju e Leblon – foram considerados a primeira política pública para “acabar com as favelas”. É importante ressaltar que a maioria das favelas nos quais os inquéritos foram realizados, a primeira favela destruída e a

³⁰O trabalho de Moura serviu para que a Prefeitura do Distrito Federal e o governo Vargas demonstrassem o que estavam fazendo pela cidade e, em alguma medida por seus pobres. Situava os moradores na condição daqueles que precisavam de alguma ajuda para serem inseridos na “vida civilizada” da capital do país. No mesmo ano, uma publicação editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) falava da inserção dos moradores dos “morros de gente pobre” na vida produtiva e sua contribuição para o progresso do país. Ver capítulo 2.

construção do Parque nº1 aconteceram nos bairros da Gávea e Lagoa, em processo de valorização imobiliária e com grande concentração de favelas no início dos anos 1940.³¹

Além destas ações, a Comissão instituída pela Secretaria de Saúde e Assistência tinha como planos “o controle da entrada no Rio de indivíduos de baixa condição social, que para aqui venham sem destino a um trabalho certo; b) o recâmbio de indivíduos de tal condição para os estados de origem (...); c) a fiscalização severa quanto a obediências às disposições de leis que proíbem a construção e a reconstrução de casebres; d) a fiscalização dos indivíduos acolhidos pelas instituições de amparo, oficiais ou não, aos desempregados e aos mendigos, como sejam o Albergue da Boa Vontade (...); e) promover forte campanha de reeducação social entre os moradores das favelas, de modo a corrigir hábitos pessoais de uns e incentivar a todos no sentido da escolha de melhor moradia.”³²

A Comissão parecia querer reforçar as determinações do Código de Obras – principalmente quanto à intenção de incrementar a fiscalização para proibir a construção de barracos – e sugeria a responsabilização dos moradores de favelas, considerados não capazes para a “escolha de melhor moradia”. No entanto, um exemplo das contradições presentes na abordagem e nas propostas referentes às favelas na esfera pública pode ser demonstrado por meio das respostas emitidas por dois órgãos governamentais sobre o “envio” de favelados não-cariocas para seus estados de origem ou para as colônias agrícolas criadas pelo governo federal, outra das ações previstas pela Prefeitura do Distrito Federal para desempregados que chegassem à cidade e estivessem a cargo do Albergue da Boa Vontade. As respostas dos funcionários destes órgãos estão relacionadas a uma carta remetida, em abril de 1944, a Vargas por José dos Santos – que não dá detalhes sobre sua identificação, mas que, se presume, era um cidadão carioca.

³¹ A administração do Parque da Gávea ficou conhecida pelo seu caráter controlador e moralista. Para morar em uma das casas, os “ex-favelados” tinham que “trabalhar na zona sul e ser registrados no posto da polícia”, “ter carteira de identificação para apresentar nos portões que eram fechados às 22 horas” e ouvir o “chá das nove” - lições “morais” dadas ao microfone pelo administrador do Parque. Coerente com o diagnóstico governamental de “falta de educação” dos favelados, a “solução” proposta pelos Parques passava pela mudança de hábitos de vida, controle sobre formas de convivência, imposição do trabalho regular, fiscalização, entre outras medidas destinadas a regular as relações estabelecidas pelos moradores. Além das casas, a estrutura do parque nº1 tinha uma igreja, um posto médico, uma escola técnica, uma creche, áreas recreativas e um posto policial. Ver LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano, op.cit.*; VALLA, Victor Vincent *et al. Educação e favela...op.cit.*; e LIMA, Jacqueline de Cassia Pinheiro. *A pobreza como um problema social: As ações de Victor Tavares de Moura e Agamenon Magalhães nas favelas do Rio e nos Mocambos do Recife durante o Estado Novo*. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006. Disponível em <www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=29661>, acesso em janeiro de 2011.

³² PARISSE, Lucien. *Favelas do Rio de Janeiro...*, *op. cit.*, pp. 66-67.

Ilustrativa a respeito da pressão de determinados setores da sociedade para uma ação governamental “enérgica” quanto à eliminação das favelas da capital federal, a carta foi acompanhada por um pequeno recorte de jornal com um texto elogioso acerca da campanha contra os mocambos, desenvolvida em Recife no mesmo período, que estaria enviando para as zonas rurais pernambucanas os desempregados residentes nos mocambos recifenses e destruindo suas habitações. Para José dos Santos, era um “exemplo a ser imitado”, uma vez que:

A Capital da República está cheia de Mocambos nos morros que a contornam. Mocambos geralmente habitados pela fina flor da malandragem carioca. Gente cuja existência as autoridades desconhecem; que não paga tributo ao serviço militar, nem contribui para o bem estar coletivo com uma parcela qualquer de esforço, vivendo às custas das amasias, via de regra empregadas domésticas. Gente que canta e dança samba, bebe cachaça e, quando pode, furta.³³

Os funcionários da Secretaria da Presidência da República solicitaram pareceres à Divisão de Terras e Colonização/Departamento Nacional de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura³⁴ e à Prefeitura do Distrito Federal. Em nome da PDF, a resposta foi redigida pelo então Chefe do Serviço Social da Secretaria Geral de Saúde e Assistência, Victor Tavares de Moura, e acompanhada por uma apresentação assinada pelo prefeito Henrique Dodsworth. Moura reafirma que o problema é conhecido pelas autoridades municipais e por ele mesmo, ao relembrar discretamente sua experiência em trabalhos com mocambos e favelas. Enumera ainda as ações desenvolvidas pelo Serviço Social da Secretaria Geral de Saúde e Assistência e o Albergue da Boa Vontade que encaminhavam para o interior e para as lavouras “milhares de pessoas que chegavam à cidade todos os anos” e ressalta o fato de o Serviço Social ter “estudos e observações seguras sobre o grave problema das favelas já tendo mesmo, a Prefeitura, construído três Parques Proletários para substituição dos antigos casebres, onde é ministrada

³³ Carta de José dos Santos, 1944. AN/Fundo da Secretaria da Presidência da República/Código de Referência: BR AN, RIO 35.0. PRO.8406.

³⁴ Na ausência do chefe da seção, o funcionário da Divisão de Terras e Colonização/Departamento Nacional de Produção Vegetal do Ministério da Agricultura, Aurino Barbosa Souto, deu um parecer favorável à entrega de lotes nas colônias agrícolas a desempregados moradores dos morros com “atestado de conduta passado pela autoridade policial local”. No entanto, o parecer final do órgão, finalizado em agosto de 1944, seguiu as considerações do diretor Gil Stein Ferreira, que chamou a atenção para a legislação que determinava a entrega de lotes nas colônias agrícolas para “pessoas reconhecidamente pobres, desde que revelem aptidão para os trabalhos de agricultura”, “uma qualidade dificilmente encontrada em ‘gente que dança e canta samba, bebe cachaça e, quando pode, furta’”, a quem seria recomendável o “encaminhamento para os seringais do norte ou oeste do país, onde mesmo sem aptidões especiais, eles poderão contribuir para o esforço de guerra em que atualmente estamos empenhados”. Pareceres anexados à carta de José dos Santos, 1944. AN/Fundo da Secretaria da Presidência da República/Código de Referência: BR AN, RIO 35.0. PRO.8406.

assistência à infância e se procede à reeducação social de que carecem os adultos ali domiciliados”.³⁵

Moura afirmou ainda que a prefeitura iria “aumentar as providências destinadas a eliminar as favelas e a proceder o reajuste social de seus moradores, muitos dos quais, sem dúvida do tipo descrito pelo missivista”, mas fazia uma ressalva:

Convém todavia acentuar que ao lado deste que vive fora da lei, e que por isto necessita de tratamento especial, regimen de colônia, trabalho dirigido, readaptação enfim, antes de mandá-los em massa para a lavoura de onde sem dúvida voltariam, há nos morros e em grande número, o homem trabalhador, ordeiro, com família organizada e que necessita sem duvida de uma casa melhor para morar.³⁶

Como visto anteriormente, a condução de estudos sobre as favelas se enquadrava no escopo de ações para demonstrar que as administrações municipais estavam empenhadas na “resolução do problema” e, a partir do conhecimento produzido, poderiam oferecer respostas mais adequadas para o que chamavam de “desordem” da cidade. Já sob a gestão de Mendes de Moraes (1947-1951), a Prefeitura do Distrito Federal manteve essa linha de atuação e justificou a realização do Censo das Favelas como mais uma das ações para priorizar a questão das favelas, cujo surgimento a Prefeitura associou ao “rápido crescimento industrial” da cidade desde 1933 e ao empobrecimento das áreas rurais que a circundavam.

Assim, “a condensação de populações empobrecidas, em núcleos mais ou menos importantes”, uma “preocupação para os governantes e os sociólogos”,³⁷ teria no Censo das Favelas mais um instrumento para o “esclarecimento tão objetivo e completo quanto possível da questão, capaz de possibilitar por parte das autoridades, as medidas mais indicadas para extinguir as favelas ou pelo menos sustar o seu desenvolvimento no Distrito Federal.”³⁸ Finalizado em março de 1948 e publicado em 1949 pelo Departamento de Geografia e Estatística da Secretaria Geral do Interior e Segurança da Prefeitura do Distrito Federal, o censo, segundo Parisse, foi iniciativa de uma nova comissão para a extinção das favelas, criada pela PDF em outubro de 1947, composta pelos diretores dos Departamentos de Assistência Social, Alfredo Rodrigues Fragoso,

³⁵ Parecer anexado à carta de José dos Santos, 1944. AN/Fundo da Secretaria da Presidência da República/Código de Referência: BR AN, RIO 35.0. PRO. 8406.

³⁶ Parecer anexado à carta de José dos Santos, 1944. AN/Fundo da Secretaria da Presidência da República/Código de Referência: BR AN, RIO 35.0. PRO.8406.

³⁷ PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Censo das Favelas*, p. 5.

³⁸ Idem, pp. 5 e 6.

de Geografia e Estatística, Durval Magalhães Coelho, e de Limpeza Pública, Gastão Vinhais.³⁹

Em julho de 1948, no entanto, “tendo em vista o plano geral para o encaminhamento das soluções a serem adotadas no problema das favelas da Cidade”, Mendes de Moraes formou oito comissões, que funcionavam em diversos órgãos da prefeitura, para “executarem o plano aprovado” pelo presidente Eurico Gaspar Dutra para solucionar o “problema das favelas”: a Comissão Central (com a participação do cardeal D. Jaime Câmara), a Comissão de Busca e Aquisição de Terrenos (Departamento de Patrimônio), a Comissão de Projetos, Construção e Recuperação de Material (Departamento de Habitação Popular), a Comissão de Finanças (Gabinete do Prefeito), a Comissão de Polícia (Polícia de Vigilância), a Comissão de Estatística e Seleção dos Habitantes das Favelas (Departamento de Geografia e Estatística), Comissão de Distribuição de Casas e Mudanças (Superintendência de Transportes), Comissão de Saúde e Assistência Social (com a participação do Cônego José Távora, Presidente da Fundação Leão XIII).⁴⁰

Os planos para as favelas não representavam nenhuma novidade em relação aos anteriores, pautando-se na ideia de conter suas “causas”, como a migração e o déficit habitacional. Previam desde o envio de favelados para colônias agrícolas, a exigência de construção de residências com dependências para empregados domésticos, a proibição de construção de novos barracos, fiscalização para evitar o surgimento de novas favelas, a “colaboração dos Estados no sentido de contrabalançar a campanha dos comunistas que incentiva a emigração das populações do interior para o Rio”, “facilidades de crédito no Banco do Brasil para a indústria de construção civil que queira colaborar na campanha” e a colaboração dos institutos de aposentadoria e pensão para construção de casas populares.⁴¹

A coleta de dados para o Censo das Favelas aconteceu no período entre dezembro de 1947 e março de 1948 e, embora não trouxesse uma definição oficial sobre o que era considerado uma favela, o Censo definiu critérios que, ao longo do tempo, foram se tornando cada vez mais determinantes na demarcação deste espaço. Excluídos da listagem inicial de favelas a serem recenseadas os “núcleos formados em terrenos

³⁹ PARISSE, Lucien. *Favelas do Rio de Janeiro – evolução – sentido*, op.cit., p. 88.

⁴⁰ PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, PORTARIA 2.181 DE 09/07/1948. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/diarios/2500532/dou-secao-2-09-07-1948-pg-1>, acesso em 12/07/2012.

⁴¹ PARISSE, Lucien. *Favelas do Rio de Janeiro... op.cit.*, pp. 113 e 114. Para a descrição destas ações, Parisse se baseou em notícia publicada em 20/05/1048, no jornal “A Noite”, de propriedade do governo federal.

com sua situação legalizada, de propriedade dos próprios moradores”, se tornavam decisivas para a caracterização de uma favela as condições de “ilegalidade dos terrenos” e a “propriedade de terceiros”. Com a fixação de 105 favelas na contagem final, os números referentes à população total de favelados (138.837 habitantes, 7% da população do Distrito Federal) eram muito menores que as estimativas divulgadas pela imprensa, que oscilavam entre 400 e 600 mil pessoas, e funcionavam como pressão para que a Prefeitura solucionasse a questão.

Por sua vez, ao delimitar as áreas consideradas favelas e, portanto, a serem incluídas no censo, a administração municipal demarcava também o que constituía como verdadeiramente “problemático”: a ocupação de determinados terrenos, alguns de sua propriedade, outros de proprietários particulares e outros sem donos conhecidos.⁴² Essa questão-chave colocada pelas favelas foi repetida continuamente nos estudos que tratavam de sua “eliminação” e também de sua “definição”. Mais adiante, a discussão sobre a propriedade dos terrenos foi fundamental como critério no processo de conceituação da favela e adquiriu mais ou menos importância segundo o autor do estudo ou análise.

A existência de terrenos públicos e privados não ocupados, “seja por apresentarem dificuldades à promoção imobiliária organizada (morros íngremes, mangues, margens inundáveis de rios), seja por decisão deliberada de seus proprietários (reserva de valor),”⁴³ foi apontada como causa para a formação de novas favelas em diversas regiões da cidade. Um aspecto que já havia sido tratado pelo Código de Obras. Assim, as favelas iam sendo delimitadas segundo os parâmetros de “ocupação irregular”, “situação ilegal”, “precariedade”.

⁴² Os dados apurados priorizaram a busca de informações sobre localização das favelas pela cidade; condições da habitação; faixa etária da população economicamente ativa; cor, sexo e faixa etária; escala dos salários e local de trabalho dos moradores – sempre houve muito interesse em saber se o indivíduo trabalhava, de fato, próximo à favela onde morava porque, além de uma das explicações para o surgimento da favela, este dado justificaria, segundo alguns entendimentos, a manutenção ou não da favela em determinada localidade. As informações do Censo das Favelas foram utilizadas pelo jornalista Carlos Lacerda nos artigos da campanha intitulada “A Batalha do Rio de Janeiro” e ainda discutidas no documento de análise do Censo de 1950, elaborado pelo Serviço Nacional de Recenseamento. Lançada em 1948, “A Batalha do Rio de Janeiro” ocupou os jornais e as rádios, como *Tribuna da Imprensa* e Rádio Mayrink Veiga, convocando a população carioca para tornar o “problema das favelas o número um do Distrito Federal”. Segundo diversos autores, a campanha consistiu em uma jogada política de Lacerda para fazer oposição ao governo federal e à Prefeitura da cidade. Por meio dos artigos, Lacerda afirmava que “o problema” das favelas não poderia ser resolvido localmente nem poderia ser abordado apenas pelo ponto de vista de déficit habitacional. Ver, a esse respeito, entre outros, PARISSE, L. *Favelas do Rio de Janeiro – evolução-sentido*, op.cit., p. 115; e LEEDS, A. e LEEDS, E.. *A sociologia do Brasil urbano*, op.cit., p. 202.

⁴³ ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2008, p. 95.

Para uma campanha exitosa de construção de “casa modesta, porém higiênica” que substituiria o “barracão que avilta a cidade”, o médico Victor Tavares Moura havia proposto a realização de estudos sobre “os terrenos disponíveis ou de fácil desapropriação”, “os terrenos pertencentes à Prefeitura e à União”, “os terrenos de áreas intersticiais (áreas pouco habitadas que separam os bairros entre si) da cidade e que sejam bem servidos de transporte”, “os terrenos de morros ou não de onde deverão sair os barracões que serão substituídos por casas higiênicas”, além de “estudar o fornecimento e aquisição de todo material de construção”. Moura também sugeriu a desapropriação de terrenos ocupados por favelas, “explorados por proprietários pouco escrupulosos” e a compra de casas, segundo as “possibilidades aquisitivas dos futuros moradores”.⁴⁴

Apenas dois anos depois do Censo das Favelas, o Recenseamento Nacional de 1950 havia incluído apenas 58 favelas em sua lista e a “condição jurídica da ocupação” caracterizada por “construções sem licenciamentos e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida” surgia como um dos cinco itens de definição das favelas. As questões metodológicas que levaram ao mapeamento e à inclusão de 58 favelas no Censo de 50, em vez das 105 identificadas apenas dois anos antes pelo Censo conduzido pela Prefeitura do Distrito Federal, foram tratadas por Alberto Passos Guimarães⁴⁵, da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no documento “As favelas do Distrito Federal e o Censo de 1950”.

Publicada na Revista Brasileira de Estatística, em 1953, a análise de Guimarães sistematizou uma parte dos dados de pesquisas realizadas anteriormente pela Fundação Leão XIII⁴⁶ e pelo Censo das Favelas e apontou como causas para as favelas “os baixos padrões de remuneração, de instrução e de higiene existentes em nosso país”.⁴⁷

⁴⁴ MOURA, Victor Tavares de. *Esboço de um plano para estudo e solução do problema das favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, novembro de 1940, pp. 8 e 9. Ver ainda PARISSE, L. *Favelas do Rio de Janeiro...*, op.cit., pp. 63- 65.

⁴⁵ Membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) desde jovem, Alberto Passos Guimarães atuou como jornalista na imprensa do partido em Maceió e no Rio de Janeiro, fundou uma revista literária e publicou diversos livros sobre a questão agrária no Brasil. Participou da redação do documento “Declaração de Março” (1958) sobre a questão democrática no PCB. In: BARROS, Diego. *Alberto Passos Guimarães: um alagoano que lutou pela justiça social*. Site do Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas. Disponível em: <www.iteral.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2008/12/a-um-passo-de-guimaraes>, acesso em 27/09/11. WIKIPEDIA. *Alberto Passos Guimarães*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Alberto_Passos_Guimar%C3%A3es>, acesso em 27/09/11.

⁴⁶ Criada a partir de um acordo entre o prefeito da cidade, Hildebrando de Góis, e o cardeal D. Jaime de Barros Câmara para “recuperar os favelados”, a Fundação Leão XIII tinha como objetivos a “educação e

Em primeiro lugar, Alberto Passos Guimarães afirmou que o objetivo do Serviço Nacional de Recenseamento com tal trabalho era oferecer “aos técnicos, especialistas, administradores e estudiosos em geral, os elementos básicos indispensáveis à pesquisa das condições de vida, desses habitantes e ao conhecimento em profundidade de seus mais importantes problemas”⁴⁸ e ressaltou as dificuldades para determinar as áreas consideradas favelas no Distrito Federal (que prosseguiram nos Censos seguintes⁴⁹),

promoção humana” dos favelados por meio do oferecimento de serviços básicos como saúde, educação e lazer; além disso, promovia a orientação para sua organização em “sociedades de moradores” – um sinal importante da interferência na mobilização autônoma dos moradores. Conseguiu grande capilaridade em sua inserção em favelas: entre 1947 e 1954, trabalhou em 34 – entre as quais as maiores da cidade no período, como Jacarezinho e Barreira do Vasco –, e manteve Centros de Ação Social, para realização de serviços assistenciais, em oito: Barreira do Vasco, Jacarezinho, Telégrafos (Mangueira), Salgueiro, todas na zona norte; São Carlos, na região central; Rocinha, Praia do Pinto e Cantagalo, na zona sul da cidade. Cf. RIOS, Rute Maria Monteiro Machado. *Amando de modo especial os menos favorecidos, 1945-1954*. In: VALLA, V.(org). *Educação e favela, op.cit.*, pp. 43-61: 47.

No relatório de atividades sobre o período inicial de atuação da Fundação (1947-1954), o conhecimento das favelas e das famílias residentes nestas localidades foi apontado como uma ação fundamental para a implantação do trabalho e para ganhar a confiança dos moradores. Embora a Fundação Leão XIII tenha caracterizado os moradores de favelas como dotados do “ceticismo dos pobres”, reconheceu a heterogeneidade da população, uma característica que tornava necessário o levantamento estatístico de cada localidade, por meio de um “trabalho de pesquisa social diário, consciencioso, feito em profundidade junto a essas populações”, que exigiria pelo menos um ano para ser realizado. Apenas desta forma, a instituição afirmava no relatório, “se estará apto a emitir opinião sobre seus moradores.” Somente após “ganhar a confiança dos favelados, na base da educação social”, por meio do estabelecimento dos Centros Sociais e dos serviços oferecidos, seria “possível fazer-se um “dossier” verídico de cada favelado cuja condição conhecida indicará os rumos que se devem dar à solução do problema que se quer resolver.” Como vimos, uma proposta repetida continuamente em todos estes estudos. A entidade realizou censos sociodemográficos em favelas como São Carlos e Barreira do Vasco. FUNDAÇÃO LEÃO XIII. *Morros e favelas – como trabalha a Fundação Leão XIII – Notas e relatório de 1947 a 1954*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1955, pp.6-11.

Embora na publicação do período 1947-1954 não haja uma definição de favela, no relatório de 1962 (quando já vinculada à estrutura do governo do estado da Guanabara), a Fundação Leão XIII utilizou como características para definir a favela aspectos semelhantes aos descritos nos censos demográficos de 1950 e 1960 e também fatores apontados em outros trabalhos que se propuseram a elaborar alguma conceituação, destacando a localização em “terrenos de terceiros”, a insalubridade e a falta de arruamento. A descrição das localidades foi baseada, fundamentalmente, em aspectos negativos, como “desorganização familiar”, falta de higiene, criminalidade. FUNDAÇÃO LEÃO XIII. Apresentação. *Favelas: um compromisso que vamos resgatar*. Rio de Janeiro: Governo do Estado da Guanabara, 1962.

⁴⁷ GUIMARÃES, Alberto Passos. *As favelas do Distrito Federal e o censo demográfico de 1950*. Documentos Censitários – Série C, nº9. Rio de Janeiro: IBGE, 1953, p.9.

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p.26.

⁴⁹ Sobre a discussão do Censo de 1960, ver Parisse, *Favelas do Rio de Janeiro...*, *op. cit.*, p. 157 e também “As favelas do estado da Guanabara, segundo o Censo de 1960”, artigo elaborado pelo estatístico Rêmulô Coelho e publicado na Revista Brasileira de Estatística/IBGE, Rio de Janeiro, v.31, nº122: 125-141, abr.jun. 1970, pp. 125 e 129. A divergência sobre os números referentes às favelas era contínua. Os diversos inquéritos sobre as favelas do período foram discrepantes neste aspecto: 89.635 casebres e 340 mil pessoas (14,3% da população do DF), segundo o Serviço Nacional de Febre Amarela (1949); 44.621 casebres e 45.235 domicílios e 170 mil moradores, segundo o cadastro predial-domiciliário no qual se baseou o censo nacional para a delimitação das áreas a serem pesquisadas, e 138.837 habitantes, segundo o Censo das Favelas, realizado pela Prefeitura do Distrito Federal.

admitindo que uma parte da população “faveleira”, como chamava, poderia ter ficado de fora do censo.⁵⁰

O pesquisador considerava anacrônico limitar o conceito de “favela” apenas às áreas localizadas nos morros ou apenas levando-se em conta o material de construção dos barracos, uma vez que eram semelhantes aos utilizados em qualquer habitação pobre no país. Sendo assim, para que uma favela fosse tida como tal, uma associação de elementos era necessária, e o Censo de 1950 definiu como favelas as localidades que “total ou parcialmente” reunissem como características:

- 1 - Proporções mínimas – Agrupamentos prediais ou residenciais formados com unidades de número geralmente superior a 50;
- 2 - Tipo de habitação – Predominância, no agrupamento, de casebres ou barracões de aspecto rústico típico, construídos principalmente de folhas de Flandres, chapas zincadas, tábuas ou materiais semelhantes;
- 3 - Condição jurídica da ocupação – Construções sem licenciamentos e sem fiscalização, em terrenos de terceiros ou de propriedade desconhecida;
- 4 - Melhoramentos públicos – Ausência, no todo ou em parte, de rede sanitária, luz, telefone e água encanada;
- 5 - Urbanização – Área não urbanizada, com falta de arruamento, numeração ou emplacamento.⁵¹

Desta forma, Guimarães elaborou o que os estudiosos posteriores definiram como uma de suas maiores contribuições para os censos seguintes do IBGE e demais pesquisas: os critérios para conceituar e delimitar uma favela. Se, no senso comum, as favelas já não estavam restritas aos morros, o censo oficial ratificava e sistematizava este entendimento. Elas não mais estavam associadas apenas ao barraco precário, nem mesmo ao morro, dois aspectos que as definiam nas primeiras imagens. Tinham a ver também com a aglomeração – casebres precários esparsos não constituíam uma favela – e sua influência na piora das condições de habitabilidade. Em 1953, quando sua análise foi publicada, Guimarães informou que havia uma ideia corrente de que as favelas estavam localizadas em áreas de pouco interesse para a especulação imobiliária pelos altos preços exigidos para edificar nos morros. Esta talvez pudesse ser a realidade de algumas delas, mas outras como o Borel, a Mangueira, o Santo Antônio e outras não localizadas em morros, como as que circundavam a Lagoa Rodrigo de Freitas, já eram ameaçadas por grileiros, pelo próprio governo e outros interessados em “urbanizar os

⁵⁰ Outra diferença em relação ao número de favelas incluídas no Censo das Favelas, da Prefeitura, e no Censo do IBGE, em 1950, diz respeito à distinção feita entre núcleos muito próximos. Em 1948, a Prefeitura do Distrito Federal contabilizou Pavão e Pavãozinho como duas favelas distintas; o Censo de 1950, como uma única favela.

⁵¹ GUIMARÃES, Alberto. *As favelas do Distrito Federal e o censo demográfico de 1950, op.cit.*, p. 18.

terrenos”. O autor, no entanto, não deixou de notar o cerne da questão: a falta de interesse econômico em urbanizar os morros seria relativizada com os avanços tecnológicos e o encarecimento dos terrenos planos e, observa Guimarães, “(...) alguns já começam a ver, na batalha pela extinção das favelas, apenas ambições ocultas de interessados em explorar comercialmente certos terrenos, ocupados por núcleos de favelados, suscetíveis de imediata urbanização.”⁵²

Para ele,

A extinção das favelas, abstraído seu aproveitamento posterior – e aqui nos referimos notadamente aos morros – ficaria circunscrita a uma exigência estética, a um motivo de embelezamento urbano, talvez não bastante forte para justificar a remoção de 170.000 pessoas. (...) Urbanizar os morros e favelas em geral não seria, possivelmente, empreendimento menos custoso, embora parecesse mais de acordo com o sentido social e humano da questão. Quem asseguraria, porém, que depois de urbanizados as favelas e os morros neles permanecessem seus atuais moradores?⁵³

Contrastes na “Cidade Maravilhosa”

E o que justificaria a permanência ou não da favela no local onde ela surgiu? Não havia consenso, mas interesses por alguns terrenos e também uma determinada concepção de cidade. O documento escrito por Guimarães definiu como característica das favelas a falta de “melhoramentos públicos”, o que as assemelhava a “verdadeiros subúrbios encravados no coração da cidade”.⁵⁴ Havia uma ideia de “crescimento natural” da cidade: do centro para a periferia (subúrbios), esta destinada às camadas mais pobres da população, empurradas para zonas distantes do centro pela valorização de determinadas áreas pelo “curso espontâneo do desenvolvimento das cidades”.⁵⁵ Assim, era na “cidade” – centro comercial e financeiro e residencial de populações mais ricas – onde primeiro atuava o planejamento urbano e chegavam os “melhoramentos públicos”, distribuídos desigualmente entre as diversas áreas.⁵⁶ A oposição entre “subúrbio” e “cidade” continuou ecoando em muitos trabalhos posteriores, como o do geógrafo Lucien Parisse, quando este autor afirmou que se

⁵² Idem, *ibidem*, p. 11.

⁵³ Idem, *ibidem*, p. 12.

⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 2.

⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 2.

⁵⁶ Ver ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2008; FISCHER, Brodwyn. Partindo a cidade maravilhosa. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da e GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

notavam, por volta de 1940, poucas favelas em bairros como Madureira, Méier e Penha, devido a pouca diferença entre os barracos de favela e as demais habitações nestas localidades.⁵⁷

Diante disso, parece possível afirmar que uma favela também se definia pelo *contraste físico* entre ela e o local onde estava situada – um ponto significativo para compreender uma das formas de olhar/entender uma favela. A favela se configurava de fato como um “problema” para o qual se demandava intervenção urgente se localizada em áreas ricas, em que os governos e os empresários decidiam investir com melhoramentos urbanos. Elas invertiam a lógica de distância espacial entre as moradias de classes ricas e pobres e essa proximidade provocava temores: “a miséria em contraste com o luxo” da cidade “mais linda do mundo” poderia gerar descontentamentos e incômodas reações por parte dos pobres. Nos lugares em que a maioria da população se encontrava em condições sociais, raciais e habitacionais mais parecidas, a favela, por vezes, até passava despercebida.

Por meio de outras pesquisas e análises, supostamente objetivas e científicas, houve quem estivesse disposto a legitimar essa lógica de hierarquização espacial.⁵⁸ Em 1957 e 1958, os trabalhos do Instituto de Pesquisas e Estudos de Mercado (IPEME) utilizaram os critérios de definição das favelas elaborados pelo Censo de 1950 (proporções dos agrupamentos, tipo de habitação, condição jurídica da ocupação etc) para apresentar o que o instituto chamou de “primeiro levantamento geral das favelas do Distrito Federal e o respectivo estudo socioeconômico”. Embora corrigisse esta afirmação algumas linhas adiante, informando que “o estudo global mais recente” era o publicado pelo IBGE, afirmou que os números do Censo Nacional já estariam ultrapassados “pelo crescimento extraordinário” das favelas.⁵⁹ Incomodados com a presença de barracos em áreas urbanas de crescente interesse por parte do mercado imobiliário, os autores do documento frisavam como características associadas às

⁵⁷ PARISSE, Lucien. *Favelas do Rio de Janeiro – evolução – sentido*, op.cit., p. 29.

⁵⁸ Compartilho assim das ideias contidas na expressão “hierarquização espacial”, utilizada por Mauricio de Almeida Abreu, ao analisar a “evolução urbana” do Rio de Janeiro, para descrever processos de localização das classes sociais em áreas geográficas específicas da cidade. As favelas, como dito anteriormente, confrontam, em alguns casos, essa lógica.

⁵⁹ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS DE MERCADO (IPEME). *Favelas e favelados do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: IPEME, 1957, p. 7.

favelas aspectos como a violação às normas de construção estipuladas pela Prefeitura e a condição jurídica dos terrenos.⁶⁰

Os primeiros trabalhos desse instituto⁶¹, criado em 1957 no Rio de Janeiro, foram precisamente dois estudos sobre as favelas da cidade: uma “pesquisa e estudo econômico-social” intitulada *Favelas e favelados do Distrito Federal*, de julho de 1957, e uma “pesquisa e estudo psico-sociológico” chamado *A vida mental dos favelados do Distrito Federal*, publicado em março de 1958. Segundo o IPEME, ambos tiveram como objetivo:

(...) proporcionar às autoridades, aos órgãos oficiais e privados que procuram a solução para o tão sério problema das favelas do Distrito Federal, e, de modo geral, aos estudiosos da sociologia, a análise científica e, portanto, fidedigna, sem a qual corriam o grave perigo de orientar erradamente os seus esforços.⁶²

Favelas e favelados do Distrito Federal foi encomendado pelo arquiteto Carlos Calderaro, diretor da Construtora Atlântida; já *A vida mental dos favelados do Distrito Federal*, pelo empresário do setor imobiliário Santos Bahdur.⁶³ Os prováveis beneficiários por essas “análises científicas” e os interesses que orientavam a ação do IPEME ficam evidentes quando identificamos os vínculos entre empresários da construção civil e a entidade. Estas relações, assumidas inclusive na denominação do Instituto, foram explicitadas nas páginas iniciais da primeira publicação:

Seus diretores (...) visam a colaborar, através desse Instituto, com a Indústria, o Comércio e as Classes dirigentes em geral, oferecendo-lhes um serviço altamente especializado, que vem sendo, cada vez mais, compreendido e utilizado pelas classes produtoras, correntes políticas e governantes deste país.⁶⁴

⁶⁰ Idem, ibidem, pp. 7-8.

⁶¹ Dirigido pelo corretor de imóveis, Walter Rocha, e pelo sociólogo francês naturalizado argentino Jacques-Marie de Mahieu, o IPEME se propunha a “realizar, em todo o Brasil, pesquisas de mercado, consultas de opinião pública, estudos econômicos, planificação integral e outros trabalhos baseados na moderna técnica da ‘amostragem estatística’.” Trecho extraído da “apresentação” de *Favelas e favelados do Distrito Federal*, sem paginação. Para as publicações, o IPEME contou ainda com o apoio do engenheiro Augusto Luiz Duprat, presidente do Instituto de Engenharia Legal de 1957 a 1961, e redator do Anteprojeto de Normas e Avaliações de Imóveis.

⁶² IPEME. *Favelas e favelados...*, op.cit., p. 7.

⁶³ “Neste país, quem compra terra não erra”, teria dito, nos anos 1960, o corretor Santos Bahdur a J.A.Gueiros, hoje colunista de um *blog* sobre histórias do bairro da Barra da Tijuca, vinculado ao site do jornal *O Globo*. A coluna, publicada por Gueiros em julho de 2009, tratava das estratégias do corretor para comercializar terrenos no Recreio dos Bandeirantes, à época um bairro ainda praticamente inabitado. Gueiros exaltou o “espírito empreendedor” e a “visão” de Santos Bahdur quanto à valorização dos terrenos. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/gueiros/posts/2009/07/05/nao-fiquei-ricos-mas-ainda-tenho-um-sonho-201795.asp>>, acesso em 27/09/11.

⁶⁴ IPEME. *Favelas e favelados...*, op.cit., p. 7.

A pesquisa, informou o texto, foi acompanhada em todas as fases por um observador do Serviço Social da Indústria (SESI). Mais uma vez, é destacada a preocupação com os estudiosos do assunto favela, assim como o interesse de subsidiar governantes na organização de ações para solucioná-lo, e de colaborar com as “classes produtoras” que precisavam resguardar a capacidade produtiva da população, que, pelo entendimento do IPEME, as condições de habitação nas favelas ameaçavam, apesar da constatação do grande número de trabalhadores vivendo nelas.

A amostra das pesquisas envolveu 1000 barracos, divididos pelas cinco regiões administrativas da cidade (chamados de setores pelo IPEME), que reuniam, segundo o instituto, 116.977 barracos e 640 mil favelados no total⁶⁵. Esses números, no entanto, não se basearam na pesquisa direta, mas foram estimados de acordo com o levantamento do número de barracos realizado pelo Serviço Nacional de Febre Amarela, em 1954, e pelo “índice de crescimento das favelas” estabelecido pelo Serviço de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-higiênicas (SERFHA) da Prefeitura do Distrito Federal, que contabilizava um aumento de 23 barracos por dia⁶⁶. Em sua pesquisa, o instituto afirmou ter abrangido 65 favelas e “núcleos menores”, no entanto, nem mencionou nem calculou o número total de favelas existentes naquele ano.

Em *Favelas e favelados do Distrito Federal*, há informações sobre as famílias, o local de trabalho, a profissão, o “habitat”, os “marginais” e as crianças. Os relatores do trabalho deram ênfase à heterogeneidade entre as favelas e os favelados e justificaram as diferenças de comportamento segundo as regiões de origem dos entrevistados. Por exemplo, afirmaram que 53,6% dos “marginais” das favelas – que podiam ser homens portando arma ou maconha, “mulheres semi-nuas” ou “casais embriagados” – eram

⁶⁵ Entre outros, os setores correspondiam aos seguintes bairros e favelas que integraram a pesquisa: Setor 1: Santa Teresa, Glória, Laranjeiras, Botafogo, Leme, Copacabana, Lagoa e Gávea (Escondidinho, Prazeres, Visconti, Guararapes, Marquês de Abrantes, Nova Cintra, Chico, Fazendinha, Julio Otoni, Pavão, Pavãozinho, Babilônia, São João, Pasmado, Santa Marta, Catacumba, Cantagalo, Praia do Pinto, Macedo Sobrinho, Euclides da Rocha, Anglo-Brasileira); Setor 2: Centro, Caju e Ilha do Governador (Morro da Favela, Santo Antônio, Saúde [parte não urbanizada], Santo Cristo [parte não urbanizada], Quinta do Caju, Manilha, Boogie-Woogie [Ilha do Governador]); Setor 3: Rio Comprido, Tijuca, Andaraí e São Cristóvão (Salgueiro, Formiga, Borel, Barreira do Vasco, São Carlos, Turano, Chacrinha, Rua do Bispo, Querosene, São Sebastião, Alegria, Sampaio, Macacos, Arrelia, Pau da Bandeira); Setor 4: Engenho Novo, Boca do Mato e Méier (Mangueira, Jacarezinho, Barro Vermelho, Barro Preto, Dona Francisca, Cachoeirinha, Céu, Matriz) e Setor 5: Penha, Irajá, Madureira e Realengo (Baixa do Sapateiro, Cruzada São Sebastião, Praia de Ramos, Vigário Geral, Parada de Lucas, Perereca, Vila Proletária da Penha, Caracol, Vila Cruzeiro, Leopoldina de Oliveira [Sossego], Benfica e Vintém). IPEME. *Favelas e favelados...*, op.cit., p. 10.

⁶⁶ Em 1959, um levantamento feito pelo SERFHA mapeou no Distrito Federal 172 favelas com cerca de 700 mil moradores. SILVA, Maria Laís Pereira da. *Favelas cariocas, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 185.

originários dos “estados do Leste”.⁶⁷ Entretanto, “os cariocas dão uma proporção de marginais muito mais elevada” porque existiam em menor número nas favelas.⁶⁸

O maior interesse da pesquisa consistia em demonstrar a enorme distinção entre as características e as formas de viver de cada morador de acordo com a localização da favela: quanto mais ao sul e, por vezes, ao centro (áreas mais valorizadas da cidade), piores seriam os caracteres, as condições de vida, os hábitos e os indicadores sociais. A pesquisa “científica” elaborou uma classificação das favelas de acordo com o “valor econômico-social da situação geográfica”, como informaram os autores, produzindo uma avaliação bastante conveniente para o setor imobiliário e um argumento para justificar políticas de remoção dos moradores. As favelas do Distrito Federal foram qualificadas como “úteis” – em função da quantidade de “trabalhadores locais”, isto é, trabalhadores da indústria “adequadamente” situados nas zonas industriais da cidade – ou “parasitas”, ou seja, as localizadas nas “zonas residenciais” (setor 1, que incluía toda a zona sul, e setor 3, que abrangia os “bairros residenciais” da Tijuca, Andaraí e Vila Isabel), sobre as quais o mercado imobiliário tinha mais interesse. Estas áreas deveriam manter seu caráter “residencial”, obviamente não para residência de favelados. Segundo essa lógica,

O setor 1, que abrange toda a zona sul, é a antítese do setor 5. Tem o habitat mais primitivo, sob todos os pontos de vista, a maior porcentagem de famílias irregulares, a menor frequência escolar, a maior proporção de crianças que trabalham, o índice máximo de marginais, uma prostituição desenvolvida, a menor porcentagem de trabalhadores regulares, homens e mulheres, e o menor rendimento por família. Tem um elevado índice de “trabalhadores viajantes”, sobretudo entre os trabalhadores regulares.

A elevada porcentagem de empregadas domésticas que se nota entre as poucas mulheres que trabalham regularmente não basta para justificar a presença, na zona residencial por excelência do Rio, de uma população favelada de 83.000 pessoas que, na sua grande maioria, não trabalha ou trabalha noutros bairros, e constitui em conjunto, o pior elemento econômico-social dos morros do Distrito Federal. (...)

Os 100.000 favelados do setor 3, pouco interessantes no seu conjunto, não têm, portanto, nenhuma razão válida de permanecer na zona onde se encontram atualmente.⁶⁹

Segundo o instituto, suas pesquisas científicas baseadas em entrevistas e preenchimento de questionários pelos pesquisadores não davam margem a “qualquer idéia preconcebida” e, a partir delas, podiam formular as soluções necessárias para as

⁶⁷ De acordo com a divisão territorial brasileira da época, os estados do Leste compreendiam Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Sergipe.

⁶⁸ IPEME. *Favelas e favelados...*, *op.cit.*, p. 31.

⁶⁹ O IPEME considerava apenas a relação “local de trabalho-local de moradia” dos chefes (homens) de família “por entendermos que o fato destes últimos trabalharem no local justifica a residência de todos os seus.” Não importava, por exemplo, o trabalho de grande número de empregadas domésticas nas casas de classe média e alta da zona sul da cidade. Ver IPEME. *Favelas e favelados...*, *op.cit.*, pp. 38-41.

favelas. Além disso, os entrevistadores faziam o controle das respostas com a ajuda de um morador da favela “escolhido pela sua honradez e o seu nível mental”.⁷⁰ Apesar de afirmar que “A única solução consiste, pois, em eliminar as favelas e, antes de tudo, em deter o seu crescimento”, o órgão propunha: impedir o crescimento das favelas, operações policiais (para afastar os marginais, combater a prostituição e regulamentar o trabalho infantil), urbanizar as favelas “localmente úteis” (as da zona industrial e do porto), deslocar as favelas localmente inúteis (as “parasitas” da zona sul, da Tijuca e de alguns bairros que já possuíam forte concentração industrial, como Lins e Engenho Novo) para as zonas industriais. Tais soluções, afirmaram, seriam vantajosas para os “favelados decentes” que não precisariam mais se deslocar para o local de trabalho (desconsiderando boa parte dos trabalhadores residentes em favelas empregada no serviço doméstico ou no comércio, por exemplo) e para a indústria, “que teria à sua disposição uma mão de obra mais abundante, sobretudo no futuro, encarregando-se o SESI e o SENAI da formação técnica dos jovens que passariam assim de uma escola de delinqüência para uma escola de aprendizagem”.⁷¹

⁷⁰ Idem, ibidem, p. 11.

⁷¹ Idem, ibidem, p. 41-42. As publicações do IPEME ganharam destaque na grande imprensa, com a reprodução dos resultados das pesquisas em *O Cruzeiro* e no *Correio da Manhã*, por exemplo. Para a matéria “Situação nas favelas – resultado de inquérito cuidadoso – Mais protestantes que católicos verdadeiros”, publicada em uma edição dominical do *Correio da Manhã*, os dados foram fornecidos ao jornal pelo próprio Santos Bahdur, apresentado como “patrocinador” do estudo. Ao *Correio da Manhã*, Bahdur afirmou “não ter nenhum interesse particular na iniciativa”: “O IPEME – Instituto de Pesquisas e Estudos de Mercado realizou neste seu segundo trabalho de fôlego uma tarefa importantíssima, que retrata uma vasta realidade. Não podia eu guardar para minha satisfação pessoal esses resultados e vou apresentá-los às autoridades interessadas, tais como o prefeito, o cardeal D. Jaime, o bispo D. Helder e o chefe de Polícia. De grande significação sociológica, principalmente como base para solução do problema das favelas espelha uma situação com absoluta isenção, sem outra influência que não as da técnica moderna, imparcial, objetiva, orientada pelos diretores do IPEME, sr. Walter Rocha e prof. Jacques-Marie de Mahieu, que aplicaram ao caso a mais recente técnica de amostragem estatística, usada nos países mais adiantados”. O jornal continuou publicando os dados nas edições seguintes. “Situação nas favelas – resultado de inquérito cuidadoso – Mais protestantes que católicos verdadeiros”, *Correio da Manhã*, 27/04/1958, pp. 2 e 12.

As repercussões também foram negativas e os dados apresentados foram duramente criticados. Para o advogado Magarinos Torres, secretário-geral da União dos Trabalhadores Favelados, que defendia moradores de várias favelas em casos de remoção e despejo (ver segundo capítulo), tanto as batidas policiais quanto os inquéritos do IPEME, que “misturavam dados exatos fornecidos pelo IBGE [com] informações mentirosas sobre o número de criminosos, governistas e comunistas ou ademaristas moradores nas favelas cariocas” tinham interesse claro. No artigo “A verdade sobre as favelas do Rio”, publicado no jornal *O Semanário*, Magarinos acusava D. Helder Câmara, o então prefeito Negrão de Lima e o chefe de polícia Menezes Côrtes de promover as batidas para, supostamente, “proteger os trabalhadores pobres”, quando, na verdade, apenas estariam interessados em arrecadar recursos para a Cruzada São Sebastião “urbanizar” as favelas. Assim, supervalorizar os números de criminosos nas favelas serviria para justificar as batidas policiais, contra as quais os moradores de favelas já iniciavam mobilizações. Escreveu o advogado: “... aqueles corretores [Walter Rocha e Santos Bahdur] promoveram uma conferência numa sociedade hípica, em que compareceu o prefeito, e ali afirmaram, alarmando os moradores da Gávea e da zona sul, que as favelas mais perigosas, onde aqueles milhares de bandidos e comunistas se acoitavam, eram as da zona sul, isto é, as favelas em torno da Lagoa Rodrigo de Freitas e

Outro contraste era igualmente importante e dizia respeito à diferença de cor da população que habitava as favelas e as áreas limítrofes a elas. A iniciativa conduzida por Victor Tavares Moura foi iniciada em favelas da circunscrição da Gávea, anteriormente uma área industrial com vilas operárias e favelas, e que o Censo de 1940 havia demonstrado que ainda possuía a maior quota de população negra na zona sul do Distrito Federal.⁷² Nas referências na imprensa sobre as áreas faveladas eram frequentes, como vimos, expressões como “habitat crioulo” ou “taba de negros”.

No final dos anos 1940, os autores do Censo das Favelas indicaram mais claramente a preocupação com esta questão. Entre os resultados, há informações sobre a proporção da população negra nas favelas: 35,88% pessoas foram identificadas como “pardas” e 35,05% como “pretas”; os “brancos” correspondiam a 28,96%. Uma percentagem bastante superior, informaram os autores, ao número de pretos e pardos encontrados na população brasileira de uma forma geral, e na do Distrito Federal em particular, realidade para a qual ofereceram a seguinte “explicação”:

Não é de surpreender o fato de os pretos e pardos prevalecerem nas favelas. Hereditariamente atrasados, desprovidos de ambição e mal ajustados às exigências sociais modernas, fornecem em quase todos os nossos núcleos urbanos os maiores contingentes para as baixas camadas da população.⁷³

O Censo das Favelas realizado pela Prefeitura, em 1948, ratificava uma imagem já bastante enraizada sobre a população destas localidades. A elas era atribuída toda

em Copacabana, Ipanema, Leblon, Gávea e Botafogo.” Ainda segundo Magarinos, o sociólogo José Arthur Rios também havia publicado uma carta no *Correio da Manhã* reivindicando que Jacques-Marie de Mahieu demonstrasse a exatidão dos dados levantados pelo IPEME sobre as favelas. TORRES, Magarinos. “A verdade sobre as favelas do Rio”. *O Semanário*, nº115, semana de 26 de junho a 3 de julho de 1958, p. 16.

⁷² Em todas as localidades com maior concentração de população operária havia predominância da população negra. Sobre estes dados, ver COSTA PINTO, L.A. *O negro no Rio de Janeiro – relações de raças numa sociedade em mudança*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998 (2ª Ed) [1953], p.137. Trataremos deste livro mais adiante. Com o Parque da Gávea em pleno funcionamento e com a repercussão em jornais da iniciativa do governo para “acabar com as favelas”, o escritor Stefan Zweig, em seu livro “Brasil, país do futuro”, escreveu sobre as favelas do Rio que, imaginava, estariam “extintas” em poucos anos: “As favelas, estas magníficas e pitorescas tabas de negros se localizam nos morros da cidade, como ninhos tremulantes de pássaros... Possivelmente daqui a alguns anos, as favelas, povoados negros no centro da cidade, desaparecerão totalmente... (...) As favelas têm uma história singular. Os negros, que ganham muito pouco, são pobres demais para poder morar na cidade. De outro lado, se morassem fora, os preços de transportes seriam proibitivos. Eis porque construíram estas ocas nos rochedos e nas colinas, no centro do Rio, sem ocupar-se do problema da propriedade do terreno...”. ZWEIG, S. *apud* PARISSE, Lucien. *Favelas do Rio de Janeiro, op.cit.*, p. 73.

⁷³ PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Censo das Favelas, op.cit.*, p. 11.

uma “ansiedade racial”⁷⁴, antes destinada a outros tipos de habitação popular, como os cortiços. Pautados por uma suposta ideia de cidade civilizada, europeia, informados por conceitos eugenistas de manipulação dos fatores capazes de “melhorar a raça humana”, os autores do documento circunscreviam os moradores em termos de um determinismo do meio.

Como se nota nos textos do Censo das Favelas e do Instituto de Pesquisas e Estudos de Mercado (IPEME), o conceito de “raça” (e suas implicações) esteve muito bem acolhido entre nossos estudiosos.⁷⁵ Vista sob uma perspectiva moralista e determinista, a realidade da favela era considerada como definidora de caracteres e, ao mesmo tempo, a única saída para indivíduos “pouco ambiciosos”, “resistentes ao progresso e à civilização”. A pobreza de seus moradores era associada à “ruralidade” ou ao “primitivismo”, justificando a existência da favela apenas pela incapacidade dos pobres, em sua maioria negros e/ou migrantes de áreas rurais, se integrarem às “sociedades modernas”, ditas avançadas e civilizadas.⁷⁶

O preto via de regra não soube ou não pôde aproveitar a liberdade adquirida e a melhoria econômica que lhe proporcionou o novo ambiente para conquistar bens de consumo capazes de lhe garantirem nível decente de vida. Renasceu-lhe a preguiça atávica, retornou a estagnação que estiola, fundamentalmente distinta do repouso que revigora, ou então – e como ele todos os indivíduos de necessidades primitivas, sem amor próprio e sem respeito à própria dignidade – priva-se do essencial à manutenção de um nível de vida decente, mas investe somas relativamente

⁷⁴ Vários autores demonstraram a correlação entre as iniciativas de modernização e saneamento da capital federal e as tentativas de “europeização” da cidade nos costumes e no afastamento da população pobre e negra dos centros comerciais e de negócios e áreas de residência das elites econômicas. Uma análise interessante e recente é a da historiadora norte-americana Brodwyn Fischer. Ver FISCHER, Brodwyn. Partindo a cidade maravilhosa. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da e GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

⁷⁵ Fischer aponta que “Antes dos anos 1940, era relativamente comum encontrar referências a raça relacionadas com as favelas, em geral em estudos preocupados em debitar os problemas sociais dessas comunidades à herança racial (cultural ou biológica) de seus habitantes. Na década seguinte, poucos estudos mantiveram tal perspectiva, mas na década de 1970 – quando a favela tornou-se objeto central de pesquisa de estudos sobre desigualdade social urbana -, os fatores econômicos passaram a ser os mais importantes.” FISCHER, Brodwyn. Partindo a cidade maravilhosa, *op.cit.*, p. 425. Um dos diretores do IPEME, Jacques-Marie de Mahieu, escreveu livros baseados no “racismo científico”, nos quais destacava que as “raças humanas” deveriam conservar suas características, não se miscigenando entre si. Nos anos 1960, essa discussão ainda era importante e pode ser vista no trabalho de pesquisadores estrangeiros que atuaram no Brasil, vinculados à UNESCO, como o sociólogo porto-riquenho Frank Bonilla. Em seu artigo sobre as favelas cariocas, publicado em 1961, Bonilla traz de volta os dados do Censo de 1950 que demonstravam o predomínio da população negra nas favelas. “Os brasileiros, na verdade, freqüentemente apontam a heterogeneidade da população da favela como uma evidência da democracia racial do país”, constatou, para afirmar logo depois: “Os negros do Rio podem até não estar sozinhos na favela, mas estão quase todos lá.” BONILLA, Frank. “Rio’s favelas: the rural slum within the city”. *American Universities Field Staff Reports Service*, Nova Iorque, East Coast South America Series, vol. VIII, nº 3: 1-15, ago., 1961, p.2.

⁷⁶ PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Censo das Favelas*, *op.cit.*, pp. 10-11.

elevadas em indumentária exótica, na gafeira e nos cordões carnavalescos, gastando tudo, enfim, que lhe sobra da satisfação das estritas necessidades de uma vida no limiar da indigência.⁷⁷

Com base nos dados do Censo das Favelas, o sociólogo L.A. Costa Pinto, vinculado à Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura (UNESCO), constatou no livro *O negro no Rio de Janeiro – relações de raças numa sociedade em mudança*, publicado em 1953:

(...) as favelas apresentam-se como núcleos segregados de população pobre e de cor exatamente nos bairros onde os brancos constituem a maioria e que elas encontram menores razões econômicas e sociais para se formarem naqueles bairros onde maior é o número de habitantes de cor e menor a distância social e étnica entre favelados e não-favelados.⁷⁸

No terceiro capítulo do livro, Costa Pinto refere-se ao aspecto “ecológico” das relações raciais no Rio de Janeiro com enfoque para o papel das favelas na análise da “segregação residencial étnica”. Na então capital do Brasil, foram as favelas – presentes em todo eixo norte-sul e o número de empregados domésticos (mulheres negras, na maioria) residindo nas casas de seus patrões na zona sul – que influenciaram a dispersão da “população de cor” também pelas áreas ricas da cidade. Só por esses motivos que a concentração dos negros nas classes mais pobres da população não se configurou também como uma segregação espacial dos grupos étnicos. Embora tenha utilizado os dados do Censo das Favelas, Costa Pinto não fez nenhuma menção em seu trabalho às interpretações racistas contidas no documento da Prefeitura.

⁷⁷ Idem, p. 11.

⁷⁸ COSTA PINTO, L.A. *O negro no Rio de Janeiro – relações de raças numa sociedade em mudança*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998 (2ª Ed) [1953], p.139. Para este trabalho, o sociólogo Luiz de Aguiar Costa Pinto utilizou os dados do Censo das Favelas, realizado pela Prefeitura do Distrito Federal, uma vez que ainda não havia sido divulgada a análise sobre o Censo de 1950; no entanto, não houve grandes divergências entre a proporção de negros e brancos recenseados nas favelas nas duas ocasiões. Em 1949, o sociólogo havia participado do fórum da UNESCO que “debateu o estatuto científico do conceito de raça”. A publicação do livro integrou o projeto de pesquisa da entidade sobre relações étnicas no Brasil. O país foi escolhido como campo de pesquisa após uma conferência do órgão em 1950; o objetivo era “conhecer (...) os diversos fatores – econômicos, psicológicos, políticos, culturais – que influem no sentido da harmonia ou desarmonia nas relações de raça”, conforme informou o próprio Costa Pinto, no prefácio à primeira edição, em maio de 1952. O assim chamado Projeto UNESCO toma a experiência brasileira – supostamente de harmonia racial – para fazer um contraponto com os genocídios realizados na Segunda Guerra Mundial em nome de uma “raça pura”, a “persistência do racismo em diversas partes do mundo” e “o processo de descolonização africana e asiática”. Os pesquisadores envolvidos no projeto, no entanto, não deixaram de relatar a existência do preconceito de cor e das desigualdades entre negros e brancos no Brasil, criticando a ideologia da democracia racial. Cf. MAIO, Marcos Chor. Apresentação. In: COSTA PINTO, L.A. *O negro no Rio de Janeiro – relações de raças numa sociedade em mudança*, op. cit., p. 17.

O Censo de 1950 e as considerações de Guimarães confirmavam as dificuldades de inserção da população negra em trabalhos socialmente mais valorizados e melhor remunerados, o que levava a condições de vida precárias. Nas 58 favelas recenseadas, a distribuição da população conforme a cor ficou assim registrada: 37,98% de pretos, 32,74% de brancos e 28,89% de pardos, este último grupo correspondendo aos que se declararam como pardos, mulatos, cafuzos, caboclos, mestiços, etc. Na proporção global do Distrito Federal, este quadro se invertia: 69,87% de brancos e 17,49% de pretos e pardos. A análise de Guimarães, no entanto, não colocava a questão nos termos racistas que haviam caracterizado a interpretação do Censo das Favelas.

Em sua análise sobre “hábitos, costumes e moralidade” dos habitantes de favelas, o Censo das Favelas repetiu os estereótipos atribuídos às camadas populares: “As classes atrasadas são incapazes de suportar trabalho de grande duração”, “O vigor depende parcialmente das qualidades da raça, mas essas dependem em grande parte do meio físico, principalmente do clima” e aponta o que supostamente seriam as condições favoráveis para melhorar a capacidade produtiva dos indivíduos, soluções fundamentadas nos “progressos na higiene e nas ciências médicas”, entre outras. Uma forma de compreender a favela e os favelados que não continha nenhuma novidade; ao contrário, revela um caráter muito duradouro. Os moradores das favelas emergem deste Censo como “personagens” e nas suas páginas surgem os grupos integrantes do que foi chamado de “alta roda”, a “elite” das favelas, uma expressão utilizada tanto para descrever os envolvidos em algum tipo de criminalidade, como a exploração de pontos de distribuição de luz elétrica, de casebres ou de terrenos, os donos de biroscas e “os promotores de reivindicações e de melhoramentos, os agentes subversivos, os caçadores de votos”.⁷⁹ Assim, vemos que sob a mesma classificação de “oportunistas” são tomados os cabos eleitorais de políticos em campanha pelas favelas e os moradores organizados pela reivindicação de seus direitos, talvez com uma importante capacidade de mobilização para justificar tal incômodo.

Da mesma forma que as análises do Censo das Favelas, as publicações do IPEME são as mais claramente tendenciosas e preconceituosas em suas interpretações sobre as condições de vida e características culturais das populações das favelas. São igualmente reveladores de um tipo de relação estabelecida pelas elites com as favelas e seus moradores e, pode-se até mesmo dizer, com os pobres do Brasil. Análises racistas –

⁷⁹ PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Censo das Favelas, op.cit.*, pp. 18-19.

amplamente amparadas nas teorias vigentes de então – prosseguiram na publicação *A vida mental dos favelados do Distrito Federal*, lançada pelo IPEME em 1958, uma combinação duvidosa de teorias eugenistas associadas à psicologia. Ao descrever nordestinos, negros e camponeses moradores de favelas são utilizadas expressões e frases como “primitivo”, “mente aniquisogada por automatismos pouco numerosos, mas freqüentes”, “população mentalmente velha”, “herança subconsciente” e “nível psíquico [que] não lhe permite encontrar saídas originais”, entre outros. Lê-se, por exemplo: “não é por casualidade, mas por pressão subconsciente do animismo ancestral que os pretos produzem duas vezes mais macumbeiros que os brancos ou os mulatos”.⁸⁰

Favela como ameaça latente: da miséria à revolução?

Essas análises estiveram profundamente focadas no interesse de intervir nestes espaços populares. Uma das motivações nem sempre explícitas no objetivo de conhecer as favelas e seus moradores diz respeito a sua movimentação para garantir a permanência nas favelas e pela aproximação entre eles e partidos políticos. Esse período de concentração de realização de estudos (e também de formação de comissões e órgãos para lidar com as favelas) “coincide” com um momento de importante atuação de membros do Partido Comunista Brasileiro entre trabalhadores residentes nas favelas da cidade. Assim, desde cedo em sua história lançada à condição de “ameaça” à beleza, à ordem e à saúde da cidade, a favela e seus moradores representariam então um novo

⁸⁰ INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS DE MERCADO (IPEME). *A vida mental dos favelados do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: IPEME, 1958, p.31. “Análise” semelhante já constava da publicação anterior *Favelas e favelados...*: “A grande maioria dos favelados está constituída por gente de cor, de origem camponesa, quase toda, que procede dos Estados do Leste e Nordeste.

Impelida por condições econômicas adversas, e atraída pelas “luzes da cidade”, não faz senão reproduzir aqui o fenômeno universal da concentração cada vez mais acentuada da população nos grandes aglomerados, corrente que a experiência demonstra ser irreversível. Mais exatamente, reproduz a migração provocada na Europa, no século passado, e nos Estados Unidos, mais recentemente, pelo processo de industrialização.

Contudo, a situação dos camponeses assim deslocados apresenta-se no Rio com cores bastante diferentes. Com efeito, o neo-proletariado europeu e, no que diz respeito à população branca, o norte-americano, manifestaram um afã e uma capacidade de adaptação ao seu novo ambiente que lhes permitiu superar, pelo menos em parte, as dificuldades surgidas da erradicação.

Tal afã não se nota, em geral, entre os favelados do Rio. Procuram algo do brilhante da vida cidadina, mas desinteressam-se pelo essencial. Consideram o rádio mais importante que as instalações higiênicas mais elementares.

Tudo isso se explica. Os camponeses que emigram para o Rio levavam nos Estados uma vida próxima à dos neolíticos. Trazem à cidade um modo de vida baseado não apenas em hábitos seculares, mas também no substrato étnico do seu subconsciente.” IPEME. *Favelas e favelados do Distrito Federal*, pp. 36 e 37.

tipo de ameaça e precisavam ser conhecidos não somente segundo critérios sociodemográficos, mas também em suas concepções políticas.⁸¹

Em *A vida mental...* revela-se a verdadeira preocupação acerca dos “níveis psíquicos dos favelados”:

Anda [o favelado], então, à procura de soluções “prefabricadas”, que aceita sem análise nem crítica. Não é por acaso, mas sim por pressão do ambiente, que o setor do porto proporciona a maior porcentagem de partidários da intervenção do capital estrangeiro na exploração do petróleo nacional; não é por casualidade, mas por desorientação e por atração da novidade, que o protestantismo e até a Legião da Boa Vontade recrutam numerosos adeptos nos morros.

Assim, a vida mental do favelado está dominada alternadamente por um subconsciente aniquilado e por uma consciência maleável: em ambos os casos, é um inadaptado.⁸²

Mais adiante na mesma publicação:

Como também predomina o dito subconsciente na forma personalista que, geralmente, toma política nas favelas. Milênios de vida tribal deixaram rastros profundos na memória hereditária da gente de cor, e o caudilhismo do interior criou hábitos que ainda estão presentes. Para a maior parte dos favelados, o partido está vinculado, não a uma doutrina, mas a um líder, a um “patrão” a que se obedece e recorre, seja ele um tribuno de âmbito nacional ou político local. (...) “No Ceará, era UDN. Mas aqui ainda não tenho partido”, isto é, ainda não tenho “patrão”. (...)

Os partidos “doutrinários” estão pregando desde muito tempo e não sem resultados. (...) O favelado, sem renunciar ao sistema de “patronato”, sente a necessidade de ter idéias e de poder expressar idéias. (...) O resultado de tal incapacidade de discriminação, notamo-lo ao considerar os índices que correspondem aos dois partidos mais doutrinários do País. O integralismo apenas recrutou e formou uma pequena minoria de elevado nível de alfabetização, mas sem grande ressonância na vida política das favelas. Ao contrário, o comunismo conseguiu agrupar um verdadeiro exército de 71.000 homens, sem falar nas mulheres. Todos, por certo, não são militantes, e poucos têm uma preparação ideológica firme. Mas trata-se de uma força de choque em potencial, reunida mediante a propagação de idéias e de mitos que correspondem à miséria dos favelados em contraste com o luxo da cidade na qual estão vivendo. Mercê do comunismo, a população dos morros está tomando consciência da sua situação econômico-social.⁸³

No entanto, essa análise tendenciosa sobre a “incapacidade de discriminação” dos favelados não encontrou apoio nem nos resultados da pesquisa conduzida pelo próprio IPEME. Afinal, dos 162 mil eleitores contabilizados nas favelas, 27% seriam governistas, 26,5% comunistas, 25,3% populistas (ademaristas), 5,2% opositoristas e 4,2% integralistas.⁸⁴ Mas, se ao mesmo tempo, a população do morro era possuidora de “uma mente limitada, mas maleável”, podendo se esperar dela qualquer coisa, o que

⁸¹ A associação entre população negra e criminalidade foi outro viés utilizado para reiterar o lugar da favela como ameaça. Nos estudos do IPEME, há uma seção específica para discutir os “criminosos”, tema mencionado também no Censo da PDF.

⁸² IPEME. *A vida mental...*, op.cit, p. 31.

⁸³ IPEME. *A vida mental...*, op.cit, p. 32.

⁸⁴ Idem, p. 18. Muitos entrevistados pelo IPEME se lembravam positivamente de Getúlio Vargas, principalmente as mulheres, consideradas pela publicação como “mais sentimentais”. Estas também seriam menos adeptas ao comunismo, o que, segundo o Instituto, “se explica pela religiosidade mais acentuada do sexo, como também pelas exigências intelectuais da doutrina”. Idem, p. 16.

fazer? Para o IPEME, a resposta era introduzir os favelados no mundo da propriedade privada e assim “desagregar uma massa que ainda não está fortemente doutrinada”, oferecendo um “novo habitat decente”, “educando as crianças, endereçando as suas tendências religiosas e proporcionando-lhe a doutrina política que convenha ao seu afã de autoridade e de justiça social”. Ou isso ou esperar pelas “hordas fanatizadas e históricas, levadas por agitadores, descerem dos morros, assaltando a Cidade e o País”.⁸⁵

O temor revelado pelo *slogan* “É preciso subir o morro antes que dele desçam os comunistas” – criado no final dos anos 1940 para explicar a necessidade de atuação nas favelas e referente à criação da Fundação Leão XIII por meio de um acordo firmado entre a Prefeitura e a Igreja Católica⁸⁶ – mantinha-se vivo, conforme demonstraram as publicações do IPEME. Os números e o interesse sobre a “vida mental dos favelados”, apontados pela entidade assinalam a continuidade das campanhas anticomunistas e indicam o reconhecimento da força de penetração e enraizamento social do PCB entre a população pobre.⁸⁷ O surgimento da Fundação Leão XIII em 1947 havia sido uma resposta das forças sociais e políticas adversárias ao Partido Comunista Brasileiro em função do apoio popular ao partido evidente pelas votações expressivas em 1945 e também pela importante vitória nas eleições para a Câmara do Distrito Federal, em 1947. No mesmo ano, o PCB foi posto na ilegalidade e a Prefeitura do Distrito Federal iniciou o Censo das Favelas.

Conhecer a “vida mental” dos favelados significava (sobretudo) conhecer sua vida associativa e suas tendências políticas. Em outra edição do *Correio da Manhã* sobre os inquéritos do IPEME, um de seus diretores, Walter Rocha não deixava dúvidas sobre esses propósitos em uma declaração que o jornal considerou “curiosa”: “Em política como em biologia, não há geração espontânea. A proliferação dos comunistas nas favelas tem causas. A miséria, por certo, em contraste com o luxo da cidade na qual os morros estão como enquistados. Mas também, e talvez sobretudo, a insegurança econômica, que apenas em parte é o fruto da imprevidência dos favelados”.⁸⁸

⁸⁵ Idem, p. 33.

⁸⁶ O *slogan* foi citado no estudo “Aspectos humanos da favela carioca”, publicado em 1960 pela Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), do qual falaremos adiante. SAGMACS. *Aspectos Humanos da favela carioca*, Primeiro Caderno, p. 38.

⁸⁷ Como veremos no segundo capítulo, havia realmente uma atuação importante do Partido Comunista Brasileiro na cidade. Além dos Comitês Democráticos Populares presentes em diversos bairros (e suas favelas), políticos e jornais vinculados ao partido acompanhavam de perto as demandas dos moradores da cidade. Não era o único partido, entretanto, com atuação nas favelas cariocas.

⁸⁸ Na primeira parte, a matéria tratava da vinculação dos favelados a Institutos de Previdência e suas queixas quantos aos serviços prestados por estes institutos. “Inquérito do IPEME: favelados se queixam (com razão) da Previdência”, *Correio da Manhã*, 1º/05/1958, pp. 3 e 16.

Esse tipo de afirmação era um senso comum repetido há vários anos, assim como a ideia de favela como uma ameaça latente, um dos aspectos discutidos no trabalho do sociólogo porto-riquenho Frank Bonilla, intitulado “*Rio’s favelas: the rural slum within the city*” (Favelas do Rio: os assentamentos rurais dentro da cidade, em uma tradução livre). “Ninguém pode dizer se a favela permanecerá por um longo tempo como um agente imperfeito de integração ou se está prestes a se tornar uma incubadora da revolução”, escreveu ele, em 1961, quando baseado no Brasil.⁸⁹

Neste ano, Bonilla conduziu o trabalho sobre as favelas do Rio, no qual 150 homens e 50 mulheres moradores de cinco favelas (não identificadas no artigo) foram entrevistados sobre seu senso de participação no desenvolvimento nacional. O objetivo era conhecer o potencial “explosivo” dessas localidades, tidas como uma das principais evidências das desigualdades nacionais, em um período (entre 1955 e 1959) em que a taxa de crescimento do país correspondia a uma das maiores da América Latina. Na visão dicotômica com que Bonilla tratava as favelas, a “magia e autenticidade do carnaval” demonstrariam também a força de um “potencial explosivo construído dia a dia na favela”.⁹⁰ Ao mesmo tempo, elas carregavam a capacidade de integração de migrantes vindos de áreas rurais e “sem habilidades para viver na cidade”, representavam condições de vida melhores – apesar dos negativos descritores utilizados para falar sobre elas – e ofereciam as condições necessárias para sustentar a coexistência e a coesão social, sem as quais a violência que tantos temiam que descesse o morro já teria “assolado” a cidade.

As entrevistas conduzidas por Bonilla inquiriram também sobre a relação entre os moradores de favelas e a ação política. Segundo a pesquisa, quase metade afirmou que “não valia a pena tomar parte na política”. Foram 17% dos homens e 4% das mulheres os que declararam participação em encontro de partidos políticos nos seis meses anteriores à pesquisa; 12% dos homens e 4% das mulheres disseram ter ido a

⁸⁹ Bonilla integrou o *American Universities Field Staff* (AUFS), uma organização formada por universidades norte-americanas com o objetivo de enviar pelo mundo pesquisadores de diferentes áreas para realizar pesquisas de campo, sistematizar informações e redigir informes sobre economia, educação, política, reforma agrária, entre outros temas, publicados em boletins mantidos pela AUFS. Os “correspondentes” atuavam, por vezes, em pesquisas de programas de agências da Organização das Nações Unidas, como a UNESCO e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o que era o caso da pesquisa em questão, que integrava um projeto mais abrangente com trabalhadores de fábrica envolvendo trabalho de campo em quatro países latino-americanos: além do Brasil, também Chile, Argentina e México. BONILLA, Frank. *Rio’s favelas: the rural slum within the city*. *American Universities Field Staff Reports Service*, Nova Iorque, (East Coast South America Series, vol. VIII, nº 3): 1-15, ago., 1961, p. 6.

⁹⁰ BONILLA, Frank. *Rio’s favelas: the rural slum within the city*, *op.cit.*, p. 2.

uma reunião sindical; 24% dos homens e 8% das mulheres afirmaram ter participado de manifestações ou comícios e 14% dos homens e 6% das mulheres, ter trabalhado para um partido político.

O artigo de Bonilla partia de uma compreensão já consolidada sobre a favela, como ideias correntes de que as favelas em “entraves rurais” na cidade, e dialogava com teorias muito frequentes nas descrições das favelas no período, como a teoria da marginalidade, ao interrogar sobre a inserção dos migrantes de áreas rurais na modernidade e no desenvolvimento da cidade.⁹¹

A visão homogênea da favela como uma ameaça política, entregue à demagogia de políticos e partidos dispostos a utilizar os problemas urbanos e as desigualdades como forma de propaganda e captação de votos, foi importante em outro estudo sobre as favelas do então Distrito Federal. *Aspectos humanos das favelas cariocas*, um estudo que se tornou para muitos pesquisadores posteriores um marco pela utilização da abordagem e das metodologias das ciências sociais na pesquisa sobre as favelas⁹², traçou considerações que defendiam a necessidade de intervenção sobre as favelas e sobre o que consideravam uma incapacidade dos moradores: tomar decisões políticas qualificadas: “O povo favelado deixa-se levar por qualquer um, poucos são os que têm juízo formado. Esse traço se revela na sua conduta religiosa, como no comportamento político.”⁹³

Publicado em abril de 1960, *Aspectos humanos da favela carioca* foi elaborado pela Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) – escritório que desenvolvia estudos e pesquisas inspirados na

⁹¹ Segundo Janice Perlman, era frequente na literatura sobre modernização a associação entre migrantes de áreas rurais e a falta de adaptação à vida nas cidades, o que explicava sua pobreza, desemprego e falta de absorção pelo mercado popular de habitação. Desta forma, as localidades que lhes serviram de moradia foram vistas a partir da ótica da precariedade, promiscuidade e ilegalidade; os moradores “ao compararem suas condições de vida com a opulência ao redor se tornariam revolucionários raivosos. Esse era o pesadelo/medo da direita e o sonho/esperança da esquerda”. A pesquisadora afirmou ainda que essa ideia das favelas como não pertencentes à cidade foi também “legitimada por cientistas sociais e usada para justificar políticas públicas de remoção.” PERLMAN, Janice. *Marginalidade: do mito à realidade nas favelas do Rio de Janeiro (1969-2002)*. *Coleção Estudos da Cidade*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/SMU/IPP, maio, 2003, pp. 6-7.

⁹² O estudo mereceu, em 2010, um colóquio comemorativo aos 50 anos de sua publicação, reunindo pesquisadores de diversas gerações sobre as favelas cariocas. Organizado pelo Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro e realizado de 19 a 21 de maio, o “Colóquio Aspectos Humanos da Favela Carioca: ontem e hoje” discutiu o contexto de realização da pesquisa da SAGMACS e os temas atuais relacionados às favelas, como o desenvolvimento econômico e a violência. Quanto à sua repercussão pública, Valladares afirma que as informações produzidas pelo estudo da SAGMACS foram bastante utilizadas até a década de 1980 nos trabalhos de muitos autores, além do relatório ter constituído uma “agenda de pesquisa sobre as favelas do Rio”. VALLADARES, Licia. *A invenção da favela...*, *op.cit.*, pp. 101 e 102.

⁹³ SAGMACS. *Aspectos humanos...*, *op.cit.*, Primeiro Caderno, p. 39.

ecologia humana sobre temas sociais e econômicos, sob a orientação do padre Louis Joseph Lebret, fundador do movimento “Economia e Humanismo”⁹⁴ – a partir de uma encomenda do jornal *O Estado de São Paulo*⁹⁵. Sob os princípios do movimento, o estudo foi dirigido pelo sociólogo José Arthur Rios, que desde 1957 era responsável pelo escritório do movimento no Rio de Janeiro e queria formar uma equipe interdisciplinar para o desenvolvimento do trabalho. Assim, foram convidados ainda para coordenar o relatório o sociólogo Carlos Alberto de Medina, que havia trabalhado com Arthur Rios em projetos de pesquisa em áreas rurais, e o arquiteto urbanista Helio Modesto, que colaborou no capítulo sobre urbanização. A equipe também teve a participação de geógrafos, escolhidos por Rios em função do conhecimento sobre a história da ocupação do espaço da cidade.⁹⁶

A pesquisa ocorreu entre 1955 e 1959 – contemporânea da criação da Cruzada São Sebastião e dos estudos do IPEME – e a publicação da íntegra do relatório aconteceu em dois cadernos especiais de *O Estado de S. Paulo*: o primeiro circulou na edição de 13 de abril e o segundo foi distribuído com a edição do dia 15 de abril de 1960. Segundo *O Estado de S. Paulo*, o objetivo do jornal foi:

(...) chamar a atenção dos governantes, administradores, legisladores, políticos e estudiosos das questões sociais para esse fenômeno tão característico dos grandes centros urbanos do Brasil, que

⁹⁴ Segundo Arthur Rios, o movimento tinha duas faces: uma de pesquisa e outra de “mudança social, voltada para a transformação das estruturas” e de “mudança nos padrões de vida das camadas inferiores da população.” In: FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002, p. 66. A escolha da SAGMACS para conduzir a pesquisa esteve relacionada ao prestígio do padre Lebret no Brasil, onde ministrou cursos na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo - instituição que reunia “públicos heterogêneos como quadros da alta administração, engenheiros, médicos e membros da elite católica paulista” - e dos laços criados entre o padre e intelectuais brasileiros, como Josué de Castro, além de sua relação com Dom Helder Câmara, que teria sido o responsável pelo interesse de Lebret pelas favelas. O escritório de planejamento SAGMACS foi criado em 1946. Segundo Valladares (2005), “A abordagem de Lebret, propondo uma alternativa humanista e solidária para solucionar problemas sociais, tanto seduziu os jovens católicos brasileiros, quanto uma grande parte da elite envolvida na busca de uma via ao mesmo tempo anti-imperialista e anticomunista que permitisse impulsionar as mudanças sociais e o desenvolvimento econômico.” A relação de Lebret com o Brasil, sua aproximação com Dom Helder Câmara e os interesses em comum entre eles estão descritos em VALLADARES, L. *A invenção da favela...*, *op.cit.*, pp. 75-91.

⁹⁵ O jornal paulista fazia oposição a Juscelino Kubitschek desde o período das eleições e se posicionou contra sua posse. O convite para a realização da pesquisa foi feito diretamente pelo então dono do jornal, Julio de Mesquita Filho, ao sociólogo José Arthur Rios, em 1958. Rios afirmou (em um depoimento ao CPDOC/FGV, em outubro de 2000, e também no seminário sobre o relatório) que a encomenda esteve relacionada à intenção de mostrar a realidade das favelas na capital federal, enquanto Kubitschek gastava enormes recursos com a construção de Brasília. Apesar disso, o sociólogo afirmou não ter havido qualquer interferência dos dirigentes do jornal na condução do estudo ou redação do relatório. A publicação de *Aspectos humanos...* aconteceu a poucos dias da inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960. In: FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV*, *op.cit.*, p.67.

⁹⁶ VALLADARES, Licia. *A invenção da favela...*, *op.cit.*, pp. 89 e 90.

se manifesta de forma mais evidente no Distrito Federal. E teve também a preocupação de oferecer a esses destinatários um trabalho o mais completo possível sobre as favelas, que trouxesse a chancela de notórios pesquisadores e estivesse isento de paixões políticas e ideológicas.⁹⁷

Seus realizadores, de antemão, pretenderam demarcar sua diferença diante dos demais estudos (considerados precários em seu aspecto metodológico) pela utilização da pesquisa qualitativa baseada em técnicas da antropologia e da sociologia, como observação participante da vida nas favelas e realização de entrevistas com moradores de favelas e representantes de órgãos públicos. Criticaram em trabalhos anteriores a omissão de informações sobre a “intimidade do favelado”, embora também reclamassem da falta de censos atualizados sobre esse universo. Explicar o “processo social que dá origem e caracteriza as favelas” e “as mudanças qualitativas que levaram à situação expressa nas tabelas e gráficos” é o aspecto “mais importante porque o administrador quando vai agir atua sobre seres humanos e não sobre números.”⁹⁸ O relatório analisou ainda dados secundários, como os da Fundação Leão XIII e do Censo de 1950.

A observação “casual” foi realizada em 12 favelas de diferentes áreas da cidade⁹⁹, porém, o aprofundamento das pesquisas restringiu-se à favela da Barreira do Vasco e ao Parque Proletário da Gávea, escolhidos por terem constituído “experiências de recuperação” – destacando a ação da Fundação Leão XIII na Barreira do Vasco e o estabelecimento do Parque em substituição à Favela do Largo da Memória. Além disso, este último contava, no momento da pesquisa, com ações da Prefeitura do Distrito Federal. Segundo os autores do relatório, a presença das duas instituições também facilitava o controle das respostas dadas pelos moradores nas entrevistas.

De fato, *Aspectos humanos...* refinou a caracterização dos moradores de favelas, trazendo trechos das entrevistas e o registro das observações, mas manteve antigas ideias, como a da favela como um lugar de condicionamento das atitudes dos moradores, já supostamente afetados negativamente por sua origem rural. Transparece ainda no texto um viés classista ao relatar aspectos sobre a vida na favela ou o “comportamento social” do favelado, apesar de lamentar, vez ou outra, o “aburguesamento” dos favelados que vão “melhorando de vida”.¹⁰⁰

⁹⁷ SAGMACS. *Aspectos humanos das favelas cariocas*, op. cit., Primeiro Caderno, p. 2.

⁹⁸ Idem, Primeiro Caderno, p. 3.

⁹⁹ Na zona norte: Jacarezinho, São Carlos, Favela do Esqueleto, Vila do Vintém, Bonsucesso, Rádio Nacional e Parada de Lucas; no centro: Escondidinho e Providência; e na zona sul: Praia do Pinto, Cantagalo e Rocinha.

¹⁰⁰ Ver, por exemplo, as conclusões do Primeiro Caderno de *Aspectos Humanos...*, p. 39.

Na perspectiva de indicar linhas de atuação sobre as favelas pelos governos, o relatório lançou diretrizes de orientação ao órgão então destinado a esse fim, o SERFHA, que seria dirigido por Arthur Rios entre 1960 e 1962. O questionamento aos chamados “processos de demagogia na favela”¹⁰¹ fez com que os autores de *Aspectos humanos das favelas cariocas* apresentassem posicionamentos contrários à atuação da Prefeitura do Distrito Federal, ao envolvimento de políticos com as favelas e mais favoráveis aos projetos da Cruzada São Sebastião, que tinha interesses e formas de ação semelhantes às discutidas pelo Movimento “Economia e Humanismo”.

Acuados, os favelados recorreram aos políticos. Os demagogos organizaram associações para pleitear melhoramentos, na realidade para arregimentar eleitores. Conseguiram que seus patronos arrancassem da municipalidade os melhoramentos quando a Fundação ou a Prefeitura recusavam a licença. Iam buscá-la pelo cabo eleitoral prestimoso, na mão do político. Quem se atrevia a contrariá-lo? Pensam que a Fundação Leão XIII faz milagres. Só a procuram depois de tentar os canais competentes e os políticos.¹⁰²

De uma forma semelhante, os responsáveis pelo Censo das Favelas haviam associado os “promotores de melhoramentos” a “oportunistas”. Desta vez, o relatório da SAGMACS aglutinou sob um mesmo rótulo – “demagogos” – políticos e moradores envolvidos com a formação das associações e com as mobilizações pelas favelas. A ação política dos favelados é resumida a um ato desesperado, desconsiderando, por exemplo, a formação de algumas alianças como escolhas legítimas dos moradores – o que não quer dizer que nesse “jogo” não houvesse, de fato, exploração, troca de interesses ou má fé. Também não desconsidero a existência de uma preocupação genuína sobre a qualidade das alianças realizadas pelos favelados e sobre a forma instrumentalizada com que as favelas e seus moradores foram tratados.

O que pretendo chamar a atenção é para a forma passiva com que os moradores, mesmos os que atuavam como lideranças, são tratados sob este olhar que nega sua capacidade de iniciativa e de exercitar escolhas. Ainda que muitas medidas tenham sido realizadas como uma reação à extrema pressão que as ameaças de remoção poderiam

¹⁰¹ Baseado nos resultados do relatório da SAGMACS, do qual foi um dos autores, o sociólogo Carlos Alberto de Medina afirmou que a demagogia na favela está relacionada ao desejo do político “de alcançar postos eletivos de qualquer maneira”. “É esta possibilidade de oferecer e prometer vantagens que marca sua condição de demagogo e não sua liderança real ou suas ideias ou mitos.” Ao outro participante desta relação – os favelados – foram atribuídas, por Medina, as características que tornaram a demagogia na favela possível, como se pode perceber por meio da forma como o autor caracteriza a compreensão e o “valor do voto” pelos favelados: “Deixaram que o favelado votasse e o voto passou a ser utilizado como um elemento de troca. O favelado, como ocorre tanto na zona rural, via no novo “instrumento” uma possibilidade de ganhar alguma coisa e aparecia sempre alguém para dar.” MEDINA, Carlos Alberto de. *A favela e o demagogo*. Coleção Leituras do Povo nº 3. São Paulo: Livraria Martins, 1964, pp. 79 e 82.

¹⁰² SAGMACS. *Aspectos humanos das favelas cariocas...*, op. cit., Segundo Caderno, p.18.

causar, não se pode afirmar necessariamente que tenham sido feitas de forma impensada. Na avaliação contida em *Aspectos Humanos...*, todos os políticos não passavam de meros “demagogos” e os favelados, “acuados,” se deixavam “levar por qualquer um”. A ideia de que a relação favelado-político foi sempre nociva para a favela gerou, como substituta, a tutela e o controle das associações de moradores nas localidades onde o SERFHA atuou no início dos anos 1960, conforme abordado no segundo capítulo. Por outro lado, com a intermediação de alguns políticos e seus partidos, os moradores conseguiram por vezes evitar a remoção das favelas; o que nem sempre aconteceu onde o SERFHA desenvolveu seu trabalho, como a Catacumba ou o Pasmado.

Soluções para a precariedade e a insegurança

Uma conotação importante destes estudos, principalmente as análises qualitativas, diz respeito ao interesse de demonstrar a inadequação da população favelada: de sua presença em determinadas áreas, suas habitações, formas de se relacionar e de se organizar, justificando políticas, criação de comissões e órgãos para lidar com o “problema das favelas”, perscrutando a organização e as movimentações dos moradores junto a lideranças políticas e a partidos. E, sobretudo, constituindo concepções e práticas que os moradores de favela tiveram de enfrentar em sua luta para permanecer naqueles espaços ou na cidade. As pesquisas apresentaram as justificativas “científicas” para a adoção de medidas nas quais esses moradores e suas residências “ilegais”, “irregulares”, “precárias”, “anti-higiênicas” deveriam se tornar alvo de políticas das áreas de saúde, assistência social, trabalho ou segurança pública, ou seja, para voltarem “ao seu lugar”: fossem seus estados de origem, conjuntos habitacionais ou outras favelas, desde que localizadas em áreas proletárias da cidade.

Por outro lado, esse tipo de conhecimento *sobre* as favelas foi reproduzido pela grande imprensa da época – sempre à procura da autoridade do “especialista” – o que ampliou seu alcance. Uma matéria do jornal carioca *O Globo*, publicada em fevereiro de 1952, dizia: “Não é preciso ser sociólogo para perceber os perigos que representa para a cidade esse agudo conflito entre a opulência e a miséria, entre os palácios e os

barracos”.¹⁰³ Não era preciso ser sociólogo ou cientista social, mas também eles passariam, a partir dos anos 1950, a ser ouvidos quando o assunto era favela.

Muitas vezes, esses estudos não contribuíram para uma percepção diferente da favela, mesmo quando apresentaram dados explicativos sobre aspectos da relação entre ela e o crescimento da cidade e demonstraram a heterogeneidade entre favelas. Ao contrário, mantiveram estigmas e reforçaram aspectos como desordem, ilegalidade, precariedade, promiscuidade.¹⁰⁴ Apesar de suas diferenças, textos preconceituosos, como o do Censo das Favelas da Prefeitura do Distrito Federal e os do IPEME, e textos menos tendenciosos, como o de Bonilla, por exemplo, compartilharam a utilização de um vocabulário relacionado a doenças, certamente um legado do saber médico-higienista, sempre presente no controle – também esta uma palavra ligada ao vocabulário médico – das favelas e de seus moradores: “lepra da estética”, “chaga”, parasitário, proliferação, infestação, “desordem cancerosa”, “realidade patológica”, entre muitas outras usadas para descrever estes espaços e sua inserção na cidade. Palavras que associam o lugar de moradia de grande parcela da população pobre ao medo, à ameaça e ao risco.

Segundo as justificativas comumente apontadas, havia muito o que controlar: sua expansão, a construção de casas “definitivas” (mantinha-se uma ideia de que as favelas eram e deveriam ser provisórias), a relação com políticos, a disseminação de “doutrinas exóticas”, o suposto potencial explosivo, as formas de associativismo.

Nos anos 1970, o pesquisador norte-americano Anthony Leeds escreveria:

¹⁰³ “Solidariedade e não caridade”, *O Globo*, 13-02-1952. Apud PARISSE, L. *Favelas do Rio de Janeiro...*, *op.cit.*, p. 122.

¹⁰⁴ Os estigmas associados às favelas tiveram como um de seus efeitos a discussão quanto ao uso das palavras “favela” ou “favelado”, registrada em estudos de diferentes épocas, e que permanece como uma questão atual, em que a tentativa de ressignificação da palavra “favela” nem sempre é aceita. Para muitos projetos sociais e para parte dos moradores, o “politicamente correto”, atualmente, é utilizar o termo “comunidade”. Sobre esse aspecto, ver, por exemplo, IBASE/AGENDA SOCIAL. *Com a palavra, os moradores! Pesquisa qualitativa em comunidades e bairros da Grande Tijuca*. Rio de Janeiro: Ibase/Agenda Social, 2000, especialmente o primeiro capítulo. Valla reproduziu a consideração da Fundação Leão XIII a este respeito: “Quanto possível, ensinam ao morador que não é “favelado”, a fim de “aumentar” sua dignidade.” VALLA, Victor (org). Apêndice I. *Educação e favela...*, *op. cit.*, p. 188.

Em uma reunião de lançamento da Operação Mutirão com organizações de favela, o SERFHA anunciou aos presentes a eliminação da palavra favela do léxico oficial; as localidades seriam conhecidas por vilas. Cf. BONILLA. *Rio’s favelas...*, *op. cit.*, p. 15. Ao longo dos anos, a questão da propriedade – um motivo da luta dos moradores desde, pelo menos, a década de 1930 – se tornará decisiva e surgirão os termos *ex-favelados* para se referir aos transferidos para os conjuntos habitacionais nas políticas de remoção e *ex-favelas* sobre as áreas onde os moradores obtiveram o título de propriedade das terras, como Guararapes, no Cosme Velho, zona sul da cidade. Por outro lado, muitas vezes, os atuais conjuntos habitacionais construídos para receber *ex-favelados* também são estigmatizados, o que demonstra que, embora a propriedade ou o tipo de construção sejam considerados fatores oficialmente relevantes para a conceituação da favela, a construção dessa diferença resiste nas relações cotidianas.

As favelas são concebidas como um problema (...) porque, presume-se, suas populações se constituem, num dos extremos do mal, de assassinos, ladrões, assaltantes, maconheiros e viciados em drogas; em um outro extremo do mal, de comunistas e outros tipos de ameaças em termos políticos e sociais; num terceiro e mais brando extremo, de pobres ignorantes, não-educados, mal-adaptados, imigrantes rurais caipiras; ou, no melhor dos extremos, de seres humanos razoáveis, mas tristes e pobres, morando em cabanas, criando promiscuidade, um câncer social e urbanístico na cidade.¹⁰⁵

Além disso, embora boa parte dos autores e instituições tenha mencionado os problemas causados pela especulação imobiliária na cidade e a violenta exploração a que muitos favelados estavam submetidos, também houve o reforço de uma concepção sobre o crescimento “normal” das cidades, com a “naturalização” do afastamento da população pobre das áreas mais valorizadas. Ideias que, por vezes, fortaleciam iniciativas autoritárias como as de “remoção/extinção” das favelas e demonstravam um processo de idealização de cidade, no qual a favela não fazia parte, marcando uma distância senão geográfica, social. Essa concepção de favela como “não-cidade” foi oficialmente ratificada no Código de Obras de 1937, com a exclusão das favelas dos mapas da cidade.¹⁰⁶

Em seus trabalhos, o historiador Victor Valla demonstrou que, na prática, essas concepções geraram uma ideia de necessidade de “permanente educação dos favelados”, que orientou os programas propostos para as favelas em diferentes conjunturas, desde o final dos anos 1940 com a Fundação Leão XIII, meados dos anos 1950 com a Cruzada São Sebastião ou nos anos 1960, com as propostas do SERFHA, amparado pelo estudo da SAGMACS.¹⁰⁷

Sobretudo, esses estudos produziram muitas dualidades – favela x cidade; cidade x campo; cidade x subúrbio; favelado marginal x favelado trabalhador – com as quais imprensa e órgãos públicos jogaram para apoiar decisões polêmicas contra favelados. Mas, ao longo da leitura, a partir dos trabalhos de Guimarães e Parisse, por exemplo, surge ainda outra dualidade: a que relaciona a favela como um problema ou favela como solução. Aos poucos, os próprios pesquisadores afirmaram e ofereceram informações

¹⁰⁵ LEEDS, A. Tipos de moradia, arranjos de vida, proletarianização e a estrutura social da cidade. In: LEEDS & LEEDS. *A sociologia do Brasil urbano*, op.cit., p. 146.

¹⁰⁶ SILVA, Jailson de Sousa e. *Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos*. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. [online]. s/d. Para a informação acerca do Código de Obras, ver IBASE. *Quando memória e história se entrelaçam: a trama dos espaços na Grande Tijuca*. Rio de Janeiro: IBASE, 2003.

¹⁰⁷ VALLA, Victor Vincent. Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980. *Cadernos de Saúde Pública*, R.J., 1 (3): 282-296, jul/set, 1985, pp. 293-294.

que sustentavam esse entendimento de favela como uma solução encontrada pelos moradores. [Vivem] “porque a favela lhes ajuda a viver”, escreveu Victor Moura em seu relatório, em 1940. Conforme Parisse demonstrou, Alberto Passos Guimarães foi um dos primeiros a perceber e a apontar que, para os favelados, a favela é *solução*. O redator da análise sobre as favelas no Censo de 1950 escreveu:

O fenômeno das favelas tem sido geralmente encarado como um simples problema, ora de estética urbana, ora de assistência social. Esquece-se, quase sempre, que, antes de transformarem num problema a desafiar estudos de profundidade por parte dos estetas e filantropos, as favelas representaram uma solução de emergência, imposta às pessoas desprovidas de recursos, para suas dificuldades crescentes de transporte acessível ou moradia próxima aos locais de trabalho. O movimento demográfico em direção às favelas não foi, portanto, um produto do acaso, mas de causas e fatores que o impeliram num sentido determinado.¹⁰⁸

Os primeiros a reconhecer esse aspecto da favela – o de solução habitacional e de integração social para uma situação de precariedade e insegurança – foram, obviamente seus moradores e, baseados nesta vivência, justificaram sua necessidade de permanência em seus lares, afirmando esta disposição aos presidentes da República, aos demais políticos, à imprensa e a outras instituições, por meio de sua luta para continuar na favela. A construção de um barraco na favela representou uma escolha racional diante das pressões da pobreza, uma única possibilidade para “aguardar dias melhores”, como escreveram os moradores do Morro dos Prazeres ao presidente Dutra, em 1946.¹⁰⁹ Ainda é importante frisar que a mobilização não se deu apenas pela necessidade de sobrevivência, embora esta tenha sido fundamental e um motivo alegado frequentemente. Mobilizando a luta havia também uma diversidade de valores, laços familiares e de vizinhança, sentidos de pertencimento, vontade política e visões de mundo.

No capítulo 2, procuro conhecer, a partir de outros materiais, aspectos de como a luta se deu e algumas das muitas formas pelas quais alguns moradores de favelas exercitaram suas escolhas entre possibilidades diversas.

¹⁰⁸ GUIMARÃES, Alberto Passos. *As favelas do Distrito Federal...*, op. cit., p. 11.

¹⁰⁹ Abaixo-assinado dos moradores do Escondidinho/Prazeres a Dutra. AN/Ministério da Justiça e Negócios Interiores/Serviço de Comunicações, 1946. Caixa 129.

Capítulo 2

No Catete, nas ruas, nos morros: criando laços e construindo a luta

“Será que eles acham que não sofremos bastante? Eu creio que a polícia faz isso por conta dos que não deixam construir mais barracos. Eles querem expulsar-nos do morro. Mas estão enganados, pois o morro é do povo!” Maria¹

Em um telegrama datado de janeiro de 1936, uma comissão representando os moradores do Morro da Mangueira apelou ao presidente Getúlio Vargas para a:

abertura de um inquérito provar que terrenos pertencem à União, Comissão nomeada pelo Sr. Ministro da Fazenda por ordem de V. Excia. por um ofício enviado ao Tesouro e com a dita comissão já concluiu o inquérito, estando sobejamente provado ser do patrimônio Nacional, os terrenos, vem perante V. Excia. pedirem que seja oficiado ao Sr. Ministro da Fazenda para que inspetor Sr. Alexandre Plemonte entregue o processo a comissão para ser enviado Sr. Ministro para despacho definitivo. Falso proprietário, grileiro despejos juízo forçando inquérito concluído, moradores satisfeitos com V.Excia., pagamentos parados. Situação dos moradores crítica pedem providências.²

O telegrama, assinado pela comissão formada por Alberto A. Oliveira, José Fernandes Duarte, Macario Moreira e Manoel Cavalcanti Mendonça, mostra que os moradores buscavam abrir canais para a comunicação entre eles e a Presidência da República. Pelo que informaram, a proposta de organizar a comissão representando os que se sentiam ameaçados havia surgido em uma visita realizada anteriormente ao Palácio do Catete.

A aproximação de Vargas com os moradores de favelas – e da Mangueira, em particular – aconteceu em um contexto de muitas disputas. O prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto, nomeado pelo presidente para o cargo, havia se tornado um desafeto político e anteriormente desempenhara com êxito essa articulação com os moradores de favelas.³ Existiam ainda as disputas sobre os rumos a seguir por parte do governo federal, com a tentativa de “incorporar as massas trabalhadoras” e

¹ D. Maria, “uma das mais antigas moradoras do Morro do Pasmado”, sobre as batidas policiais na favela. *Imprensa Popular*, 18/01/1955.

² Telegrama dos moradores do Morro da Mangueira a Getúlio Vargas. Arquivo Nacional, Fundo Secretaria da Presidência da República/Ministério da Fazenda, Caixa 36.

³ Segundo Maria Laís Pereira da Silva, a administração Pedro Ernesto representou um marco na visibilidade política das favelas. O prefeito, que visitou várias delas, inaugurou a primeira escola pública em uma favela, na Mangueira em 1934, instalou serviços públicos e “tolerava ou intermediava questões de despejos e remoções de moradores.” Na avaliação da autora, o objetivo era ampliar o apoio popular ao Partido Autonomista, ao qual Pedro Ernesto era filiado. SILVA, Maria Laís Pereira da. *Favelas cariocas, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, pp. 54-57.

construir/reforçar a imagem do presidente como “pai dos pobres” e “trabalhador número 1”, por meio de iniciativas como a dos Parques Proletários Provisórios e as leis sociais. O sucesso dessas tentativas de aproximação pode ser demonstrado nas centenas de cartas enviadas por trabalhadores a Vargas conservadas no Arquivo Nacional, o que também demonstra o quanto esse canal de comunicação foi manejado por muitos brasileiros no período. Para Wolfe, as cartas permitem analisar como os trabalhadores interpretaram e reformularam discursos e práticas do governo Vargas, segundo suas próprias concepções, não cedendo necessariamente à cooptação populista e à retórica de conciliação entre as classes.⁴ Por meio de cartas ou telegramas, os trabalhadores (assalariados ou não), entre os quais incluo os moradores de favelas, recorriam às imagens e aos discursos de inclusão social construídos pela propaganda varguista – em um telegrama, os moradores do Morro de Santo Antônio mencionaram o “espírito lúcido” e a “bondade” de Vargas – para estruturar seus apelos, que iam desde interferência e proteção em casos de disputas de terras, solicitações por emprego, iluminação pública, retorno de linhas de bonde desativadas, aumento de salário, inauguração de obras e até pedidos de liberdade em caso de prisão.

Por outro lado, se o líder carismático incentivava a participação popular – nos sindicatos altamente controlados – e sustentava a retórica de conciliação e justiça social, o fazia a partir de um alto nível de autoritarismo, disciplinarização, censura e repressão política. Além disso, as iniciativas no campo da propaganda de governo, que não se resumiram à apologia ao governo e à figura de Vargas, trabalharam para construir a compreensão de que os trabalhadores não precisavam pressionar por direitos: a legislação social e o salário-mínimo, “concedidos” pelo governo, os colocariam “em pé de igualdade” com seus patrões e todos juntos atuariam a favor do crescimento do país.⁵

⁴ A análise de Wolfe demonstrou como grupos de trabalhadores, no caso industriários de São Paulo, não eram cooptados pelos discursos e ações de propaganda do governo, mas, de acordo com suas experiências, questionaram e negociaram, por meio das cartas que o próprio Vargas incentivava os trabalhadores a escreverem, esses mesmos discursos. WOLFE, Joel. “Pai dos Pobres” ou “Mãe dos Ricos”? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. *Revista Brasileira de História – Brasil 1954-1964*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 14, n° 27, 1994. No caso das favelas cariocas, é sempre importante frisar as ambiguidades dos governos de acordo com a localidade e as diferentes conjunturas. O tratamento diferenciado dado aos moradores da Mangueira nos anos 1930 – de onde vinha o samba, que estava sendo utilizado pelo governo Vargas para a construção da “identidade nacional brasileira” – se distinguia do que era direcionado aos do Largo da Memória (cujos moradores foram transferidos para Parques Proletários na década de 1940) e aos do Morro de Santo Antônio (onde a favela foi inúmeras vezes removida até a destruição parcial do morro nos anos 1950), para ficar apenas nos casos discutidos neste trabalho.

⁵ LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas – 2ª Ed. – SP: Papirus, 1986, pp. 22-28. Estudos historiográficos das últimas décadas têm insistido em chamar atenção para as possibilidades de ação dos operários, apesar da violenta repressão da ditadura varguista. Assim, para Negro, “Vargas não encontrou

Nesse campo de disputas políticas e de produção de memórias em busca da legitimação do período, a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – órgão criado por decreto presidencial, em dezembro de 1939 –, é significativa ao assumir a propaganda do Estado Novo junto às camadas populares e ao efetivar ações de censura e de restrição ao acesso de informações. Uma iniciativa do DIP permite perceber que essas estratégias também foram direcionadas aos trabalhadores dos morros e que havia interesse na divulgação ampla dessas relações.

Publicado, em 1941, o livro *Os morros cariocas no novo regime – notas de reportagem* foi escrito pelo jornalista Henrique Dias da Cruz não para falar da “cidade”, mas dos morros onde residiam “as populações nas quais mais refletiram os benefícios das leis sociais” do governo.⁶ De acordo com Dias da Cruz, no “novo regime”, os moradores de favelas passaram a ser reconhecidos como “parte da cidade”, integrados à “comunhão humana”, valorizados a partir do seu trabalho e do samba que criavam. Os trabalhadores destas localidades não deveriam mais ser considerados “malandros”: haviam se civilizado a partir da “transformação social e sanitária dos morros de gente pobre”, do “amparo” encontrado no governo para superar a “fatalidade social” que era a própria existência de favelas.⁷ Segundo o jornalista, antes do “novo regime”, os moradores de favelas viviam “isolados da civilização” e “sua rebeldia era justa”:

pois, de Estado, de Governo, de autoridade tinha ela [a favela] – com razão – suspeitosa compreensão porque dela se lembravam, não para orientar, para amparar, mas só, absolutamente

diante de si uma massa amorfa, sem experiência de lutas e ideias (...) Não estavam os trabalhadores despossuídos nem esquecidos de sua história e esta não era irrelevante. Não aconteceu o triunfo da manipulação.” NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, populismo e história social. *Cadernos AEL/IFCH/Unicamp*, v. 11, n° 20/21, 2004.

⁶ DIAS DA CRUZ, Henrique. *Os morros cariocas no novo regime – notas de reportagem*. Rio de Janeiro: DIP, 1941, p. 9. O livro também trata de outros morros da cidade, como os de Santa Teresa e da Conceição, não necessariamente sobre o tema das favelas, mas sobre as localidades onde o governo estaria empreendendo melhoramentos públicos como canalização de águas pluviais, pavimentação etc. Também pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, Dias da Cruz lançou ainda um livro sobre os subúrbios da cidade. Outra iniciativa dos ideólogos Estado Novo com importante repercussão nas imagens e relações estabelecidas com as favelas da cidade foi a valorização da música popular e do carnaval e na mudança da imagem do “malandro”. Em suas notas de reportagem, Dias da Cruz elogiou a permissão pelo governo dos encontros de batuqueiros nos carnavais na Praça Onze (o “salão de festas da Favela”) e o “empenho” do governo no aproveitamento das habilidades do povo e escreveu: “Não é mais, pois, o malandro, homem da desordem, que agride que mata. A navalha e o revólver foram substituídos pelo pandeiro, pelo violão, pelo cavaquinho.” (Idem, p. 15.). Mudanças, evidentemente, atribuídas às ações governamentais. Para a aproximação de Vargas, e também do PCB, com as escolas de samba e o carnaval, ver GUIMARÃES, Valéria Lima. *O PCB cai no samba: os comunistas e a cultura popular, 1945-1950*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009 e AUGRAS, Monique. A ordem na desordem: a regulamentação do desfile das escolas de samba e a exigência de “motivos nacionais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 21, 1993, pp. 90-103. Disponível em <www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_08.htm>, acesso em 20/06/2010.

⁷ DIAS DA CRUZ, Henrique. *Os morros cariocas...*, *op.cit.*, p. 11.

só, para punir! (...) A Favela, repitamos, em bem da mais pura verdade, já está relacionada com a cidade, já participa da comunhão social. E o remédio foi tão simples: ao invés de polícia, assistência moral; ao invés de cadeia, escola, hospital, trabalho. E, hoje, as populações pobres dos morros cariocas já sentem um pouco de felicidade na vida. Olhou para elas o Governo atual, repartiu com elas os benefícios das leis sociais.”⁸

O controle social que caracterizou a rotina dos Parques Proletários e que gerou resistência a essa política, com a formação de comissões para evitar a transferência para os Parques, demonstra o quanto de retórica existia por trás dessa suposta comunhão social.

Assim, acima de tudo, o apelo dos moradores da Mangueira traz, por meio das palavras soltas e das mensagens abreviadas tão típicas dos telegramas, informações fundamentais sobre a situação das favelas naqueles anos: a existência de certa atenção governamental (audiências com autoridades, inquéritos sobre propriedades, intervenção em disputas) e um processo de formação de comissões de moradores, mobilizados para pedir providências para amenizar sua “situação crítica”. Uma passagem do telegrama, em particular, expõe as tensas relações vivenciadas nesse período: “Falso proprietário, grileiro despejos juízo”. Entre os anos 1930 a 1960 – mas não só nesse período, obviamente –⁹, boa parte dos moradores de favelas do Distrito Federal esteve em tensão com proprietários de terras, grilagens e processos judiciais relacionados a ações de despejo. Problemas que se tornaram parte de sua luta, assim como as tentativas de melhorar as condições locais de vida e de evitar as remoções parciais ou totais de favelas, intencionadas ou efetuadas pelos governos.

As disputas em torno dos terrenos onde se constituíram favelas, principalmente na zona sul do Rio e em algumas regiões da zona norte, puseram em evidência a dita valorização imobiliária em localidades – como os atualmente muito valiosos bairros da Gávea, Lagoa, Jardim Botânico e Laranjeiras – ocupadas até os anos 1940 por indústrias e por vilas operárias ou favelas, como a do Largo da Memória, de onde foram forçados a sair os primeiros moradores do Parque Proletário da Gávea. Evidenciaram ainda o quanto esse processo foi acompanhado – ou em muitos casos só pode ser realizado – a

⁸ DIAS DA CRUZ, Henrique. *Os morros cariocas...*, *op.cit.*, p. 12 e 13. Como apontaram Ângela de Castro Gomes e Martha Abreu, essas ações também estiveram vinculadas aos objetivos do Estado Novo de demonstrar que, em lugar de uma “República Velha”, com um olhar “europeizante” e afastada política e culturalmente do “povo brasileiro”, estaria nascendo um novo Estado, mais próximo e atento às necessidades do povo. GOMES, Ângela de Castro Gomes; ABREU, Martha. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia, *Revista Tempo*, vol. 13, nº 26, janeiro de 2009, pp. 2-3.

⁹ Uma periodização completamente arbitrária para tratar deste tópico. O processo referente à propriedade das terras do morro do Borel, por exemplo, correu até os anos 1980. No Cantagalo, conforme a entrevista realizada com o presidente da Associação de Moradores, Luiz Bezerra, em 02/07/2011, só em 2011 os moradores começaram a receber o título de propriedade.

partir de uma violenta ação de grilagem, da exploração de moradores que não tinham nenhuma garantia dos pagamentos realizados, fossem de aluguéis ou compras de casas ou terrenos, de disputas arrastadas no Judiciário, da cumplicidade de autoridades e “representantes da lei”, da falta de fiscalização, da corrupção, dos conflitos estabelecidos em nome da propriedade privada, da necessidade de sobrevivência ou de uma nascente concepção de direitos.

Tanto a valorização imobiliária quanto a grilagem marcaram as relações sociais entre moradores de favelas e demais áreas da cidade. Desde as análises elaboradas por Victor Moura, pelo Censo de 1950 ou pelo IPEME, entre outros, como vimos no primeiro capítulo, a propriedade dos terrenos é central na definição de favela, tornou-se eixo da luta de movimentos e moradores e prossegue como uma questão mal resolvida. Dos critérios apontados pelo Serviço Nacional de Recenseamento, em 1950, a questão da condição jurídica do terreno foi a que menos avançou em relação às favelas. Em 1981, quando o antigo Instituto de Planejamento Municipal (IPLAN-Rio) fez o levantamento para o Cadastro de Favelas do município do Rio de Janeiro, um dos aspectos utilizados para caracterizar as favelas era o da “propriedade dos terrenos”; o cadastro informava que 33% das favelas existentes no início dos anos 1980 estavam localizadas em “terrenos públicos”, 27% em “terrenos particulares”, 5% em “terrenos públicos e particulares”, 9% em “outras situações” e 26% “sem informação”.¹⁰

Em muitas favelas, a ocupação de terrenos pelos trabalhadores pobres chegou a ser incentivada pelos donos – verdadeiros ou não –, como constatou o médico Victor Tavares de Moura em seu relatório ao secretário geral de Saúde e Assistência da Prefeitura do Distrito Federal, em 1940:

É curioso notar que as favelas vão surgindo muitas vezes em terrenos de particulares, sem que seus proprietários protestem e que até pelo contrário ajudam a construir o barracão e ainda mais, atraem novos moradores. É uma maneira fácil de não pagar impostos de qualquer espécie e de ter grande renda. Enquanto isto, os terrenos se vão valorizando, sem necessidade de outro auxílio senão o fator tempo.¹¹

Com base em análises de documentos do Instituto Pereira Passos, da Fundação Leão XIII (1963) e da SAGMACS, Silva afirmou que “em cerca de 40% das 379

¹⁰ INSTITUTO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL; SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Cadastro de Favelas do município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1983, Tabela 9, p. 20, volume 3.

¹¹ MOURA, Victor Tavares de. *Esboço de um plano para estudo e solução do problema das favelas do Rio de Janeiro*, op.cit, p. 3.

favelas surgidas antes de 1964 havia fortes indicações de que, na origem, houve uma ocupação autorizada por supostos proprietários das terras, privadas ou públicas, com ou sem pagamento de taxas e aluguéis.” Em pelo menos 23 desses casos havia “indícios claros de ‘grilagem’”.¹² Com o pagamento dos aluguéis ou outras taxas aos que se diziam “proprietários”, os moradores acreditavam estar em uma situação mais regularizada, tentando uma possibilidade legal de acesso à terra, mas, na prática, em nada se modificava a fragilidade de sua situação, como demonstram os documentos acima e relatos publicados na imprensa ao longo destas décadas.¹³ O tema foi abordado, por exemplo, pelo jornalista Ybelmar Pinheiro em uma série de reportagens publicadas no *Correio da Manhã* em 1940:

A minha outra situação era de proprietários de terrenos situados no morro. Aliás, sobre esse assumpto há muito que lastimar, pois os habitantes são victimas desses indivíduos sem escrúpulos. Um homem pobre chega ao morro, escolhe um terreno favorável e constroe a sua casa, ou melhor, o seu barracão. Dias depois aparece o “dono do terreno”, entra em entendimento com a pessoa que fez a casa e esta tem que pagar-lhe uma grande quantia. Passado algum tempo surge outro “dono” que vêm cobrar os antigos clientes e tomar conhecimento dos novos. Aquelle que há pouco fizera o seu barracão explica que já pagou uma certa quantia pelo que occupa, mas o “dono” apresenta um documento qualquer e o homem que com muito esforço faz a sua casa, concorda embora “com corda” no pescoço, como dizem elles. É assim que acontece com quase todos os moradores que têm as suas casas em áreas pertencente a vários “donos”. Isto é uma situação que está exigindo qualquer providência de nossas autoridades. Como é fácil de imaginar, na qualidade de dono do terreno não era bem visto...¹⁴

¹² Ver SILVA, Maria Lais Pereira da. *Favelas cariocas, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 101, especialmente o capítulo 4.

¹³ Ver, por exemplo, a matéria “Agora é a vez da favela da Catacumba – Volta a prefeitura aos despejos em massa com a promessa de “conjuntos residenciais” para os favelados – Alarmados os moradores”, *Imprensa Popular*, 30/08/1951, primeira página e p. 4.

¹⁴ O jornalista afirmou que, ao chegar às favelas, os moradores o confundiam com policiais, funcionários do governo e proprietários de terrenos, o que, por vezes, gerava uma desconfiança inicial. Em 2004, o Instituto Pereira Passos, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, publicou os textos de Pinheiro, classificando-os como a “primeira reportagem a abordar com profundidade a questão das favelas cariocas, ouvindo 200 moradores da Mangueira, São Carlos, Matriz, Salgueiro, Gamboa e Cachoeirinha Pequena”. Na apresentação, lê-se ainda: “Ao terminar a leitura, fica a impressão de que a percepção que se tinha dessa questão há mais de 60 anos atrás, é parecida com a que se tem hoje, no início deste Século XXI.”

Ao todo foram publicadas oito extensas reportagens em suplementos dominicais de julho a outubro de 1940. O repórter relatou ter sido muito bem acolhido nas favelas que visitara, onde conversou com moradores sobre temas como bailes organizados (caxambu, “latada”), condições de vida, religião, crime, instrução, família e felicidade. A primeira reportagem foi publicada em 28 de julho, com apresentação do próprio Ybelmar Pinheiro, que afirmou ter como “único desejo: dizer aos que vivem com a ventura, como vivem os órfãos da felicidade...”. “Procurarei ser sincero nas minhas apreciações esforçando-me o mais possível para não me deixar vencer por simpatias ou tolerâncias, tentando assim pintar sem os artifícios da benevolência o quadro triste que, a cada passo, ao expõe diante dos nossos olhos.” PINHEIRO, Ybelmar Chouin. *O que eu vi nas favellas*. Coleção Estudos da Cidade/Rio Estudos nº 140, outubro 2004, p. 1. [1940].

Frequentemente, com a valorização dos terrenos e o interesse em se reapropriar dos lotes, o proprietário – verdadeiro ou não – suspendia a cobrança dos “aluguéis” para forçar o despejo apoiado neste argumento. Por outro lado, a situação exposta pelos moradores da Mangueira aponta que, com a desconfiança acerca da propriedade dos terrenos, os inquilinos também deixavam de pagar o aluguel, gerando mais tensão.

Em seu livro “As lutas do povo do Borel”, Manoel Gomes, um antigo morador desta favela, relatou os “negócios” envolvendo as terras do morro localizado no bairro da Tijuca, na zona norte da cidade. Até 1945, o Borel já tinha “pertencido” a diversos “donos”, que mantiveram algumas práticas em comum: proibição de construção de casas de alvenaria (segundo Gomes, para evitar o pagamento de indenizações caso houvesse algum despejo ou remoção de moradores) e a manutenção de uma “polícia informal” ou “leões de chácara” para controlar a divisão dos lotes, executar a cobrança dos aluguéis, garantir a não utilização de tijolos nos barracos e resolver conflitos entre os moradores. A incerteza quanto à validade das transações que haviam realizado com esses “proprietários”, segundo Gomes, surgiu entre os moradores apenas em 1945, ou seja, 24 anos após a construção das primeiras casinhas naquela colina.¹⁵

Assim, a possibilidade de pagar aluguel ou comprar um barraco em uma favela ainda não trazia qualquer segurança para os moradores, em virtude das ameaças ou ações, frequentemente violentas, de grileiros ou de proprietários e dessa “troca de donos”. No entanto, pelo que se entende de muitos documentos, muitas terras estariam abandonadas, sem quaisquer sinais dos proprietários, uma omissão que por vezes representou, perante a lei inclusive, uma possibilidade de defesa a ser utilizada pelos moradores. Em 1954, o então ministro da Justiça, Seabra Fagundes – após uma visita ao Borel –, se valeu desse argumento para se posicionar quanto à desapropriação das terras do morro, como veremos adiante.

Neste cenário de pobreza, especulação imobiliária, grilagem, contestações de propriedade de terras entre a União e particulares, terrenos abandonados, um padrão de informalidade nos “contratos” de compra ou de aluguel de barracos ou terrenos, estavam situadas as disputas em torno das favelas.¹⁶

¹⁵ GOMES, Manoel. *As lutas do povo do Borel*. Rio de Janeiro: Edições Muro, 1980. O livro tem prefácio de Luiz Carlos Prestes. Manoel Gomes assumiu, como veremos adiante, um lugar importante na mobilização dos moradores do Borel. O livro, como o título informa, trata de aspectos dessa luta como o surgimento da organização União dos Trabalhadores Favelados.

¹⁶ Outros motivos também estão relacionados ao surgimento de algumas favelas cariocas, principalmente as mais antigas, uma vez que algumas delas abrigaram ex-escravos de fazendas ou moradores de quilombos, como o Morro do Salgueiro e outras localidades no maciço da Tijuca. Sobre o tema da

Em 1936, ano em que os moradores da Mangueira enviaram o telegrama a Vargas, a *Revista da Semana* comentava:

O tempo e o intenso desenvolvimento da cidade demonstraram que mesmo os morros, depois de beneficiados, eram um excelente negócio para a venda de terrenos em lotes. E, tangidas pela intimação de mudança, centenas e centenas de criaturas, cujo único mal é serem pobres na cidade mais linda do mundo, vão sendo periodicamente privadas do teto misérrimo que a força do hábito já as levava a considerar como seu... Uns se dispersam; outros vão formar novos núcleos em terras de outros donos – casos futuros de ruído e de escândalo.¹⁷

Por outro lado, conhecer o perfil dos chamados grileiros que atuavam nas favelas não é tarefa fácil. Frequentemente exploradores de aluguéis ou de terrenos e loteadores ilegais estão incluídos sob a mesma denominação. Gomes informou em seu livro que um dos homens que explorava a venda dos lotes de terra e as cobranças de aluguéis no Borel era um imigrante português que morava na própria favela. Outros talvez estivessem a serviço de empresas imobiliárias ou fossem proprietários particulares de terra, desejosos de ampliar as áreas que lhes pertenciam ou incorporar como suas terras públicas ou de donos desconhecidos.

As intrincadas relações estabelecidas em torno desse “negócio” surgem no depoimento da mãe de uma criança participante da pesquisa sobre educação realizada pela UNESCO em favelas cariocas no final dos anos 1950. Ela relatou ao técnico da entidade, Andrew Pearse, um acontecimento na Mangueira. O depoimento segue conforme a transcrição feita pelo pesquisador:

Havia um velho que possuía um terreno em Mangueira e o seu filho, Dr. N., cuidava-lhe dos interesses. Alugou-o a um homem que nele construiu um grupo de barracos que alugava. Este homem se suicidou, ingerindo soda cáustica, incendiando as vestes e enterrando uma faca no próprio coração. O Dr. N. apossou-se dos barracos cujo aluguel cobrava para si próprio, chegando mesmo a despejar o filho adotivo do homem que os havia construído. Esse Dr. N. queria vender a terra e começou a despejar gente a torto e a direito, inclusive o dono de um armazém que estava assim ameaçado de sério prejuízo. Este, porém, alegou que a terra pertencia à Prefeitura e moveu uma ação judicial. Ninguém no morro gosta do Dr. N. que ali sempre vai acompanhado da Polícia Especial e de um oficial de justiça. Se as pessoas resistem à ordem de despejo, ele as atrai para fora e põe fogo às casas... O homem encarregado de recolher os aluguéis e que morava no Morro teve de se mudar com a mulher, pois sua vida corria perigo...¹⁸

expansão inicial das favelas, ver o artigo do geógrafo Maurício Abreu. ABREU, M. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. *Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. São Paulo, (37): 34-46, 1994. Ver também CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

¹⁷ *Revista da Semana*, ano 37, nº36, 15/8/1936, p. 36 *apud* ABREU, Maurício. Reconstruindo uma história esquecida..., *op.cit.*, p. 42.

¹⁸ PEARSE, A. Notas sobre a organização social de uma favela do Rio de Janeiro. *Educação e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro (7): 9-32, abril, 1958, p. 21. Pesquisador vinculado à UNESCO, o sociólogo inglês Andrew Pearse esteve vinculado a importantes linhas de pesquisa sobre urbanização e educação na

Os “casos de ruído e de escândalo” – e o nível de conflito associado a eles – se multiplicavam em outras favelas. A “cidade mais linda do mundo” era toda um cenário de grilagem e de exploração. No caso das favelas, tanto a grilagem quanto a exploração resultavam em pressões sobre os moradores para que os supostos proprietários conseguissem aumentos de aluguel ou pudessem vender os terrenos para companhias loteadoras. Na área urbana e na então zona rural – principalmente na região da atual zona oeste, mas também em partes da zona norte –, aconteciam inúmeras disputas entre governos, corretoras, favelados, lavradores pobres e grileiros, conforme demonstraram Santos e Fischer.¹⁹

O surgimento de algumas favelas, inclusive, estaria vinculado a loteamentos que não prosseguiram por não serem legalizados pela Prefeitura do Distrito Federal. Este seria o caso da Rocinha (Gávea, zona sul), formada em 1927, a partir de um loteamento da empresa Castro Guidão e Cia.. Como o empreendimento fora embargado, e após a perda de interesse pelos herdeiros do loteador, a companhia desistiu do negócio e os compradores ficaram sem as escrituras dos terrenos.

Além disso, Silva aponta que o “mercado privado de habitações” – embora pressionado pela Lei do Inquilinato, de 1942, causadora de grande descontentamento entre os proprietários ao decretar o congelamento dos aluguéis – ainda apresentava-se bastante forte na cidade, onde metade da população pagava aluguel. A lei também incidiu sobre as favelas ao contribuir para a valorização dos terrenos passíveis de serem incorporados a novas áreas de construção.²⁰ Com essa “corrida”, vinham as tentativas de despejo solicitadas pelos que, de acordo com a lei, tinham direito à terra em questão ou pelos que, por meio dos “papéis amarelados pelos grilos”, reivindicavam a propriedade. Nesse sentido, Guimarães ponderou sobre os interesses em torno da urbanização das favelas na década de 1950, argumentando que não havia nenhuma garantia de que elas continuariam servindo à habitação popular sob a pressão da exploração comercial do

América Latina. Investigações, seminários e publicações foram feitas nesse âmbito, no qual se insere uma pesquisa sobre educação em favelas do qual este artigo é resultado.

¹⁹ SANTOS, Leonardo Soares dos. Laços em movimento: as ligações dos posseiros do Sertão Carioca com outros movimentos sociais (1945-1964). *Achegas.net – Revista de Ciência Política*, 33, jan./fev.2007. Disponível em: <www.achegas.net/numero/33/leonardo_santos_33.pdf>, acesso em 18/01/2010. FISCHER, Brodwyn. Partindo a cidade maravilhosa. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da e GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, pp. 419-450.

²⁰ SILVA, Maria Lais Pereira da. *Favelas cariocas, 1930-1964, op.cit.*, p. 100 e segs.

terreno.²¹ Nas décadas de 1940 e 1950, a exploração dos moradores de favelas, por meio da cobrança irregular de aluguéis e terrenos, alcançou grande visibilidade, embora Silva afirme que esta questão já tivesse sido abordada pelo Código de Obras, de 1937, que, ao tentar coibir o crescimento/surgimento das favelas, determinava uma penalidade maior ao responsável “pela cobrança de aluguel de casebres ou pelo arrendamento ou aluguel do solo.”²²

Os conflitos aconteciam diretamente nas favelas, por vezes materializado por meio de demolição e incêndio dos barracos, mas também em outros cenários: as páginas dos jornais, os tribunais de justiça a partir de ordens de despejos obtidas ou sustadas, os gabinetes de políticos e, também, as publicações e estudos analisados no primeiro capítulo. A definição da favela a partir da posse “irregular” – embora alguns moradores tivessem contratos e recibos de pagamento de aluguéis com aqueles que se diziam “proprietários” das terras – e os “resultados científicos” (portanto “legítimos”) de estudos financiados por instituições e grupos com interesses comerciais em áreas em litígio reafirmaram uma lógica da ocupação das terras urbanas que visava à separação, preferencialmente bem marcada, entre espaços de moradia e trabalho para as classes pobres e para as médias e ricas.

Para o IPEME, a “solução” para as favelas deveria estar baseada na compra de terrenos pelos moradores, uma vez que alguns deles, segundo as pesquisas do instituto, poderiam pagar: “Nota-se que uns 8.500 favelados compraram ultimamente terreno a prestações, o que poderá surpreender, mas demonstra, mais uma vez, que o problema das favelas não é insolúvel.” Esse número representava pouco mais de 1,3% do total de

²¹ GUIMARÃES, Alberto Passos. *As favelas do Distrito Federal e o censo demográfico de 1950*, op.cit., pp. 11-12.

²² SILVA, Maria Lais Pereira da. *Favelas cariocas, 1930-1964*, op.cit., p. 193. Segundo Silva (p. 109), tanto os proprietários legais dos terrenos ou grileiros eram considerados “tubarões das favelas”. Essa indistinção entre donos legítimos e grileiros contribuiu para o aumento da vulnerabilidade dos moradores porque desmantelava “vínculos mais formais entre favelados e proprietários”, ao considerar irregulares quaisquer transações comerciais dos terrenos. A tentativa de coibir as ações de grileiros, loteadores irregulares, exploradores (conhecidos por “tubarões” e “donos das favelas”) nas favelas prosseguiu com a chamada “Lei das Favelas”. Um dos objetivos era inibir a ação dos “tubarões”/“donos das favelas” que incentivavam a ocupação para, sem o pagamento de impostos, lucrar com a exploração dos terrenos e depois com o despejo da favela. Especificamente em relação ao Distrito Federal, a lei previa ainda a proibição de despejos contra moradores de favelas durante o prazo de dois anos e garantia a permanência do morador na favela, se lhe fosse destinada outra casa. Ver PARISSE, L. *Favelas do Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 200.

Aprovada em setembro de 1956, a lei federal nº 2.875 autorizava “o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, os créditos especiais, para auxiliar a Cruzada de São Sebastião, do Distrito Federal, o Serviço Social contra o Mocambo, de Recife, a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Vitória, na melhoria das condições de habitação dos favelados”. Lei nº 2875, de 19 de setembro de 1956. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2875-19-setembro-1956-376311-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 12/02/2012.

640 mil moradores de favelas calculados pelo IPEME em julho de 1957; apesar disso, para o Instituto, estava confirmada a capacidade aquisitiva daquela população. Para comprovar sua afirmação, apontava mais um indicador: “Mais da metade dos favelados já comprou alguma coisa a prestação, sobretudo a gente de cor. Os artigos mais comprados são roupas.”²³

Comprar o terreno ou assumir o pagamento de impostos constituía-se como alternativa para alguns moradores – desde que o terreno se localizasse *na favela* (ou seja, em uma área onde era possível morar de acordo com seus rendimentos), como demonstraram os exemplos da Rocinha e da Vila Vintém. Os moradores desta favela, formada em 1945 em Padre Miguel (zona oeste), em um terreno pertencente ao Exército, pressionaram a Câmara dos Vereadores para a votação de uma lei autorizando a Prefeitura a coletar impostos sobre o terreno. Segundo o relatório da SAGMACS: [Eles] “Vêem nisso um reconhecimento implícito pelas autoridades municipais do seu direito à ocupação do terreno.”²⁴ Os moradores da Chácara do Céu (Leblon, zona sul) estavam dispostos a negociar com os herdeiros de Carlos Ludolf, proprietário de terras no bairro, inclusive sobre o aluguel.²⁵ Não era o caso de todos os moradores de favela – nem nesse nem nos períodos posteriores.²⁶

São essas condições de instabilidade e insegurança quanto a um aspecto tão essencial para qualquer pessoa – a garantia de um lugar para morar – que impulsionaram a mobilização inicial dos moradores de favelas no Rio de Janeiro. Ainda na década de 1930, a “situação crítica” dos moradores da Mangueira era compartilhada pelos que viviam no Santo Antônio e no São Carlos, entre outras, e, ao longo dos anos, por moradores de mais e mais favelas. Suas ações não foram apenas respostas à atuação governamental, mas compreenderam uma diversidade de tipos de mobilização, desde a formação das comissões de moradores, com mais ou menos vínculos com governos, pedidos de apoio a políticos e outras autoridades, articulação com partidos e sindicatos, fundação de associações (legalmente constituídas ou informais), visitas a redações de jornais ou órgãos públicos, passeatas, redação de cartas e abaixo-assinados encaminhados a autoridades, ações e processos por meio do Judiciário, mutirões, e,

²³ IPEME. *A vida mental dos favelados...*, *op.cit.*, p. 14.

²⁴ SAGMACS. *Aspectos humanos...*, *op.cit.* Primeiro Caderno, p. 13.

²⁵ SILVA, Maria Lais Pereira da. *Favelas cariocas, 1930-1964*, *op.cit.*, p. 121.

²⁶ A instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), por exemplo, tem inquietado alguns moradores mais pobres no morro do Borel, que temem pela cobrança de impostos e a regularização das taxas sobre serviços públicos, como energia elétrica. Cf. Entrevista concedida por Felipe Vieira dos Santos à autora, no Morro do Borel, Rio de Janeiro, em 04/08/2011.

como também parte de uma resistência, a realização de melhorias nos barracos quando estas ainda eram proibidas – inclusive com a utilização, também proibida, de alvenaria nas construções. Embora, tenham sido silenciadas nas publicações sobre as favelas, as mobilizações dos moradores também constituíram um dos elementos definidores do “problema” favela e do próprio estímulo à ação que motivou diferentes estudiosos e instituições em busca de “soluções”.

Desde o início do século, a questão da habitação popular (sua precariedade e a repressão às suas várias formas), favoreceu um processo de formação de vínculos entre os moradores, que, no geral, não era bem visto por membros das elites da cidade. O integrante de uma comissão nomeada em 1905 pelo Ministério do Interior e da Justiça para tratar da crise habitacional do Rio de Janeiro – ao mesmo tempo em que reconheceu a insuficiência de casas para a população pobre e condenou a ação da saúde pública para acabar com os cortiços sem alternativas para sua substituição – formulou a questão da precariedade das condições de habitação em termos apenas de perdas econômicas e alertou para a possibilidade de “uma triste solidariedade entre a população”:

Sem levar em conta considerações muito respeitáveis de caráter humanitário, a questão é daquelas que não só afetam as rendas públicas e a nossa expansão industrial, como também concorrem para retardar o crescimento da nossa população operária. De fato, nesses meios malsãos, não só ela se estiola e diminui a sua defensiva orgânica quando não desaparece no período mais produtivo da atividade humana, como cria uma triste solidariedade entre a população, propagando, ainda que inconscientemente, moléstias evitáveis.²⁷

As “moléstias evitáveis” nos “meios malsãos” não eram a tuberculose ou outras doenças que atingiam duramente as populações pobres da cidade, mas a solidariedade construída no seu cotidiano. De certa forma, o integrante da tal comissão tinha razão. Na vivência dos moradores de favelas, as muitas tensões e disputas em torno da moradia pediam mobilização e buscar solidariedade – dentro e fora das favelas – era inevitável.

Em agosto de 1934, moradores do Morro de Santo Antônio, localizado no centro da capital da República, encaminharam a Getúlio Vargas um abaixo-assinado no qual solicitaram a intervenção presidencial para evitar uma ação de despejo que deixaria desabrigadas, aproximadamente, 300 pessoas. O documento contém cerca de 70

²⁷ LIMA, Azevedo. *Parecer apresentado à Comissão nomeada pelo Exmo, Sr. Dr. J.J. Seabra, ministro dos Negócios do Interior e Justiça sobre Habitações Populares*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1905. Apud: LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer; CARVALHO, Lia; STANLEY, Myrian. *Questão habitacional e movimento operário*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989, p.79.

assinaturas; em alguns casos, ao lado do próprio nome, o signatário indicava se era casado e qual o número de filhos. Por meio do abaixo-assinado, os moradores informaram que estavam sendo ameaçados pela Saúde Pública e solicitaram a autorização do presidente para continuar morando na favela.

Do Gabinete do Presidente, o requerimento dos moradores do Santo Antônio foi encaminhado ao Departamento Nacional de Saúde Pública e seguiu para a Delegacia de Saúde do 2º Distrito Sanitário, notificada a prestar informações sobre o caso. Assim, o documento chegou às mãos de Vargas acompanhado também de um ofício com o posicionamento daquela Delegacia de Saúde. De fato, a Saúde Pública havia feito em outros tempos “remoção d’aquelles barracões, horrorosos, que attestavam um desleixo das autoridades das administrações Federal e Municipal em permitir que se os construíssem”, como confirmou o funcionário. Mas as ações estavam então paralisadas e a recomendação era a retomada da destruição dos barracos existentes e de fiscalização para que novos não fossem construídos, formando “hediondos núcleos (...) que não condizem com nosso grau de civilização e costumes, sobre serem atentatórios dos mais elementares preceitos de higiene”. Uma anotação na capa da pasta com o abaixo-assinado dos moradores foi o irônico parecer presidencial: “Sem resposta por falta de endereço certo”.²⁸

Ao escrever a carta, os moradores reafirmaram sua necessidade de permanecer nos terrenos onde haviam encontrado solução para a impossibilidade de residir em outro lugar, mas também ressaltaram a ação (autoritária) dos órgãos ligados à Saúde Pública, que, desde o século XIX, constituía um dos principais atores na execução de medidas que forçavam o deslocamento da população pobre ao destruir ou interditar suas habitações.

O Morro de Santo Antônio era ilustrativo desta condição de constante insegurança na qual viviam as populações de favelas. No requerimento mencionado acima, os moradores escreveram:

Nós abaixo assinados moradores no morro de Santo Antônio intimados que fomos desocupar imediatamente os barracões onde nos é dado habitar há muito tempo na proporção das nossas ínfimas posses pelo presente solicitar ao espírito lúcido de V. Excia. não passar a despercebir nossa dificuldade. Desalojados repentinamente como vamos ser por ordem ao que nos consta da saúde pública para onde iremos? Na época difícil que ora atravessamos neste século de reavinculações

²⁸ Abaixo-assinado de moradores do Morro de Santo Antônio, 07/08/1934. Arquivo Nacional. Fundo da Secretaria da Presidência da República. Caixa 33. Fischer afirma que a anotação foi feita pelo próprio Vargas porque acompanhada de um “V” que indicava o despacho do presidente. Ver FISCHER, B. Partindo a cidade maravilhosa..., *op.cit.*, p. 419.

sociais nossa voz é muda ou melhor é branda porque sempre confiamos plenamente na bondade de V. Excia.. Solicitamos pois a interferência de V. Excia. no sentido de permitirem nossa permanência em nossos lares...²⁹

Referindo-se à inclusão social alardeada por Vargas, os moradores jogavam com a propaganda governamental sobre suas iniciativas a fim de buscar algum apoio para enfrentar a ameaça que sofriam. No entanto, expuseram com clareza algumas das dimensões da exclusão em que viviam: receio quanto às chances de permanência em suas moradias e pouco – por vezes, nenhum – reconhecimento da legitimidade de suas demandas – “nossa voz é muda”. Mais de 40 anos depois da data presumida do início da ocupação do morro (uma das mais antigas favelas da cidade assim como a do Morro da Providência), os moradores do Santo Antônio continuavam vivendo sob incerteza, precariedade e violência. Em 1916, por meio de sua mobilização, os moradores conseguiram um “adiamento da execução da ordem judicial” de despejo dos casebres então existentes.³⁰ A favela sofreu ainda vários incêndios, um deles durante a gestão Pereira Passos, quando os jornais especularam a intervenção do prefeito no acontecimento. O jornalista Dias da Cruz relata o caso: “Houve quem levantasse suspeita sobre a origem do fogo. Teria sido ateadado propositalmente! E o interessante é o que o saudoso prefeito fazia tanto caso do sórdido aleive, que dizia: – O fogo é o meu melhor auxiliar para reformar a cidade.”³¹

Em *Os morros cariocas no novo regime*, encontramos outras informações de Dias da Cruz sobre o Morro de Santo Antônio. “O Santo Antônio já é considerado trambolho há séculos...”, escreveu ele, depois de relatar o quanto eram antigos os planos para destruir o morro e afirmar que, apesar das várias disputas em torno da propriedade do terreno, “graças à nova ordem imposta nas coisas públicas”, estava confirmado o

²⁹ Abaixo-assinado de moradores do Morro de Santo Antônio, 07/08/1934.

³⁰ Para Abreu, a favela deste morro foi a primeira da cidade. “Removida ainda em 1901, retomou seu antigo lugar durante a reforma urbana [os novos moradores seriam os expulsos das estalagens destruídas no centro]. Em 1910, muitos barracos foram novamente removidos, consentindo, entretanto, o governo que seus moradores construíssem outros no morro do Telégrafo [parte da atual Mangueira], afastado da área central. Pouco tempo depois, já estavam novamente os barracos de volta àquela colina, para serem novamente ameaçados de despejo em abril de 1916. Tendo os moradores conseguido, em maio, um adiamento da execução da ordem judicial, foram todos eles surpreendidos no mês seguinte por violento incêndio, certamente de natureza criminoso, que destruiu grande parte dos casebres ali existentes. Qual fênix renascida, entretanto, já ocupava a favela novamente seu antigo lugar em 1919, para horror da imprensa burguesa.” ABREU, Mauricio. Reconstruindo uma história esquecida..., *op.cit.*, p.41.

³¹ DIAS DA CRUZ, Henrique. *Os morros cariocas...*, *op.cit.*, p. 43. A parte do morro onde estava situada a favela foi destruída definitivamente em meados dos anos 1950; a terra foi utilizada para a construção do Aterro do Flamengo. A outra parte é ocupada pelo Convento de Santo Antônio, localizado no Largo da Carioca, no centro do Rio.

pertencimento à União.³² O jornalista também elogiou a ação “modernizadora” de Pereira Passos, ex-prefeito do Distrito Federal conhecido pela abertura da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco, no centro da cidade) a partir da destruição de vários cortiços, principal forma de moradia popular durante muitos anos. Citou que também o ex-prefeito tivera a intenção de “arrasar” o Santo Antônio, em nome da “higiene” e da “comodidade”, para “arejar a cidade”. Vale ressaltar as observações do autor das reportagens ao falar sobre a favela do Santo Antônio, durante a administração Pereira Passos:

Era uma favela o Santo Antônio, em pleno coração da cidade. Casebres de lata, ocupados então por gente perigosa, remanescente dos “capoeiras”. No Governo Rodrigues Alves, começa a remodelação da cidade pelo prefeito Passos. (...) E a favela do Santo Antônio? Ficaria? Não era possível. Alí, encostados ao morro, o Lírico – os “malandros”, naquele “ginga-ginga”, a misturar-se com as cartolas dos grandes elegantes...³³

Segundo Dias da Cruz, em 1941, a favela do Santo Antônio já não existia, mas não há informações precisas sobre o destino de seus moradores. O início da destruição do morro era saudado pelo texto do jornalista como exemplo da “capacidade realizadora” do governo de Vargas.

Há muito ameaçados, os moradores do Santo Antônio reconheceram e tentaram um canal de interlocução, o que chama atenção para sua mobilização – ainda que frágil e, neste caso, sem resultados concretos – e para a continuidade de um quadro de pobreza e instabilidade. Na opinião dos moradores da Mangueira e do Santo Antônio, recorrer ao presidente poderia se tornar uma saída promissora, uma vez que, segundo suas informações (sustentadas também pelo governo federal), estariam vivendo em terras da União. Mas foram diferentes as posições tomadas quanto a uma e outra favela. Os habitantes do Santo Antônio, localizado no centro da cidade – que as autoridades tentavam construir à força como cópia de Paris –, ficaram “sem resposta por falta de endereço certo”; dois anos depois, os da Mangueira, ao que parece, ganharam um tratamento diverso.

Em mais uma ocasião, é possível ver, por meio da favela do Santo Antônio, a complexidade das situações vividas pelos moradores das favelas cariocas. Favoráveis ou contrárias, muitas decisões relativas a estes espaços geralmente levavam muito tempo para se concretizar. Durante anos, uma disputa entre a União e a Companhia Santa Fé,

³² Idem, *ibidem*, *op. cit.*, p. 41.

³³ Idem, *ibidem*, pp. 42-43.

que requeria a propriedade dos terrenos onde estava a favela, beneficiou os moradores. Assim, embora Vargas tenha se negado a respondê-los, a disputa judicial entre o governo e os empresários e as dificuldades de mobilizar recursos técnicos e materiais para a demolição do morro permitiram a permanência de moradores por quase 30 anos entre a data do despacho de Vargas declarando que o terreno pertencia à União (1932) e a data da destruição parcial do morro. Enquanto isso, moradores eram transferidos para outras favelas, com a anuência ou por decisão do governo, outros aguardavam resoluções sobre a propriedade das terras, enfrentavam incêndios ou outras ameaças. Pouco antes do arrasamento do morro, alguns habitantes do Santo Antônio encontraram a solidariedade dos moradores do Morro do Borel e de outras favelas.

“Eu desejava uma vaga de morador nessa favela [Borel] e me indicaram que eu falasse com o senhor.” Este foi o pedido de Manduca – pedreiro, um dos fundadores do Sindicato da Construção Civil e morador do Santo Antônio, que estava na iminência de ser destruído em meados dos anos 1950. A história da chegada desse homem ao Morro do Borel foi contada por Manoel Gomes e, por meio desse relato, constatamos: a existência de uma favela no Santo Antônio ainda naquele período (embora não seja possível assegurar se formada por parte dos moradores que escreveram a Vargas ou por outros, já que Dias da Cruz afirmara não mais existir uma favela nesse morro em 1941); o deslocamento dos moradores entre diferentes favelas; e a proposta de organização dos favelados tendo como eixo a solidariedade entre os moradores de diversas localidades.

A decisão de Manduca de se mudar para o Borel teria sido tomada na rodinha formada por operários para ler jornais antes do início do expediente na construção de um prédio em uma das principais ruas do bairro da Tijuca. Uma das notícias contava sobre a expulsão de uma equipe da limpeza pública e de policiais que tentaram destruir a escola primária construída pelos moradores no Borel. Escreve Manoel Gomes sobre o que Manduca teria comentado com seus colegas na roda de leitura dos jornais:

Vocês acham que essa meia porção de salário é correspondente com o custo de vida? Não, não dá. Sobra pra moradia? Não, não sobra. Então a solução é a favela mesmo. As terras são do nosso Brasil e eu nasci nele, portanto, sou brasileiro, tenho as mesmas características dos outros, ricos ou pobres; não tenho terras, não as herdei e não ganho o suficiente para comprá-las. Moro no morro de Santo Antônio, ele vai ser demolido como foram os do Senado e Castelo. Taí, eu vou morar no Borel, decidiu Manduca; vou ajudar aqueles bravos lutadores a lutarem até a vitória final pelo direito incontestável de ficarem onde nasceram e se criaram. Eu acho isso um absurdo, os sedentos por terras, os grileiros, querendo transformar os trabalhadores em passarinhos vivendo em revolta, dormindo nos galhos de diferentes árvores da floresta brasileira.³⁴

³⁴ GOMES, Manoel. *As lutas do povo do Borel*, *op.cit.*, p. 32- 33.

Esse é o estilo da escrita de Manoel Gomes, que permite supor que as avaliações e os argumentos do homem apelidado de Manduca, lembrados e reproduzidos tantos anos depois por Gomes, estejam misturados as suas próprias lembranças e palavras.³⁵ O essencial nessa passagem, contudo, diz respeito à concepção de direitos construída pelos moradores – fundada em noções de igualdade entre *todos* os brasileiros e no tempo de residência nas favelas – e à formação de vínculos de solidariedade entre moradores de diferentes favelas, submetidos a pressões semelhantes. Traz, mais uma vez, a compreensão da favela como uma solução para os baixos salários e critica a ação dos grileiros e dos “sedentos por terras”.

Ter sido morador do Morro de Santo Antônio era a terceira exigência estabelecida pelas lideranças locais para uma pessoa se fixar no Morro do Borel no início dos anos 1950. As duas primeiras estavam relacionadas à inserção na mobilização dos moradores da favela: “1º ser sócio da União; 2º trazer dois retratos 3x4”. Contudo, “a última condição provava cabalmente que a luta dos favelados do Borel não tinha discriminação bairrista. Ela era abrangente de um modo geral a todos os favelados, em especial aqueles em situação vexatória a exemplo de Santo Antônio.”³⁶ A União a que Manoel Gomes se refere é a União dos Trabalhadores Favelados (UTF), uma das organizações surgidas nos anos 1950 como forma de fazer frente às ações de despejo e remoção que ameaçavam os moradores em favelas. Ao longo dos anos, a UTF, formada no Morro do Borel, tornou-se uma referência para associações e moradores de outras favelas da cidade, como veremos adiante.

“Discutindo por meios regulares o seu direito”

Em um memorial datado de maio de 1946, os moradores de uma área no Morro dos Prazeres (Santa Teresa) solicitaram ao então presidente do Brasil, o general Eurico Gaspar Dutra, “sua valiosa proteção no sentido de ser mantida a autorização dada pela L.B.A. e mandadas sustar todas as ações de despejo existentes no Juízo acima [3ª Vara Cível] ou em outros”. Segundo os signatários, a permissão para ocupação das terras havia sido dada pela “Legião Brasileira de Assistência às Famílias dos expedicionários

³⁵ Quando o livro foi lançado, os moradores do Borel ainda enfrentavam o processo movido pela Borel Meuren. Somente em 1984, um acordo realizado pelo governo de Leonel Brizola com a Seda Moderna, subsidiária da Borel Meuren, desapropriou as terras do morro.

³⁶ GOMES, Manoel. *As lutas do povo do Borel*, *op.cit.*, p. 33.

pobres” e era “iníqua” a medida tomada pela Associação Hospital Alemão que, “com documentos de posse caducos”, reivindicava em juízo os terrenos. Viver no morro e nos barracões era o que estava ao “alcance de suas bolsas de proletários”. A localidade inteira, como afirmaram no abaixo-assinado, abrigava “aproximadamente cinco mil famílias de brasileiros pobres”, mas a medida atingia apenas uma parte deles. Assinaram o documento 162 homens e mulheres, indicando que o número de residentes em suas casas somava mais 715 pessoas.

Além de fazer notar a permissão que lhes havia sido dada para morar, afirmaram que:

Tais barracões, apesar de simples e sem conforto, absorveram os minguados recursos de seus atuais proprietários que fizeram verdadeiros sacrifícios para construí-los, endividando-se até, na esperança natural de poderem aguardar ali melhores dias, com o barateamento da vida e, conseqüentemente, alugueis ao alcance de suas bolsas de proletários.

Acontece, porém, que, agora, quando ainda não começamos a sentir os salutares efeitos das providências que V. Excia. vem tomando no interesse do povo, que prenunciam uma baixa nos preços dos gêneros de primeira necessidade e a construção de casas populares, já a “Associação Hospital Alemão” ameaça despejar a todos, colocando-nos numa situação aflitiva, pois não somente teremos o prejuízo dos recursos empregados na construção dos barracões, como, também, ficaremos sem teto, pois não há casas vazias para alugueis elevados, muito menos ainda para alugueis pequenos.³⁷

Neste abaixo-assinado, os moradores também fundamentaram seu apelo nos discursos oficiais, que prometiam benefícios sociais e melhoria das condições de vida para a população pobre. Os moradores indicam ainda a continuidade de uma situação de privação vivenciada pelos trabalhadores pobres da cidade. No entanto, em resposta ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, Carlos Luz, o juiz Hugo Auler informa a manutenção da decisão favorável ao despejo, alegando que os moradores nem haviam apresentado defesa nem cumprido a ordem da primeira sentença, de maio de 1942, de deixar o local e que “o terreno havia sido transformado em verdadeira favela”. Somente em setembro a LBA se pronunciou sobre o caso: o presidente da instituição, Otávio da Rocha Miranda, informou que não havia autorizações verbais ou escritas “a quem quer que seja para residir no citado morro”. Diante disso, em novembro de 1946, Dutra determinou o arquivamento da petição encaminhada pelos moradores.

Essas passagens de documentos produzidos pelos moradores – do Santo Antônio, da Mangueira, do Borel e do Morro dos Prazeres – mostram como a falta de

³⁷ Abaixo-assinado dos moradores do Escondidinho/Morro dos Prazeres a Dutra, Rio de Janeiro, 5 de maio de 1946. Arquivo Nacional/Fundo da Presidência da República/Ministério da Justiça e Negócios Interiores/Serviço de Comunicações, 1946. Caixa 129.

recursos econômicos foi apontada como um dos principais motivos para a ida e para a permanência nos morros vistas como uma solução para os aluguéis altos ou para a falta de moradias. Mas continuar na favela tinha outros significados que também justificavam a luta. Ali moravam com suas famílias, às vezes por muitos anos, próximos aos seus locais de trabalho e com relações de vizinhança que tendiam a se fortalecer com o tempo. Com o estabelecimento de parentes nas favelas, muitos migrantes ao chegar à cidade já encontravam alojamento, alguma assistência financeira para se instalar, contatos para emprego e auxílio na construção de barracos ou casas.³⁸ Apesar de todas as ameaças, a favela lhes dava segurança – o que não tinham de outra forma, como fica claro pela diferença de posicionamento governamental no caso dos morros da Mangueira e do Santo Antônio.

“As lutas do povo do Borel”, da Catacumba, do Esqueleto, do Santa Marta, da Mangueira, do Turano, da Barreira do Vasco, do Santo Antônio, da Rocinha, do Pasmado, do Jacarezinho, do São Carlos, do Morro dos Prazeres, entre outros, tiveram como ponto em comum a capacidade de articulação e de formação de alianças entre moradores de favelas e fora delas. Ameaçados por particulares, apelavam aos governantes. Ameaçados pelo governo, recorriam a partidos de oposição, imprensa, igrejas e outros grupos. No campo das articulações que extrapolavam os limites das favelas, houve alianças com advogados influentes, muitos ligados ao Partido Comunista Brasileiro, que assumiram as causas dos moradores contra as ações de despejo, como nos casos do Morro de São Carlos e do Borel; e ainda com deputados e vereadores ligados a diversos partidos políticos.

Por meio de registros esparsos na vasta produção documental do período, da documentação elaborada pelos moradores e de notícias publicadas na imprensa, é possível reconstituir aspectos de uma luta baseada na realidade vivida pelos moradores em favelas. Desde o início dos anos 1930, a organização dos moradores de favelas parece ter acontecido em função de alguns motivos principais: impedir as remoções e os despejos (evitando “transferências” para outras localidades e tentando obter a

³⁸ É muito comum ainda hoje o apoio de parentes e amigos para a construção ou finalização de obras nas casas, sintetizadas na expressão “virar a laje”. Anthony Leeds frisou como uma das características das favelas a capacidade de contribuição para um “sistema de segurança social”, isto antes das remoções sistemáticas em 1968. “Até essa época, as favelas apresentavam o que se poderia chamar de uma distribuição “natural” – ou seja, uma distribuição que refletia as necessidades de localização dos moradores originais e imigrantes subsequentes. As remoções forçadas, evidentemente, perturbaram drasticamente esse sistema, vomitando as pessoas para os limites distantes da cidade, longe do trabalho, hospitais, escolas, áreas de recreação, parentes e amigos, e assim por diante.” LEEDS, A; LEEDS, E. *A sociologia do Brasil urbano*, *op.cit.*, p. 159.

propriedade das terras); conseguir serviços básicos (luz, bicas d'água, transporte etc); e, posteriormente, reivindicar o fim das arbitrariedades cometidas nas batidas policiais.

As disputas judiciais foram outra estratégia adotada por moradores para adiar ou mesmo evitar as ações de despejo movidas pelos supostos ou reais proprietários dos terrenos onde estavam localizadas algumas favelas. É possível visualizar alguns dos casos no quadro abaixo:

Ano	Favela	Ação
1933	Morro de São Carlos (comissão de moradores)	Ação na 4ª Vara Cível para a manutenção de posse/sustar “inérita” ordem de despejo coletivo movida pelo suposto dono dos terrenos
1935	Morro do Capão (Vila Militar)	Processo judicial na 1ª Vara para evitar despejo coletivo. Ministério da Guerra reivindicava reintegração de posse
1938	Mangueira	Ação na 3ª Vara Cível contra Ministério da Educação e Saúde Pública “contra ameaça de localização da cidade universitária em terrenos circunvizinhos ao morro”
1943	Rocinha (moradores que adquiriram terrenos loteados pela empresa Castro Guidão e Cia)	Ação na 4ª Vara Cível para cumprimento dos contratos de promessa de venda dos lotes e recebimento de escrituras definitivas
1944	Morro do Salgueiro	Ação na 9ª Vara Cível contra o grileiro italiano Emilio Turano, que reivindicava a propriedade da área
1948	Jacarezinho	Ação na 5ª Vara Cível para evitar ordem de despejo requerida pela Companhia Imobiliária Concórdia. Na defesa dos moradores, advogado fundamentou sua ação na tramitação de um projeto de lei na Câmara do Distrito Federal sobre a desapropriação de terras litigiosas em função de ser um “caso social”
1954	Morro do Borel e Morro Santa Marta (União dos Trabalhadores Favelados)	Ação na 9ª Vara Cível para sustar o despejo dos moradores

Fonte: SILVA, Maria Laís Pereira da. *Favelas cariocas, 1930-1964, op.cit.*, pp.118 a 127. Essas informações foram sistematizadas principalmente a partir de pesquisas no *Diário de Notícias*, um dos jornais visitados pelas comissões de moradores para denunciar as tentativas de despejo.

Um exemplo da conjugação de diferentes estratégias aparece na história de parte dos moradores do Morro de São Carlos, localizado na região central da cidade. No início do século, o morro havia recebido alguns dos expulsos dos cortiços destruídos na gestão Pereira Passos. Em 1932, cinco mil moradores da área estavam sob a ameaça de uma “inérita ordem de despejo coletiva”, segundo informações publicadas no *Diário de*

Notícias. Segundo os moradores, o suposto dono de terrenos no São Carlos havia requerido na justiça a reintegração de posse de todo o morro e não somente da parte que teria adquirido. Os moradores acorreram ao Palácio do Catete, onde foram recebidos pelo coronel chefe do Estado Maior. De imediato, Getúlio Vargas mandou sustar o mandato judicial.³⁹

Em 1933, relataram os moradores, em mais uma visita à redação do jornal, que um oficial de Justiça com uma certidão falsa havia notificado 511 pessoas para, em poucas horas, deixarem a área. Os moradores contaram ainda que 60 dessas pessoas “estavam garantidas por manutenção de posse concedida anteriormente por um juiz e ainda assim o dono do terreno pediu à “junta de demolição” da saúde pública a derrubada de todas as habitações do morro”. Tal situação, disseram, “Expõe à miséria centenas de famílias que estão discutindo por meios regulares o seu direito...”.

Em 1934, o mesmo jornal noticiava:

Teve solução na corte de apelação, reunida em sessão plena, o rumoroso caso do despejo do morro de São Carlos. Como é sabido, o capitalista Armênio Gonçalves Fontes conseguira um mandato de imissão de posse de todos os terrenos do morro de São Carlos. Os moradores, que não haviam sido citados para ver correr a ação, propuseram uma ação rescisória para anular o processo de imissão. Os desembargadores, unanimemente, julgaram procedente a rescisória, tendo sido anulada desde o início ação de imissão pelo voto da maioria, sendo que quatro juízes a anulavam em parte. Decretou, também, a egrégia corte a responsabilidade do oficial de Justiça, que na imissão lavrara uma certidão afirmando ter intimado 511 moradores em um só dia em poucas horas. Sustentou oralmente o direito dos moradores o advogado dr. Júlio Salusse.⁴⁰

As movimentações dos moradores quanto à organização de associações evidenciam-se em duas notícias publicadas ainda nos anos 1930 por jornais da cidade. Em janeiro de 1933, o Centro Político de Melhoramentos do Morro de São Carlos convidou o prefeito Pedro Ernesto e jornalistas do *Diário de Notícias* para visitarem a favela.⁴¹ Na ocasião, Pedro Ernesto, acompanhado de autoridades, como o diretor de

³⁹ “No Cattete”, *Diário de Notícias*, 23/11/32, p. 3. Dois dias depois, o jornal publicou uma foto de moradores do Morro e as informações repassadas por uma comissão de moradores – formada por Lindolpho de Oliveira Magalhães, João da Glória, José Diogo Ferreira e Nelson Januário Gomes – em visita à redação. Segundo o jornal, “pleiteando o reconhecimento dos seus naturais direitos a um tecto”, os moradores informaram que os ameaçados residiam no morro há mais de 30 anos “sem conhecer outro dono e esse tempo é suficiente para lhes garantir o usucapião”. “O despejo dos habitantes do Morro de S. Carlos – o que disse sobre o caso uma comissão que visitou, hontem, o “Diário de Notícias””, *Diário de Notícias*, 25/11/32, p.7.

⁴⁰ *Diário de Notícias*, 20/04/1934. Apud: SILVA, Maria Lais Pereira da. *Favelas cariocas, 1930-1964*, *op.cit.*, pp. 118-121.

⁴¹ Pedro Ernesto visitou várias favelas no período e mantinha contatos com muitos moradores de favelas; o que pode indicar que a visita tenha sido organizada pela própria Prefeitura. Em todo caso, os moradores deram visibilidade à sua organização e às reivindicações para a localidade e, ao mesmo tempo, articulavam apoio para estender o prazo de desocupação da área. Assinam o convite em nome do Centro

obras da Prefeitura, um delegado e o superintendente da Limpeza Pública, recebeu um memorial elaborado pelo Centro de Melhoramentos com inúmeras reivindicações acerca de melhorias de infraestrutura na localidade.⁴² Em julho de 1937, uma comissão formada por nove moradores do São Carlos, em mais uma visita à redação do *Diário de Notícias*, informou que: “Para melhor defenderem os seus interesses, os moradores do morro de S. Carlos estão organizando a Sociedade Unitiva [Unida?] Humildes do Morro de São Carlos”. Lindolpho Magalhães, José Fernandes, José Diogo Ferreira, Antônio de Jesus Brasil, Eduardo da Costa, João Pinto de Carvalho, José Martins Reis, Silvino Gonçalves Pinto e Arthur Conde informaram ao jornal os nomes e os cargos dos membros da diretoria da Sociedade, mas não há outras informações sobre a associação nesta notícia.⁴³ Lindolpho de Oliveira Magalhães, José Diogo Ferreira, Nelson Januário Gomes haviam feito parte da comissão que visitara o *Diário de Notícias* cinco anos antes para informar sobre a disputa de terras. Com a prisão de Pedro Ernesto, em 1936, é possível que o Centro Político de Melhoramentos tenha perdido força. A disputa dos terrenos prosseguia, daí a necessidade de uma organização focada na defesa desses interesses.

Também tramitava na justiça o caso da favela localizada no Morro do Capão, na Vila Militar, na zona oeste do Rio. A ameaça de despejo coletivo existia desde 1929 e, em 1935, o juiz da 1ª Vara, Olympio de Sá Albuquerque, expediu um mandado de manutenção de posse. A reintegração, contudo, foi solicitada pelo ministro da Guerra e, em março de 1935, o *Diário de Notícias* divulgou a derrota dos moradores com o anúncio do despejo a ser realizado no morro. Já em 1943, 57 moradores da Rocinha, compradores do loteamento embargado da empresa Castro Guidão e Cia., reivindicavam que a Prefeitura do Distrito Federal reconhecesse o negócio com o fornecimento das “guias de transmissão da propriedade”. Organizados em uma comissão, também foram à redação do *Diário de Notícias* reclamar da decisão da Prefeitura, que se recusava a

Político de Melhoramentos, reproduzido pelo *Diário de Notícias*, Custódio F. Cunha, João Fernandes de Araújo e Manoel F. Mathias. A recepção ao prefeito seria feita por um morador de cada rua do morro e pela diretoria da instituição. “O morro de S. Carlos vai receber a visita do interventor carioca – o Centro Promotor de Melhoramentos daquele morro está preparando carinhosa recepção”, *Diário de Notícias*, 22/01/1933, p. 9.

⁴² O Centro solicitou reparo de calçamento de ruas, construção de sarjetas, desmonte de pedras, construção de praças, ligação de ruas, entre outros. “As excursões do interventor federal”, *Jornal do Brasil*, 24/01/1933. Apud: SILVA, Maria Lais Pereira da. *Favelas cariocas, 1930-1964, op.cit.*, pp. 122 e 198. Em outra visita, desta vez à favela da Mangueira, em junho de 1934, Pedro Ernesto recebeu a solicitação de moradores para a construção de uma escola pública, inaugurada posteriormente pelo prefeito.

⁴³ *Diário de Notícias*, 23/07/1937. Apud: SILVA, Maria Lais Pereira da. *Favelas cariocas, 1930-1964, op.cit.*, pp. 118-121.

entregar o documento. De acordo com uma notícia publicada pelo jornal, os moradores estavam aguardando o julgamento da questão no Tribunal de Segurança. O caso se arrastava há, pelo menos, dez anos, e a perspectiva de resolução não era favorável aos moradores: a Prefeitura pretendia “desapropriar os terrenos da Rocinha, onde planeja executar obras de interesse público” ou, como explicou ao jornal, “urbanizar os terrenos”.⁴⁴

Nesse ano em que os moradores da Rocinha enfrentavam a Prefeitura, ela estava empenhada no lançamento de uma política pública destinada a “acabar com as favelas” e a “solução” do momento eram os Parques Proletários Provisórios. Os pesquisadores sobre esta iniciativa apontaram um ambiente de controle (os moradores tinham que ser registrados no posto de polícia, por exemplo), que refletia a continuidade de muitos estigmas sobre a favela e seus habitantes. Da perspectiva das autoridades, a “falta de adaptação” aos parques era vista como um problema pessoal de cada morador (teria que aprender a “escolher uma casa melhor”); significava sua resistência à “civilização” e à “reeducação social” e não a formas de controle autoritárias e segregacionistas.

De acordo com muitos trabalhos que estudam ou fazem referência ao associativismo em favelas, as primeiras comissões de moradores de favelas teriam surgido em função das resistências à transferência para os Parques Proletários. Em 1945, moradores dos morros Pavão e Pavãozinho e, depois, Cantagalo e Babilônia (todos localizados na zona sul da cidade) organizaram comissões com esse fim e para reivindicar melhoras na infraestrutura das favelas.⁴⁵

O ano de 1945 registrou outras movimentações. Em agosto, o secretário interino do Comitê Democrático e Progressista Saúde, Teodoro Johansson, “em nome dos moradores dos bairros e morros locais”, encaminhou um telegrama de agradecimento a Vargas pela sua recomendação ao órgão de defesa da economia popular de mais fiscalização dos comerciantes que praticavam preços abusivos para os alimentos de

⁴⁴ “Os moradores da Rocinha terão os seus direitos assegurados”, *Diário de Notícias*, 27/5/1943. Apud: SILVA, Maria Lais Pereira da. *Favelas cariocas, 1930-1964, op.cit.*, pp. 98-99.

⁴⁵ Sobre as comissões de moradores no Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, ver, por exemplo, FORTUNA, Affonso; FORTUNA, João Paulo. Associativismo na favela. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.8, n. 4, pp. 103-113, out./dez., 1974. LIMA, Nísia Trindade. *O movimento de favelados do Rio de Janeiro: políticas de Estado e lutas sociais (1954-1973)*. 1989, 233f., Dissertação (Mestrado), IUPERJ, Rio de Janeiro, 1989. BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos. *Um século de favela – 5ª edição*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 25-60. Na entrevista realizada para este trabalho, Luiz Bezerra, presidente da Associação dos Moradores do Cantagalo em 2011, afirmou não se lembrar de nenhuma pessoa ou fato relacionado a essas comissões.

primeira necessidade consumidos pela população.⁴⁶ Dois meses depois, a União Pró-Melhoramentos do Morro do Sampaio, com a cooperação do Comitê Democrático Progressista Sampaio-Jacaré, “do qual se tornou subcomitê”, instalou duas bicas no sopé do morro.⁴⁷ A associação havia sido fundada em maio do mesmo ano com o objetivo de obter melhorias para a favela. Com recursos dos próprios moradores, a instalação das bicas era considerada “uma significativa prova de quanto pode o povo unido e coeso”.⁴⁸ Um mês depois, Emiliano Pereira, presidente do mesmo Comitê, manifestou seu apoio às “humildes famílias” ameaçadas de despejo no morro do Jacarezinho (zona norte da cidade), por meio de um telegrama ao Presidente da República, José Linhares.⁴⁹

Os Comitês Democráticos Populares tiveram o objetivo de atuar como órgãos de fortalecimento do Partido Comunista Brasileiro, de aproximação com as lutas dos bairros, e de incentivo à participação popular em diversas questões, inclusive com a formação de associações de moradores. Em alguns bairros, foram criados subcomitês em favelas, como no Morro do Turano (Tijuca), no Morro do Sampaio e na Mangueira.⁵⁰ Significavam uma tentativa do PCB de tornar-se um “partido de massas”, aproximando-se dos grupos populares e agregando suas pautas em um espaço de mobilização local e de formação de quadros, conforme demonstra um discurso do líder do partido, Luiz Carlos Prestes, em 1945:

Os Comitês Democráticos Populares, que já se vão organizando por todo o país, serão como que as células iniciais do grande organismo democrático capaz de unir o nosso povo e de guiá-lo no caminho da democracia e do progresso. Os Comitês Populares falarão a voz do povo, dirão de sua vontade, suas reivindicações imediatas e permitirão que se revelem os verdadeiros líderes populares, homens e mulheres, jovens e velhos, que falem a linguagem do povo e sejam de fato os melhores na defesa dos seus interesses e na luta pelos direitos do próprio povo. E por isso, nesses

⁴⁶ Telegrama do Comitê Democrático Progressista da Saúde a Getúlio Vargas, 13-08-1945. Fundo da Secretaria da Presidência da República/AN/BR AN,RIO 35.0.PRO.27544 . Esse Comitê funcionava na Rua Camerino, no centro do Rio, e convidava para suas assembleias, por meio de notas na *Tribuna Popular*, moradores dos bairros da Gamboa, Saúde, Santo Cristo, Morros da Favella, Valongo e Providência.

⁴⁷ *Tribuna Popular*, outubro de 1945. In: ROBAINA, Igor Martins Medeiros. O espaço da favela em disputa: do Partido Comunista Brasileiro à articulação Igreja-Estado na criação da Fundação Leão XIII. Curitiba: *Anais do I Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder*, 01/06/2009. Disponível em: <www.nilsonfraga.com.br/anais.php?CAN_RowID=5>, acesso em 05/12/2010, p. 6.

⁴⁸ *Tribuna Popular*, 25/10/1945, p.4. In: ROBAINA, Igor. *O espaço da favela em disputa, op.cit.*, p. 6.

⁴⁹ Telegrama do Comitê Democrático Progressista Sampaio Jacaré a José Linhares, 16/11/1945. Fundo da Secretaria da Presidência da República/AN/BR AN,RIO 35.0.PRO.33227.

⁵⁰ Cf. LIMA, Nísia Trindade. *O movimento de favelados...*, *op.cit.*, p. 72 e *Tribuna Popular*, 28/11/1945, p. 5. Segundo este jornal, o Comitê Democrático Progressista da Mangueira funcionava na Rua Visconde de Niterói, nº 676.

organismos será relativamente fácil o desmascaramento dos agentes do fascismo, dos demagogos e desordeiros inimigos da união e da democracia.⁵¹

Na edição de 02 de junho de 1945, a *Tribuna Popular* deu grande destaque às ações dos comitês já organizados “em subúrbios, bairros e locais de trabalho” e publicou uma nota explicativa com orientações sobre a formação dos Comitês, desde indicações para que as reivindicações específicas dos bairros e subúrbios fossem formuladas em discussões com a participação do maior número possível de moradores a sugestões de criação de bibliotecas, realização de excursões, competições esportivas e palestras. Segundo o jornal, as orientações haviam sido solicitadas por “inúmeras comissões de populares e operários” em visitas à redação.⁵²

Nesse contexto, as reivindicações dos moradores do Morro do Sampaio foram expressas por meio do telegrama enviado a José Linhares pelo presidente do Comitê. O encaminhamento das reivindicações, as fundações das associações e formações de comissões de moradores, assim como a perspectiva de agregar as lutas – que se manifestava, por exemplo, na tentativa de incentivar o apoio mútuo entre as associações dos bairros e das favelas neles localizadas – entre outras ações, foram acompanhadas e impulsionadas pela imprensa comunista, como os jornais *Imprensa Popular*⁵³, *Novos Rumos*⁵⁴ e *Tribuna Popular*.⁵⁵ As “reivindicações vitais e imediatas dos trabalhadores”,

⁵¹ PRESTES, Luís Carlos. Organizar o povo para a democracia - Discurso proferido no dia 15 de julho de 1945, In: ROBAINA, Igor. O espaço da favela em disputa..., *op.cit.*, p. 5. Mesmo na clandestinidade, o PCB seguiu afirmando diretrizes para organização de associações de base do partido, que deveriam atuar, inclusive com mulheres e jovens, que “ficam a espera de uma direção eficaz e de autênticos chefes políticos, da ação diária dos comunistas orientados e dirigidos pela Organização de Base a que pertencem.” Edição especial do jornal *Voz Operária*, de 4/12/1954.

⁵² “Como organizar os Comitês Populares”, *Tribuna Popular*, 02/06/1945, pp. 1 e 2.

⁵³ Criado em 1948, *Imprensa Popular* era um jornal carioca vinculado ao Partido Comunista Brasileiro, que substituiu outro jornal do partido, *Tribuna Popular*, fechado quando o PCB foi posto na ilegalidade. Nas frequentes notícias sobre as favelas cariocas, eram comuns as críticas ao descaso da prefeitura com estes espaços. “O prefeito [Mendes de Moraes], como tem provado neste seu desgraçado governo, não se interessa pela gente pobre. Suas vistas se voltam somente para alguns bairros granfinos”, publicou o jornal em 28 de janeiro de 1951, em uma notícia sobre a falta d’água no Morro do Preto Fôrro.

⁵⁴ *Novos Rumos* foi lançado em 1959 e circulou até março de 1964. O editorial da primeira edição, publicada na semana de 28 de fevereiro a 06 de março, apresentou os objetivos do órgão, entre eles o de empenhar-se “na tarefa comum de forjar a unidade de todas as correntes patrióticas e populares, compreendendo que esta unidade é fator básico para a vitória do povo brasileiro sobre o imperialismo norte-americano e seus agentes internos” e o de “abrir suas páginas à luta pela unidade e organização do movimento operário, às campanhas em defesa das reivindicações vitais e imediatas dos trabalhadores”. A primeira notícia sobre uma favela do Rio saiu logo na quinta edição e mostra a continuidade da prática dos moradores de favelas de visitar as redações de jornais: os habitantes da favela Vila São Miguel, em Magalhães Bastos, foram à redação contar sobre a inundação que havia destruído seus barracos.

Uma repórter, em especial, se destaca pela frequência com que escrevia e pela sensibilidade em relação ao tema: Ana Montenegro, jornalista e poeta, afiliada ao PCB desde 1945. Além das matérias jornalísticas, Ana Montenegro ainda teve espaço no jornal para assinar colunas de opinião, nas quais também abordava questões envolvendo as favelas. Ela já havia colaborado anteriormente no jornal *Imprensa Popular*.

de fato, ganharam as páginas dos jornais nas reportagens sobre as ações das “sociedades de amigos de bairro”, uniões “pró-melhoramentos” e outros nomes dados às associações de bairros de toda a cidade, assim como as iniciativas dos moradores de favelas. Matérias e colunas de opinião trataram das favelas – por vezes mantendo a perspectiva de um “problema”–, e fizeram sobressair as reivindicações dos moradores e as críticas sobre a atuação de órgãos como a Cruzada São Sebastião, a Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN) ou o SERFHA.⁵⁶

Assim, ainda em 1946, as solicitações dos residentes no Morro do Turano – chamado pelos moradores de Morro da Liberdade⁵⁷ – encaminhadas ao prefeito foram publicadas pela *Tribuna Popular*:

- Assim sendo, Exmo. Sr. Prefeito, vimos respeitosamente pleitear o que passamos a enumerar:
- A) Construção de barracões para os atuais moradores do morro, cuja mudança se faria paulatinamente, à medida em que ficassem pronto para os novos;
 - B) Habitação gratuita nesses barracões ou aluguéis que nunca ultrapassassem um mínimo compatível com o orçamento da família beneficiada.
 - C) Construção de uma rede de tanques de água potável, com bicas para o abastecimento dos moradores e lavagem de roupas com a utilização das nascentes do alto do morro;
 - D) Instalação de luz elétrica no morro e facilidade para distribuição de luz ao barracão;
 - E) Construção de fossas higiênicas;
 - F) Instalação de uma escola com fornecimento de alimentos, material escolar e roupas as crianças;

⁵⁵ Os jornais se propuseram a construir um canal entre o PCB e a população. A *Tribuna Popular* – o “diário do Partido” como era conhecido – mantinha a coluna “Vida dos comitês populares” com informações sobre reuniões, manifestos, reivindicações e ações realizadas pelos Comitês. A edição de 11/08/1945 noticiou, por exemplo, a “convocação das Comissões de Alfabetização” dos Comitês de Bairro para organizar suas atividades. Segundo noticiou este mesmo jornal, as escolas de alfabetização mantidas pelos Comitês em Niterói vinham sendo fechadas pelo Secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro, Pio Otoni, que as acusava de serem “foco de propaganda comunista”. “Urge o afastamento do integralista Pio Otoni”, *Tribuna Popular*, 27/12/1945, p. 4. Sobre os Comitês Democráticos e *Tribuna Popular*, ver o trabalho de ROBAINA, Igor. O espaço da favela em disputa..., *op.cit.*, p. 11.

⁵⁶ Em um artigo de junho de 1960, Ana Montenegro criticou o desentendimento do vereador Geraldo Moreira (PTB) e de um ex-diretor do SERFHA, apontado como pretexto para a não instalação de escolas nas favelas. O impedimento alegado para a omissão da oferta de escolas para as crianças faveladas, porém, foi associado por Montenegro aos interesses de todos os envolvidos na continuidade de exploração dos trabalhadores. “Conheço toda essa história de caridade, de proteção, de recuperação, de vereadores donos de morros, de fundações, de D. Helder, de cruzadas, etc, etc. São histórias nas quais ninguém tem mais o direito de acreditar porque, em que pesem as campanhas, as propagandas, as promessas, as verbas, continuam as crianças das favelas, já não digo, sem conforto, mas sem escolas. (...) A verdade do desinteresse pela educação do povo para explorá-lo mais e mais facilmente. Todos eles sabem, os caridosos, os protetores, os recuperadores (entre aspas), os vereadores donos dos morros, as fundações, D. Helder, as cruzadas, que a criança analfabeta de hoje é o homem a quem amanhã podem pagar um pequeno salário. É o homem a quem pretendem enganar politicamente.

Tudo isso é a verdade cruel do capitalismo (...). MONTENEGRO, Ana. “Escolas nas favelas”, *Novos Rumos*, 10 a 16/06/1960, p. 8.

⁵⁷ Em alguns casos, havia uma proposta de troca dos nomes das favelas para reafirmar uma tentativa de apropriação total pelos moradores daqueles espaços e de re-afirmação de suas lutas. Ao escrever sobre essas mobilizações, os jornais comunistas por vezes também registraram essas propostas: o Morro do Turano – uma referência ao grileiro italiano Emilio Turano, que disputava as terras com os moradores – seria chamado de Morro da Liberdade; Borel, de Morro da Independência e Esqueleto, Bairro das Graças.

- G) Instalação apropriada de um ambulatório com assistência médica, enfermagem e remédios gratuitos;
- H) Arruamento do Morro, construção de uma escada para a subida e a garantia de passagem permanente pela rua Jacumã;
- I) Investigação final e declaração sobre a propriedade das terras do morro, para liquidar de vez com a presença dos grileiros.⁵⁸

Além das reivindicações associadas à melhoria das condições de habitabilidade do morro, a propriedade das terras e a construção de escola para as crianças surgiam, em 1946, como proposições bem definidas encaminhadas pelos moradores do Turano ao prefeito da cidade. Impedir a continuidade da ação dos grileiros e pleitear a melhoria da infraestrutura da favela – solicitações imediatas – somava-se a outras que tinham em vista o futuro das crianças, contrariando as associações e afirmações que, frequentemente, reduziram as demandas da população pobre e favelada ao imediatismo e ao ceticismo. Surgia ainda entre as propostas a possibilidade de pagamento de aluguéis, desde que acessíveis aos moradores. Tanto as reivindicações quanto as propostas ressurgirão outras vezes nas mobilizações posteriores dos moradores das favelas da cidade do Rio de Janeiro.

Ao se aproximar da população por meio dos Comitês Democráticos Populares, o PCB contribuiu para organizar suas ações, o que, no caso dos moradores de favelas, significou também o registro das reivindicações e encaminhamento aos órgãos competentes.⁵⁹ A articulação com o PCB também acontecia por meio da inserção dos trabalhadores residentes em favelas em sindicatos de classe: muitos operários das indústrias têxtil e da construção civil residentes nas favelas eram sindicalizados, como se pode ver pela história de Manduca, relatada em *As lutas do povo do Borel*, e na história da formação da Associação de Moradores de Vigário Geral, já no início dos anos 1960, atribuída à ação dos ferroviários sindicalizados e ligados ao PCB, que foram morar na favela.⁶⁰

Muitas formas de expressar as reivindicações, de elaborar as pautas de luta, nomear e formar as associações tiveram a influência da participação de moradores de

⁵⁸ *Tribuna Popular*, 10/08/1946, p.4, apud ROBAINA, I. O espaço da favela em disputa..., *op.cit.*, pp. 6-7.

⁵⁹ Além disso, segundo Moisés Vinhas, ex-militante e membro do Comitê Central do PCB desde 1946, nos anos de legalidade, o partido teve muito sucesso entre a população porque possuía “uma política muito ampla e generosa, facilmente compreendida e aceita pelos trabalhadores e pelas camadas populares. A mensagem dos comunistas pregava a democracia, a liberdade, a unidade dos operários na luta por suas reivindicações, a reforma agrária, a paz. Essa política trouxe em São Paulo e em todos os quadrantes do país dezenas de milhares de pessoas às fileiras dos comunistas.” VINHAS, M. *O Partido: a luta por um partido de massas – 1922-1974*. São Paulo: Editora Hucitec, 1982, p. 91.

⁶⁰ ARAUJO, Maria Paula; e SALLES, Ecio. *História e memória de Vigário Geral*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008, pp. 71e 72.

favelas na atividade sindical e nos contatos com políticos e partidos. A “necessidade de sobrevivência” não poderia ser encarada como o único “motor da mobilização”: a politização de alguns moradores, o exercício consciente de aproximação com determinadas propostas e projetos para os trabalhadores também fizeram parte da experiência de organização coletiva dos favelados.

O “Partidão” ia muito nas obras recrutar novos integrantes para tentar fazer uma mudança na política sindical. Nessa época, os operários eram quase escravizados, todo mundo estava revoltado com salários e horários. Por isso muita gente nos morros passou a apoiar os partidos de esquerda.⁶¹

Esta foi a declaração de Lúcio Bispo - “fundador e três vezes presidente da associação de moradores do Morro do Chapéu Mangueira” - ao site *Favela tem Memória*, em 2004. Em Vigário Geral, já nos anos 1960, a formação da Associação de Moradores também esteve vinculada à trajetória de trabalhadores afiliados ao PCB e que foram morar na favela:

Aí depois começou a estruturar [a associação] quando veio pessoal da Leopoldina. Vieram muitos ferroviários para cá. O ferroviário é um homem mais preparado, então eles começaram a assumir a direção da comunidade, começaram a trabalhar, a fazer reivindicações, a trazer políticos. O primeiro político que entrou em Vigário Geral foi Mourão Filho que colocou a água. Depois, já na minha época, veio Délio dos Santos, que forneceu mais de mil manilhas para a rede de esgotos. Depois dele, veio Aloísio Gama que botou o primeiro asfalto em Vigário Geral.⁶²

Nos anos 1940, foram essas algumas das condições que levaram às expressivas votações do PCB nas eleições de 1945 e 1947 e configuraram o medo da ameaça comunista, motivo da reação governamental e da Igreja para, no caso das favelas, a

⁶¹ BISPO, Lúcio. “Esperança vermelha”, *Favela tem memória*, Marcelo Monteiro, 11/06/2004, Seção *Especiais*, Favela Tem Memória, Disponível em: <www.favelatemmemoria.com.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=7&from_info_index=6&infoindex=90>, acesso em 16/05/10.

⁶² O depoimento de Nilson [não consta o sobrenome na publicação] e dos demais fundadores da associação estão reunidos em ARAUJO, Maria Paula; e SALLES, Ecio. *História e memória de Vigário Geral*, *op.cit.*, pp. 71 e 72. O Parque Proletário de Vigário Geral, localizado no bairro de mesmo nome, no subúrbio ferroviário do Rio, foi fruto da remoção de várias favelas, como a do Morro de Santo Antônio. Paralelamente, a favela também recebeu outras famílias sem lugar para morar, que os moradores mais antigos chamam de “invasores” e que não eram provenientes das áreas removidas. Vigário Geral – como os demais parques proletários – era para ser provisório e, por esta razão, no início da ocupação a construção em alvenaria também era proibida. A Prefeitura, no entanto, fornecia a madeira para os barracos, além de manter um guarda para fazer a vigilância das construções. Nilson, comerciante, chegou a Vigário Geral com a remoção da Cidade Alta, no início dos anos 1950. Fez parte do grupo que, junto com os ferroviários, fundou a Associação Amiga do Parque Proletário de Vigário Geral, em 1962, e a Comissão de Luz da favela. Ele explica que a associação existia desde 1954, mas estava agregada à Federação das Associações de Parada de Lucas (bairro vizinho a Vigário Geral); em 1962, com a construção da sede local, a associação se separou da Federação.

criação da Fundação Leão XIII.⁶³ Pela realização de eleições, em contraste com a ditadura do governo Vargas, esse período da história do país é associado a um processo de “democratização”, que, no entanto, teve muitas contradições. Gerou, ao mesmo tempo, a repressão à atuação do PCB, posto na ilegalidade pelo governo federal, e a intervenção nos sindicatos com a demissão de líderes ligados aos trabalhistas comunistas.⁶⁴ Como tratamos no primeiro capítulo, o medo da “agitação comunista” nos morros criou formas de controle e tentativas de desmobilização de seus moradores. As eleições contribuíram, em certo sentido, para identificar em quais frentes e espaços a intervenção repressora era necessária.

Somada aos serviços assistenciais, outra diretriz da intervenção da Fundação Leão XIII foi a “organização social” dos moradores, com a formação de “sociedade de moradores”. Segundo consta no relatório de 1947-1954, a partir das sociedades de moradores, estimuladas pelo Serviço Associativo do Departamento de Serviço Social, criado e mantido pela entidade, a Fundação “pôde firmar-se no conceito da população dos morros e favelas”, com a obtenção de diversos serviços como instalações de bicas, distribuição de energia elétrica e manilhamento de valas. Incentivar o associativismo a partir da “escuta” e do encaminhamento das demandas dos moradores – proposta que será utilizada por muitas outras instituições de mobilização e trabalho social nas favelas ao longo dos anos – surgiu como uma linha de ação da Leão XIII apresentada neste relatório lançado em 1955.

A “organização social da comunidade” baseava-se na identificação dos principais problemas capazes de aglutinar os moradores, com a posterior implantação de obras ou serviços sociais para atendê-los. No relatório do período 1947-1954, os autores afirmavam claramente: “No caso das favelas, a organização da comunidade será

⁶³ Segundo Oliveira, o tema favela alcançou muita centralidade nas discussões no legislativo da cidade, em função das polaridades entre a Câmara do Distrito Federal e a Prefeitura. Desta forma, a defesa da favela pelos políticos era uma forma de angariar votos nas eleições e marcar a oposição ao prefeito e suas propostas de remoção. Por meio da análise dos anais da Câmara do Distrito Federal em 1947, Oliveira afirma que a bancada comunista protagonizou a oposição ao prefeito com a proposição da “Indicação nº9” para “cessar imediatamente toda e qualquer demolição dos casebres dos moradores das favelas”, “recusando os marcos jurídicos do Código de Obras de 1937”. Nenhum partido, no entanto, foi contrário à proposta. Ainda de acordo com o autor, em busca dos votos da população das favelas, todos desejavam demonstrar seu apoio às propostas voltadas à população pobre. OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. A Câmara Municipal do Rio/DF e a política para as favelas. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo: julho 2011. Disponível em: <www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300637663_ARQUIVO_SamuelSilvaRodriguesdeOliveira.pdf>, acesso em 03/03/2012.

⁶⁴ LEEDS, A. & LEEDS, E. Favelas e comunidade política: a continuidade da estrutura de controle social. In: LEEDS, A. & LEEDS, E.. *A sociologia do Brasil urbano, op.cit.*, pp 186-263, ver especialmente p.204.

processada na base da auscultação dos interesses e deficiências das populações locais, únicos capazes de provocar o estímulo associativo.”⁶⁵ Segundo a Leão XIII, “o fator dominante, capaz de associar os vários elementos de uma favela, é a posse da luz elétrica em cada habitação” porque ela proporcionava um dos poucos momentos de lazer dos favelados: ouvir rádio.⁶⁶ Essa demanda foi apropriada pela Fundação para “organizar os moradores” e operacionalizar um acordo, estabelecido ainda em 1948, com a Prefeitura do Distrito Federal de supervisão, mesmo nas favelas onde não tinha atuação, das redes de luz existentes ou de aprovação da instalação destas redes em outras favelas.

Como condição para a instalação de redes de energia, foram constituídas “sociedades de luz **sem finalidade lucrativa** e mantidas por quotas equitativas, a fim de evitar a exploração comercial das referidas redes, fato comum nesses locais.”⁶⁷ Essas eram as “sociedades de redes de energia elétrica”, com diretoria e conselho fiscal, eleitos em assembleias locais, mas submetidos aos representantes da Fundação. Em 1949, ainda segundo o relatório 1947-1954 da Leão XIII, foram formadas 24 sociedades de moradores, reunindo cerca de oito mil sócios. A contribuição de cada associado cobria, entre outros, os gastos da contratação de um técnico para a manutenção da rede. Ao mesmo tempo, a instituição organizou uma “campanha mobilizadora contra os exploradores da luz, aqueles que se aproveitavam desse serviço para fins inconfessáveis, alertando os explorados, preservando-lhes a economia e protegendo-os contra toda espécie de agitação.”⁶⁸

A “organização dos moradores” não se restringia ao gerenciamento das redes de luz. As associações de moradores criadas pelos Centros de Ação Social (CAS) foram o

⁶⁵ FUNDAÇÃO LEÃO XIII, *Morros e favelas... op.cit.*, pp. 15-16.

⁶⁶ Idem, *ibidem*, pp. 15-16.

⁶⁷ Idem, *ibidem*, pp. 42 e segs.

⁶⁸ Idem, *ibidem*, p. 44. Ao longo dos anos, o racionamento do fornecimento de energia elétrica passou a gerar conflitos entre os demais moradores e as sociedades organizadas pela Fundação, exigindo a intervenção da entidade. Em 1951, as inúmeras críticas fizeram com que a Leão XIII deixasse de intervir tão diretamente na direção das sociedades de moradores, atuando como um órgão consultivo; em 1952, o serviço de luz vinculado à entidade foi extinto, fato atribuído pela Fundação Leão XIII à “campanha inglória a que se devotaram alguns descontentes e aproveitadores da ocasião”. Os pedidos de instalação ou manutenção passaram a ser tratados diretamente entre os moradores das favelas e o poder público.

O fornecimento de luz elétrica nas favelas se tornou, no entanto, uma das principais moedas de troca entre alguns políticos e lideranças e organizações de favelados, sendo utilizado, inclusive, como fator de desagregação e competição entre suas organizações. Além da regulação das comissões locais de luz por órgãos ligados ao governo do estado, muitas delas passaram a concorrer com as associações de moradores. Ver a esse respeito LEEDS & LEEDS, *A sociologia do Brasil urbano, op.cit.* e MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A política na favela. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*. Nccvu/IFCS/UFRRJ, v.4, nº4, out-nov-dez, 2011. Disponível em: <<http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-4-4-Art6.pdf>>, acesso em 12/02/2012.

meio encontrado pela Fundação para obter “a participação do povo”, com a função de apoiar as atividades realizadas pelos Centros, como obras de melhoria da infraestrutura das favelas. As associações também se destinavam a desenvolver o “espírito de iniciativa” e a “solidariedade”, o que significava que os moradores deveriam estar disponíveis para a resolução dos problemas locais.

As diretorias das associações, formadas por moradores da favela, deveriam receber “orientação” dos representantes da Fundação e uma de suas principais funções deveria ser a criação de cooperativas de alimentos, remédios, roupas e artigos escolares para serem fornecidos a preços mais baratos para os moradores.⁶⁹ Para mobilizar os residentes das favelas, a Leão XIII organizava reuniões públicas e serviços de melhoramentos para tratar dos interesses identificados e realizava palestras sobre diversos temas, como “alertar” a população sobre os “demagogos” que apareciam nas favelas durante as campanhas eleitorais, explicar as orientações da Prefeitura para estes espaços e defender sua própria atuação contra os “boatos” espalhados por esses mesmos políticos. Muitos dos pontos levantados como necessários à ação nas favelas e realizados pela Fundação Leão XIII serão retomados nas décadas seguintes por instituições públicas e privadas atuantes em favelas.

Articulando as lutas entre trabalhadores

Por outro lado, a perspectiva do PCB era de articular as associações e os diversos movimentos da área urbana ou do “sertão carioca”, incentivando que as reivindicações de cada grupo fossem acompanhadas de manifestações de apoio de outros setores. A constituição de uma frente de luta que preconizava a solidariedade entre os trabalhadores era um processo a ser estimulado, divulgado e discutido por meio das páginas dos jornais comunistas. As matérias buscavam retratar a unidade a ser obtida nas associações, nas quais as “diferenças desapareceriam”.⁷⁰

Em uma matéria sobre o “abandono dos bairros operários” de Vicente de Carvalho, Vaz Lobo e Parque Celeste pela prefeitura, *Novos Rumos* afirmou que o desinteresse da administração municipal em encontrar soluções para os problemas que afetavam a população local estimulou a organização, em 1953, do Centro Pró-Melhoramentos dos Bairros de Vicente de Carvalho, Vaz Lobo e Parque Celeste, que

⁶⁹ FUNDAÇÃO LEÃO XIII. *Morros e favelas, op. cit.* pp. 34-35.

⁷⁰ “Todas as diferenças desaparecem nas sociedades amigos de bairros”, *Novos Rumos*, 1 a 7/5/1959, p. 5.

realizava melhorias com esforços próprios, como o calçamento de ruas e a implantação de um serviço de água. As reivindicações do Centro Pró-Melhoramentos continham, o jornal reforçou, pontos em comum às dos moradores de dois morros próximos: Vila Cosmo e Morro do Livramento.

Os moradores destas favelas também se reuniram em associações próprias com o objetivo de solucionar seus problemas específicos, particulares. Há, entretanto, problemas comuns dos morros e dos bairros, que são enfrentados por todas as associações conjuntamente. Há, pois, um constante intercâmbio entre o Centro e estas sociedades.⁷¹

Em outra reportagem, integrantes da Associação dos Amigos de Praças e Jardins de Copacabana, que comemoravam a desapropriação de uma área que funcionava como uma praça pública e onde uma imobiliária pretendia construir um edifício, falaram em solidariedade aos residentes na Favela da Chacrinha, ameaçados de despejo pelo proprietário dos barracos.⁷² A solidariedade entre os favelados também foi destacada pela *Imprensa Popular* na cobertura dos despejos promovidos pela Prefeitura do Distrito Federal contra os moradores do Morro do Pasmado (Botafogo, zona sul): uma comissão de moradores da Catacumba “mostrou aos favelados do Mourisco que deveriam fazer como eles: organizar comissões, ir ao Prefeito, ao Presidente da República, à Câmara de Vereadores. Não descansar um minuto. ‘Se cruzarmos os braços eles nos engolem’”.⁷³

“O meu barraco é que vocês não levam!”, afirmou uma moradora do Pasmado naquele dezembro de 1952. “Estou pronta a enfrentar a polícia”, disse Vitalina Oliveira, uma moradora do Morro dos Cabritos (Copacabana, zona sul) a um repórter do jornal *Imprensa Popular*, em janeiro de 1951, falando sobre a tentativa de demolição dos barracos da favela. A revolta dos moradores foi explicada pela reportagem como resultado da repetição sistemática das arbitrariedades. “A mais revoltada em todo morro” era a lavadeira Mariana Humberlina, de 68 anos, que já havia sido despejada nove vezes dos muitos lugares onde morou: “Moço, se sair daqui não tenho onde ir morar. Estou resolvida a deixar que derrubem o barraco comigo dentro”.⁷⁴ Poucos anos depois, no Borel, mulheres e idosos também resistiram à ação da polícia que

⁷¹ “Vicente de Carvalho, Vaz Lobo e Parque Celeste querem condução, água e saneamento - Prefeito governa para zona sul: bairros operários abandonados!”, *Novos Rumos*, 1 a 7/1/1960, p. 11.

⁷² “Pracinha festejou desapropriação”, *Novos Rumos*, 19 a 25/2/1960, p. 11.

⁷³ “Dispostos a resistir os moradores do Pasmado”, *Imprensa Popular*, 05/12/1952, p. 8.

⁷⁴ “Vítimas de monstruoso despejo os moradores do morro do Cabrito” [o nome da favela foi grifado no singular pelo jornal], *Imprensa Popular*, 10/01/1951, p.6.

acompanhava a demolição da escolinha construída pelos integrantes da União dos Trabalhadores Favelados.⁷⁵ Nos dois casos, a polícia cumpria mandados de despejo movidos por grileiros com os quais os moradores de favelas estavam em disputa.

Esse tipo de enfrentamento ocorria no dia a dia de algumas favelas, mas também a negociação e a articulação, que foram importantes estratégias dos favelados. Mesmo nesse episódio do Morro dos Cabritos, famílias que tiveram seus barracos destruídos enquanto estavam no trabalho conseguiram uma audiência com o prefeito Mendes de Moraes, ainda que não tenham alcançado qualquer resultado. Encaminhadas à Chefia de Fiscalização das Favelas, relataram os acontecimentos, pediram indenização pelos barracos, mas saíram “somente com a promessa de que lhes seria fornecido madeira e todo material necessário para construir seus barracos em outro local.”⁷⁶ Deixar levar o material para novas construções foi uma prática frequente da administração pública para “compensar” os moradores.

Além das várias alianças estabelecidas, constituiu-se como outra grande aliada a visibilidade buscada e obtida com ações como passeatas e ocupações realizadas em espaços públicos: diante da Câmara Municipal, do Tribunal de Justiça ou do Palácio do Catete (sede do governo federal) e que alcançavam repercussão na imprensa, principalmente na vinculada ao PCB. “Abaixo a contrafé do juiz”, “Não temos onde morar”, “Tenham pena de nossos filhos”, “Mulheres, velhos e crianças sem casa” foram algumas das frases nos cartazes levados pelos moradores do Morro do Simão, em sua passeata à Câmara Municipal em 1951, para pedir a anulação da ordem de despejo que ameaçava os moradores. A mobilização alcançou resultados concretos, ainda que provisórios, como o adiamento das ordens de despejo e projetos de desapropriação das terras que tramitavam na Câmara Municipal, propostos por políticos do próprio PCB.

A primeira página do *Diário de Notícias*, de 13 de novembro de 1945, estampou duas fotos e uma manchete principal: “No Catete moradores do morro de Jacarezinho”. O periódico informava a concentração, no dia 12, de cinco mil pessoas, entre crianças, mulheres e homens, carregando cartazes e a bandeira brasileira, em frente à sede do governo federal para recorrer ao presidente da República José Linhares a fim de evitar

⁷⁵ GOMES, Manuel. *As lutas do povo do Borel... op.cit.*, pp. 28-31.

⁷⁶ “Vítimas de monstruoso despejo os moradores do morro do Cabrito”, *Imprensa Popular*, 10/01/1951, p.6. O jornal informou que várias comissões já haviam solicitado à Prefeitura providências para o caso. Outra referência à “revolta” dos favelados aconteceu em um texto sobre os moradores da favela do Jacarezinho, cujos barracos haviam sido destruídos pelas chuvas; apesar dos abaixo-assinados e do envio de comissões à Prefeitura, o jornal afirmou que Mendes de Moraes não tomara qualquer providência. “Grave ameaça sobre centenas de pessoas”, *Imprensa Popular*, 26/01/1951, p. 8.

um despejo coletivo. Ameaçados por uma ação de despejo movida pela Companhia Concórdia Imobiliária Sociedade Limitada, que afirmava ser a proprietária dos terrenos, os moradores fretaram bondes e formaram uma comissão que foi recebida pelo ministro da Justiça, Sampaio Doria, pelo secretário da Presidência, Lino Moreira, e pelo chefe de Polícia, Ribeiro da Costa.⁷⁷

Todas essas práticas inspiraram outros trabalhadores pobres do período, como os lavradores do então chamado “sertão carioca”, que passaram a ver a mobilização dos moradores de favelas como um “exemplo”: se os favelados estavam obtendo resultados positivos, também poderiam conquistá-los os posseiros e lavradores das zonas rurais do Distrito Federal.⁷⁸

No entanto, no final dos anos 1950, escrevia o IPEME: “Os favelados mostram-se, em geral, refratários à associação, mesmo para a defesa de seus interesses.” Sua pesquisa sobre “a vida mental” dos favelados se empenhava em desqualificar e minimizar as formas de mobilização dos favelados, lhes atribuindo “apatia”, individualismo e incapacidade de organização. No entanto, o levantamento trouxe alguns números sobre o associativismo. “Só 11,6% dos adultos” fazem parte das associações “que estão instaladas ou recrutam seus membros nas favelas”, dentre elas: Associações Pró-melhoramentos (que concentravam 3,3% dos moradores de favelas); Cruzada São Sebastião (2%); Sociedades de Luz (1,7%) e Sociedades de Água (0,6%). Além disso, “0,8% declaram ser membros da União dos Trabalhadores Favelados (comunista), mas é provável que os 1,6% que não querem dar o nome da associação da qual fazem parte, estejam no mesmo caso”.⁷⁹

⁷⁷ “No Catete moradores do morro de Jacarezinho”, *Diário de Notícias*, 13/11/1945. A disputa e a ameaça de despejo dos moradores do Jacarezinho alcançou ampla repercussão no jornal. A questão foi tema ainda de um texto bastante irônico, endereçado ao prefeito Mendes de Moraes, e publicado pelo cronista Rubem Braga em sua coluna no jornal. “É difícil saber, general, quantas pessoas moram, ou fingem que moram, nos barracos daquele morro: os cálculos variam de 5 a 15 mil e com certeza ninguém se deu ao trabalho de contá-las. Ora, tem razão o juiz, que cumpre a lei, e a Companhia, que pede o que é seu – já que está provado pela longa experiência que quando o Senhor Deus criou a terra, Ele o fez com a visível intenção de distribuí-la entre as Companhias Imobiliárias. E quando, no segundo dia, criou a Luz, já pensava em entregar a concessão à Light – mas isso é outra história, mesmo porque o pessoal do morro do Jacarezinho não tem instalações elétricas. (...)”

E sabe v. excia. melhor do que eu que a Prefeitura pode desapropriar o terreno deixando a gente do morro em paz na sua miséria, da qual parece que os poderes públicos só se lembram (que me perdoe v. excia.) para fazê-la mais aflitiva e negra.” BRAGA, Rubem. “Bilhete aberto”, *Diário de Notícias*, 19/05/1949, p.3.

⁷⁸ SANTOS, *Laços em movimento...*, p.59. Como dito anteriormente, esta articulação entre trabalhadores rurais e urbanos também era um dos objetivos da atuação do PCB. A resistência de moradores de uma favela também servia de exemplo para outros favelados, como demonstrou a visita dos moradores da Catacumba aos moradores do Morro do Pasmado, em 1952, noticiada pela *Imprensa Popular*. “Dispostos a resistir os moradores do Pasmado”, *Imprensa Popular*, 05/12/1952, p. 8.

⁷⁹ IPEME. *A vida mental dos favelados*, op.cit., p. 14.

Apenas poucos anos antes desta publicação, além de todas as mobilizações citadas anteriormente, várias associações já tinham sido fundadas, inclusive com seus estatutos registrados em cartórios da capital federal. Em novembro de 1952, Nicola Espósito, presidente da União de Defesa e Melhoramentos da Barreira do Vasco – fundada em março do mesmo ano e registrada em cartório do centro da cidade –, comunicou ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Negrão de Lima⁸⁰, o objetivo da associação: “(...) congregar todos os moradores deste bairro sem caráter político, racial ou de religião, para que na defesa de seus direitos, possa contar com o apoio de V. Excia.”⁸¹

Em retribuição “à gentileza da comunicação relativa aos objetivos da União de Defesa e Melhoramentos da Barreira do Vasco”, o chefe de gabinete do ministro remeteu a Espósito um ofício de agradecimento. O envio do comunicado pela associação da Barreira do Vasco e a troca de gentilezas entre o Ministério da Justiça e a instituição diz respeito tanto a um controle sobre o associativismo⁸² quanto à aproximação entre os moradores dessa favela e o presidente da República Eurico Gaspar Dutra. A “licitude de seus fins” foi expressa pelos integrantes da associação, desejosos de manter a proximidade com o governo federal para a obtenção de melhorias e a manutenção da própria União, por meio da declaração da ausência de “caráter político, racial ou de religião”. Segundo o relatório da SAGMACS, a formação da União de Defesa e Melhoramentos da Barreira do Vasco foi uma resistência ao controle exercido pela Fundação Leão XIII nas favelas, principalmente no tocante à proibição da substituição dos barracos por casas de alvenaria ou da realização de melhorias nos barracos.⁸³

⁸⁰ Na gestão de Negrão de Lima à frente da Prefeitura do Distrito Federal (1956/1957), nomeado por Juscelino Kubitschek, Geraldo Moreira, político muito próximo à Barreira do Vasco, assumiu o cargo de secretário da Agricultura.

⁸¹ *Ofício da União de Defesa e Melhoramentos da Barreira do Vasco a Negrão de Lima*. AN/MJN/SECOM, código de referência BR AN,RIO VV.0.ADF, DPS.4823.

⁸² Apesar de a Constituição Federal de 1946 garantir a liberdade de associação “para fins lícitos”, essa determinação também poderia se tornar uma justificativa para, entre outras medidas, a atuação da polícia política na vigilância (e repressão) das associações civis sob as quais pairava a suspeita de vinculação ao PCB, inclusive as organizadas por moradores de favelas. O “princípio da liberdade de associação estava submetido à licitude de seus fins”, conforme previsto na Constituição, e foi a justificativa utilizada por um investigador da Divisão de Polícia Política e Social, do Departamento Federal de Segurança Pública, para solicitar o fechamento de diversas organizações em 1956. Sobre isso ver documentos do Fundo Polícia Política (APERJ), por exemplo, os relatórios contidos no Setor Administração, Notação 1-Y-CONT, Dossiê 1.

⁸³ Essa informação é frequentemente citada na bibliografia sobre as favelas. A função de vigiar e coibir a construção de novos barracos ou as reformas nos já existentes caberia à Fundação Leão XIII. No entanto, no relatório do período 1947-1954, a Fundação solicita à Prefeitura do Distrito Federal, além da criação de um posto policial em cada favela, a proibição da venda de bebidas alcoólicas, instalações de bicas,

O controle a que as associações estavam submetidas talvez explique os 1,6% que, ao responderem à pesquisa do IPEME, não quiseram dar o nome da associação da qual faziam parte, o que, na suposição do instituto, representava sua vinculação ao comunismo.⁸⁴ O surgimento do nome da União dos Trabalhadores Favelados na publicação do IPEME e em alguns trabalhos acadêmicos que mencionaram ou analisaram o associativismo dos moradores de favela demonstra o reconhecimento e a abrangência da mobilização incentivada pela associação a partir de meados dos anos 1950.⁸⁵

A União dos Trabalhadores Favelados e “as lutas do povo do Borel”

A carência de registros documentais envolvendo as mobilizações populares referentes às favelas, neste período, encontra uma exceção no caso da União dos Trabalhadores Favelados. Ainda que a documentação também não seja muito vasta, registros sobre sua história se destacam. Talvez porque para alguns atores sociais do período essa organização sintetizasse, a partir de suas propostas de luta, a abrangência da influência comunista nas favelas do Rio de Janeiro, ela mereceu mais vigilância e atenção. Em função de sua capacidade de ação e por suas ligações, por um lado a polícia política lhe vigiou os rumos e, por outro, suas propostas ganharam as páginas dos jornais comunistas.

No meio dessa guerra toda (derruba casa, tira casa), Bonifácio diz que fazem passeata e chamam a Cruz Vermelha pra ajudar (...). Bonifácio fala que, como a guerra era muito visível, a própria sociedade aqui, a classe alta via isso tudo, parece que esse advogado foi indicado. Parece que era o

remoção das pessoas com tuberculose para os hospitais e a “licença para permissão de conceitos e pinturas nos barracos já existentes”. Já criticada em suas atividades no período em que lançou esse relatório, a Fundação defendia a urbanização de algumas favelas – organizou o trabalho de moradores no manilhamento de valas na Barreira do Vasco – e era acusada de “consolidar” as favelas. Em 1955, surgiu uma nova instituição católica voltada para as favelas do Distrito Federal: a Cruzada São Sebastião.

⁸⁴ Para identificar os comunistas nas favelas (segundo o IPEME, sujeitos “geralmente poucos dispostos, por razões óbvias, a confessar sua posição ideológica”), o instituto se utilizou de “perguntas indiretas” sobre política (por exemplo, sobre a posição que o Brasil deveria tomar diante de uma eventual Guerra Mundial) e de um informante, morador da favela, “devidamente escolhido pelo seu nível intelectual e moral”. Ainda assim, os autores da publicação fizeram a ressalva de que algumas pessoas “mais preparadas” podem ter conseguido “enganar” os pesquisadores, sendo o número total de comunistas bem maior do que o efetivamente encontrado. A afirmação reforçava o interesse do instituto de manter um clima de alarme sobre as favelas. IPEME. *A vida mental...*, p. 16.

⁸⁵ Ver, por exemplo, LEEDS & LEEDS. *A sociologia do Brasil urbano...*, *op.cit.* e, principalmente, LIMA, Nísia. *O movimento de favelados...*, *op.cit.* O trabalho de Nísia Trindade Lima, que reconstituiu a mobilização dos moradores de favelas de 1954 a 1973, analisa, além de notícias dos jornais do período, entrevistas, conduzidas por ela, com antigos integrantes da União dos Trabalhadores Favelados e seus aliados políticos.

único advogado na área, aqui na Usina, e tinha essa experiência, não sei qual é a área que se chama, de defesa de terra. Parece que [ele] era referência. E aí foi quando o Magarinos ajudou a fundar essa União de Trabalhadores.⁸⁶

Vencendo toda espécie de dificuldade, descendo e subindo grutas, pulando buracos, esses heróis anônimos conseguiram o maior número possível de moradores que se concentraram na entrada do nº 482 e nas cercanias do barracão de Casemiro às dez horas da manhã do dia 21 de abril de 1952.

(...) Descendo até a casa de Casemiro, Dr. Magarinos dirigiu do alpendre a palavra aos favelados explicando a todos os presentes que, em vista deles não terem dinheiro para meterem demanda com a Borel Meuron Ltda., precisavam organizar-se em uma Associação onde todos colaborassem com uma pequena quantia como pagamento de suas mensalidades; fazendo assim, conseguiriam meios necessários para qualquer eventualidade que viesse a surgir.

A sugestão de Magarinos foi calorosamente aplaudida, sendo destacado um dos presentes para colher as assinaturas para a implantação daquele marco glorioso que seria a União dos Trabalhadores Favelados. Enquanto um colhia assinaturas, outro fazia uma vaquinha para tomar as primeiras providências contra a inominável violência dos grileiros. Finalmente, foram obtidas 52 assinaturas para a fundação da sociedade e 480 mil réis para início das ações judiciais que o advogado iria proceder no dia seguinte.⁸⁷

O Morro do Borel (...) pode ser apresentado como um exemplo para as demais favelas cariocas. Daquele barraco da rua São Miguel foi comandada toda a resistência às tentativas de despejo.⁸⁸

O livro de Manoel Gomes – publicado em 1980, com prefácio de Luiz Carlos Prestes – contou a história da UTF a partir das lembranças e do ponto de vista de um ex-integrante da entidade e que se tornou representante do Morro do Borel no Congresso de Trabalhadores Favelados, realizado em 1959, e do qual falaremos adiante. O relato começa com a origem do morro, seus “vários donos” e narra a fundação da associação para proteger os moradores da ameaça de despejo, promovida pela companhia imobiliária Borel Meuron Ltda. e sua subsidiária, a loja Seda Moderna. A empresa havia adquirido terrenos para a realização de obras na Rua Conde de Bonfim, uma das principais do bairro da Tijuca, e se dizia também proprietária de terrenos no morro, onde planejava construir uma estrada, desalojando os moradores. “O Borel é quintal da Conde de Bonfim, assim pensavam os novos e poderosos grileiros, mas estavam indubitavelmente enganados”, escreveu para afirmar a disposição de luta dos moradores.⁸⁹

Estão retratados no livro desde o primeiro contato com o advogado Antônio Magarinos Torres Filho – que assumiu a causa dos moradores – até as inúmeras reuniões e manifestações organizadas pela UTF, que, geralmente, envolviam os

⁸⁶ Entrevista concedida por Felipe Vieira dos Santos à autora, no Morro do Borel, Rio de Janeiro, em 04/08/2011.

⁸⁷ GOMES, Manoel. *As lutas do povo do Borel...*, *op.cit.*, pp. 20-21.

⁸⁸ MONTENEGRO, Ana. “Favelados dão lição à Prefeitura – Borel virou Independência e resolve seus problemas”, *Novos Rumos*, 19 a 25/06/1959, p. 11.

⁸⁹ GOMES, Manoel. *As lutas do povo do Borel*, *op.cit.*, p. 15.

moradores de demais morros ameaçados pelas ordens de despejo, como Mata Machado (no Alto da Boa Vista, bairro vizinho à Tijuca), Esqueleto (Maracanã), Morro dos Cabritos (Copacabana), Escondidinho (Santa Teresa), Arará (Benfica) e Candelária (Mangueira [?]). Relembrando antigos moradores, dos quais às vezes há apenas apelidos, apresenta muitas das ações empreendidas por eles: a construção da sede da UTF na Rua São Miguel, a construção da escola, a tentativa de engajar outros moradores que não acreditavam que qualquer ação contra os grileiros pudesse ser bem sucedida, além de abordar as divergências surgidas durante todo o processo, como a cooperação de alguns moradores com os grileiros e as “impopulares medidas” de suspensão da cobrança de aluguéis dentro da favela.⁹⁰

Detalha ainda as exigências para ser uma organização associada da UTF, revelando a tentativa de centralização do movimento. “As exigências para a luta”, conforme teria se pronunciado Magarinos em uma das reuniões locais, diziam respeito a:

1º - manter-se organizado dentro da Associação local;

2º - estender a união dos favelados em todo âmbito territorial do Rio de Janeiro, onde quer que haja favela.

3º - que seja criado um órgão central que controle todas elas, como os elos de uma corrente para acorrentar a sanha dos grileiros nas suas incontidas investidas contra os trabalhadores favelados, como tem sido até então.⁹¹

A entrada de novos moradores no Borel também estava condicionada à filiação à UTF e ao fato de o morador ser procedente de uma favela ameaçada por ordens de despejo ou remoção, como era o caso do Morro de Santo Antônio. Apesar dessas questões, no início, o engajamento em torno da União dos Trabalhadores Favelados foi bem sucedido, em parte em função dos resultados imediatos alcançados logo após o início de sua intervenção, por exemplo, “Os grileiros receberam intimação do Juizado da 14ª Vara Cível para construir barracões para os desalojados pela obra de construção da estrada.”⁹² Pouco tempo depois daquele 21 de abril de 1954 – data de fundação da UTF –, a associação contava com mais de 90 inscritos e iniciava a construção da escola primária para as crianças do morro. Seis meses após a formação da entidade, o então

⁹⁰ Alguns moradores possuíam mais de um barraco, alugando-os para outras pessoas. Manoel Gomes explicou essa prática da seguinte forma: “Já que é a lei do ‘Salve-se quem puder’, não é de se estranhar ser dono de mais de um barraco – assim é o sistema sócio-econômico vigente em nosso País”. GOMES, Manoel. *As lutas do povo do Borel*, *op.cit.* pp. 13-14.

⁹¹ Idem, *ibidem*, p. 24.

⁹² GOMES, Manuel. *As lutas do povo do Borel*, *op.cit.*, p. 22.

ministro da Justiça, Seabra Fagundes, visitou o Borel, a pedido dos moradores, e concedeu ao jornal *O Globo* uma longa entrevista na qual defendeu a desapropriação das terras do morro, reconhecendo o direito à moradia dos favelados.⁹³

Embora Gomes registre 1952 como o ano de fundação da entidade, todos os documentos referentes à UTF, inclusive seus estatutos, apontam 1954 como o ano em que ela efetivamente surgiu. Para a defesa do Morro do Borel e demais favelas, a instituição definiu seus objetivos de forma bastante ampla:

Art. 1º - A UNIÃO DOS TRABALHADORES FAVELADOS (UTF) (...) objetiva congregar todos os trabalhadores, sem distinção de crenças religiosas, credos políticos ou filosóficos, raça, cor, nacionalidade ou sexo, para obtenção, por meios legais, de um mínimo de justiça social a todos prometida no artigo 145 da Constituição Federal.

Art. 2º - De imediato, a UNIÃO DOS TRABALHADORES FAVELADOS (UTF) procurará assegurar aos trabalhadores residentes em favelas ou a lavradores que cultivam terras devolutas, o direito de nelas prosseguir morando e trabalhando, defendendo-os contra as ações de despejo e outras, derrubada criminosa de suas moradias ou plantações e contra atentados à inviolabilidade do lar, assegurando-lhes imediata e eficiente proteção jurídica.⁹⁴

As pautas de luta incluíam ainda: reivindicação da posse dos terrenos em caso de usucapião; desapropriação de terrenos com proprietários legítimos para loteamento ou revenda aos ocupantes (por meio de “financiamento de Institutos a que pertençam os associados da UTF”); reivindicação de aforamento dos terrenos públicos; luta pela reforma agrária para evitar o êxodo rural; “luta pela promulgação de leis de aposentadoria com ordenado integral, fixação de salário mínimo condizente com as necessidades vitais, perfeita e rápida assistência social pelos Institutos, direito incontestável à greve, sem limitações inconstitucionais e pela educação primária e secundária obrigatórias e gratuitas”; e “urbanização das favelas e de outros aglomerados residenciais de trabalhadores”. Ao mesmo tempo, a associação se comprometia a promover assistência médica, organizar associações recreativas e prestar assistência jurídica para “defesa de suas liberdades, inviolabilidade do lar e de seus direitos trabalhistas.”⁹⁵

Com essas propostas, o alcance da organização tendia a se ampliar. Por ocasião da elaboração e aprovação dos estatutos registrados em 1958, a capilaridade da UTF ficava evidente. A assembleia de aprovação do documento, realizada em 21 de

⁹³ “Enfrentar com decisão o problema das favelas”, *O Globo*, 29/10/1954.

⁹⁴ UNIÃO DOS TRABALHADORES FAVELADOS. *Estatutos*, 1958, pp. 1-2. O papel timbrado da União dos Trabalhadores Favelados trazia impresso à esquerda as atribuições da associação: “assistência médica, alfabetização de menores e adultos, assistência jurídica, defesa dos interesses dos Favelados sem objetivos políticos”.

⁹⁵ UNIÃO DOS TRABALHADORES FAVELADOS. *Estatutos*, 1958, pp. 2-3.

dezembro de 1957, reuniu representantes de 39 Diretórios da União⁹⁶ e outras quatro organizações filiadas a ela em favelas, bairros ou na área rural do Distrito Federal. O presidente da associação, eleito na ocasião, José Francisco Xavier, era integrante do Diretório do Morro da Providência; outros representantes vinham dos Diretórios de Acari, Corumbá, Morro de São Carlos, Morro dos Cabritos, Braz de Pina, Quinta do Caju, Candelária, Céu Azul, Catumbi, João Cândido, Dendê, Esqueleto, Independência (ex-Borel), Juramento, Jacarezinho, Parada de Lucas, Mangueira, Maré, Santa Marta, Martins (Niterói), Matinha, Paz (ex-Morro do Sereno), Parque Proletário da Penha, Pichite, Rato Molhado, Formiga, Rocinha-Laboriau, Praia do Pinto, Morro do Salgueiro, Macedo Sobrinho, Tabajaras, Timbau, Telégrafos, Coelho Neto, Vintém e Getúlio Vargas, além dos presidentes da Associação Pró-Melhoramentos da Vila da Cachoeira, Associação Popular Santa Cruzense, Associação de Defesa dos Lavradores da Fazenda do Piaí e do Clube Esperança (Rocinha).⁹⁷

A União de Trabalhadores Favelados destacou-se pela articulação de diferentes atores, entre os moradores de diversas favelas e grupos de profissionais liberais não moradores do morro, políticos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do PCB, e por tentar organizar uma luta abrangente a todas as favelas e bairros de residência popular ou áreas rurais. Como forma de integrar essas lutas e mobilizar mais participantes, articulou em seus estatutos um discurso em torno do trabalho e de valorização do trabalhador. Para isso, o documento fez referência ao artigo 145⁹⁸ da Constituição então em vigência, a de 1946, e definiu:

Como trabalhador se considera todo aquele que vive do seu próprio trabalho, sem explorar o trabalho alheio, assim admitidos como sócios, operários, agricultores, funcionários públicos e autárquicos, comerciários, industriários, militares e livres profissionais, donas de casa, bem como todo aquele que tendo vivido do seu próprio trabalho se encontre incapacitado, por doença ou velhice, de manter-se ou trabalhar.⁹⁹

Para os associados, a UTF – assim como as demais associações e centros pró-melhoramentos – se fazia ainda presente no cotidiano da favela ao oferecer serviços

⁹⁶ “Sob a denominação de ‘diretórios’, organizar-se-ão grupos de associados residentes em bairros, favelas ou noutros Estados (...), porém sempre subordinados à União dos Trabalhadores Favelados (...)”, Estatutos da União dos Trabalhadores Favelados, 1958, p. 7.

⁹⁷ UNIÃO DOS TRABALHADORES FAVELADOS. *Estatutos*, 1958, pp. 12-14.

⁹⁸ “Art. 145: A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano. Parágrafo único. A todos é assegurado trabalho que possibilite existência digna. O trabalho é obrigação social.” BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso em 27/09/2009.

⁹⁹ UNIÃO DOS TRABALHADORES FAVELADOS. *Estatutos*, 1958, p.3.

básicos. No Borel, a organização construiu a caixa d'água, a escola, o posto médico e instituiu comissões de Educação (para fazer o levantamento do número de analfabetos e procurar meios para oferecer a alfabetização) e de Saúde (para uma pesquisa sobre as condições locais de higiene). No Esqueleto, a atuação da UTF foi mencionada no trabalho do técnico da UNESCO, Andrew Pearse, como a prestação de serviços de saúde e a solicitação de fundos aos órgãos governamentais. Segundo Pearse, a organização contava com 500 sócios inscritos, dos quais 200 pagavam mensalidades.¹⁰⁰ Além da desapropriação e revenda das terras aos moradores de favelas, a União dos Trabalhadores Favelados possuía também outras propostas para “humanizar a vida nas favelas: escolas, teatros e outros meios para educar e alegrar milhares de famílias”.¹⁰¹ No Jacarezinho, apoiou, por exemplo, a realização de uma festa com desfile das escolas de samba Unidos do Morro Azul e Unidos do Jacarezinho.

Sob a acusação de se tratar de uma organização comunista¹⁰², o pedido de fechamento da UTF aconteceu no dia 27 de dezembro de 1956 por meio de um ofício encaminhado pelo coronel Edwaldo de Luna Pedrosa, diretor da Divisão de Polícia Política e Social ao Chefe de Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública:

Desde que o Partido Comunista do Brasil foi posto fora da lei, surgiram, com aparente cunho de legalidade, em todo o território nacional, em particular no Distrito Federal, um sem número de “entidades” que, sob as mais diversas denominações e invocando os mais variados e especiosos motivos, passaram a desenvolver suas atividades, quer as ostensivas, quer as clandestinas, de uma forma que evidenciou, desde logo, suas origens e seus objetivos, plenamente identificados com o trabalho de agitação, propaganda e proselitismo daquela extinta organização político-partidária.

Seus quadros dirigentes e seus associados são formados por elementos conhecidos por suas atividades subversivas, ainda que neles tivessem figurado nomes de pessoas que a elas emprestaram seu apoio e quiçá mesmo, algum serviço de boa fé, tendo em vista os elevados propósitos com que se rotularam.

Como soe acontecer, pela maior constância e intensidade de sua atuação, tais “entidades” acabaram absorvidas – inteiramente pelos agentes da subversão bolchevista, a serviço de quem se encontram, exclusivamente, no momento.¹⁰³

No mesmo documento, havia a sugestão do fechamento de outras entidades, classificadas como “organismos da denominada “Frente Legal” do extinto Partido Comunista do Brasil”: Associação Democrática de Cascadura, Liga Anti-Fascista da Tijuca, Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, Comissão Permanente do

¹⁰⁰ PEARSE, Andrew. Notas sobre a organização social..., *op.cit.*, p. 24.

¹⁰¹ “As verbas da SERPHA não sobem o morro”, *Novos Rumos*, 25/9 a 1º/10/1959, p. 11.

¹⁰² Desde 1954, portanto desde a fundação da UTF, a grande imprensa carioca noticiava a “agitação comunista” no Borel, conforme a edição do *Correio da Manhã* de 24/06/1954.

¹⁰³ Comunicação de Edwaldo de Luna Pedrosa ao Chefe de Polícia do DFSP, 27 de dezembro de 1956. APERJ.Fundo de Polícia Política, Setor Administração, Notação 1-Y-CONT, Caixa 975.

Congresso dos Minérios, Comissão Central de Solidariedade aos Presos Políticos, Associação Brasileira de Amigos do Povo Espanhol e Centro Democrático de Cascadura. O documento informa ainda que essas entidades também funcionavam ilegalmente por não terem registro de “sociedade civil”. Nos dossiês da Divisão de Polícia Política, Magarinos Torres Filho aparece como “militante comunista, sendo um técnico em cooperativismo no PCB. É especialista em agitação no meio dos favelados do Distrito Federal. Liderou todos os trabalhos do referido Partido nas agitações havidas no Morro do Borel, na Vila Cachoeira do Alto da Tijuca, junto aos Cooperadores de Santa Cruz e a Cooperativa Agrícola de Cotia.”¹⁰⁴

“A fim de apurar atividades subversivas da União dos Trabalhadores Favelados”, conforme a introdução utilizada pelo coronel no relatório, a Divisão de Polícia Política chamou para prestar declarações na Delegacia de Segurança Social diversos integrantes de associações vinculadas à União, como o presidente da Associação Pró-Melhoramentos de Vila Cachoeira do Alto da Tijuca (um dos diretórios da entidade), Osmar de Oliveira Reis, ouvido em abril de 1957. Apesar do pedido de fechamento em 1956, a UTF se manteve ativa, conforme demonstram outros registros sobre a continuidade das investigações pela Divisão de Polícia Política e Social como uma comunicação sobre a cerimônia de posse da nova diretoria da entidade em 21 de abril de 1963, na qual Sebastião Bonifácio assumiu a presidência, Manoel Gomes discursou e que contou com a presença de vários sindicatos.

Divergências internas deram origem à denúncia registrada por Aristofanes Monteiro de Souza, membro do Conselho Fiscal da UTF, que acusou os novos membros da diretoria da entidade de ligação com o comunismo.¹⁰⁵ Segundo o livro de Gomes, em 1964, com o acirramento da repressão, a União dos Trabalhadores Favelados passou a se chamar União dos Moradores do Morro do Borel.

As proposições dos Congressos dos Trabalhadores Favelados

As propostas registradas pelos estatutos da UTF foram levadas para o I Congresso dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal, realizado entre maio e dezembro de 1959. Alguns dos presidentes de Diretórios foram eleitos em reuniões

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ Comunicação, 22 de abril de 1963. Fundo Polícia Política; Setor Geral; Notação 89; Dossiê 2.

locais para representar sua favela de origem no Congresso. Toda a mobilização vinda do Borel (Morro da Independência) foi tomada como exemplar pelo periódico comunista:

O morro da Independência (...) vem abrindo um caminho novo para as lutas das demais favelas, tem suas próprias idéias e teses a respeito dessas necessidades, segundo ouvimos de um grande número de trabalhadores. No Congresso dos Trabalhadores Favelados estão defendendo as seguintes proposições: a) levantamento da terra onde exista favela para conhecer seus verdadeiros donos; b) loteamento e entrega aos próprios favelados, pela municipalidade, com financiamento a longo prazo, por parte dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões e Montepio para onde contribua o favelado; c) apoio à reforma agrária no sentido de fixação do camponês na terra onde trabalhe, a fim de evitar o êxodo dos retirantes do Nordeste e dos despejados dos feudos dos coronéis do Sul.¹⁰⁶

Os encontros foram sediados no Borel, Morro de São Carlos, Esqueleto, entre outras localidades, com a participação de 16 favelas para discutir suas demandas. Segundo *Novos Rumos*, o programa do Congresso era “uma verdadeira carta de defesa dos interesses dos trabalhadores favelados, tendo por objetivo a proteção de seus direitos e a solução de seus problemas”.¹⁰⁷ Em cada favela “filiada”, os presentes às reuniões elegiam seus representantes junto ao Congresso.

No encontro no São Carlos, realizado na Escola de Samba Unidos de São Carlos, os moradores protestaram contra a proibição feita pela polícia de colocação de faixa alusiva à reunião na subida do morro e defenderam melhores condições de educação para as crianças faveladas. Neste morro, o congresso contou com participação de representantes de Brás de Pina, Barreira do Vasco, Cabritos, Honório Gurgel, Penha e Morro dos Telégrafos.¹⁰⁸

As reuniões do Congresso mereceram ampla cobertura de *Novos Rumos* e a realização do encontro foi tomada como uma constatação de que os trabalhadores favelados do Rio de Janeiro estavam, apesar de todas as ameaças, “conscientes da necessidade de solucionar estes graves problemas através da união de todos”. Instalado no dia 31 de maio de 1959, no auditório do IAPC, o evento contou com a presença de “várias autoridades, representantes do vice-presidente da República e do ministro do Trabalho, personalidades diversas e centenas de moradores de favelas”. Previsto para durar três meses, com sessões plenárias semanais em diferentes favelas, o Congresso se

¹⁰⁶ MONTENEGRO, Ana. “Favelados dão lição à Prefeitura – Borel virou Independência e resolve seus problemas”, *Novos Rumos*, 19 a 25-06-1959, p. 11.

¹⁰⁷ “Favelados elegem diretoria”, *Novos Rumos*, 4 a 10/12/1959, p. 10.

¹⁰⁸ “Congresso dos Favelados – Reunião na Favela de São Carlos”, *Novos Rumos*, 16 a 22/10/1959, p. 11.

estendeu até dezembro; a primeira sessão plenária, realizada no dia 7 de junho, reuniu favelados “no atual bairro das Graças (ex-favela do Esqueleto)”.¹⁰⁹

Em entrevista ao periódico comunista, em outubro de 1959, Manoel Gomes apresentou os resultados das discussões, o principal entre eles, a fundação da Coligação dos Trabalhadores Favelados do Rio de Janeiro. Conforme o jornal, Gomes apontou como principal objetivo da Coligação, da qual foi eleito presidente no encerramento do Congresso, a necessidade de

(...) unindo os favelados, arrancá-los da dependência dos politiqueiros municipais e de seus prepostos, que retalham as favelas entre si, transformando-as em verdadeiros grilos eleitorais. Tudo o que é concedido aos favelados – uma bica, iluminação, a remoção de uma pedra – é considerado um favor, pelo qual exigem que os mesmos fiquem eternamente agradecidos.¹¹⁰

Entre os demais pontos discutidos no Congresso, *Novos Rumos* destacou:

Proteger os direitos dos trabalhadores favelados e lavradores que cultivam terras devolutas, defendendo-os contra as ações de despejo, derrubada criminosas de suas moradias ou plantações e a favor da inviolabilidade do lar;

Obter [?], através de todos os meios possíveis, a conquista da casa própria ou da gleba para cada família, bem como impedir por todos os meios legais a exploração imobiliária, especialmente em relação aos aluguéis altos e todos os demais abusos.

Lutar pela promulgação de leis de melhoria social, por melhoria nas condições de vida nas favelas, por meio de melhores condições de saúde, assistência educacional, pleiteando junto aos poderes competentes as medidas necessárias;

Promover a organização da guarda da favela, a exemplo da guarda noturna para melhor proteção dos moradores.¹¹¹

Por sua vez, o programa de ação da Coligação seria executado pelas associações ou comissões locais para impedir o domínio de qualquer político sobre a favela. A diretoria era composta por representantes do Borel, Brás de Pina, Telégrafos, entre outras favelas. Outra reivindicação central do Congresso esteve relacionada à necessidade de assegurar a posse dos barracos: “a solução mais justa encontrada foi a da desapropriação dos terrenos por parte da Prefeitura”.¹¹² Com esta garantia, os favelados

¹⁰⁹ “800 mil favelados discutem seus problemas”, *Novos Rumos*, 05 a 11/06/1959, p. 11.

¹¹⁰ “As verbas da SERPHA não sobem o morro”, *Novos Rumos*, 25/9 a 1º/10/1959, p. 11.

¹¹¹ “Favelados elegem diretoria”, *Novos Rumos*, 4 a 10/12/1959, p. 10. A unificação das lutas entre trabalhadores rurais e urbanos surge em *Novos Rumos* pelas matérias sobre as favelas e sobre as ações de associações de lavradores das zonas rurais do Rio, como a do bairro de Campo Grande, na zona oeste, contra as arbitrariedades cometidas por grileiros nestas localidades.

¹¹² “As verbas da SERPHA não sobem o morro”, *Novos Rumos*, 25/9 a 1º/10/1959, p. 11. A mesma reportagem informou que muitos dos participantes do Congresso criticavam o plano de urbanização das favelas divulgado pelo SERPHA e que os moradores de favela organizaram um memorial colhendo assinaturas contra Arnaldo Reis, diretor [?] do serviço, criticando a não utilização das verbas nas favelas. Outra informação trazida na reportagem diz respeito ao posicionamento contrário ao aterro realizado pela

se encarregariam posteriormente de melhorar as condições da favela: “Ninguém vai se esforçar por melhorar um barraco ou o arruamento onde ele está, se amanhã poderá ser desalojado”.¹¹³

A desapropriação dos terrenos aparecia assim como a medida mais reivindicada. Os laços entre os moradores de favelas e vereadores trabalhistas-comunistas garantiram que atos da Câmara Municipal desapropriassem terrenos de favelas da Guanabara, embora a execução das desapropriações nem sempre tenha se efetivado. No início dos anos 1960, o deputado Hércules Corrêa dos Reis (PTB) afirmou, em um artigo publicado em *Novos Rumos*, que “a luta heróica dos favelados para conquistar o direito de morar num barraco” já havia lhes rendido “inúmeras vitórias, principalmente desapropriações por atos da Câmara Municipal”. E, mais uma vez, as “reivindicações dos 800 mil favelados do Rio de Janeiro” voltaram às páginas do jornal comunista:

- a) Desapropriação obrigatória pelo Estado de favelas sujeitas a despejo iminente;
- b) Facilidades para que o favelado possa reconstruir e melhorar o seu barraco;
- c) Garantir um mínimo de 3% da receita estadual (o que representa mais de 1 bilhão de cruzeiros em 1961) para obras como acesso, rede de esgoto, escola, luz, água, etc.¹¹⁴

Segundo Hércules Corrêa, a aprovação destas demandas representaria o reconhecimento pelas autoridades estaduais da favela como um bairro e de suas necessidades como obrigações a serem cumpridas pela administração. Uma discussão, portanto, que não é nova e está longe de ser resolvida, como vimos nas dificuldades de relacionadas ao próprio estabelecimento do conceito de favela. O artigo do deputado também se posicionou a favor do reconhecimento pela Constituição da “organização dos favelados e, conseqüentemente, o direito de suas associações se entenderem com as autoridades, como já previsto na lei 899, para tratar dos problemas atinentes as obras que deverão ser executadas nas favelas”.¹¹⁵

As reivindicações mencionadas por Hércules Reis constavam no anteprojeto de Constituição da Guanabara, apresentado pela subcomissão de Economia, Trabalho e

Cruzada São Sebastião em Brás de Pina, que, segundo o jornal, ameaçava soterrar as casas. O Centro de Melhoramentos do Parque Proletário de Brás de Pina protestava contra a medida.

¹¹³ É importante ressaltar, como apontou Valla, que durante muitos anos foram os moradores de favela os responsáveis pelas melhorias das condições de vida em cada localidade, diante do total abandono do poder público. VALLA. V. *Educação e favela... op.cit.* A má distribuição deliberada de “melhoramentos” pela cidade contribuiu intensamente para a desigualdade de acesso a serviços básicos pelas camadas pobres da população. Sobre este último aspecto, ver FISCHER. B. “Partindo a cidade maravilhosa”..., *op.cit.*

¹¹⁴ “As favelas e a Constituição”, *Novos Rumos*, 27/1 a 2/2/1961, p. 6.

¹¹⁵ A Lei nº 899, de 28 de novembro de 1957 instituiu a Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN).

Finanças, e que seria examinado pela Comissão Constitucional. A subcomissão previa no anteprojeto os direitos referentes a casos de desapropriações de favelas, o que estava indicado no artigo 7º do capítulo III (Dos direitos sociais e do Trabalho):

Em caso de desapropriação de áreas ocupadas por favelas, de necessidade de remoção de populações faveladas para utilizar o local em fim de interesse público maior o Estado não proverá a desocupação sem antes dotá-las de residências salubres em local mais próximo do primitivo, ou sem antes indenizar em dinheiro os interessados que preferirem essa compensação.¹¹⁶

Uma nova reivindicação: o fim das arbitrariedades policiais

Em outubro de 1959, uma das atividades do Congresso dos Trabalhadores Favelados foi solicitar ao Ministro da Guerra, Marechal Henrique Teixeira Lott, “providências urgentíssimas (...) no sentido obstar a propalada blitz nas favelas”. A resolução referente ao pedido de suspensão das batidas policiais havia sido apoiada na 14ª sessão plenária do Congresso, realizada na Favela de Vila Eugênia (“ex-Muquiço”), no bairro de Deodoro, zona oeste da cidade. Dois representantes do Comitê Pró-Candidatura do Marechal Lott à presidência da República haviam acompanhado a reunião, como fez notar o assinante da comunicação, o secretário do Congresso, João de Barros Netto, que afirmou ainda:

A providência policial, alardeada pelo REPÓRTER ESSO, se levada a efeito, evidentemente, será um vexame, não só para os Favelados – que já estão acostumados a toda sorte de injustiças – mas também o Povo em geral, pois, é evidente, hoje mais do que nunca a Família Favelada está organizada e tomou a si a incumbência de expulsar os vadios, os elementos julgados marginais, perigosos, para possibilitar pelo menos às crianças, uma reciprocidade acauteladora e social.¹¹⁷

¹¹⁶ ESTADO DA GUANABARA. *Constituição: Estado da Guanabara*, promulgada em 27 de março de 1961. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1961.

¹¹⁷ NETTO, João de Barros. Carta do Congresso dos Trabalhadores Favelados do Distrito Federal ao Ministro da Guerra, Marechal Henrique Teixeira Lott, em 21 de setembro de 1959. AN/MJNI/SECOM/Correspondências, Código de referência: BR AN, RIO VV.0.JTA, CMJ.5442.

Lott foi apoiado pelos comunistas durante a campanha presidencial, inclusive com a realização de comícios em grandes favelas da cidade, como a do Jacarezinho. Por meio do ofício, João de Barros Netto transmite ainda a Lott o apoio dos favelados ao vice-presidente João Goulart, que chamou de “patrono” dos favelados do Distrito Federal. Segundo Lima, o Ministério do Trabalho apoiou a realização do Congresso dos Trabalhadores Favelados. Em uma das explicações para a denominação “trabalhadores favelados”, registrada no trabalho de Lima, o ex-deputado pelo PTB José Gomes Talarico informou que adicionar a palavra “trabalhadores” a “favelados” facilitaria no apoio do Ministério do Trabalho às reuniões. Para Sebastião Bonifácio, ex-integrante da UTF e liderança no morro do Borel, a designação tinha outro significado: “O favelado sempre foi visto como marginal. Botou o nome de trabalhador para dizer que defendia o trabalhador”. LIMA, Nísia Trindade. *O movimento de favelados do Rio de Janeiro...*, *op.cit.*, p. 113.

Lott encaminhou a comunicação ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Armando Falcão, que a submeteu ao Chefe de Polícia, coronel Chrysantho Figueiredo, do Departamento Federal de Segurança Pública. O policial rebateu os argumentos do secretário do Congresso dos Trabalhadores Favelados, afirmando o total cuidado de que eram cercadas as incursões policiais em favelas para “evitar a exorbitância de poder e vexames contra os trabalhadores pacatos” residentes nestas localidades. Quanto à organização da “família favelada” no controle dos “desocupados e criminosos”, Figueiredo afirmou: “(...) nas operações levadas a efeito não é pequeno o número de marginais recolhidos, alguns altamente perigosos, o que é explicável pela dificuldade de acesso e maior possibilidade de homizio nesses locais, fatores que favorecem os desajustados ou refugiados da sociedade.” Foi essa resposta que Armando Falcão transmitiu de volta a Lott.

Toda a discussão não era nova. Na atuação da União dos Trabalhadores Favelados, a inviolabilidade do lar foi utilizada como argumento não só para defesa contra os despejos, mas para fazer frente a outra constante violação de direitos: as arbitrariedades cometidas nas batidas policiais contra os moradores. Essas denúncias – que apresentarão uma intensa continuidade ao longo dos tempos em função das situações mais dolorosas – se configuraram como outra bandeira de luta dos favelados. Ainda em 1931, moradores do Morro de São Carlos procuraram a redação do *Diário de Notícias* para, através do jornal, fazerem chegar ao delegado do 9º Distrito denúncias contra as irregularidades cometidas por policiais do posto instalado no morro: prisões de pessoas “pacatas e trabalhadoras”, espancamento de mulheres que iam buscar água na bica e “vista grossa” para que algumas tendinhas locais vendessem cachaça (o que era proibido nas favelas).¹¹⁸

Enviado ao Ministério da Justiça em janeiro de 1955, um memorial de quatro páginas, assinado pelo secretário-geral da UTF, Magarinos Torres Filho, apresentou um protesto e um pedido de “medidas de Justiça” não somente em nome da entidade, mas também de comissões de moradores formadas nas favelas atingidas pelas incursões policiais naquele início de ano. Os favelados tinham um interlocutor no Ministério da Justiça: o próprio ministro Seabra Fagundes havia visitado o Borel, em outubro do ano anterior, respondendo a um convite dos moradores da favela. A associação se posicionava contra os crimes de violação de domicílio e abuso de autoridade que teriam

¹¹⁸ “Reclamações com vistas ao delegado do 9º distrito”, *Diário de Notícias*, 31/03/1931, p. 4.

sido cometidos pela polícia do Distrito Federal nas batidas e solicitava a “apuração da responsabilidade administrativa e criminal” dos responsáveis pelas violências.

As batidas, conforme as matérias jornalísticas anexadas pela UTF à documentação encaminhada ao Ministério da Justiça, aconteceram nas favelas da Catacumba e Sacopã (Lagoa Rodrigo de Freitas), Cantagalo (Copacabana), Mangueira e Esqueleto (Maracanã). No texto, Magarinos apontou que nenhuma prisão fora efetuada em flagrante ou por mandado de Justiça, apesar da revista e da invasão de domicílios nas cinco favelas e “a detenção por um e até mais de 3 dias, de aproximadamente 1500 trabalhadores.” Da mesma forma, nenhum flagrante de porte de arma havia sido registrado: todo material apreendido estaria dentro dos barracos e não com os moradores no momento da ação policial. A representação expunha também o fato de algumas prisões terem sido decorrentes da não apresentação pelos favelados de documentos de identificação, de difícil acesso pela população pobre. Magarinos insistia, sobretudo, na necessidade de tratamento igualitário entre os moradores de áreas ricas e pobres da cidade, denunciava “o vandalismo praticado contra os trabalhadores favelados” e exigia apuração imediata e rigorosa porque “os humildes barracões têm que ser tão respeitados como os palácios dos ricos.” Encerrando a representação, Magarinos escreveu, em caixa alta, o que esperava da apuração dos fatos: “JUSTIÇA”!¹¹⁹

A ação, sob o comando das polícias civil e militar, com a participação da Radiopatrulha, obteve grande destaque nas páginas dos jornais da “grande imprensa”, como *O Globo* e *Diário de Notícias*, nas edições de 12 de janeiro de 1955. Apesar de anexadas ao protesto da UTF como provas da arbitrariedade da operação, os jornais sustentaram um tom elogioso ao que chamaram de “espetacular blitz” “nos mais perigosos redutos da malandragem e do crime na zona sul”, referindo-se às ações na Catacumba e Sacopã. Um dos principais motivos alegados para a ação foi a procura de um “conhecido criminoso” e dos membros de sua quadrilha. Os números de prisões para averiguação de documentos ou de supostos criminosos, embora bastante divergentes entre os jornais, são de toda maneira espantosos. Segundo o *Diário de Notícias*, foram 200 detidos na Catacumba, Sacopã e Cantagalo e 700 no Esqueleto.

Também anexada à documentação, há duas edições de *Imprensa Popular*. Uma das notícias, publicada seis dias depois das de *O Globo* e do *Diário de Notícias*, trouxe, em uma chamada na primeira página e em uma nota no interior, fotos e textos sobre as

¹¹⁹ UNIÃO DOS TRABALHADORES FAVELADOS. Ofício ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, 24/01/1955. AN/Fundo SECOM/ BR AN, RIO VV.0.SEG, OPS.1662.

péssimas condições dos barracos nas favelas da cidade, proibidos de serem reformados (o Código de Obras de 1937 ainda estava em vigência). O periódico contrapunha a ação da polícia com a precariedade das condições de vida e o abandono das favelas pela Prefeitura e trouxe também depoimentos dos moradores sobre ambas as medidas.¹²⁰

Assim vemos que, na compreensão de uma moradora do Morro do Pasmado (Botafogo, zona sul), as batidas policiais e a proibição de reforma nos barracos estavam relacionadas e só faziam aumentar o sofrimento do povo. Convivendo com a falta d'água, com as valas de esgoto e com as chuvas que ameaçavam derrubar os barracos, D. Maria – “uma das mais antigas moradoras do Morro do Pasmado” – desabafou à reportagem de *Imprensa Popular*:

Será que eles acham que não sofremos bastante? Eu creio que a polícia faz isso por conta dos que não deixam construir mais barracos. Eles querem expulsar-nos do morro. Mas estão enganados, pois o morro é do povo!¹²¹

Os mesmos temas – negação pela Prefeitura de licenças para construção ou reformas de barracos e violenta ação policial – haviam sido tratados em edições anteriores de *Imprensa Popular*.¹²² Expondo as inúmeras denúncias dos moradores, foram publicadas, com intervalos de poucos dias, diversas matérias a esse respeito: em um domingo, 09 de janeiro, a reportagem tratou do Jacarezinho; no dia 13, publicou sobre o medo dos moradores do Salgueiro de que a favela fosse a próxima a ser invadida pela polícia; no dia 15, falou sobre a Catacumba e Sacopã e retomou o assunto nas edições dos dias 18 e 22. Na favela do Jacarezinho, um morador relatou ao repórter:

Conte tudo mesmo no seu jornal, moço. E escreva, ainda, que além das inúmeras dificuldades por que passamos, exploração no comércio local, transporte para a cidade, já que só há condução na Praia Pequena, etc, temos ainda que nos haver com a brutalidade dos guardas do posto policial. De

¹²⁰ “Revolta nas favelas com as batidas da polícia”, *Imprensa Popular*, 18/01/1955, p. 8.

¹²¹ “Revolta nas favelas com as batidas da polícia”, *Imprensa Popular*, 18/01/1955, p. 8.

¹²² O prefeito neste período era o engenheiro Alim Pedro, que governou de setembro de 1954 a novembro de 1955. Em 1951, moradores da Catacumba informaram à *Imprensa Popular* que o então prefeito do Distrito Federal, João Carlos Vital (abril/1951 a dezembro/1952), havia ordenado que os moradores reformassem seus barracos, o que, na ocasião, provocou confusão entre os moradores. O morador Manoel Antônio da Silva declarou: “Moro aqui há 10 anos. Sempre fomos ameaçados de despejos, o que tem levado muitos moradores não dar maior atenção aos seus barracos. Há uns seis meses, porém, a Prefeitura mandou que a gente concertasse nossas moradas, e eu reformei a minha. Gastei toda minha economia. E agora a mesma Prefeitura diz que vai derrubá-la”. “Agora é a vez da favela da Catacumba – Volta a prefeitura aos despejos em massa com a promessa de “conjuntos residenciais” para os favelados – Alarmados os moradores”, *Imprensa Popular*, 30/08/1951, primeira página e p. 4.

vez em quando somos acordados, no meio da noite, com gritos que partem do porão do posto. Isto aqui é um verdadeiro inferno.¹²³

A matéria se encerra com este depoimento e não há outros esclarecimentos sobre a declaração do morador. Seis dias depois, o jornal traria novamente uma matéria sobre as favelas, desta vez sobre a favela da Catacumba que também sofria ameaças de despejos – desde 1951, a Prefeitura do Distrito Federal prometia construir conjuntos residenciais para alojar os moradores e retirá-los dali. Na primeira página da edição de 15 de janeiro de 1955, *Imprensa Popular* sustentou que o objetivo da ação na Mangueira, Cantagalo, Catacumba e Sacopã¹²⁴ era “criar clima para despejos” e não falou em ação “espetacular”, mas em “caçada humana” para “Lançar pânico entre os favelados e preparar o clima psicológico para o despejo em massa e a demolição dos barracos”. Em seguida, citou a afirmação categórica da moradora Maria Siqueira da Silva:

Já conheço isso de longe. É assim que eles começam o despejo. Primeiro vão fazendo essas caçadas pra intimidar a gente. Mas não adianta, não. Vai fazer cinco anos que deram ordem de despejo pra todo o pessoal da Catacumba. Descemos do morro aquela vez não para ir embora, mas pra ir ao Palácio Guanabara. E a prefeitura terminou desistindo do despejo.¹²⁵

Outra moradora, não identificada pela matéria, concordou: “Do mesmo jeito que eles fizeram daquela vez querem fazer agora. Essa conversa de invadir as favelas pra prender maus elementos já não pega mais. Quem não presta ou vive bem com a polícia

¹²³ “Jacarezinho é um verdadeiro inferno”, *Imprensa Popular*, 09/01/1955, p. 8. Na mesma página, o jornal trouxe uma nota sobre a festa promovida pela União dos Trabalhadores Favelados, no Jacarezinho, com o desfile das escolas de samba Unidos do Morro Azul e Unidos de Jacarezinho. A celebração contou com a presença de representantes de outras favelas, de artistas de rádio e de Magarinos Torres Filho, como “convidado de honra”. Um ano depois, um vendedor de *Imprensa Popular*, Eduardo Velasquez, foi indiciado em um inquérito da polícia política que encontrou em sua casa material relacionado ao PCB. Em depoimento, Velasquez alegou não conhecer o conteúdo do material (um manifesto e uma resolução do partido) – que afirmou ser de outro homem. Confirmou, no entanto, “ter pertencido ao PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, na sua fase de legalidade; auxiliou as campanhas comunistas, foi tesoureiro da “ASSOCIAÇÃO 1º DE MAIO” e prestou auxílio à “UNIÃO DOS TRABALHADORES FAVELADOS DE JACAREZINHO”, ambas de inspiração comunista”, segundo o informe do investigador. *Relatório do Inquérito nº 23/56*. APERJ/Fundo de Polícia Política/Setor Inquéritos/ Notação 14, Dossiê 4. O Serviço de Investigações da Divisão de Polícia Política e Social utilizava as informações publicadas na *Imprensa Popular* para identificar candidatos ligados ao PCB, que teriam seus registros cancelados. Boletim Informativo sobre inquérito referente à LEN/Boletim Informativo do Departamento Geral de Ordem Política e Social. APERJ/Fundo de Polícia Política/Setor Inquéritos, Notação 14, Dossiê 4.

¹²⁴ As batidas prosseguiram em fevereiro de 1955 e também atingiram favelas em Magalhães Bastos, Parada de Lucas, Favela do Esqueleto e Passarinheiro (próximo à Catacumba).

¹²⁵ “Objetivo da “blitzkrieg”: criar clima para despejos”, *Imprensa Popular*, 15/01/1955, capa e p. 2

ou faz parte dela”.¹²⁶ Sem oferecer mais detalhes, o jornal informava ainda de uma associação dos favelados da Catacumba que havia liderado a luta contra o despejo em 1949. O tema de uma associação dos moradores na Catacumba ressurgiu um ano depois, quando o periódico divulgou a instalação de um “Centro dos Trabalhadores Favelados”, com a participação do deputado comunista Bruzzi Mendonça, que discursou solicitando apoio dos moradores da favela ao projeto, naquele momento em tramitação, do senador Moura Brasil, que visava a suspender “pelo espaço de um ano qualquer ação de despejo ou possessória contra os conjuntos residenciais em que residem trabalhadores pobres, tais como as favelas, mocambos, etc.”¹²⁷

A apreensão se espalhava pelas favelas, nas quais corriam boatos sobre a possibilidade da ocorrência de batidas, como os morros do Salgueiro e da Babilônia. Pelo menos entre seus leitores, o jornal comunista favoreceu a percepção de um clima de medo e inquietação ao trazer à tona as denúncias e declarações de homens e mulheres favelados sobre o tema, sempre registrando a disposição dos moradores para resistir àquele tipo de pressão. Na opinião dos moradores entrevistados, as batidas policiais tinham a intenção exclusiva de intimidar os favelados, mais uma injustiça diante das tantas dificuldades que já enfrentavam.¹²⁸

A representação da UTF contestando a legalidade da ação policial foi, inicialmente, bem acolhida. Em fevereiro de 1955, o então ministro da Justiça, Seabra Fagundes, ordenou a suspensão das batidas nas favelas até a finalização do parecer da consultoria jurídica do Ministério sobre o caso. Em uma longa entrevista, meses antes, ao jornal *O Globo*, Seabra Fagundes já havia se posicionado a favor dos moradores do

¹²⁶ “Objetivo da “blitzkrieg”: criar clima para despejos”, *Imprensa Popular*, 15/01/1955, capa e p. 2. As tentativas de despejo dos moradores da Catacumba pela prefeitura parecem ter se acirrado no início dos anos 1950, conforme noticiavam as constantes matérias da *Imprensa Popular*, assim como se intensificaram as tentativas de visitas de comissões de moradores a Vargas, ao prefeito João Carlos Vital e à Câmara dos Vereadores. A localidade foi ocupada por volta dos anos 1920, conforme informou ao jornal o carteiro aposentado Hortêncio Pinheiro, um dos primeiros habitantes do morro. “Mais de dez mil cariocas ameaçados pelas picaretas da Prefeitura”, *Imprensa Popular*, 30/11/1952, p.8.

¹²⁷ “Instalado no Morro da Catacumba o Centro dos Trabalhadores Favelados”, *Imprensa Popular*, 10/01/1956, p.4. Em outra matéria sobre a inauguração do Centro, um morador não identificado teria afirmado à reportagem: “O Morro da Catacumba está adquirindo consciência, seu môleço.” As principais reivindicações da população eram: “construção de escolas, creche, posto médio, garantia do barraco e saneamento da favela”. “Defendem seus direitos os moradores do Morro da Catacumba”, *Imprensa Popular*, 22/01/56, p.5.

¹²⁸ “Salgueiro seria o próximo morro invadido pela polícia”, *Imprensa Popular*, 13/01/1955, p.8. As denúncias eram gravíssimas e davam conta, além das invasões dos barracos e das prisões arbitrárias, de espancamentos que poderiam, inclusive, levar à morte. O jornal e uma moradora compartilharam, nesta matéria, a mesma opinião sobre as precárias condições de vida somadas à ofensiva policial; a moradora declarou: “Estão transformando nossa vida num martírio.” Ver ainda a matéria “Revolta nas favelas com as batidas da polícia”, *Imprensa Popular*, 18/01/1955, p. 8.

Borel, referindo-se ao direito de desapropriação de terras “por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social”, conforme previsto no Artigo 141 da Constituição de 1946.

Entre o direito de alguns proprietários e a impossibilidade de deslocar, de um dia para o outro, milhares de pessoas, por um princípio de justiça social, ou se quiser, de mera conveniência, não há como vacilar. O interesse da coletividade maior prevalece sobre o do pequeno grupo. E então o poder público deve arcar com o encargo de adquirir as terras para evitar o êxodo de grandes massas de população. A origem desse critério está na própria Constituição, que quando previu tivesse o direito de propriedade por limite o bem-estar coletivo e pudesse ser retirado ao indivíduo, mediante expropriação, por interesse social, foi exatamente para atender a situações dessa ordem. Não foram para ficar letra morta que se elaboraram os textos constitucionais. (...)

Se não podemos criar bairros proletários ideais, arrumadinhos, com jardins, “play-grounds”, e fontes luminosas, uma promessa mentirosa, então tratemos de dar aos favelados tranqüilidade, pela certeza de que não serão tangidos para os confins da cidade, longe dos locais de trabalho e de tudo, e condições mínimas de assistência – água, luz, esgoto, escolas, etc.¹²⁹

Enviado para análise da consultoria jurídica do Ministério, o memorial da UTF só obteve resposta em março de 1955, quando Seabra Fagundes não mais ocupava o cargo. O ministro havia escrito ao chefe de polícia do Departamento Federal de Segurança Pública, Geraldo Menezes Côrtes, solicitando uma revisão do processo adotado pelas autoridades policiais para realizar as batidas nas favelas. O novo titular da pasta, Alexandre Marcondes Machado Filho¹³⁰, ratificou em seu despacho o parecer da consultoria que afirmou a legalidade das operações e determinou o prosseguimento das ações policiais, “não só para capturar criminosos foragidos, mas também assegurar maior tranqüilidade para a própria população ordeira das favelas”.¹³¹

Mesmo com a mudança do ministro da Justiça, o chefe de polícia continuou no cargo e obteve o apoio para o prosseguimento das ações policiais em favelas em artigos publicados por advogados nos jornais cariocas, que discutiram a constitucionalidade das batidas e defenderam a legitimidade dos métodos utilizados pela polícia para “separar o joio do trigo”, reforçando as imagens da favela como reduto do “banditismo urbano”. Segundo esses artigos, para terminar com a violência, os assaltos e com o crime na

¹²⁹ “Enfrentar com decisão o problema das favelas”, *O Globo*, 29-10-1954.

¹³⁰ Durante o período em que ocupou a Presidência da República (agosto de 1954 a novembro de 1955), Café Filho teve três ministros da Justiça: Miguel Seabra Fagundes, Alexandre Marcondes Machado Filho e José Eduardo do Prado Kelly.

¹³¹ A representação da União dos Trabalhadores Favelados, os recortes de jornais anexados por Magarinos, e o parecer do consultor jurídico do Ministério da Justiça, Anôr Butler Maciel, e os recortes de jornais com artigos de advogados a favor da ação de Menezes Côrtes estão reunidos em um mesmo conjunto de documentos. Ver UNIÃO DOS TRABALHADORES FAVELADOS. AN/Fundo SECOM/BR AN,RIO VV.0.SEG, OPS.1662.

cidade, Menezes Côrtes – elogiado em sua iniciativa – resolveu ir direto “ao berço dos marginais”, daí justificativa das batidas.¹³²

A posição favorável de Seabra Fagundes quanto à possibilidade de os moradores do Borel continuarem ocupando o morro também se perdera. E os favelados, com o apoio de políticos e sindicatos, retomaram suas solicitações sobre o caso ao novo titular da pasta e ao presidente da República.

Favelas “retalhadas”

Como parte de sua luta, os moradores de favela precisaram realizar alianças e parcerias para o encaminhamento e defesa de seus direitos. Políticos e representantes de órgãos públicos, de todas as afiliações políticas, também tiveram seus interesses na articulação com esses moradores, que se tornaram o centro de disputas com importantes consequências, como a utilização eleitoral e a manutenção de relações de exploração e dependência, que sufocaram possibilidades de emancipação política.¹³³ Esses processos produziram assim outras relações: de cooptação, de disputas internas pelo poder no interior das favelas e de sobreposição, por parte de algumas “lideranças”, de interesses pessoais aos coletivos.

Desde logo, as associações e a organização dos moradores, como vimos, se tornaram motivo de atenção e intervenção, fosse a partir de estudos e suas recomendações ou de mecanismos diretos de desmobilização e enfraquecimento da atuação de moradores que se lançaram no processo de reivindicação de direitos. Ao mesmo tempo, a discussão sobre a “autonomia” das associações e dos moradores instituiu formas de controle e desqualificação de lideranças. Com cada espectro político procurando defender a sua posição e, sobretudo, seus interesses, as acusações mútuas de promoção de demagogia nas favelas foram contínuas. Manoel Gomes fez seu diagnóstico: “retalham as favelas entre si, transformando-as em verdadeiros grilos eleitorais” e depois os direitos são concedidos como favores.

Nesse quadro, as maiores perdas se registraram sobre as propostas que realmente poderiam mudar a vida dos moradores, embora seus movimentos também tenham

¹³² Ver UNIÃO DOS TRABALHADORES FAVELADOS. Ofício ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, 24/01/1955. AN/Fundo SECOM/ BR AN,RIO VV.0.SEG, OPS.1662.

¹³³ Sobre esta discussão ver BURGOS, Marcelo Baumann. Cidade, territórios e cidadania. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 48, n° 1, 2005, pp. 189 a 222; MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A continuidade do “problema favela”, in: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

registrado vitórias. “O fato é que todos tiram as suas vantagens políticas e pessoais do trato com os favelados, mas só as organizações por eles próprios dirigidas têm sido capazes de lutar pelos seus interesses”, escreveu Ana Montenegro.¹³⁴ No final dos anos 1950, em *Novos Rumos*, a jornalista ainda ressaltava a tentativa de reforçar a capacidade de organização e de luta do próprio povo.

Muita coisa surpreende no Morro de Santa Marta além dos barracos dependurados, perdidos nas alturas. Surpreende a compreensão de um grande grupo de homens e mulheres na força da união de todos, a capacidade de lutar unitariamente, colocando acima de qualquer divergência o bem-estar da coletividade que deseja escola, assistência médica, manilhamento dos esgotos, água e, sobretudo, a certeza de que seus lares, mesmos os mais humildes, continuarão abrigando, ali, em Santa Marta, o cansaço que trazem lá de baixo, a experiência de suas lutas, as crianças que enchem todas as ruelas e as esperanças num futuro melhor e mais tranqüilo.¹³⁵

Em sua gestão no SERFHA, Arthur Rios afirmou a necessidade de os favelados lidarem diretamente com os governos, sem intermediários. Enquanto isso, a imprensa comunista criticava exatamente o fato de o serviço ter se tornado uma espécie de intermediário. Coerente com as considerações do relatório SAGMACS e partindo do pressuposto de que qualquer associação política dos favelados estivesse sob a influência da demagogia dos políticos – como dissemos, em muitos casos uma avaliação verdadeira –, o SERFHA acabaria também por desautorizar as instituições locais a partir do que chamou de organização ou “re-organização” das associações de moradores, algumas de favelas sob ameaça de remoção. Com o endurecimento desta política, por vezes seus técnicos faziam apenas o papel de “orientar a técnica de remoção”, conforme

¹³⁴ “Quatro favelas e muitos problemas”, *Novos Rumos*, 17 a 23/07/1959, p. 11.

¹³⁵ “Dois despejos não derrubaram os barracos da Santa Marta”, *Novos Rumos*, 1 a 7-05-1959, p. 11, reportagem de Ana Montenegro. Na mesma página desta matéria, uma pequena nota traz o relato da posse da nova diretoria da União dos Trabalhadores Favelados, no Morro do Borel, realizado em 21 de abril de 1959. Engajada na discussão sobre os direitos das mulheres dentro do partido, Montenegro procurou frisar em seus textos a participação das mulheres nas mobilizações. Se as lutas dos homens favelados muitas vezes foram reduzidas ao silêncio e à invisibilidade, a presença das mulheres nas mobilizações ainda mais raramente vem à tona. Embora geralmente retratadas em segundo plano, estiveram lá: na condição de vítimas (mulheres e velhos “ao relento” etc) ou por meio de seus depoimentos sobre a realidade que viviam, com seus nomes nos abaixo-assinados, no enfrentamento da polícia, nas passeatas, à frente de Diretórios da União dos Trabalhadores Favelados (por exemplo, Joana Lourenço, presidente do Diretório do Juramento; Maria Werneck Pereira, presidente do Diretório do Bispo e Alvina Nunes Gaspar, presidente do Diretório do Catumbi) e com propostas de formação de um Comitê Feminino em Parada de Lucas e, talvez, em outras favelas. No livro de Manoel Gomes, as mulheres aparecem como as principais responsáveis pela expulsão das equipes de limpeza urbana e da polícia no episódio da tentativa de destruição da escola primária; nos demais momentos, lhes era atribuída a função de receber a esposa de Magarinos Torres e as de outros homens que o acompanharam ao Borel.

informou o sociólogo Gadiel Perruci em seu relatório sobre o estágio realizado no SERFHA, em 1962.¹³⁶

O modelo operacionalizado pelo SERFHA nas favelas pode ser ilustrado com o relato que Perruci faz sobre o trabalho na Catacumba. Além de coordenar as obras de melhoramentos – a Operação Mutirão, na qual os próprios moradores realizavam o trabalho de construção de escadas, valas, caixas d’água e lixeiras, com materiais doados uma vez que não eram fornecidos pela administração municipal –, o órgão atuava ainda na “reorganização” de uma associação de moradores existente na favela, cujo nome não foi mencionado. Os técnicos do SERFHA participavam da discussão dos estatutos da associação e exigiam o registro da diretoria eleita no órgão.¹³⁷

A precariedade das condições de habitabilidade da favela – um problema recorrentemente apontado pelos moradores de diversas favelas – se tornou o chamariz para a mobilização efetuada pelo SERFHA. Ao ouvir os moradores sobre os principais problemas da localidade e ao fornecer condições técnicas e materiais para a realização das obras, a partir da mão de obra local, o órgão “resolvia” as reivindicações de milhares de favelados e obtinha a participação espontânea de muitos deles. Caberia à Sociedade de Moradores favorecer esse processo ao aglutinar e incentivar a cooperação do grupo para a realização das obras. Os Estatutos da Sociedade de Moradores e Amigos da Catacumba, anexados ao relatório de Gadiel Perruci, que os classificou como um “exemplo do esforço coletivo de organização que desenvolvem os favelados”, reforçam aspectos como a cooperação com os serviços públicos e a interdição à política partidária.¹³⁸

¹³⁶ Durante seu estágio, a Favela do Pasmado já estava sendo removida e Perruci escreveu: “O primeiro passo de uma remoção é sugerido pelo sociólogo. Ele é o técnico que investigará as tensões grupais, “fabricará” mesmo, se preciso, as oportunidades e orientará a técnica de remoção. No momento, estava-se terminando uma pesquisa para se averiguar a população exata a remover, condições de trabalho, número de dependentes e outras indicações necessárias”. PERRUCCI, Gadiel. *Favelas do Rio e mucambos do Recife...*, *op.cit.*, p. 35-36. Vinculado ao Departamento Sócio-Econômico da Fundação da Promoção Social, do Recife, Perruci passou um mês no Rio de Janeiro, acompanhando o trabalho do SERFHA em reuniões e visitas a três favelas – Pasmado, Parada de Lucas e Catacumba. Também fez parte do programa de estágio a leitura do relatório da SAGMACS. À época, o prestígio de José Arthur Rios em aliar pesquisa e experiência prática na área social trazia grande reconhecimento à ação empreendida pela Coordenação de Serviços Sociais, daí o interesse da instituição pernambucana em estreitar laços para reorganizar seus próprios serviços sociais nas comunidades. Além disso, os pesquisadores encontravam uma imensa semelhança – em diversos aspectos – entre as favelas cariocas e os mocambos do Recife. O relatório de Gadiel Perruci, intitulado “Favelas do Rio e mucambos do Recife – um relatório de estágio”, foi publicado pela Fundação da Promoção Social em abril de 1962.

¹³⁷ Segundo Leeds & Leeds, com a ajuda de Rios e da equipe do SERFHA, foram criadas 75 associações em favelas, regidas pelo acordo assinado com o órgão.

¹³⁸ “ART.1º – A Sociedade de Moradores e Amigos da Catacumba, que passará a ter neste Estatuto a denominação de SOMAC, é uma instituição de caráter civil criada com o fim exclusivo de promover o

O modelo de atuação do SERFHA de intervenção sobre as associações locais, participando da discussão dos estatutos, impondo registros e formalidades, que autorizaram ou desautorizaram líderes ou outros moradores, mesmo que a entidade pregasse a autodeterminação dos favelados, foi mantido e reforçado durante a administração de Carlos Lacerda no governo do estado da Guanabara. Além disso, a linha de atuação da instituição previa a negociação direta com cada associação, intervindo nas articulações, estimuladas pelo PCB, como vimos, entre moradores de diferentes favelas.

Por outro lado, segundo os Leeds, o fim do SEFHA representou o “fim de um período de diálogo relativamente aberto entre favelas e o Governo”.¹³⁹ Nos acordos firmados com as associações, o SERFHA se comprometia a dar assistência às reivindicações das favelas e impedir a violência dos grileiros e a atuação de exploradores de aluguéis e serviços de eletricidade. No entanto, a tentativa de supressão da intervenção de políticos na relação entre autoridades e moradores de favelas foi apontada pelo próprio Arthur Rios como o motivo de sua demissão por Lacerda e para a extinção do serviço em 1962.¹⁴⁰

Se o SERFHA lidava com cada favela em separado, os moradores mais articulados nas ações de mobilização, como um contraponto ao “retalhamento”, continuavam propondo uma atuação coletiva. Apesar de a Coligação dos Trabalhadores Favelados ter se esvaziado pouco tempo depois de sua formação devido à aproximação com partidos políticos, a proposta de congregação dos favelados em torno de uma única organização manteve-se:

(...) a idéia de criação de uma entidade que reunisse as associações existentes, impulsionasse a criação de novas associações e promovesse um programa de desenvolvimento comunitário para melhoria das condições de vida e defesa dos interesses das favelas, sem envolvimento com política ou com a política. A idéia tomou corpo durante o ano de 1961 e em fins do ano seguinte realizou-se uma primeira reunião de representantes de associações na Sociedade Esportiva Caiçaras, contando com a presença de 15 representações. Em janeiro de 1963 foram realizadas

desenvolvimento deste Bairro e propugnar pela boa ordem e expansão de todos os serviços públicos de interesse e defesa de sua população.

Parág. Único – Os políticos militantes e sócios beneméritos não poderão ocupar cargos eletivos ou votar, nem serem votados.

ART.2º – A SOMAC não tem caráter sectário, tanto em relação à matéria religiosa, quer no que entende por política partidária, local, ou nacional, assuntos cuja discussão é proibida, seja nas assembleias gerais dos órgãos de direção, administração ou consulta.” *Estatutos da Sociedade de Moradores e Amigos da Catacumba*. Apud: PERRUCCI, G. *Favelas do Rio e mucambos do Recife...*, op.cit..

¹³⁹ LEEDS & LEEDS. *A sociologia do Brasil urbano*, op.cit., p. 213.

¹⁴⁰ Ver LEEDS & LEEDS. *A sociologia do Brasil urbano...*, op.cit. e FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

eleições e em 6.7.63 foi fundada formalmente a FAFEG – Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara.¹⁴¹

Nísia Trindade Lima reconstituiu, com base em entrevistas com ex-lideranças da FAFEG, as principais propostas da organização, expressas por meio dos congressos realizados pela entidade nos anos de 1964 e 1968 e por meio de seus manifestos, com trechos reproduzidos na imprensa. Em 1967, cerca de 72 das 132 associações de moradores de favelas existentes na cidade eram afiliadas à FAFEG.¹⁴²

A partir da discussão de temas como saúde, habitação, educação, subsistência, os moradores reafirmaram reivindicações de anos de mobilização e encaminharam propostas para os problemas que consideravam mais urgentes, como as demandas por alimentação e o fim da política de remoções. Em 1967, a diretoria da entidade foi assumida pelo operário Vicente Mariano, presidente da Associação de Moradores do Morro de São Carlos, que conduziu a federação em uma linha política mais aguerrida, de reafirmação da favela como uma questão política, de defesa da “classe operária” e de oposição à ditadura militar. Assim como os Congressos dos Trabalhadores Favelados, o II Congresso Estadual das Associações dos Moradores em Favelas e Morros do Estado da Guanabara realizou, em 1968, sessões plenárias em várias favelas da cidade e contou com o apoio de sindicatos, como o dos rodoviários, discutindo temas como as remoções, a urbanização e “a posse definitiva da terra nas áreas ocupadas pelos favelados”. O lema da entidade era “Urbanização – Sim x Remoção – Nunca!”, fundamentado no direito à moradia, na “necessidade de legalização das terras para a penetração de serviços públicos”, na recusa do afastamento dos trabalhadores dos seus locais de trabalho com a remoção de favelas para áreas distantes.¹⁴³

Com o trabalho do homem, a cidade cresce e progresso aproxima-se das áreas onde você habita, crescendo a cobiça desses lugares já valorizados. Embora a lei seja igual para todos, sempre vence o mais forte e surgem as remoções para lugares longínquos, trazendo transtornos para o homem

¹⁴¹ FORTUNA & FORTUNA. Associativismo na favela. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, out./dez. 1974, p. 104. Já, segundo Lima, a entidade foi criada a partir de uma articulação iniciada por dirigentes das associações de moradores de favelas do Morro 117, Catumbi, Morro da Coroa e Catacumba, que atuavam no Movimento de Rearmamento Moral. De acordo com a mesma autora, esse movimento de caráter anti-comunista atuava nas favelas nos anos 1960 e a participação dos líderes das associações “se dava em torno de clivagens internas ao movimento e da necessidade de conseguir melhorias nas favelas”. A criação da FAFEG é inserida por esta autora no contexto de oposição de setores empresariais e da Igreja Católica ao governo João Goulart. O primeiro Congresso da federação contou com a participação de membros da Campanha do Rearmamento Moral. LIMA, Nísia Trindade. *O movimento de favelados...*, op.cit., pp. 186-188.

¹⁴² LIMA, Nísia Trindade. *O movimento de favelados...*, op.cit., pp. 208.

¹⁴³ Idem, ibidem, pp. 192-197.

que vive de salário. O que será do trabalhador quando a cidade chegar em Vila Aliança, Vila Kennedy e Cidade de Deus? Para onde você vai?¹⁴⁴

O II Congresso foi realizado oito meses após a criação, por decreto federal, da Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio de Janeiro (CHISAM), com base em propostas de “eliminação” da favela e “desfavelamento”, o que, no nível do discurso, incluía tanto a possibilidade de urbanização e substituição dos barracos por casas melhores quanto a realização de remoções, com transferências dos moradores para conjuntos residenciais distantes de seus locais de trabalho. As informações sobre este fato eram distorcidas pelo diretor da Companhia, Gilberto Coufal, que afirmou que “(...) os moradores das favelas da Zona Sul já demonstraram interesse real em adquirir casas na Cidade de Deus e apartamentos em Cordovil, áreas bem distantes da atual localização de suas casas, mas próximas aos locais de trabalho.” Em seus congressos e declarações, os moradores de favelas – e os estudos menos enviesados – afirmaram veementemente o contrário.¹⁴⁵ As expulsões se intensificaram e se encerrava a ofensiva, que havia começado mais sistematicamente no início dos anos 1940, contra favelas localizadas na área da Lagoa e Gávea: foram totalmente removidos os moradores da favela do Jôquei Clube (cerca de 200 pessoas); Alto Solar (também na Gávea, 600 pessoas); Ilha das Dragas (Lagoa, 1800 pessoas), Macedo Sobrinho (Humaitá, 4 mil pessoas), Praia do Pinto (Leblon, 7 mil pessoas), Catacumba (Lagoa, 12 mil pessoas) e partes do Parque Proletário da Gávea, construído para “substituir as favelas”.¹⁴⁶

O enfrentamento nas ações de remoção – no Morro do Pasmado (Botafogo), em 1964, e depois da Favela da Ilha das Dragas (Lagoa), em 1967 – levou à prisão dos

¹⁴⁴ FAFEG. Convocação do II Congresso Estadual das Associações dos Moradores em Favelas e Morros do Estado da Guanabara. Apud: LIMA, Nísia. *O movimento de favelados...*, *op.cit.*, p. 196.

¹⁴⁵ COUFAL, Gilberto apud LEEDS, A. & LEEDS, E. Favelas e comunidade política: a continuidade da estrutura de controle social in *A sociologia do Brasil urbano*, *op.cit.*, p. 241.

¹⁴⁶ Cf. LEEDS, A. & LEEDS, E. Favelas e comunidade política: a continuidade da estrutura de controle social in *A sociologia do Brasil urbano*, *op.cit.*, p. 241.

Em 2005, um *blog* sobre o “Rio antigo” publicou fotos da favela da Ilha das Dragas, então localizada próximo a um clube esportivo de elite na Lagoa Rodrigo de Freitas. Entre comentários contra e pró-remoções (estes mais numerosos), o leitor identificado como Marcelo Almirante declarou, em 16/06/2005: “Pelos Deuses houve um governante que se preocupou em remover essas favelas! Já imaginou isso ai hoje? Junto com a Catacumba? Teríamos o Haiti em pleno Leblon. A Zona Sul do Rio é um dos lugares mais "estranhos" do mundo por abrigar num mesmo espaço Gênêve e Porto Príncipe. Não sei o que as tropas estão fazendo no Haiti, deveriam estar por aqui. Fazer o que né? Existe no país a política do quanto pior melhor. Depois dizem que não vivemos na ditadura. Tenho de rir ou lamentar em ver que os inimigos do país estão nos poderes, municipal, estadual e federal, e se bobear até nas associações de moradores. Nosso país está sendo destruído por governantes criminosos e assistimos a tudo passivamente. Me parece que as coisas nesse mundo é assim mesmo, a hipocrisia, a falidade, sempre ganham.” Disponível em <<http://fotolog.terra.com.br/luizd:8>>, acesso em 17/07/12.

dirigentes da FAFEG, liberados após a pressão de setores progressistas da Igreja Católica, uma vez que a diretoria da federação reunia militantes do PC, da Ação Popular, de movimentos ligados à Igreja e a outros partidos políticos. A repressão afetou a atuação da FAFEG (seus dirigentes passaram a ser vigiados pela Polícia Política) e das associações de moradores que não puderam mais se opor às remoções, como no caso da favela da Catacumba.

Além de reagir contra as políticas de remoção da CHISAM, a FAFEG combateu o Decreto nº 870/67, que tratava sobre o controle das associações de moradores de favelas pela Secretaria de Serviços Sociais do Estado da Guanabara. Ainda quanto à autonomia das associações de moradores de favelas, os participantes do II Congresso retomaram uma discussão já realizada no primeiro congresso e criticaram a Comissão Estadual de Energia – criada pelo governo Carlos Lacerda em 1963 para fornecer eletricidade em favelas e outras áreas do estado da Guanabara não atendidas pela *Light* –, que provocava um racha nas favelas, ao incentivar o surgimento das comissões de luz independentes das associações de moradores. No relatório final do encontro, declarou-se que as comissões de luz eram “um instrumento de desintegração da comunidade e que as comissões existentes já haviam criado conflitos e facções dentro das associações de favela”.¹⁴⁷

Em 1975, com a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, a FAFEG foi transformada em Federação das Associações das Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ), que teve importante atuação na resistência à tentativa de erradicação das favelas do Complexo da Maré pelo Projeto Rio, em 1979. As ações da entidade inspiraram a criação de uma federação para reunir as associações de moradores de bairros de classe média, a Federação das Associações de Moradores e Entidades Afins do Rio de Janeiro (FAMERJ), em 1978, segundo Jó Rezende, presidente da entidade no período 1980-1984: “Aliás, quem inspirou a formação da Famerj foi a Faferj, foram as lideranças da comunidade das favelas que fizeram a ponte para a Famerj existir.”¹⁴⁸

¹⁴⁷ FAFEG. Convocação do II Congresso Estadual das Associações dos Moradores em Favelas e Morros do Estado da Guanabara. Apud LEEDS, A. & LEEDS, E. Favelas e comunidade política: a continuidade da estrutura de controle social in *A sociologia do Brasil urbano, op.cit.*, pp. 228-229 e 244. Como vimos, os conflitos em torno do fornecimento de energia elétrica nas favelas já haviam surgido no início dos anos 1950 com a atuação da Fundação Leão XIII.

¹⁴⁸ O depoimento de Jó Rezende foi reproduzido por PANDOLFI, Dulce; GRZYNSZPAN, Mario. Poder público e favelas: uma relação delicada. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 246.

Capítulo 3

E assim a história vai continuar: memórias, aprendizados e pertencimento

“Vou contar a história do Borel para os meus filhos, para eles contarem para os meus netos e eles contarem para os bisnetos. Então a história do Borel vai continuar.”
Marinho Lira, morador do Morro do Borel¹

Este capítulo tratará das memórias dos moradores de favelas sobre suas experiências de vida e, principalmente, de mobilização, a fim de conhecer os significados que atribuíram a elas e o que permaneceu de tantas lutas. Sendo assim, escolhi tratar de projetos de memória que tivessem como foco o que os moradores apresentaram como histórias e memórias pessoais e das favelas em que residiam e não os que tiveram como tema central práticas culturais, como o samba e o jongo, com centros de memórias nos quais as histórias das favelas surgem indiretamente.

Deixei de lado experiências como a do Museu da Providência, criado pela Prefeitura do Rio de Janeiro no contexto do programa Favela Bairro, e projetos como o da ONG Museu de Favela, localizado no Morro do Cantagalo, mas que abrange também as comunidades do Pavão e Pavãozinho. O início dos anos 2000 viu nascer uma série de experiências voltadas para a memória das favelas cariocas, com interesses variados, como a inclusão de algumas favelas no circuito turístico da cidade ou como mais um campo de atuação de organizações não governamentais de dentro ou fora da favela, com crescente profissionalização das atividades e alguma possibilidade de recursos financeiros, obtidos por meio de editais lançados pelo Ministério da Cultura ou do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).²

¹ LIRA, Marinho apud *Histórias de favelas da Grande Tijuca contadas por quem faz parte delas – Projeto Condutores(as) de Memória*. Rio de Janeiro: IBASE: Agenda Social Rio, 2006, p. 27.

² Grynspan e Pandolfi analisam os processos de institucionalização da memória desenvolvidos por iniciativas de memórias de favelas do Rio de Janeiro, discutindo vários aspectos envolvidos na questão, desde a centralidade que o tema atingiu nos projetos desenvolvidos em favelas, à profissionalização das atividades, envolvendo profissionais e organizações não governamentais também de fora das favelas, a proposta destes projetos de intervenção no presente e no futuro das localidades (como geração de emprego) e os processos de seleção de quais pessoas, memórias valores e experiências são considerados ou não relevantes. GRYSZPAN, Mario; PANDOLFI, Dulce Chaves. Memórias de favelas, em favelas: favelas do Rio de Janeiro e direito à memória. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, pp. 65-92. Antes disso, o livro *A favela fala* registrou depoimentos de muitas lideranças de favelas, colocando frente a frente versões divergentes e explicações desses representantes para muitos dos processos vividos pelas

Embora conhecesse algumas dessas iniciativas, descobri muitas delas no processo mesmo de realização desta dissertação. Outro critério utilizado para selecionar tantas experiências esteve relacionado à produção de publicações e registros nos quais estivessem presentes depoimentos (ou trechos destes) de moradores de favelas e informações sobre suas lutas. Como apontei anteriormente, meu interesse é conhecer os sentidos e os fatos que os moradores procuraram relatar ao serem solicitados a falar sobre suas histórias, além de como suas lutas estão sendo contadas hoje, discutindo ainda sobre quais propostas os projetos de memória foram fundamentados, quais seus parâmetros e temas.

Ao relatar, em agosto de 2011, o início de sua atuação na Associação de Moradores do Morro do Borel, o agente comunitário de saúde Felipe Vieira dos Santos lembra a importância de Sebastião Bonifácio na história da favela, na organização dos moradores e na sua própria vinculação com o trabalho comunitário. Felipe chegou ao Borel em 1989, aos 12 anos, depois que seu pai – que residia com a família no prédio onde trabalhava como porteiro na Tijuca – foi demitido. Para ajudar a comprar os livros da escola, Felipe dava aulas de “reforço escolar” dentro de sua própria casa e logo ficou conhecido na comunidade. Foi assim que, já nos anos 1990, *seu* Bonifácio o convidou para organizar trabalhos semelhantes na associação de moradores: alfabetização de adultos, coordenação de cursos, aulas de informática. Depois de 16 anos residindo no Borel, Felipe assumiu a direção da associação entre 2005 e 2010.

O que sabe sobre a história da favela Felipe aprendeu com Sebastião Bonifácio, ex-integrante da União dos Trabalhadores Favelados e ex-presidente da Associação de Moradores do Morro do Borel. Bonifácio falou sobre as ações de resistência às remoções e forneceu documentos para a leitura, como os Estatutos da UTF (datados de 1958), o livro de Manoel Gomes e documentos sobre o processo de disputa das terras do morro. A intenção de Bonifácio era formar Felipe para representar bem os interesses da

associações e outros grupos representativos locais. PANDOLFI, Dulce Chaves; GRZYNSZPAN, Mario (org.) *A favela fala: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Embora algumas das iniciativas tratadas aqui não estejam mais ativas, o Instituto Brasileiro de Museus/Ministério da Cultura lançou, em 2011, um novo edital voltado para os “pontos de memória e museus comunitários”. Segundo o texto divulgado pela Assessoria de Comunicação do MinC: “Os pontos de memória têm por concepção reconstruir e fortalecer a memória social e coletiva de comunidades, a partir do cidadão e de suas origens, histórias e valores”, atendendo “aos diferentes grupos sociais do Brasil que não tiveram a oportunidade de narrar e expor suas próprias histórias, memórias e patrimônios nos museus”. MINISTÉRIO DA CULTURA. “Ibram sedia encontro de redes de pontos de memória e museus comunitários”, 01/06/2012. Disponível em: <www.museus.gov.br/noticias/ibram-sedia-encontro-de-redes-de-pontos-de-memoria-e-museus-comunitarios/>, acesso em 22/07/12.

associação e do Borel quando o antigo militante morresse. Felipe repete o que *seu* Bonifácio lhe dizia: “*Você é jovem, você tem mais é que aprender. Eu já tô cascudo, já tô quase indo embora, eu não aguento mais isso*”. E avalia a força desta influência: “Eu digo que ele foi meu pai na área da militância, do ativismo. Ele me ensinou os caminhos.”³ Nas palavras de Felipe, sua vontade de participar do movimento comunitário já existia, mas precisava de incentivo e foi o que *seu* Bonifácio fez.

Para o antigo militante, o aprendizado para a luta atual também consistia em se apropriar dessas memórias, reconhecer as lutas passadas e, a partir disso, poder continuar. Ciente da importância de conservar e repassar ele mesmo a memória dessas iniciativas, Sebastião Bonifácio guardou alguma documentação, relembrou seu percurso em projetos sobre memória das favelas e em trabalhos acadêmicos e, principalmente, escolheu um jovem morador da favela como continuador dessa luta para quem recontaria a história tal qual a viveu e entendeu.

As atividades promovidas pelos moradores, como as passeatas, a procura por instituições beneficentes que pudessem apoiar a causa, os processos judiciais, entre outras ações relatadas por *seu* Bonifácio, é o que Felipe chama de “fazer o movimento”. Para Felipe, foi fazendo o movimento que os antigos moradores conquistaram alguns direitos. “Só sei que depois que fundaram essa União dos Trabalhadores, a polícia não veio mais porque aqueles moradores tavam ali meio legitimados, né? Tinha uma instituição protegendo eles”, conta.⁴

Nem sempre conhecer a história do Borel se constitui como um pré-requisito para as diretorias da associação. Segundo Felipe, a presidente atual, por exemplo, “não tem paciência” para ouvir. Ainda de acordo com ele, os jovens de hoje também estão muito distantes desta história e de iniciativas de mobilização. Felipe assumiu a Associação de Moradores do Borel em 2005 porque não havia outros candidatos. Como tinha vínculos com a instituição por meio dos trabalhos voluntários que realizava, esteve presente às assembleias para formar a comissão eleitoral que acabou sendo assumida por ele. Durante os três meses em que a presidiu, nenhum morador ou moradora se candidatou ao cargo de diretor da associação. A Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ) pressionou a associação e, em uma assembleia, os presentes o aclamaram presidente para a gestão de 2005 a 2008. Em 2008,

³ Entrevista concedida por Felipe Vieira dos Santos à autora, no Morro do Borel, Rio de Janeiro, em 04/08/2011.

⁴ Entrevista concedida por Felipe Vieira dos Santos à autora, no Morro do Borel, Rio de Janeiro, em 04/08/2011.

novamente nenhum morador apresentou chapa e Felipe continuou à frente da associação até 2010.

A perspectiva de *seu* Bonifácio ao insistir sobre o conhecimento da história do Borel reconhecia a necessidade de valorização de uma memória de luta para a formação de uma nova liderança. Reconhecer essa luta como o que permitiu aos moradores o direito de continuar morando nas favelas da região da Tijuca também foi apontado por três moradoras de favelas da Tijuca e do Andaraí como o motivo para compartilhar essa memória entre os moradores de hoje.

Maria Aparecida Coutinho, Mauriléa Januário Ribeiro e Ruth Pereira de Barros, nascidas nas favelas da Chácara do Céu, do Morro do Andaraí e do Borel, respectivamente, apresentaram um projeto para “resgatar, registrar e sistematizar a memória das comunidades da Grande Tijuca, permitindo que moradores e moradoras dessa região conhecessem a história de ocupação e luta que garantiu o direito à moradia nessas áreas”, ao final de um curso oferecido em 1999 pela Agenda Social para lideranças comunitárias.⁵ Idealizada pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho) “por ocasião da candidatura da cidade do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2004”, a Agenda Social, conduzida pela organização não-governamental Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), criada por Betinho em 1981, foi definida pela própria organização como um movimento para “o estabelecimento de um compromisso entre diversos setores da sociedade civil e do estado do Rio de Janeiro na construção de uma cidade mais solidária e democrática.”⁶

A ideia do projeto Condutores(as) de Memória também esteve relacionada à atuação profissional de Ruth, na época supervisora da área de participação comunitária

⁵ IBASE. *Histórias de Favelas da Grande Tijuca...*, *op.cit.*, p. 12.

⁶ Segundo a publicação do projeto Condutores(as) de Memória – *Histórias de Favelas da Grande Tijuca contadas por quem faz parte delas – Projeto Condutores(as) de Memória*. Embora o Rio não tenha sediado o evento, as mobilizações da Agenda Social prosseguiram a partir da escolha de uma área da cidade para atuar: a região chamada de “Grande Tijuca”, na zona norte. Segundo a divisão adotada pelas organizações envolvidas, a Grande Tijuca é formada pelos bairros da Tijuca, Grajaú, Andaraí, Vila Isabel, Maracanã, Praça da Bandeira e Alto da Boa Vista e suas favelas: Borel, Casa Branca, Formiga, Salgueiro, Nova Divinéia, Jamelão, João Paulo II, Mata Machado, Parque Vila Isabel/Morro dos Macacos. A experiência do Condutores(as) de Memória nas favelas da região foi apresentada na publicação *Histórias de Favelas da Grande Tijuca contadas por quem faz parte delas*, lançada pelo IBASE em 2006, com o apoio de uma organização não-governamental internacional, a Oxfam Novib. Referentes ao projeto Condutores(as) de Memória, foram publicados, além do livro *Histórias de favelas da Grande Tijuca contadas por quem faz parte delas*, de 2006, cinco boletins informativos escritos por participantes do projeto em cada favela.

no programa da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, o Favela-Bairro, que realizou obras de urbanização nas favelas.⁷

(...) eu, Cida e Mauriléa já pensávamos muito em realizar algo assim no Borel. Isso foi motivado indiretamente pelo programa Favela Bairro, da Prefeitura, no fim do ano de 1999 e início de 2000. (...) Com o Favela Bairro fazendo as obras de infra-estrutura, as comunidades passaram a ter melhores acessos e mais pessoas visitavam as favelas. Foi um *boom* de gente. E muitas pessoas queriam saber como era a história da nossa comunidade, assim como a de outras, saber porque tem tal nome, como surgiu. Mas os moradores, em geral, não sabiam como era essa história. E nós..., bem, eu, pelo menos, fui criada ouvindo da minha mãe e do meu pai, mais até da minha mãe, essa história que guardo comigo. Ela contava como foi toda aquela luta e aquela conquista. Nada ali foi por acaso. Lutou-se para ter tudo. Como disse um participante das oficinas: “Para se ter água, teve luta; para se ter luz, teve luta; para se ter uma casa melhor, teve luta”. Houve muita luta aqui. O morador teve que se organizar. O morador teve que lutar. O morador apanhou, brigou para poder ficar naquele espaço, mas as pessoas não conhecem essa história e a gente queria, com o projeto, reviver, retratar essa história que é bonita. É como digo: a memória é a pessoa. Quem tem memória sou eu porque ela está aqui dentro da cabeça. Sei dessa história e ela precisa ser contada para outras pessoas que não sabem.⁸

Neste depoimento, Ruth evidencia a importância que ela mesma atribuiu a essa memória e a necessidade de contá-la para os que não a conhecem, tanto dentro como fora da favela, sobre as lutas dos moradores. Em uma matéria sobre o projeto “Condutores(as) de Memória”, veiculada pelo portal Viva Favela, em 2002, o jornalista Marcelo Monteiro informou que Ruth é filha de *seu* Elias do Borel, um dos fundadores

⁷ Os escritórios de arquitetura contratados pela Prefeitura para conduzir as obras no Favela Bairro também eram responsáveis pela realização de levantamentos “espaciais-sociais” com os moradores das favelas, selecionados nas associações de moradores, no comércio local, nas igrejas e em serviços públicos. Questionários, entrevistas e desenhos de mapas das favelas feitos pelos moradores foram algumas das técnicas utilizadas para o levantamento de dados. Um dos itens constante de todos os estudos era o “Histórico”, que registrava informações como ano e início da ocupação, histórias referentes à ocupação inicial e à formação das associações, lembradas pelos moradores.

⁸ BARROS, Ruth. “Condutores de Memórias: retratar e reviver histórias de lutas e conquistas na Grande Tijuca”. *A memória das favelas*. ISER: Comunicações do ISER, nº 59, ano 23, 2004, p. 20. Esta fala de Ruth aconteceu no seminário “Memória das Favelas – Iniciativas, Conquistas e Desafios”, organizado pelas organizações não-governamentais Instituto de Estudos da Religião (ISER) e Viva Rio, das quais falaremos mais adiante. O evento reuniu pesquisadores e outros profissionais também envolvidos no desenvolvimento de projetos próprios de memória em favelas e gerou a publicação *A memória das favelas*, apoiada por uma organização internacional, a ICCO – Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento – Holanda, elaborada a partir das exposições dos diversos participantes do seminário. Foram apresentados relatos de experiências empreendidas por organizações não-governamentais atuantes ou originadas em favelas como a Rede de Memória da Maré (criada pela organização não-governamental Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré-CEASM), o Condutores(as) de Memória (Agenda Social Rio/IBASE), o Centro Histórico da Rocinha e outras experiências, como a do Morro da Serrinha, na qual o foco do projeto de memória era o jongo. Também houve apresentações do Portal Viva Favela, criado e mantido pela organização Viva Rio, e o lançamento do site *Favela Tem Memória* (Viva Rio). No seminário, o Centro Histórico da Rocinha foi apresentado pelo historiador e ex-morador da Rocinha, José Luiz de Souza Lima, que informou sobre a criação deste Centro no ano 2000 com suas primeiras ações voltadas para os jovens a fim de “discutir a imagem que se tem sobre a favela” e a “demarcação de uma identidade para a Rocinha a partir da organização comunitária”, conforme havia sido trabalho no *Varal de Lembranças: histórias e casos da Rocinha*, nos anos 1980. O site que o pesquisador apontou como o que receberia as informações trabalhadas – <www.mundorocinha.com.br> – não se encontra ativo.

da União dos Trabalhadores Favelados, mas sua apresentação no seminário e a publicação sobre o projeto não mencionam isso.⁹

Ruth, Mauriléa e Maria Aparecida realizaram 20 encontros, chamados “oficinas de memória”, com a participação de antigos e jovens moradores do Borel, Chácara do Céu, Morro do Andaraí, Salgueiro e Morro da Formiga, reunindo, em média, 15 pessoas por oficina. A experiência foi registrada em relatórios, gravações em áudio e, por vezes, vídeo, e em cinco informativos que sistematizam as oficinas em cada localidade. Para este trabalho, consultei apenas os informativos e a publicação final sobre o projeto, organizada pela cientista social e professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Neiva Vieira da Cunha, e lançada pelo IBASE em outubro de 2006, intitulada *Histórias de favelas da Grande Tijuca contadas por quem faz parte delas: Projeto Condutores(as) de Memória*. Na publicação, a pesquisadora apresentou a metodologia do projeto, trechos de falas das moradoras idealizadoras da iniciativa e o resumo com as histórias e depoimentos de moradores de cada favela envolvida, relacionando-os a um processo de “construção social da memória”¹⁰. Apenas por essa sistematização de todo o trabalho, é difícil reconstruir os processos de produção dessas memórias. Ainda assim, procurei, principalmente por meio dos depoimentos (editados e apresentados em pequenos trechos), conhecer alguns aspectos envolvidos nessa produção atual de memórias das favelas e de seus moradores.

O trabalho conduzido por Ruth, Mauriléa e Aparecida não foi apresentado com a mesma perspectiva de contribuir para a formação de uma nova liderança como fez Sebastião Bonifácio com Felipe, mas, ao adotar a estratégia de reunir antigas lideranças e jovens moradores, visou aproximar as gerações para “não deixar se perder” uma história que estava sendo esquecida. E o que lembrar e por quê? Os motivos expostos pelas idealizadoras deste projeto nas publicações elaboradas em função deles e em apresentações dizem respeito ao reconhecimento da importância de suas lutas, interna e externamente, e à necessidade de uma mudança na imagem negativa construída sobre a favela.

No início dos anos 2000, em um período de conflitos entre traficantes de facções rivais e também entre eles e policiais nas três favelas, os moradores viveram processos

⁹ Cf. MONTEIRO, Marcelo. “Do fundo do baú”, 30/10/2002. Disponível em: <http://novo.vivafavela.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=87&infoid=24412&from_info_index=1551>.

¹⁰ Na publicação há ainda uma discussão conceitual sobre memória e identidade no capítulo “Memória urbana e identidade social”.

de acirramento de estigmas e associações entre estas localidades e a violência cada vez mais letal. Não que houvesse cessado a estigmatização de que as favelas sempre sofreram, mas o cotidiano de confrontos era mais um elemento importante naquele contexto. A necessidade de contar surge então como um contraponto a uma memória oficial construída e consolidada por meio de alguns dos estudos que vimos no primeiro capítulo, associando a população favelada à criminalidade e às notícias produzidas recorrentemente reforçando estas imagens sobre as favelas. Assim, uma das idealizadoras do Condutores(as) de Memória, Mauriléa Ribeiro, graduada em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, ex-diretora social da Associação de Moradores do Morro da Casa Branca e, naquele momento, residente no bairro da Gamboa, afirmou:

A favela é vista sempre sob o aspecto negativo. O próprio falar em favela já tomou a conotação de coisa que não serve: “Isso é favela... Isso aqui está parecendo uma favela”. Se a gente também não se policia, acaba repetindo. Mas a gente sabe que favela não é isso. Ela tem os seus valores. Uma coisa importante no projeto Condutores de Memória é procurar mudar a imagem da favela. (...) Outra coisa importante que se percebe é quando o morador da comunidade carente passa a conhecer a sua história. Com certeza ele vai lutar para melhorar mais e mais a sua qualidade de vida. Essa é a nossa visão com esse projeto. A luta não foi apenas pela ocupação. A luta continua. A luta se perpetua. E essa luta é contra tudo que está aí. É contra a discriminação social. É contra essa quebra de valores. É contra esses conceitos, esses preconceitos.¹¹

Construindo contrapontos

Desta forma, naquele projeto, o significado da construção dessa memória pelos moradores girou em torno da valorização de suas lutas e da reafirmação de outros referenciais sobre a favela, isto é, contrapondo-se e questionando conceitos e preconceitos, como Mauriléa descreveu, que atribuíram a marca da negatividade à favela. A partir desta valorização, Mauriléa esperava gerar mobilização e dar continuidade às lutas que ainda hoje são necessárias. Assim, o tema da violência não surgiu entre as memórias buscadas e construídas pelos moradores; nem o esvaziamento das associações de moradores – conforme a experiência de Felipe apontou. Ao contrário, embora as críticas contra a “desunião” dos moradores – em oposição a um momento, também com um componente de idealização, de mais solidariedade e

¹¹ RIBEIRO, Mauriléa. In: IBASE: AGENDA SOCIAL RIO. *Histórias de favelas da grande Tijuca...*, *op.cit.*, p.19. O depoimento de Mauriléa Ribeiro foi parte de sua apresentação no seminário “A memória das favelas”, realizado pelo ISER. A publicação sobre o Condutores(as) de Memória reproduziu apenas este trecho.

integração – não tenham deixado de ser registradas, procurou-se enfatizar características positivas de coragem, de conquistas, de alegrias.

Neste sentido, foram muitos os significados que os moradores conferiram à palavra “luta”. Um dos entrevistados pelo projeto “Condutores(as) de Memória” foi Sebastião Bonifácio:

A luta do Borel é longa e dela eu participo há 46 anos. Participando e trabalhando. As lutas são mais antigas que a associação [...]. Eu fui um dos fundadores da associação que, naquele tempo, era União dos Trabalhadores Favelados. Eu acredito que seja uma das mais antigas do Rio de Janeiro. Mas, com o golpe militar de 1964, fomos obrigados a mudar o nome. Aí ela passou a se chamar União dos Moradores do Morro do Borel.¹²

Este depoimento de Sebastião Bonifácio foi concedido entre dezembro de 2000 e fevereiro de 2001, 46 anos depois da fundação da União dos Trabalhadores Favelados, mas as lutas, Bonifácio insistiu, eram anteriores a ela. Como vimos no segundo capítulo deste trabalho, as lutas assumiram diversas formas: das mobilizações pontuais dos abaixo-assinados às reuniões sistemáticas, passeatas, formação de alianças, comissões e associações. Contudo, pelo que se percebe nesta fala de Bonifácio e nas memórias de outros moradores de favelas, “a luta é muito mais antiga”. Essa compreensão não parece estar ligada apenas ao esvaziamento atual das associações locais, mas a um entendimento mais amplo do que significar “lutar”. Por vezes, o “morar na favela” – principalmente nos primeiros anos em que as condições de vida eram muito precárias (e exigiam mais solidariedade) – parece se constituir na própria luta. Lutar também é, nesse entendimento, encontrar formas de estar e de construir um lugar na cidade. E essa questão assume centralidade nas memórias produzidas nas oficinas do Condutores(as) de Memória, mas também em outros projetos semelhantes ou nos depoimentos de moradores em outras ocasiões.

Assim, lembrar das dificuldades é falar da luta. Com vivacidade, Hilton Ferreira (Bida) conta, na entrevista realizada para esse trabalho, seus primeiros anos na Barreira do Vasco e é difícil interromper seu relato para fazer perguntas. Em poucos minutos, fala da falta d’água, da construção dos primeiros barracos, da falta de saneamento e da vigilância dos policiais para que os moradores não jogassem detritos nas ruas, da existência de fábricas vizinhas à Barreira que empregavam muitos de seus moradores homens e mulheres. Esse início marcado por muitas dificuldades é uma parte importante

¹² As oficinas no Borel foram as primeiras do projeto Condutores(as) de Memória, realizadas entre dezembro de 2000 a fevereiro de 2001. BONIFÁCIO, Sebastião. In: IBASE, AGENDA SOCIAL. *Histórias de Favelas da Grande Tijuca contadas por quem faz parte delas*, op.cit., p. 23.

no enredo produzido por diferentes moradores convidados a contar a história dos moradores e das favelas. Para Bida, essa era uma parte da história que eu queria saber quando fui entrevistá-lo.

“Era muita luta, muita luta mesmo. É difícil, se não encarar com firmeza não vai para frente não”, disse Antonio Bento Ribeiro, morador do Morro da Formiga (Tijuca), entrevistado pelo Condutores(as) de Memória.¹³ Os moradores falaram sobre a vida nos primeiros anos de cada localidade – “aqui era só mato”, “tinha um ou dois barracos” – e sobre o cotidiano diante das adversidades. Apesar de, nesse aspecto, os relatos dos moradores de hoje se aproximarem dos textos das publicações discutidas no primeiro capítulo, que se concentravam nas precariedades das favelas, a perspectiva é diferente: as lembranças são carregadas de positividade ao mostrar a disposição para mudar aquele cenário, obtendo melhorias para a localidade.

Uma nota publicada em um dos informativos do projeto Condutores(as) de Memória é explícita quanto a este entendimento. Intitulada “Lutas da comunidade”, a nota foi redigida por duas moradoras do Morro do Andaraí, Mara Fernandes e Sonia Guida, e publicada no informativo referente a este morro, em outubro de 2002. As autoras escreveram:

Falar de Andaraí é falar de alegria, tristeza, luta e progresso. Ao longo destes anos muitas coisas mudaram: as casas de estuque e madeira foram sendo substituídas pelas casas de alvenaria; os caminhos de barro foram sendo pavimentados; as bicas de água e as valas foram dando lugar para as redes de água e esgoto. Em muitos locais, acabou o tempo da lata d’água na cabeça. Tantas lutas foram travadas! Duas enchentes fizeram a comunidade nascer de novo. O espírito de solidariedade, a força e a fé demonstradas nos fizeram perceber o quanto somos unidos, amigos e importantes uns para os outros. (...) O progresso chegou e com ele a violência que nos aprisiona e amedronta, mas que nunca nos desanima para fazer uma comunidade melhor em todos os sentidos.¹⁴

Solidariedade, força, fé, união, esperança e capacidade de lutar para conquistar melhorias para as favelas são os valores que, enfatizados pelas oficinas de memória do Condutores(as) de Memória, foram marcados pelas idealizadoras e por estas moradoras do Andaraí como os que precisavam lembrados e compartilhados, embora silenciados pela memória dominante sobre estes espaços. Assim, nesta iniciativa, as histórias do Borel, da Chácara do Céu, do Morro do Andaraí, do Salgueiro e do Morro da Formiga apresentaram pontos em comum. Os trechos dos relatos dos moradores e o texto que

¹³Depoimento ao projeto Condutores(as) de Memória. *Histórias de favelas da Grande Tijuca contadas por quem faz parte delas: Projeto Condutores(as) de Memória*, p. 42.

¹⁴FERNANDES, Mara; GUIDA, Sonia. “Lutas da comunidade”. *Condutores de Memória – recordando e construindo as histórias do Morro do Andaraí – Informativo do projeto Condutores de Memória da Agenda Social Rio*, outubro de 2002.

resume suas memórias, escrito pela organizadora do livro, abordam o início da ocupação e as condições de vida que os levaram a ocupar os terrenos dos morros, as ações dos grileiros e especuladores imobiliários, a migração de seus estados e cidades de origem para o Rio de Janeiro, a falta de infraestrutura e direitos sociais e também as mobilizações coletivas. Um ponto em comum lembrado em todas as favelas em que o projeto aconteceu foi a ação dos “donos dos morros”, grileiros de terras ou exploradores de aluguéis. A identidade positiva dos moradores de favelas e das próprias favelas – marcada por lutas, conquistas e uma relação de afeto com estes espaços onde nasceram ou escolheram para morar – predominou entre as escolhas do Condutores(as) de Memória.

O sentimento de pertencimento ganhou ainda outro viés no projeto de memória desenvolvido na Maré: reconhecimento de que a favela pertence à cidade e de que seus moradores, como os demais, são cidadãos. Ao contar a história da Maré e das 16 favelas que a compõem, os idealizadores da Rede Memória falam da afirmação da identidade positiva da população moradora da favela, mas também falam do “Rio a partir da perspectiva do bairro da Maré”.¹⁵

O projeto foi planejado e conduzido por integrantes de uma organização não-governamental da própria Maré, o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), criado por moradores nascidos na Maré e com nível universitário (o primeiro projeto implantado pela organização foi um pré-vestibular comunitário), em 1997. Atualmente, em sua página na internet, a ONG apresenta como sua “visão institucional”: “Contribuir para a valorização das favelas e bairros populares como expressão do espaço plural das cidades, revertendo estigmas e reorientando políticas públicas”.¹⁶ Assim, a Maré surge no projeto de memória da instituição, como uma expressão da pluralidade do Rio de Janeiro. Por meio das apresentações dos coordenadores da Rede Memória da Maré/CEASM¹⁷, é possível perceber outro interesse mais relacionado à dinâmica interna da própria Maré: formada em períodos diferentes e com muitos moradores vindos de outras partes da cidade a partir de

¹⁵ SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da e VIEIRA, Antônio Carlos Pinto (CEASM). “A experiência do Museu da Maré”. Apresentação realizada em 11/10/2006, no Ciclo Memória & Informação, “dedicado à divulgação de estudos e pesquisas nas áreas de preservação, tratamento e difusão de bens culturais”, promovido pela Fundação Casa de Rui Barbosa, de março a dezembro de 2006. Disponível em: <www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=23&ID_M=419>, acesso em 25/03/2012. O grifo na palavra “bairro” é meu.

¹⁶ Ver CEASM, <<http://ceasm.tumblr.com/institucional>>, acesso em 19/07/12.

¹⁷ Apresentações realizadas em 2006, na Casa de Rui Barbosa, e em 2003, no seminário *A memória das favelas*, promovido pelo ISER.

remoções de favelas nos anos 1960¹⁸, a localidade foi considerada um bairro pela Secretaria Municipal de Habitação e pelo Instituto Pereira Passos, da Prefeitura do Rio de Janeiro, em 2011. Nos anos 1990, porém, todas as 16 comunidades – com inúmeras organizações não-governamentais e uma associação de moradores para cada uma delas – haviam sido reunidas em uma mesma região administrativa da cidade, denominada Maré. Em 2004, um dos diretores do CEASM, o geógrafo e professor da Faculdade de Educação da UFF, Jailson Silva, afirmou que a organização “tem trabalhado muito na difusão e construção dessa identidade [de mareense]. Todo o trabalho do CEASM é feito na perspectiva das pessoas da comunidade se articularem com pessoas de outras redes sociais, tanto internas como externas.”¹⁹ Assim, ao mesmo tempo que a organização afirma a favela como parte da cidade, investe na construção de uma identidade local relacionada às características positivas e conquistas alcançadas pelos moradores.

Conduzida pelo CEASM, a Rede de Memória da Maré teve como objetivo “registrar como ocorreu o processo de ocupação da região e preservar aspectos que constituem a identidade de seus habitantes”. No momento de sua formação, havia ainda o interesse de que a Rede Memória funcionasse “como centro produtor, receptor e difusor de material informativo sobre o bairro” ao reunir “dados históricos, socioeconômicos e culturais sobre as comunidades locais.”²⁰

O acervo da Rede Memória se deu a partir de filmagens e materiais da TV Maré, um canal de televisão comunitária criado em 1989 para registrar imagens das 16 favelas que compõem a Maré e depoimentos de seus moradores. Assim, a Rede Memória

¹⁸ Segundo informações apresentadas por Cláudia da Silva e Antônio Carlos Vieira, no seminário promovido pela Casa de Rui Barbosa, a ocupação da área aconteceu a partir dos anos 1940, pelo Morro do Timbau, depois vieram Baixa do Sapateiro (1947), Marcílio Dias (1948), Parque Maré (1953), Parque Roquete Pinto (1955), Parque Rubens Vaz (1961), Parque União (1961), Nova Holanda (1962), Praia de Ramos (1962), Conjunto Esperança (1982), Vila do João (1982), Vila do Pinheiro (1989), Conjunto Pinheiro (1989), Bento Ribeiro Dantas (1992) e Nova Maré (1996).

¹⁹ Em 2003, quando fez essa apresentação no seminário *A memória das favelas*, Jailson era um dos diretores do CEASM e coordenava o Observatório Social de Favelas, no Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS). No mesmo ano, o Observatório de Favelas se tornou uma organização desvinculada do IETS. No seminário, sobre o mesmo tema, afirmou ainda “A Maré, na verdade, é uma construção artificial. Não existe a Maré. Existe um conjunto de comunidades que foi, no início da década de 1990, organizada numa região administrativa pela prefeitura e denominada de Maré.” SILVA, Jailson de Souza e. Memória e identidade: as comunidades populares em uma cidade plural. *A memória das favelas, op.cit.*, p. 49. O tema da “invenção do bairro Maré” foi tratado pela fundadora do CEASM, a historiadora Cláudia Rose Ribeiro da Silva, em um estudo acadêmico. SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. *Maré: a invenção de um bairro*. Trabalho de conclusão de curso apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais: Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2006.

²⁰ SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da e VIEIRA, Antônio Carlos Pinto (CEASM). “A experiência do Museu da Maré”, Ciclo Memória & Informação, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2006. Alguns dos dados disponíveis foram produzidos pelo próprio CEASM que realizou, em 2000, o Censo Maré.

constituiu, em 2002, o Arquivo Dona Orosina Vieira, que reúne uma série de materiais (mapas, fotos, vídeos, textos de jornal e trabalhos acadêmicos sobre a Maré), alguns doados pelos moradores, para que, ao contar a história do bairro, também se conte a história da cidade. O nome do arquivo é uma homenagem à mulher que iniciou a ocupação da Maré, nos anos 1940, e pioneira também na mobilização pela permanência dos moradores na localidade.²¹ Segundo seus fundadores, ao batizar o arquivo com o nome dessa moradora, a Rede de Memória, estaria fazendo, sobretudo, “uma homenagem a todos os moradores da comunidade que lutaram e ainda lutam pela construção do bairro da Maré”.²²

O resultado da mobilização em torno da Rede Memória foi a formação do Museu da Maré, inaugurado em 08 de maio de 2006, em um contexto favorável: o Museu foi criado com recursos do programa Cultura Viva – Pontos de Cultura²³, do Ministério da Cultura, com apoio técnico do Departamento de Museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); o evento de inauguração contou com a presença do então ministro da Cultura Gilberto Gil. Ainda em 2006, dois diretores do CEASM e coordenadores do Museu da Maré, Cláudia Rose Ribeiro da Silva e Antônio Carlos Pinto Vieira, convidados para participar de um seminário na Fundação Casa de Rui Barbosa, explicaram que chamar o Museu da Maré de “museu” foi uma forma “provocativa” para contestar “a ideia dos museus monumentais” e deram sua versão para o que a iniciativa representava:

²¹ Um trecho da história de *dona* Orosina foi descrita na Seção Favelário – sobre a origem dos nomes das favelas – do site Favela Tem Memória: “A ocupação da Maré começou com a chegada de Dona Orosina Vieira à ponta do Timbau ainda nos anos 40. Ela se apaixonou pelo lugar num passeio de fim de semana e, contrariando o próprio marido, construiu ali o primeiro barraco de toda região. Dona Orosina levantou a casa usando a madeira que a maré trazia da Baía de Guanabara. Ela morou no Timbau durante toda a vida e acabou se transformando num dos personagens mais representativos da história da comunidade. Chegou a ser recebida pelo presidente Getúlio Vargas no Palácio do Catete quando o governo federal cogitou destruir a favela e remover seus moradores. A primeira Associação de Moradores da Maré foi criada no Morro do Timbau em 1954 - foi também a terceira em todo o Rio de Janeiro.” Disponível em: <www.favelatemmemoria.com.br/publicar/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=39&sid=3>, acesso em 16/05/10.

²² Ver Museu da Maré – Disponível em: <www.museudamare.org.br>, acesso em 18/07/12.

²³ Criado em 2004, o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva visa a “estimular e fortalecer no corpo do país uma rede de criação e gestão cultural, tendo como base os Pontos de Cultura” (“iniciativas que envolvem comunidades em atividades de arte, cultura, educação, cidadania e economia solidária”). Segundo a página do Cultura Viva, que em 2008 mudou sua forma de operacionalização, “o Programa estimula a criatividade, propiciando o resgate da cidadania pelo reconhecimento da importância da cultura produzida em cada localidade. O efeito é o envolvimento intelectual e afetivo da comunidade, motivando os cidadãos a criar, participar e reinterpretar a cultura, aproximando diferentes formas de representação artística e visões de mundo.” Disponível em: <www.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/>, acesso em 13/05/12.

Com a criação do museu, há um movimento de valorização da experiência vivida. O sentimento de pertencimento e orgulho, desperta o desejo de transformação da realidade. É por isso que o Museu da Maré se propõe a não limitar-se a uma exposição, o objetivo é atingir a vida das pessoas e chamá-las a participar da construção dessa história. Se elas fazem parte do que vêem e se o que vêem é um momento de um processo contínuo, que elas se sintam convocadas a permanecer como agentes nesse processo, que é o processo de construção da própria vida.²⁴

Na mesma exposição, os apresentadores contrapuseram alguns comentários de moradores da Maré registrados em cadernos de visita do museu a outros feitos por leitores da página na internet de um jornal (não identificado) que noticiou o evento de lançamento:

Hoje foi a 1ª vez que visitei o museu: estava passando e resolvi entrar. Foi uma das melhores experiências que tive nos últimos anos. Incrível, não!!! É bom saber que temos história, cultura, tradição, etc... Não somos números ou censo de pobreza; somos gente. Que bom que há quem saiba disso e nos faça lembrar porque as vezes esquecemos. Obrigado.

Me transportei ao meu passado, quando era criança. Parabéns pelo belo trabalho. Procurando demonstrar a realidade vivida aqui por muitas famílias, me sinto orgulhoso de fazer parte desta história e de poder ajudar de alguma forma de mudar esta realidade.²⁵

Se, para os moradores, o sentimento era de valorização individual e da localidade – logo coerente com os objetivos propostos e assumidos pela direção do museu – é possível perceber, nos comentários dos leitores do jornal *on line*, também disponíveis na apresentação, as disputas por uma memória da cidade, nas quais as favelas não estariam incluídas ou não deixariam de ocupar o estigmatizado lugar que lhes caberia. Sob esse prisma, os leitores reduziram a favela a uma imagem homogênea e negativa, símbolo de tudo que não deveria existir:

Esse negócio de glamourizar favelas em vez de promover a sua extinção via remoções ou reurbanização levou o Rio à situação que se vê hoje. Comentário de The Talking Cricket — 9/05/2006

A moda da glamourizacao se apoderou desse pais, elevam qualquer coisa a categoria de arte ou de cultura. ignorancia eh glamourizada, pobreza eh glamourizada, favelas eh glamourizada, falta de estudo eh glamourizado, estilo de vida do trafico eh glamourizado.

com eh mais facil arranjar conotacoes culturias pra todas essas mazelas do que realmente tentar elimina-las, os politicos ficam com a primeira opcao... Comentário de abstrato — 9/05/2006

²⁴ SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da e VIEIRA, Antônio Carlos Pinto (CEASM). “A experiência do Museu da Maré”. Apresentação realizada em 11/10/2006, no ciclo Memória & Informação, promovido pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=23&ID_M=419>, acesso em 22/03/2012.

²⁵ CEASM. “A experiência do Museu da Maré”. Comentários de autores não identificados registrados na apresentação de Cláudia Rose Ribeiro da Silva e Antônio Carlos Pinto Vieira, realizada em 11/10/2006, no ciclo Memória & Informação, promovido pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <www.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=23&ID_M=419>, acesso em 22/03/2012.

Que lembranças terríveis são essas q as pessoas querem tanto guardar na memória. Morar em palafitas, sem rede de esgoto e inúmeras dificuldades enfrentadas. Sem contar o q já foi dito anteriormente. Com a insegurança predominante nas favelas, quem irá visitar esse museu? Comentário de isaias — 10/05/2006²⁶

A crítica – talvez pertinente – sobre a utilização de produtos e eventos associados à favela por um consumo dito alternativo ou até mesmo pelo consumo de luxo, de transformação em mercadoria ou de espetacularização midiática da pobreza não parecia ser o objetivo dos comentários acima.²⁷ O incômodo dos leitores com a afirmação da identidade positiva da favela e de seus moradores gerou a repetição dos mesmos clichês que desqualificam determinados grupos populacionais, supostamente incapazes de produzir conhecimento, opinião, arte e história; que não reconhecem e negam sistematicamente que esses mesmos grupos sejam produtores de cultura e sujeito de direitos – direito à cidade, à moradia, à memória, à expressão no espaço público. Inseridas em relações desiguais de poder, restariam a essas memórias o silêncio ou o esquecimento.²⁸

A página do Museu da Maré na internet reafirma a intenção de fazer esse contraponto, construindo novas histórias e dando visibilidade a novas memórias:

A intenção do Museu da Maré é romper com a tradição de que as experiências a serem rememoradas e os lugares de memória a serem lembrados são aqueles eleitos pela versão oficial, “vencedora”, da história e por isso, uma versão que limita as representações da história e da memória de grandes parcelas da população. Por isso, o Museu da Maré, como uma iniciativa pioneira no cenário da cidade, se propõem a ampliar o conceito museológico, para que este não fique restrito aos grupos sociais mais intelectualizados e a espaços culturais ainda pouco acessíveis à população em geral. A favela é lugar de memória e por isso nada mais significativo do que se fazer uma leitura museográfica a partir de tal percepção.²⁹

Ao mesmo tempo, ao apresentar a “história da Maré”, os organizadores do site fazem um movimento de “sair da história da favela” e da referência das lutas, memórias e experiências vividas dos grupos sociais que ocuparam a Maré desde o período em que

²⁶ Idem.

²⁷ Sobre a construção de uma imagem da favela como “local da autenticidade e exotismo” para favorecer o turismo nestes espaços, ver FREIRE-MEDEIROS, Bianca. A favela que se vê e que se vende: reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. [online]. 2007, vol.22, n.65, p. 62. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092007000300006&script=sci_arttext>, acesso em 14/04/2012.

²⁸ GRUPO MEMÓRIA POPULAR; HUGHES, H.; KHOURY, Y. Aun. (trads). Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’Água, 2004. MACIEL, Laura Antunes. O direito ao passado: memória e cidadania. In: *Caderno de resumos do IX Cidade Revelada - Encontro sobre Patrimônio Histórico*. Itajaí - SC: Editora Maria do Cais, 2006.

²⁹ Ver Museu da Maré – “Uma proposta inovadora”. Disponível em <www.museudamare.org.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=54>, acesso em 18/07/12.

a área foi considerada “favela” (a partir dos anos 1950) e dão lugar a um relato que trata das diferentes ocupações e usos daquele espaço geográfico antes da existência da favela. Na seção “A História da Maré”, o texto apresentado no site recua aos séculos XVII e XVIII, quando a área integrava uma grande fazenda, e ao início do século XX, quando ocupada por colônias de pescadores próximas aos portos de Inhaúma e da praia de Maria Angu.³⁰

Em 2007, devido a conflitos internos no CEASM, parte de sua equipe fundou a ONG Redes de Desenvolvimento da Maré, localizada na Nova Holanda, que também constituiu um Núcleo de Memória e Identidade da Maré, envolvendo jovens moradores da localidade, estudantes de nível médio e universitário, na realização de entrevistas com antigos moradores de todas as favelas do Conjunto e em levantamentos de documentos e matérias de jornais sobre elas. Por meio do edital “Memória, Patrimônio, Pesquisa e Publicação – Edição 2010”, da Secretaria de Estado da Cultura do Rio de Janeiro e do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), a Redes lançou, em junho de 2012, o primeiro volume da série “Tecendo Redes de Histórias da Maré”, o livro *Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda*.

O livro foi prefaciado por Jailson de Souza e Silva, ainda ligado ao Observatório de Favelas e agora a Redes da Maré³¹ (as duas instituições são parceiras), que questionou o lugar de “inadequação” atribuído às favelas e sua definição como área estranha à cidade ainda hoje, 50 anos depois da criação da Nova Holanda pelo governo de Carlos Lacerda como um Conjunto Habitacional Provisório – que receberia moradores de favelas removidas da zona sul e da zona norte para uma “reeducação” antes de serem transferidos para conjuntos habitacionais construídos pelo governo –, e mais de meio século depois dos primeiros estudos voltados a “solucionar o problema favela”. Quanto às “interpretações e descrições” destes espaços e seus moradores, escreveu:

³⁰ Museu da Maré - a “História da Maré”, disponível em <www.museudamare.org.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=96&Itemid=115>, acesso em 21/07/12.

³¹ Eliana Sousa, da direção geral da Redes da Maré e esposa de Jailson, foi uma das lideranças que renovou a Associação de Moradores e Amigos da Favela Nova Holanda, em 1984, até então sob controle da Fundação Leão XIII que, na década de 1960, integrada à estrutura do governo da Guanabara, retomou forte atuação nas favelas da cidade. Aos 22 anos, Eliana integrou a Chapa Rosa, que contava com a participação de várias mulheres, e venceu as eleições para a associação, assumindo como primeiras metas a obtenção de títulos de propriedade dos terrenos para os moradores, a construção de uma creche e a luta para a instalação de escolas na favela.

De fato, a construção da história das favelas se insere no âmbito de uma disputa política sobre o sentido dos territórios populares e suas inserções na cidade. (...)

As favelas, todavia, podem ser pensadas sob outras perspectivas. Nesse caso, cabe considerar, em primeiro lugar, sua condição de território constituinte da cidade. A afirmação de que a ‘favela é cidade’ implica reconhecer seu direito de existir, de ser vista como um espaço central para a construção da identidade urbana carioca, dentre outras, e o direito de seus moradores terem acesso a políticas públicas de qualidade, que superem os precários indicadores urbanos que, em geral, as caracterizam.³²

O livro trata das origens da Nova Holanda como conjunto habitacional provisório, o autoritarismo e a violência das políticas de remoção e seus reflexos sobre as vidas dos moradores transferidos para a localidade. Nos trechos publicados dos depoimentos, os moradores não deixaram de tocar em temas sensíveis – como a “malandragem” de antigamente e a violência atual, ainda que, por vezes, se utilizando de “meias palavras” e lamentando a perda da “tranquilidade”. Sobre este tema, um dos organizadores do livro e um dos diretores da Redes, o professor Edson Diniz, informou, em uma matéria na página do jornal *O Dia* na internet, sobre as dificuldades de os moradores abordarem o assunto em seus depoimentos em função do medo de represália dos traficantes.³³

Assim como estes projetos de memória na Maré, desenvolvidos por duas ONGs locais e formadas por moradores, ex-moradores e colaboradores externos, a proposição de outras versões além da versão oficial sobre as favelas esteve presente em um projeto sobre a história e a memória de Vigário Geral. Referindo-se à perspectiva de uma “história vista de baixo”, a historiadora e professora da UFRJ, Maria Paula Araújo, e o coordenador de projetos da organização não-governamental Grupo Cultural Afroreggae³⁴, Ecio Salles, apresentaram a concepção de um livro sobre a memória e a história de Vigário Geral.³⁵ Segundo Maria Paula Araujo, a ideia do livro surgiu a partir

³² SILVA, Jailson de Souza. Prefácio. In: DINIZ, Edson; BELFORT, Marcelo Castro; e RIBEIRO, Paula. *Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda*. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012.

³³ MORETTI, Lucas. “Livro resgata origem e crescimento de comunidade da Maré”, 03/07/12. Disponível em <<http://odia.ig.com.br/portal/diversaoetv/livro-resgata-origem-e-crescimento-de-comunidade-da-mar%C3%A9-1.458433>>, acesso em 21/07/12.

³⁴ Criado em 1993, a partir de um jornal comunitário com notícias sobre eventos culturais, o Grupo Cultural AfroReggae é uma organização com grande visibilidade institucional, no Brasil e no exterior, no desenvolvimento de projetos articulando arte e inclusão social. Atualmente, além de Vigário Geral, a organização não-governamental desenvolve projetos em Parada de Lucas, Complexo do Alemão, Cantagalo (Rio de Janeiro) e Nova Era (Nova Iguaçu). Ver <www.afroreggae.org/memoria>.

³⁵ Publicado em 2008, o livro teve o patrocínio da Petrobras, com apoio da Lei de Incentivo à Cultura e de pesquisadores sobre o tema das favelas, como Regina Novaes, do ISER. A publicação integra um dos dez volumes da Coleção “Tramas Urbanas”, da Editora Aeroplano, focada, segundo as editoras, na produção cultural das “periferias brasileiras – periferia urbana, periferia social”. De acordo com o texto sobre a Coleção – não assinado – a intenção dos organizadores era divulgar essa produção cultural e favorecer o diálogo entre artistas e intelectuais originários dessas periferias com outros que não eram. “Seus organizadores se propõem a divulgar o trabalho de intelectuais dessas comunidades que “pela primeira

de uma entrevista com o coordenador executivo do AfroReggae, José Junior, como etapa de uma pesquisa desenvolvida pelo Departamento de História da UFRJ com lideranças comunitárias envolvidas em projetos artísticos voltados à inclusão social. A partir da realização de entrevistas com moradores mais antigos que iniciaram a organização da comunidade, intitulados pelos autores do livro como “Pioneiros”, e do acesso aos acervos pessoais dos entrevistados, os autores do livro chamaram a atenção para a precariedade de registros históricos relacionados à história das favelas quando saímos do campo das políticas oficiais voltadas para elas. Esta situação foi enfrentada não apenas em Vigário Geral, mas também para a formação do Museu da Maré e no Condutores(as) de Memória.

Em termos de documentação, muitas das experiências de mobilização – formação de comissões, manifestações, redação de abaixo-assinados – não foram registradas ou tiveram poucos registros, principalmente as mais antigas, e, à sua época, alcançaram pouca visibilidade. Ontem como hoje legalizar uma associação ou um grupo é um processo burocrático, que exige algum conhecimento e que demanda recursos financeiros, nem sempre disponíveis, o que certamente impactou na produção de documentos sobre essas instituições. Dispersos em meio à documentação oficial, telegramas, abaixo-assinados, ofícios e cartas e outros registros permitem contar apenas pequenos trechos de tantas lutas. De outra parte, as cópias da documentação enviada pelas associações de moradores aos órgãos públicos ou de recortes de jornais sobre as mobilizações sofreram muitas perdas por diversos motivos. Em uma ida à FAFERJ em maio de 2009 para buscar materiais sobre as antigas associações afiliadas, fui informada de que muitos ex-diretores da Federação haviam levado consigo a documentação da entidade, o que também acontece nas associações locais. A documentação passa a ser privada e não pública – o que ora favorece sua dispersão ora sua preservação.³⁶ Além

vez na nossa história, interpelam, a partir de um ponto de vista local, alguns consensos questionáveis das elites intelectuais”. *História e Memória de Vigário Geral, op.cit.*, página não numerada. Na apresentação da publicação, os autores do livro ilustram essa concepção: “Assumimos que este trabalho é fruto de um profundo envolvimento nosso não só com a favela de Vigário Geral e seus moradores, mas principalmente, como a perspectiva de aprofundar os laços entre a favela e o asfalto – representadas, no caso, por Vigário Geral e pela UFRJ. Assim, ele se soma a muitos outros que têm a mesma preocupação: contribuir para a superação da dicotomia ainda existente entre favela e “cidade formal” e para a construção de uma cidadania ampla, republicana e inclusiva.”. ARAUJO, Maria Paula e SALLES, Ecio. Apresentação. *História e Memória de Vigário Geral, op.cit.*, p. 15. Pela Coleção Tramas Urbanas, foi publicado ainda, em 2007, um livro sobre o portal Viva Favela, do Viva Rio.

³⁶ Cito um exemplo: uma ex-presidente da Associação de Moradores do Morro da Fé (no bairro da Penha) afirmou em uma conversa que mantivemos em março deste ano que, ao deixar a associação, levou consigo muitos documentos. Ela temia que o novo presidente, com quem tinha sérias divergências, destruísse a documentação apenas como “revanche”.

disso, em conversas informais com atuais ou ex-moradores de favelas, muitas pessoas informaram que, sim, havia documentos e fotos “antigos”, mas que devido a inundações, precárias condições das sedes das instalações ou fugas em momentos de repressão política contra as lideranças, muita coisa havia sido destruída.³⁷

Para lidar com essas questões, estes projetos de memória se estruturaram a partir de uma “rede de indicações”, em que moradores lembravam e indicavam outros que poderiam contar as histórias, confirmar nomes e datas, ter fotos. Essa estratégia, amplamente utilizada pelas experiências, gerou um processo local de mobilização de pessoas pelo “lembrar”. Desta forma foi possível, levantar informações sobre os diferentes acontecimentos e suas versões, fotografias e materiais que espontânea e orgulhosamente foram levados para o registro e para ajudar a lembrar.

“Histórias sufocadas”

É relevante perguntar que memória popular há nas favelas, quais suas formas de produção e como elas estão relacionadas aos discursos dominantes sobre estes espaços.³⁸ Ao pensar a si mesmos e aos demais moradores das favelas como sujeitos sociais que têm história e possuem legitimidade para falar sobre ela, os organizadores destes projetos entram em uma disputa desigual sobre as interpretações e definições

³⁷ Uma história relatada pela viúva de Abdias José dos Santos, presidente do Conselho de Representantes da FAFEG em 1967 e 1968, Noêmia dos Santos, em novembro de 2011, dá uma dimensão clara dos tipos de pressão sobre as memórias populares ou de resistência. Muitos materiais e documentos da Associação do São Carlos e da FAFEG, guardados por Abdias, desapareceram quando ele teve que fugir do morro devido à repressão militar. Segundo Noêmia, “uma pessoa” pegou e desapareceu com os documentos em função de “segurança”. Na casa da família, no bairro Maria Paula, na cidade de São Gonçalo, onde há uma rua com o nome do ex-líder comunitário e ex-líder sindical, há centenas de documentos mais ou menos organizados por Abdias antes de sua morte, em 2009, mas todos relacionados à sua militância e atuação no Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, já nos anos 1980. Há apenas um documento sobre sua atuação como líder dos moradores no Centro Social do Morro de São Carlos, fundado em 15/05/1960: um ofício sobre o funcionamento de uma escola comunitária. Na internet, é possível encontrar informações sobre homenagens a Abdias feitas pelos sindicatos que participou, com referência a sua participação na fundação do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores no Rio de Janeiro, mas apenas a matéria do Favela Tem Memória aborda sua luta pelos direitos dos moradores de favelas.

Da mesma forma, em entrevista à Nísia Trindade Lima, os membros da FAFEG informaram que quando da intensificação da repressão em 1967/68 se desfizeram de vários documentos que pudessem comprometê-los. LIMA, Nísia Trindade. *O movimento de favelados...*, *op.cit.*, p. 193.

³⁸ Os autores do Grupo de Memória Popular também indicam a necessidade de atenção a práticas sociais relevantes para a produção da memória social, entre elas, a “escrita profissional da história”, a história acadêmica, a produção historiográfica profissional. Neste sentido, o levantamento de Lícia Valladares sobre a produção de historiadores sobre favela até o início do ano 2000 é revelador. Por um período considerável, essa relação foi marcada pelo silêncio. Ver GRUPO MEMÓRIA POPULAR. *Memória popular: teoria, política, método*. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

construídas sobre as favelas, dando – ainda que limitada – visibilidade a outras formas de compreensão e apropriação da cidade.

Como nos indicam Richard Johnson e Graham Dawson, baseados no trabalho do Grupo Memória Popular, realizado na Inglaterra em 1979 e 1980:

(...) o estudo da memória popular (...) é necessariamente um estudo *relacional*. Deve-se incluir tanto a representação histórica dominante no âmbito público quanto procurar ampliar ou generalizar experiências subordinadas ou privadas. Como todas as disputas, deve ter dois lados. Nos estudos concretos, memórias privadas não podem ser facilmente desvinculadas dos efeitos dos discursos históricos dominantes. Muitas vezes são estes que suprem os próprios termos através dos quais uma história privada é pensada. Memórias do passado são, como todas as formas de senso comum, construções singularmente complexas parecendo um tipo de geologia, sedimentação seletiva de vestígios do passado.³⁹

Como vimos, desde o registro das primeiras favelas, as memórias dominantes ganharam destaque no espaço público e passaram a se afirmar também por meio de estudos, análises e pesquisas, que instituíram para si um lugar de autoridade, construindo ideias e valores, silenciando as ações dos moradores de favelas e negando seu pertencimento à cidade. Muitas dessas construções – a favela como local da miséria, da violência, da ilegalidade – permanecem cristalizadas em determinadas concepções a que uma parcela da sociedade recorre ainda hoje, como demonstraram os comentários dos leitores da notícia *on line* sobre o Museu da Maré. É também a partir destas referências que os moradores de favelas constroem sua memória, buscando a afirmação de valores, temas e definições que possam confrontar tantos estigmas.

É com esta forma desigual de se fazer representar e ser conhecidas que estas experiências de projetos de memória tiveram/têm que lidar. A história (ou as histórias) das favelas é “uma história sufocada”, “não é a história ensinada nas escolas. São as nossas falas”, escreveu Antônio de Oliveira Lima, presidente licenciado da União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha (UPMMR), na apresentação do *Varal de Lembranças: histórias e causas da Rocinha*, em 1983.⁴⁰

O levantamento de outras memórias sobre as favelas aconteceu sempre em diálogo com representações marcadamente negativas. Construir memórias a partir dos próprios moradores é sair da referência do “outro” e criar discursos sobre si mesmos. É nesta relação que estas experiências sobre a memória das favelas afirmam e selecionam

³⁹ GRUPO MEMÓRIA POPULAR. Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

⁴⁰ In: SEGALA, Lygia; SILVA, Tânia Regina (org.). *Varal de Lembranças: histórias e causas da Rocinha*, p. 9. Trataremos desse livro adiante.

os valores, as experiências, os “causos” e as pessoas que pretendem sejam identificados com seus locais de moradia.⁴¹ As duas iniciativas tratadas anteriormente frisaram a autoafirmação e valorização de uma identidade positiva tanto a dos moradores quanto a do espaço em si, fazendo referência a características como coragem, capacidade de organização, criatividade e também à legalidade na ocupação da favela, quando era o caso.⁴² Nos discursos de seus coordenadores e nas publicações que lançaram, esses projetos de memória foram apresentados também a partir de um lado afetivo na relação com aqueles espaços e na busca de histórias de orgulho, de conquistas, de reafirmação da positividade das lutas e das vidas dos moradores de favelas – dos mais velhos às novas gerações.

Como a luta pelos conceitos e termos está inserida nessas relações desiguais de poder e disputas de significados, a definição de favela ainda está em pauta, com a ampliação da participação dos moradores de favelas no debate sobre o tema.⁴³ Cito, por exemplo, a atuação do Observatório de Favelas e a organização em 2009 de um seminário e de uma publicação com o título *O que é favela, afinal?* e o trabalho realizado pela Agência de Notícias das Favelas, que consiste em um site (e páginas nas “mídias sociais”) com artigos e notícias sobre estes espaços. Além das inúmeras páginas na internet mantidas por associações, ONGs e outros grupos formados por moradores de favelas, com notícias institucionais, notícias sobre as favelas e textos de opinião sobre políticas (ou a falta delas) direcionadas às favelas, com a perspectiva de oferecer novos pontos de vista sobre o cotidiano dos moradores.

⁴¹ Em 2004, a antropóloga Dulce Pandolfi, uma das diretoras do IBASE e debatedora no seminário “A memória das favelas”, afirmou que as diversas iniciativas de valorização das memórias dos moradores de favelas cariocas estavam fazendo vir à tona uma “memória subterrânea”, que poderia se contrapor à “memória oficial” da cidade. PANDOLFI, Dulce. “História e identidade: a gestação de uma rede de memória das favelas cariocas”. *A memória das favelas*, Comunicações do ISER, p. 28. Sobre o tema da “memória subterrânea”, ver POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, vol. 2, nº 3, 1989.

⁴² Em um dos trechos de seu depoimento, seu Genival de Oliveira, um dos moradores entrevistados pelo Núcleo de Memória e Identidade da Maré, da Redes, contou: “Eu tenho o papel da casa: 1970. O registro de moradores. Que é a C.A.B, BNH, o documento original que garante a posse da casa. Isso foi na época de um projeto trazido para a favela pelo presidente João Figueiredo.” In: DINIZ, Edson; BELFORT, Marcelo Castro; e RIBEIRO, Paula. *Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda*, op.cit., p. 123.

⁴³ A Agência de Notícias das Favelas foi criada pelo jornalista André Fernandes, com o objetivo de “democratizar a informação de modo geral, não apenas veiculando notícias das favelas para o mundo, mas sobretudo estimulando a integração e a troca de informações entre as favelas, sempre com a finalidade de melhorar, por meio da formação de uma ampla frente popular, a qualidade de vida do povo, pois acreditamos que um mundo melhor é possível”, ver <www.anf.org.br/editorial/>.

Em 13 de maio de 2012, a página principal da Agência de Notícias das Favelas, que apresenta o *slogan* “a primeira do mundo”, veiculou o seguinte texto assinado por André Fernandes, fundador da agência:

FAVELAS OU COMUNIDADES? Existe uma vida comunitária na favela, mas favela é favela e comunidade é comunidade! Favela só deixa de ser favela quando tudo o que é inerente a cidadania de quem vive no bairro de Ipanema é exatamente igual ao cidadão de Vigário Geral ou Vidigal. Comunidade é um termo utilizado ultimamente, principalmente pela grande mídia e pelas elites, creio eu, com um propósito de esconder justamente as desigualdades sociais desses lugares pobres, que ainda estão muito longe de serem de fato comunidades no sentido que vem se tentando apresentar. Só para corroborar esse pequeno pensamento, lembro que os condomínios de luxo da zona sul são comunidades...então, o que leva a elite ou a grande mídia a chamar as favelas de comunidades? Será que é a mesma coisa? O que se tenta esconder?⁴⁴

Retomo a discussão do Grupo Memória Popular para chamar a atenção sobre a produção das memórias sobre favelas a partir das narrativas e lembranças pessoais dos moradores construídas a partir do próprio trabalho do lembrar, que está vinculado não ao passado, mas ao presente:

A memória é, por definição, um termo que chama a nossa atenção não para o passado, mas para a *relação passado-presente*. É porque ‘o passado’ tem esta existência ativa no presente que é tão importante politicamente. Como ‘o passado’ – morto, acabado, ou somente *subsumido* no presente – é muito menos importante.”⁴⁵

É nesse sentido que a memória é apropriada: contribuir para confrontar estigmas que persistem ainda no presente.⁴⁶ No caso específico da Maré, os próprios

⁴⁴ FERNANDES, André. *Favelas ou comunidades?*, 13/05/2012. Disponível em <www.anf.org.br/2012/05/favelas-ou-comunidades-2/>, acesso em 13/05/12.

⁴⁵ GRUPO MEMÓRIA POPULAR. *Memória popular: teoria, política, método*. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs), *Muitas memórias, outras histórias, op.cit.*, p. 6.

⁴⁶ Um caso muito atual de combate à remoção de uma área pobre, embora não reconhecida como “favela” por seus moradores que a chamam de “comunidade”, ilustra esta importância política da memória. O Museu do Horto, uma iniciativa da Associação de Moradores e Amigos do Horto, tem como objetivo divulgar “a história da comunidade do Horto Florestal e seus tradicionais moradores”. A comunidade é apresentada na página do Museu na internet como formada a partir de descendentes de escravos de engenhos de cana de açúcar e fazendas de café então existentes na região. Desde meados do século XX, no entanto, a área começou a ser ocupada por operários que trabalhavam em fábricas ali localizadas. A permanência de uma comunidade pobre em uma área altamente valorizada não tem sido tranquila e o conflito vem se intensificando, com constantes ameaças de remoção e uma disputa fundiária, envolvendo os moradores da localidade e sua associação, a mídia, o Instituto Jardim Botânico e a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico. Os moradores da comunidade do Horto têm sido acusados de “invadir” terras pertencentes ao instituto e de praticar crimes ambientais.

As disputas se dão em diversos níveis – um dos ex-moradores da comunidade é o deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, Edson Santos, e as referências sobre o caso no jornal *O Globo* por vezes aproveitam para fazer oposição ao partido – e a memória dos moradores é instrumento de luta para reafirmar a legitimidade de sua ocupação e, sobretudo, sua tradição naquele local, com inúmeras referências aos muitos anos de ocupação e a uma “memória ancestral”. Nas páginas tanto do Museu quanto da Associação de Moradores e Amigos do Horto, contar as diferentes fases de ocupação –

coordenadores da Rede Memória afirmavam a tentativa de criar a ideia de um bairro e de uma identidade “mareense”, um cidadão que merecia direitos iguais aos demais da cidade, em um contexto em que o “título” de bairro não propiciou políticas públicas de qualidade.⁴⁷

A discussão recoloca em pauta a ressignificação da palavra favela. Em 2003, participando do seminário sobre a memória das favelas promovido pelo ISER, Jailson Souza e Silva⁴⁸ afirmou que a utilização de “favela” revelava uma insistência de grupos mais ligados à esquerda, com a qual os moradores não mais se identificavam. Apesar disso, sua organização mantém o nome de Observatório de Favelas e seus textos atuais continuam problematizando a dicotomia favela-cidade. Nas memórias que os moradores vão construindo, a preferência pelo uso de comunidade é frequente em muitos depoimentos. É possível notar, no entanto, que tanto a manutenção do uso de “favela”, por alguns, quanto a reivindicação do uso de “comunidade” para outros representam um processo semelhante: criar outras relações sociais e outros entendimentos, articulando o reconhecimento das lutas e dos direitos e chamando atenção para as práticas que buscaram mantê-los à margem da cidade e da cidadania.⁴⁹

recorrendo para o tempo da ocupação como algo que garante o direito de permanecer na área, assim como tantos moradores de favelas já fizeram em outras iniciativas – foi a estratégia utilizada para denunciar a violência e os interesses relacionados às ameaças de remoção. Para isso, era preciso construir essa memória coletiva e o Museu surgiu, em 2000, como uma iniciativa da Associação de Moradores e Amigos do Horto (AMAHOR): “A AMAHOR percebeu que trabalhar historicamente as memórias da comunidade serve para (re)afirmar a sua identidade para fins políticos e criar ações e projetos que fortaleçam a sua pertença cidadã e a capacidade de resistência frente a interesses externos e alheios que interfiram na dignidade de vida de sua histórica população”. MUSEU DO HORTO, cf <www.museudohorto.org.br/Quem_Somos>, acesso em 22/07/12. Ver ainda: SANTOS, Edson. “Não à remoção dos moradores do Horto Florestal do RJ”, s/d. Disponível em: <www.museudohorto.org.br/5120?acervoId=0>, acesso em 22/07/12, e AMAHOR. “Memória ancestral da comunidade do Horto”, s/d. Disponível em: <www.amahor.org.br/Mem%C3%B3ria_Ancestral_da_comunidade_do_Horto>, acesso em 22/07/12.

⁴⁷ A nova classificação pautava-se em critérios como o oferecimento de serviços básicos “idênticos aos desfrutados por moradores do asfalto”, conforme o texto publicado no site do jornal *O Globo*, que publicou a notícia. O presidente do Instituto Pereira Passos, órgão responsável pela reclassificação em conjunto com a Secretaria Municipal de Habitação, Ricardo Henriques, declarou: “O que nós queremos é promover uma reflexão sobre o conceito de favela. O caso da Providência (no Centro) é bem ilustrativo. Ela será reurbanizada e daqui a pouco não haverá sentido de classificá-la assim. E isso sem prejuízo da história, da tradição e da identidade da Providência (considerada a primeira favela do Brasil).” Sintomaticamente, a manchete da matéria não falava no fato de a cidade *ganhar* “novos bairros”, mas *ganhar* “ex-favelas”. O GLOBO. “Cidade do Rio ganha 44 ex-favelas”, 29/05/11. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/cidade-do-rio-ganha-44-ex-favelas-2764079#ixzz21JpmzdUB>>, acesso em 20/07/12.

⁴⁸ SILVA, Jailson de Souza e. “Memória e identidade: as comunidades populares em uma cidade plural”. *A memória das favelas*. Comunicações do ISER, 2004.

⁴⁹ Sobre esta discussão, ver também *Com a palavra, os moradores! Pesquisa qualitativa em comunidades e bairros da Grande Tijuca*. Rio de Janeiro: IBASE: Agenda Social Rio, 2000, p. 11.

Para alguns moradores entrevistados, as melhorias urbanas e os serviços existentes nas favelas e outras transformações pelas quais muitas destas localidades passaram indicam que elas não são mais favelas. Assim, Epídio Cabral, morador do Parque Rubens Vaz (Maré), em 2004, e Marina dos Santos, moradora do Complexo do Alemão, em 2005, afirmaram:

Precisamos de três coisas aqui na Maré: um estádio, um banco e uma rodoviária. A Rocinha tem tudo isto e nunca teve problema. Apresentei essa idéia [quando foi presidente da associação de moradores do Parque Major Rubens Vaz entre 1985 e 1990], mas uns caras vieram logo me malhar: 'Banco dentro da favela?'. Isso aqui não é favela há muito tempo. Uma meia dúzia que faz isto de favela, mas não é mais favela não! Favela era quando tinha palafitas.⁵⁰

Aqui era favela porque as casas não tinham número, não tinha nome de rua, mas agora está bom: as casas têm número e nome de rua e as pessoas se acham cidadãs, né? O morador da favela quanto mais faz, mais quer. Não procuram entender que quem sabe fazer faz e eles só sabem falar, botar defeito em tudo.⁵¹

Não há consenso sobre esta questão, que indica a força da construção estigmatizada sobre estes espaços populares. José Martins de Oliveira, fundador e primeiro presidente da Associação de Moradores do Bairro Barcelos (AMABB), uma área da Rocinha, declarou ao site *Favela Tem Memória*:

Não faz diferença para mim uma coisa e outra [bairro ou favela]. A diferença para mim seria em relação à infraestrutura. A diferença se dá quando você tem acesso aos serviços básicos de um bairro. Desde saneamento à saúde.

É brincadeira chamar a Rocinha de bairro com várias valas a céu aberto, sem pavimentação nas ruas! Então, não justifica ser bairro, o título, por si só, não interessa. Não sei se alguém acha interessante ser bairro. Como disse, mais vale a infra-estrutura do que o título.⁵²

Os depoimentos também relacionam diretamente as mudanças significativas, mais próximas aos serviços oferecidos nos bairros, à própria luta dos moradores. No que há muita razão: muitas das obras de infraestrutura nas favelas, ainda que com recursos governamentais, foram realizadas pelos próprios moradores. Em alguns casos, até

⁵⁰ “Linha dura, coração mole”, 18/06/2004, Depoimento de Epídio Cabral a Cláudio Pereira, Favela Tem Memória. Disponível em: <www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=91&sid=2&from_info_index=11>, acesso em 16/05/10.

⁵¹ “Minha vida de madame”, 31/08/2005, Depoimento de Marina dos Santos a Bete Silva, Favela Tem Memória. Disponível em: <www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=125&sid=2>, acesso em 16/05/10.

⁵² “De olho na política”, 01/05/2005, Depoimento de José Martins de Oliveira a Edu Casaes, Favela Tem Memória. Disponível em: <www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=122&sid=2>, acesso em 16/05/10 e 12/05/12.

mesmo parte dos custos financeiros eram assumidos por eles, como vimos no caso da atuação do SERFHA na Catacumba. José Martins de Oliveira resumiu:

A Rocinha conseguiu suas melhorias através de muitas lutas que faziam com que o poder público entrasse para contribuir. O Projeto Mutirão (limpeza de valas), por exemplo, foi uma coisa que envolveu muita gente na comunidade, no final da década 70 e início da década de 80, foi puxado pela Igreja Católica e a comunidade abraçou.

Se fosse contar a história da comunidade iam ver como as lutas dos moradores jamais poderiam ser esquecidas. Tem muitas pessoas que valem a pena ser lembradas, como José Paulino - o Manjar, a viúva do finado Araújo, que foi o primeiro presidente e fundador da União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha (UPMMR), Dona Silvana, que também foi presidente de uma chapa de mulheres em 1976.

A UPMMR foi fundada em 1963. Outros tantos se destacaram, como o padre Cristiano, que puxou os mutirões através da Igreja Católica.⁵³

As disputas no espaço público, porém, ainda continuam sendo travadas. O desafio de todos esses trabalhos é o reconhecimento, dentro e fora da favela, de que falar dessas lutas é “história”, mas também apostar em uma memória mais positiva como capaz de manter a força necessária para fazer de seus locais de moradia espaços melhores para se viver. Neste sentido, por exemplo, houve a escolha sobre falar ou não da violência, um tema hoje intensamente associado às favelas e um poderoso gerador de estigma. O Condutores(as) de Memória, por exemplo, priorizou outros conteúdos ao selecionar os trechos de depoimentos que comporiam o texto final das *Histórias das Favelas da Grande Tijuca contadas por quem faz parte delas*. O Museu da Maré, no entanto, não se privou da discussão e um dos “tempos” relacionados à forma como o museu conta a história da localidade é o “tempo do medo”, no qual estão incluídos os perigos da vida sob as palafitas no início da ocupação, as remoções e a “bala perdida” dos conflitos entre traficantes e policiais. O tema da violência também foi uma questão importante debatida em outra experiência sobre a memória das favelas, lançada nos anos 2000, o site Favela Tem Memória,⁵⁴ criado pela organização não governamental Viva Rio.

Memórias como notícias

⁵³ “De olho na política”, 01/05/2005, Depoimento de José Martins de Oliveira a Edu Casaes, Favela Tem Memória. Disponível em: <www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=122&sid=2>, acesso em 16/05/10 e 12/05/12.

⁵⁴ Embora o link para a página principal não esteja mais ativo, é possível acessar as matérias já publicadas pelo site a partir dos links específicos de cada texto ou da digitação de títulos, temas ou palavras-chave das matérias em sites de busca. As últimas publicações são de 2007.

A história e a memória são sufocadas, como disse Antônio Lima, da Rocinha, a partir da criação/repetição de estereótipos ou do processo de tornar invisíveis populações inteiras na chamada “grande imprensa”. Assim, uma “liderança comunitária que buscava uma nova imagem [da favela] na mídia tradicional” teria tido, no início dos anos 2000, a ideia de criação de um site “especializado em favela”.⁵⁵ A afirmação foi feita pela jornalista Cristiane Ramalho no livro *Notícias da favela*, publicado em 2007, como um número da Coleção Tramas Urbanas, assim como o livro *História e Memória de Vigário Geral*. Coordenadora do portal desde seu lançamento em 2001 até 2005, a jornalista registrou no livro o contexto de formação e as atividades do portal Viva Favela!, criado e mantido pela organização não-governamental Viva Rio.

Embora criado por uma ONG com grande visibilidade, recursos financeiros e muitos apoiadores⁵⁶, inclusive da “mídia tradicional”, o portal não fazia parte dela. Assim, como afirmou Cristiane, “Sem compromisso com a lógica do mercado, o portal podia ainda dar aos que vivem na favela uma rara oportunidade de se expressar”.⁵⁷ Desta forma, o objetivo apresentado por sua ex-coordenadora para o portal Viva Favela! era “desconstruir a imagem limitada, equivocada e distante que grande parte da sociedade faz dessas comunidades.”⁵⁸ A favela – como tema de reportagens e notícias produzidas por jornalistas profissionais e quinze correspondentes comunitários, moradores de favelas com experiência em projetos de comunicação social – virou o centro do que a jornalista classificou como uma “uma espécie de jornalismo inédito no Brasil na medida em que tenta, justamente, trazer da favela uma visão que a própria favela está produzindo”.⁵⁹

Na mesma publicação, Cristiane Ramalho atribuiu a concepção de um dos sites do portal Viva Favela – o Favela Tem Memória, lançado dois anos depois do portal – às pesquisadoras do Instituto de Estudos da Religião (ISER)⁶⁰ Regina Novaes, professora

⁵⁵ RAMALHO, Cristiane. *Notícias da favela*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007, p. 197.

⁵⁶ Esta publicação também contou com o patrocínio da Petrobras, com o apoio da Lei de Incentivo à Cultura, da Fundação Roberto Marinho, do SESC - Rio de Janeiro e do Instituto Contemporâneo de Projetos e Pesquisa (organização da sociedade civil envolvida no debate sobre cultura urbana contemporânea”. Ver <http://oinstituto.org.br/?page_id=132>).

⁵⁷ RAMALHO, Cristiane. *Notícias da favela, op.cit.*, p. 18.

⁵⁸ Idem, p. 18.

⁵⁹ RAMALHO, Cristiane. O portal Viva Favela: da favela para a própria favela e para o mundo. *A memória das favelas*. Comunicações ISER, 2004, p. 76. O título da apresentação de Cristiane deve-se à procura de instituições acadêmicas e meios de comunicação do Brasil e de diversos outros países, interessados nas matérias produzidas pelo site. O acervo da primeira fase do portal está disponível em: <www.vivafavela.com.br/acervo>.

⁶⁰ O ISER foi fundado em 1970 em Campinas e transferido para o Rio de Janeiro em 1979, articulando inicialmente pesquisadores e estudiosos que faziam articulação entre a questão religiosa e as ciências

do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Christina Vital da Cunha, professora de Antropologia Cultural da Universidade Federal Fluminense. A ideia de criação de um site sobre memória das favelas havia sido sugerida ao diretor do Viva Rio, Rubem César Fernandes, pelo jornalista Flávio Pinheiro, então consultor do Viva Favela. Ele e Regina Novaes foram os primeiros a listar os temas a serem abordados nas entrevistas e matérias realizadas com os moradores de favelas. O site Favela Tem Memória foi apresentado por seus editores como mais uma das experiências existentes naquele momento – início dos anos 2000 – para “construir a memória das favelas”. Autor da Seção “Aviso aos Navegantes”, o editorial do site, Rodrigo Nogueira escreveu: “Queremos **valorizar as lembranças** dos moradores mais velhos e resgatar experiências coletivas de participação política, associativa ou religiosa. Queremos fazer **circular histórias** do passado para reforçar laços, identidades e sonhos do presente”.⁶¹

Abordar ou não os conflitos violentos se tornava uma decisão a ser tomada com os correspondentes comunitários.⁶² Para Cristiane Ramalho, os correspondentes – moradores das comunidades – “privilegiavam escancaradamente o lado não-violento e cor de rosa de suas comunidades. Muito raramente aceitavam falar sobre violência. Para abordar o tema, foi preciso recorrer aos jornalistas profissionais.”⁶³ O tema havia sido levantado por um dos idealizadores do site, o jornalista Flávio Pinheiro, que não é morador de favela: “Quer dizer, como falar de questões delicadas? Questões delicadas

sociais. Em 1993, a instituição participou juntamente com outros setores da sociedade civil, do processo de criação do Movimento Viva Rio, “como resposta à crescente violência que assolava o Rio de Janeiro”. Atualmente, o Viva Rio é registrado como uma organização da sociedade civil. Disponível em <www.iser.org.br/site/quem-somos/iser> e <<http://vivario.org.br/quem-somos-2/>>, acesso em 18/07/12.

⁶¹ NOGUEIRA, Rodrigo. “Aviso aos navegantes”, *Favela Tem Memória*. Disponível em: <www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=6>, acesso em 16 /05/10. Com financiamento da Petrobras, o projeto contava com as parcerias do Centro Histórico da Rocinha, do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM) e do projeto Megacidades, além da colaboração do Condutores(as) de Memória. Ainda, de acordo com o autor do texto, a primeira etapa do projeto correspondia ao trabalho em cinco comunidades: Alemão, Cantagalo, Cidade de Deus, Maré e Rocinha.

As seções do site traziam imagens, reportagens antigas, dados numéricos, entrevistas e reportagens realizadas pelos correspondentes comunitários (moradores das próprias favelas com experiência nos veículos de comunicação locais) e jornalistas profissionais, informações sobre as origens dos nomes das favelas, depoimentos de moradores sobre suas histórias de vida, um histórico sobre as políticas públicas realizadas (como os Parques Proletários Provisórios e as políticas de remoção) nestes espaços e uma “cronologia dos acontecimentos históricos que afetaram a vida dos moradores das favelas desde o século passado até os dias de hoje”. Disponibilizava ainda imagens do acervo do jornal *Correio da Manhã* sobre favelas cariocas e matérias anteriormente veiculadas pelo Viva Favela.

⁶² Cinco dos correspondentes comunitários se apresentaram no seminário organizado pelo ISER, em 2003, falando de sua experiência no Favela tem Memória: Dayse Lara Sant’Ana (moradora da Cidade de Deus), Cláudio Pereira da Silva (Maré), Elisabete Silva (Complexo do Alemão), José Eduardo Casaes (Rocinha) e Rita de Cássia Pinto (Cantagalo).

⁶³ RAMALHO, Cristiane. *Notícias da favela, op.cit.*, p. 18.

porque envolvem a segurança das pessoas? (...) Eu e Regina Novaes, às vezes, ficávamos nos perguntando: “Caramba, daqui a dez anos vão ler um trabalho sobre memória feito no ano de 2003 e final de 2002 e não tem violência? Ninguém fala de violência!”⁶⁴ Para os moradores correspondentes, o porquê não falar era mais do que evidente: “Não quero ganhar meu salário às custas do sofrimento de ninguém”, afirmou Rita de Cássia, em uma declaração reproduzida no livro de Cristiane Ramalho.⁶⁵

Além da segurança de correspondentes comunitários e de outros moradores, falar de violência é prosseguir nos temas pautados pela grande imprensa e um dos principais motivos de estigmatização atualmente.

Crerios jornalísticos – como atualidade e ineditismo – conduziam a produção de notícias tanto no portal Viva Favela, quanto no Favela Tem Memória. “Mostrar o que as pessoas não conheciam”, como, por exemplo, que o Morro de São Carlos havia abrigado militantes ligados à esquerda durante o regime militar. “Eu não sabia, a cidade não sabe. A imprensa brasileira não sabe. A memória brasileira não sabe. A história brasileira não sabe. Não vi registro ainda disso.”⁶⁶

Os projetos de memória da Rede Memória/CEASM e Favela Tem Memória (Viva Rio) estiveram ancorados em uma perspectiva de dar visibilidade e valorizar as potencialidades de cada localidade. A interação com outros atores sociais, como profissionais e alunos de escolas públicas e privadas, foi buscada como forma de ampliar esse alcance e construir diálogos a partir de novas perspectivas sobre as favelas. Uma das propostas da Rede Memória era a de elaborar livros didáticos sobre as histórias da Maré e a inauguração do Museu teve ampla divulgação. No Condutores(as) de Memória, uma das estratégias do projeto foi a realização de oficinas em escolas públicas e particulares da Grande Tijuca e em instituições localizadas em outras partes da cidade.

Cada escola acordou com as educadoras comunitárias do projeto qual metodologia seria utilizada para trabalhar os informativos e vídeos para alcançar objetivos em comum: possibilitar um novo olhar para a realidade das favelas onde moravam muitos dos alunos daquelas escolas públicas e permitir que eles pudessem conhecer as histórias que suas famílias haviam construído, reconhecendo-as (e a si

⁶⁴ PINHEIRO, Flavio. Para cada dúvida, a busca de uma resposta produtiva. *A memória das favelas*, op. cit., p. 81.

⁶⁵ Rita de Cássia apud RAMALHO, Cristiane. *Notícias da favela*, op.cit., p. 28.

⁶⁶ PINHEIRO, Flavio. Para cada dúvida, a busca de uma resposta produtiva. *A memória das favelas*, op. cit., p. 80. O tema “reação da favela à ditadura militar” foi sugerido pelo historiador Marcos Alvito, que realizou um trabalho de memória no São Carlos, a Flávio Pinheiro.

mesmos) como sujeitos da história. Ruth apresentou da seguinte maneira o objetivo de toda a iniciativa:

Por que o que se mostra da comunidade? Só violência, só coisa ruim. “A comunidade é isso, a comunidade é aquilo. É favelado”. Toda a discriminação se dirige às favelas. Essas não têm nada bom, nunca têm. E a gente precisava mudar isso, mostrando que a comunidade tem coisas boas sim. Tem o morador com suas lembranças, tem sua história de lutas, de conquistas. E, por isso, nós fizemos o projeto.⁶⁷

Embora a maioria das escolas tenha aceitado receber o projeto também houve recusas às educadoras comunitárias do Morro do Borel. Uma diretora de escola alegou que como o morro de onde o projeto vinha e a localidade onde a escola estava situada “pertenciam” a facções diferentes do tráfico de drogas, seria melhor evitar esse trânsito. Recusas menos explícitas que as que Lygia Segala recebeu há quase 30 anos. Os livros infantis com histórias contadas pelas crianças das escolas comunitárias da Rocinha – desdobramentos do *Varal de Lembranças: histórias e causas da Rocinha*⁶⁸ – foram muito utilizados nas escolas locais, mas não tiveram a mesma recepção nas escolas municipais, que recebiam as crianças da Rocinha, mas se localizavam fora da favela.

Orientadoras e professoras, várias delas, comentaram que aquelas histórias falavam de violência, de sujeira, de macumba, eram casos para psicólogos e que não podiam entrar na escola. Foi uma coisa muito impressionante. Cabe dizer que naquela época, os livrinhos ganharam as páginas nos jornais. (...) Mas as escolas municipais de fora do morro olhavam os livros de banda. Uma das diretoras me disse: “Isso me repugna. Não vai entrar na escola”.⁶⁹

Embora as iniciativas para “integrar” a cidade sejam cada dia mais frequentes, a convivência nem sempre é fácil. Como todos os processos sociais, a memória também é atravessada por ambiguidades e contradições. Apesar da rejeição em alguns ambientes, o *Varal de Lembranças* – com as histórias das primeiras ocupações e as lembranças da vida cotidiana, do lazer e da vida associativa dos moradores da Rocinha recolhidas no final dos anos 1970 – foi publicado em 1983 pela Secretaria de Cultura do Ministério da Educação, em um processo que Lygia Segala explicou como a “retomada (...) de

⁶⁷ BARROS, Ruth. Idosos, jovens e mulheres: diálogos para a construção da memória. *A memória das favelas*. Comunicações ISER, p. 21.

⁶⁸ Um dos trabalhos pioneiros na temática da memória de uma favela, o livro *Varal de Lembranças: histórias e causas da Rocinha* foi criado a partir de um trabalho comunitário realizado por Lygia Segala na Rocinha no final dos anos 1970. Organizado por Lygia Segala e Tânia Regina Silva, o livro reuniu o que as pessoas desejavam que “aparecesse no livro”: histórias da chegada na Rocinha, músicas, histórias de vida, mutirões, a participação das mulheres no “trabalho comunitário”, as organizações recreativas locais, os conflitos entre as várias associações locais.

⁶⁹ SEGALA, Lygia. “Varal de Lembranças, histórias da Rocinha: recados para quem for reacender o balão japonês”. *A memória das favelas*. Comunicações do ISER, 2004, p. 41.

discussões sobre cultura popular brasileira, no âmbito de instituições públicas federais”, de “valorização da educação popular, das culturas populares brasileiras, silenciadas, por vezes folclorizadas, no período da ditadura.”⁷⁰ Além do financiamento da edição, a Secretaria de Cultura do MEC, segundo Lygia, estimulou as diretrizes de valorização do trabalho comunitário, de recuperação das várias histórias da localidade. O livro foi utilizado posteriormente como referência para outros trabalhos financiados por aquela Secretaria e que “tinham como objetivo a ‘interação entre a educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no país’”⁷¹. Desta forma, o material saiu da Rocinha e seguiu para outros contextos, de alguma forma semelhantes ao seu, como escolas comunitárias de bairros de periferia ou de favelas na Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão e Minas Gerais.

Se, por um lado, com apoio governamental, de universidades e de organizações internacionais, as iniciativas de projetos de memória demonstraram o prestígio que as favelas e seus moradores alcançaram em determinados contextos, o alcance do contraponto representado por experiências realizadas por moradores de favelas e organizações não-governamentais, com financiamento oriundo de fontes variadas, mas limitado, é pequeno. Frequentemente está reduzido a grupos que fazem trabalhos semelhantes e, eventualmente, a matérias jornalísticas que representam uma parte mínima do noticiário que continua olhando para essas áreas como focos de informalidade, da ilegalidade, da criminalidade.⁷²

Memórias das mobilizações

Frequentemente invisíveis nas histórias e memórias amplamente divulgadas sobre as favelas, as lutas sociais empreendidas por seus moradores surgem como um dos importantes eixos dos projetos de memória tratados aqui. Estas memórias trazem um conjunto de experiências relacionadas ao cotidiano de trabalhadores e trabalhadoras

⁷⁰ SEGALA, Lygia. “Varal de Lembranças...” *A memória das favelas*. Comunicações do ISER p. 37.

⁷¹ Idem, p. 41. No expediente do *Varal de Lembranças: histórias e causas da Rocinha*, há mais informações sobre o projeto da Secretaria de Cultura do MEC, chamado “Interação entre Educação Básica e os Diferentes Contextos Culturais Existentes no País/Memória Social da Favela e Educação Básica”, e apoiado pela Secretaria de Cultura/MEC, EMBRAFILME, FUNARTE, INACEN, INL, PRÓ-MEMÓRIA, FUNDAJ e SEPS, com verba do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação – FNDE. Na capa, na folha de rosto e na ficha catalográfica, a União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha é mencionada como uma das editoras da publicação.

⁷² Como nas décadas de 1950 e 1960, os veículos de comunicação da “grande mídia” têm procurado ressaltar a presença de trabalhadores “honestos” em cuja defesa as “batidas policiais” ou “megaoperações”, para utilizar um termo mais atual, são realizadas.

na cidade, em realidades de poucos direitos, preconceitos, conflitos, exploração, retrocessos, mas também de solidariedade, organização, conquistas e muitas mudanças.

Como vimos, oferecendo muitos significados para “luta”, as histórias de vida relatadas no *Varal de Lembranças: histórias e causos da Rocinha*, nas publicações do Condutores(as) de Memória, no Favela Tem Memória ou ainda no Museu da Maré indicam que viver e superar as dificuldades é considerado sinal de força, persistência, coragem, valores frequentemente lembrados tanto pelos que registram essa memória quanto pelos que a contam. Da mesma forma, outras conquistas – criar bem os filhos, “melhorar de vida”, conseguir substituir o barraco por casas mais confortáveis e seguras – também integram os relatos.

Especialmente nas reportagens do Favela Tem Memória do Viva Rio, a heterogeneidade é uma característica da produção, apesar das muitas vivências comuns a tantos homens e mulheres moradores de favelas. Quando moradores mais velhos contaram sobre seu passado e do lugar em que moram não deixaram de falar de lembranças muitas vezes idealizadas, mas a diversidade de opiniões sobre temas cruciais como associativismo, política, violência e até mesmo preconceito pode garantir um importante contraponto a uma imagem homogeneizante acerca das favelas. Nesta seção, optei por abordar temas mais relacionados às lutas e mobilizações e discussões sobre identidade, um tema intrinsecamente relacionado à memória, deixando de lado questões importantes para a criação de referências mais positivas sobre as favelas, como a formação das escolas de samba ou blocos de carnaval, folias de reis, festas populares, entre outras atividades culturais intensamente lembradas pelos moradores.

Nas primeiras imagens utilizadas para descrever as favelas, nas definições construídas sobre elas, nas letras de música e nos títulos de romances, os *barracos* surgiram como elemento-chave. Como acompanhamos no segundo capítulo, durante quase 40 anos, a proibição de melhorias nas casas das favelas – utilizada para manter o caráter provisório destes espaços como uma tentativa de facilitar sua extinção – provocou insegurança entre os moradores e se tornou motivo de contestações e descumprimento da legislação então vigente, o Código de Obras de 1937. A construção em alvenaria logo surgiu como uma forma empregada pelos moradores e incentivadas por políticos de “consolidar” as favelas. Ao mesmo tempo, a falta de recursos financeiros para utilizar tijolos na construção e a possibilidade de morar em casas – conforme as propostas de criação de conjuntos habitacionais para o recebimento de populações faveladas – também contribuíram para facilitar alguns casos de remoção,

como contou a moradora da Nova Holanda Cátia Regina Herculano da Conceição: “Nós aceitamos essa remoção [da Nova Holanda para a Vila do João] porque lá eram casas. Casas. E aqui morávamos em palafitas, várias pessoas juntinhas, a gente fazia o próprio barraco, mas estava tudo caindo, a ponte caindo, tudo caindo.”⁷³

Em 2002, com 66 anos de idade e 60 de Cantagalo, o mineiro Milton da Silva Santos contou à correspondente comunitária Rita de Cássia sobre a proibição da construção em alvenaria no terreno do morro que pertenceria ao Exército. Para ele, a possibilidade de utilizar tijolos nas casas foi uma das principais conquistas dos moradores de favelas porque “Você trabalha para viver com um mínimo de conforto, não importa onde seja”.

Era uma política para que o pobre continuasse na miséria aparente. Alguns tinham condições de viver com mais dignidade, só que não deixavam. Nós tínhamos que ir ao Forte do Leme (no extremo de Copacabana). Vinham pessoalmente delimitar o espaço que deveria ser usado para qualquer obra. Se fosse de tijolo derrubavam.⁷⁴

Os moradores têm uma forte percepção do significado dessa proibição como uma tentativa de acabar com as favelas, como declarou Pedro Ferreira dos Santos, morador da Rocinha: “Ninguém podia construir suas casas de tijolo por causa do Carlos Lacerda. Ele era contra as favelas.”⁷⁵ Como vimos, a proibição eram bem anterior a Lacerda e havia sido mantida com mais ou menos rigor e, frequentemente, com fiscalização precária por parte de várias administrações municipais. Se, no início, a construção da casa não estava ao alcance das “bolsas de proletários”, posteriormente ela se tornou bandeira de luta e, por fim, a materialização das vitórias obtidas por meio das mobilizações.

Em um depoimento no vídeo sobre o Museu da Maré⁷⁶, Atanásio Amorim, primeiro presidente da União de Defesa e Melhoramentos do Parque Proletário da Baixa

⁷³ CONCEIÇÃO, Cátia Regina Herculano da. Depoimento. In: DINIZ, Edson; BELFORT, Marcelo Castro; e RIBEIRO, Paula. *Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda*, op.cit., p.135.

⁷⁴ “A batucada sobe o morro”, 10/12/2002, Depoimento de Milton da Silva Santos à Rita de Cássia, Disponível em: <www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infol=24&sid=2&from_info_index=11>, acesso em 11/05/12. Quando os moradores chegaram à Nova Holanda, mesmo quando da remoção efetivada por Carlos Lacerda, ainda não existiam casas, mas barracos construídos para receber os moradores, uma vez que se tratava, no início, de um Centro Habitacional Provisório.

⁷⁵ “Nos tempos da baratinha”, 23/07/2004, Depoimento de Pedro Ferreira dos Santos a Edu Casaes, Favela Tem Memória, Disponível em: <www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=11&sid=2&infol=99>, acesso em 11/05/12.

⁷⁶ Uma das seções do Museu da Maré é dedicada à casa com a montagem de uma grande casa sobre palafitas no espaço de exposição.

do Sapateiro, fundada em 1957, relembra sua reivindicação para possibilitar a permanência da favela:

Eu lutava para nós não sairmos daqui. No II Congresso de Favelas do Rio de Janeiro, o meu projeto foi: todas as favelas que tivessem pelo menos 20% de casas de alvenaria não seria removido, a não ser em caso de calamidade. Mas por livre e espontânea vontade das autoridades não seria removido. E provei que na nossa comunidade 80% eram trabalhadores de carteira assinada e nos não poderíamos sair daqui pra longe porque senão se tornava difícil pra gente poder conviver.⁷⁷

Augusto Ribeiro da Silva, um dos primeiros moradores do Parque Rubens Vaz (Maré), também lembrou da proibição e das advertências feitas pela associação de moradores: “O presidente da associação dizia que não podíamos construir de tijolo. Tínhamos medo, era um tal de remoção, sai para lá ou não, que não dava para ninguém investir. Quem falava disso tudo era o pessoal da associação. Quer dizer, mesmo eu tendo comprado o terreno não tinha garantia da minha casa, da minha construção.”⁷⁸ Em outra localidade, aconteceu o contrário. Hilton Ferreira (Bida) informou que a possibilidade de construção em alvenaria esteve relacionada à fundação da União Pró-Melhoramentos da Barreira do Vasco que lutava para evitar a remoção da favela. Segundo Bida, a associação teria sido criada por orientação de Geraldo Moreira, “um vereador que ficava por aqui auxiliando o povo e ‘panhando votos, angariando votos naturalmente”, mas que “veio pra defender a gente”. O vereador também incentivava a construção em alvenaria como estratégia pra “ficar difícil de derrubar”.⁷⁹ “Nessa altura,

⁷⁷ AMORIM, Atanásio. Seção Contando a História – Museu da Maré. Disponível em <www.museudamare.org.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=99:depoimentos&catid=37:depoimentos&Itemid=57>, acesso em 12/05/12.

⁷⁸ “No início era o mosquito”, 15/04/2005, Depoimento de Augusto Ribeiro da Silva a Claudio Pereira, Favela Tem Memória, Disponível em: <www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=2&infolid=120>, acesso em 16/05/10. Segundo o morador, a Associação do Parque Rubens Vaz foi fundada e presidida por Magarinos Torres, que teria sido também o responsável pelo loteamento dos terrenos. Baseado no livro *História dos Bairros da Maré*, coordenado por Lilian Fessler Vaz, o site do Museu da Maré informa que a liderança na ocupação do Parque Rubens Vaz teria sido do morador João Araújo e que a construção em alvenaria era muito visada pela polícia. Ainda de acordo com o site, apenas em 1958, Magarinos Torres teria chegado à localidade e assumido a consolidação da ocupação. O advogado teria liderado, no entanto, a ocupação, em 1959, de onde atualmente se situa o Parque União, uma vez que não haveria mais espaço para construções no Parque Rubens Vaz. Ele também exigia da polícia mandados para a destruição dos barracos de madeira. Os moradores informaram ainda que Magarinos incendiava os barracos “construídos sem a sua autorização e cada morador só poderia ser proprietário de um único terreno”.

⁷⁹ Um pouco adiante na entrevista, lembrando novamente sobre a fundação da União Pró-Melhoramentos, Bida afirma que o estímulo para a formação teria sido dado pela Darcy Vargas. Pergunto sobre Geraldo Moreira e ele informa: “Mesmo partido do Getúlio Vargas, o PTB, aquele juntamento deles lá. E o Geraldo Moreira já veio um pouquinho depois. Antes todo dia saía no jornal que ia ser derrubado isso aqui.” Entrevista concedida por Hilton Ferreira (Bida) à autora, na Barreira do Vasco, Rio de Janeiro, em 15/10/2011.

eu já tô com 24 anos, foi que eu comecei a fazer as casas aqui. Eu e outros pedreiros. Casas de alvenaria e de concreto armado.”⁸⁰

“O que faz seu sentimento pela favela ser diferente é o fato de no Cruzeiro ter sua casa própria. Antes disso, morava só na casa das patroas.” Para Joana Gabriel da Silva – mineira que chegou ao Rio aos 11 anos trazida por uma família para trabalhar como empregada doméstica –, a favela não representou uma “mazela” ou “lembrança terrível” a ser esquecida, mas sua estabilidade e independência. Em 2004, aos 82 anos, Moradora do Morro do Cruzeiro (Penha, zona norte), *dona* Joana sabia perfeitamente que muitas favelas foram apenas transferidas de lugar: de áreas mais valorizadas na zona sul, norte ou no centro para áreas então de pouco interesse pelo mercado imobiliário.

O governo não se incomodava com os barracos que surgiam porque o pessoal estava saindo de uma favela lá da cidade. Era o pessoal do Cais do Porto que vinha para o subúrbio. No subúrbio não tinha favela, depois que o governo começou a tirar os barracos da cidade e colocar para o subúrbio, esse pessoal do Cais do Porto, muita gente que não tinha casa foi aproveitando e fazendo seus barracos também.⁸¹

Em reportagem de janeiro de 2002, outro morador do Cantagalo, o eletricitista Feliciano da Silva Pinto, na época com 70 anos, declarou: “A elite nunca soube que os moradores viviam com tanta humildade porque temiam as remoções... De que valia gastar um dinheiro sacrificado, se podíamos ser despejado a qualquer momento? (...) Neste país, todo lugar que pobre pisa tem dono.”⁸²

⁸⁰ Entrevista concedida por Hilton Ferreira (Bida) à autora, na Barreira do Vasco, Rio de Janeiro, em 15/10/2011. Sua aproximação com a associação de moradores aconteceu um tempo depois, quando Bida, já bastante conhecido na comunidade com o apelido de ‘Bida faz’ por suas habilidades como construtor, foi “convocado” para organizar um bloco de carnaval. Até então, os blocos na Barreira estavam proibidos pela polícia em função de conflitos que aconteciam nos desfiles: “se a polícia não tirava o bloco, morria um”. Envolvido no “renascimento” do Unidos de São Cristóvão – um “bloco para as famílias” que contou com o apoio de um padre da Igreja Católica, uma mãe-de-santo e um pastor da Igreja Batista, todos mobilizados por ele –, Bida passou a integrar um cargo na diretoria da União Pró-Melhoramentos. Embora mais dedicado à organização das atividades do bloco do que a outra atividade na União, Bida relembra a atuação das muitas instituições com as quais tiveram que lidar e de uma visita ao palácio do governo do estado, então ocupado por Carlos Lacerda.

⁸¹ “Madrugada sem medo”, 24/11/2004, Depoimento de Joana Gabriel da Silva à Bete Silva, Favela Tem Memória, Disponível em: <www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=110&sid=2&from_info_index=6>, acesso em 16/05/10.

⁸² A notícia “Favela é...”, a qual esse trecho pertence, não foi publicada no Favela Tem Memória, mas no Portal Viva Favela. Disponível em: <novo.vivafavela.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=87&from_info_index=1876&infoid=12124>, acesso em 13/05/12.

No Varal de Lembranças, o morador da Rocinha, Nestor Vianna Filho, em entrevista realizada em 02/07/1982, contou que sua ida para esta favela aconteceu em função do despejo que sofreu quando residia em uma “avenida”, na rua Lopes Quintas, no Jardim Botânico: “Nós moramos ali onze anos. O

As mobilizações que os moradores de favelas tiveram que participar para evitar as remoções das favelas ou obter melhorias para as localidades surgem nas memórias dos antigos militantes e demais moradores acompanhadas de uma preocupação. A urgência de tantas demandas e questões vividas há 40, 50 anos motivava muitos destes moradores a organizarem mutirões, comissões e articular apoio. Hoje – depois de inúmeras pressões e situações pelas quais as associações de moradores passaram, a diversidade de organizações existentes nas favelas com interesses variados e, por vezes, sem qualquer articulação, e com moradores coagidos pela violência e dispersos sem uma pauta de luta “urgente” – antigos militantes veem desmobilização e falta de solidariedade. Com certa frequência, moradores mais envolvidos na organização comunitária (ou membros de suas famílias) lamentam as mudanças nas relações, a desagregação.⁸³

Em uma pesquisa qualitativa com residentes no Borel, entrevistados há mais de 10 anos em um projeto também conduzido pela Agenda Social Rio sobre temas como “participação”, “relação com o poder público” e “meio ambiente”,⁸⁴ os moradores apresentaram suas explicações para essa desmobilização:

Existe solidariedade sim, só que está escondida. Funciona pelo susto. “Vamos gente! O Borel vai ser removido!” Aí todo mundo se junta na Associação.⁸⁵

Até a década de 1970, ainda tinha solidariedade. Todo mundo via na Associação um órgão representativo. Tinha os mutirões e todo mundo participava. Era criança, adulto, velho... Quem não podia ajudar pegando enxada, fazia cafezinho, bolinho e ia levar pras pessoas. Na década de 70, o quê aconteceu? Quem tirou isso foi o poder público! Ele mandou pra cá o Projeto Mutirão Remunerado. Chegou e disse: “olha pessoal, vai entrar o mutirão. Só que vai ser remunerado.” Aí

problema do pobre sempre é esse. Ele vai pagando a casa, enquanto o bairro está meio devagar. Depois vem esse problema de imobiliária. É o fantasma nosso, sempre nos persegue, infelizmente, né? Então esse problema de imobiliária é que complica a vida da gente, porque depois de onze anos o português, dono da avenida, teve que vender a avenida. Todos nós tivemos ordem de despejo.” In: SEGALA, Lygia e SILVA, Tania Regina (org.). *Varal de lembranças...*, op.cit, p. 23.

⁸³ As interpretações de moradores de favelas e de autores que pesquisam a relação poder público e associação de moradores sobre esse esvaziamento, perda de legitimidade das associações de moradores como instâncias representativas – seja pela influência do tráfico de drogas, por disputas internas de poder e pelas relações estabelecidas com órgãos governamentais – e sobre a mudança no papel das associações foram tratadas em uma série de publicações e artigos: BURGOS (2006), PANDOLFI e GRZYNSZPAN (2002; 2003), IBASE/AGENDA SOCIAL (2000), MACHADO DA SILVA (1967), entre outros. Nas memórias de antigos moradores, as atividades e o papel das associações são trazidos à tona majoritariamente pelas pessoas que em algum momento atuaram nestas instituições.

⁸⁴ A pesquisa qualitativa foi realizada de maio a outubro de 1999 e a publicação, lançada em dezembro de 2000. Embora não tenha sido desenvolvida no contexto do Condutores(as) de Memória, esses depoimentos são ilustrativos do tema que está sendo tratado. IBASE: AGENDA SOCIAL. *Com a palavra, os moradores! Pesquisa qualitativa em comunidades e bairros da Grande Tijuca*. Rio de Janeiro: IBASE: Agenda Social Rio, 2000, p. 11.

⁸⁵ As falas não são identificadas com os nomes dos moradores. IBASE: AGENDA SOCIAL. *Com a palavra, os moradores! Pesquisa qualitativa em comunidades e bairros da Grande Tijuca*, op.cit., p. 11.

passou pras associações... Agora, quando você fala: “vamos fazer um mutirão?” Aí: “ah, quanto é que é?”. Acabou aquela solidariedade... As pessoas não querem participar... Todo mundo precisando de dinheiro...⁸⁶

Este último depoimento, embora não inserido em uma publicação específica sobre a memória dos moradores, mas na qual elas também estavam presentes, ilustra as inúmeras pressões sobre a organização dos moradores, demonstrando como governos, políticos e órgãos governamentais para lidar com “o problema” das favelas intervieram e desarticularam suas ações, cooptando, prendendo ou anulando lideranças, minando a solidariedade ou reprimindo a participação.

Em *Histórias de Favelas da Grande Tijuca contadas por quem faz parte delas – Projeto Condutores(as) de Memórias*, os depoimentos e textos editados se referem brevemente a mobilizações locais, como a pressão sobre a CEDAE para a conquista da água ou apresentam algumas referências sobre a fundação de associações de moradores (a União dos Trabalhadores Favelados, de 1952 [seguindo a data do livro de Manuel Gomes]; a Associação de Proprietários do Morro do Andaraí, de 1969; o Grêmio Recreativo Santo Agostinho, também do Morro do Andaraí, de 1967). São mais recorrentes na publicação as experiências comuns a todas as favelas envolvidas, como os mutirões para buscar água, o calçamento de ruas pelos moradores, as estratégias de ocupação com mulheres ou crianças, deixar móveis ou escrever os nomes nas portas do barraco para evitar a derrubada. Mobilizações associadas à solidariedade, à resistência e às ações concretas de melhorias de infraestrutura.

Há uma leitura muito crítica do comportamento dos moradores em relação à participação nas associações, mas também clareza quanto a algumas práticas políticas que teriam contribuído para a desmobilização. Reproduzo abaixo um trecho inteiro da matéria “A batucada sobe o morro”, publicada pelo Favela Tem Memória, em dezembro de 2002, com partes da entrevista de Milton da Silva Santos (em itálico), morador do Cantagalo, e texto da correspondente comunitária Rita de Cássia:

No passado, minha relação com a associação era maior porque ali dentro só tinha sofredor, e amigos muito próximos a mim. Antigamente era mais atuante, tudo que você precisava eles estavam prontos a te atender. Ele conta que o pessoal da associação visitava as casas e reivindicava a solução de problemas da comunidade junto ao poder público. Aquele círculo de amizades fazia com que os moradores lutassem juntos pelas melhorias. *A gente fazia mutirão, limpava os esgotos e as mulheres faziam a comida e comemorávamos o sucesso do trabalho juntos,* conta. A solidariedade dos moradores era maior, um ajudava o outro sem interesse. Nos

⁸⁶ IBASE: AGENDA SOCIAL. *Com a palavra, os moradores! Pesquisa qualitativa em comunidades e bairros da Grande Tijuca*. Rio de Janeiro: IBASE: Agenda Social Rio, 2000, p. 23.

dias de hoje isso não acontece mais: *Hoje, se você pede ajuda a alguém a primeira coisa que perguntam é quanto vão ganhar. É claro que não são todos, mas se você olha para o passado e compara com os dias de hoje, vai ver que a coisa mudou muito. Tem muita gente interessada.*⁸⁷

Para Mara Fernandes, moradora e participante das oficinas do Condutores(as) de Memória no Morro do Andaraí, a diferença entre ontem e hoje (as oficinas do projeto neste morro foram realizadas em janeiro de 2002) é a ausência de consciência política:

Eu acho que antigamente o pessoal tinha mais consciência política, em termos de querer um país melhor, uma condição de vida melhor. Hoje as pessoas não ligam muito para isso (...). Muitos querem um país melhor, condições de vida melhor, mas não lutam para isso. Hoje em dia poucos jovens têm essa vontade.⁸⁸

Cinco anos depois da participação na oficina do Condutores(as) de Memória, Sebastião Bonifácio foi entrevistado pelo Favela Tem Memória: “o povo era mais unido, pareciam irmãos. Hoje ninguém mais se interessa por nada, nem lembra de nada. A luta do Borel quase já não tem mais sentido. Tudo aquilo que se fez já foi por água abaixo”.⁸⁹ Segundo o relato do repórter Jaime Gonçalves, *seu* Bonifácio estava ressentido com a falta de reconhecimento de uma luta que “abrangeu e estimulou lutas de outras favelas do Rio, até do Brasil”. “Primeiro criamos a União dos Trabalhadores Favelados; depois ela se transformou na União dos Moradores do Morro do Borel. Hoje, já não se lembram mais disso. As crianças não sabem, os jovens não sabem. É uma pena”, declarou.⁹⁰ A União dos Trabalhadores Favelados já havia sido tema de outra matéria do Favela Tem Memória, desta vez redigida pelo repórter Marcelo Monteiro, em 2003.⁹¹

⁸⁷ “A batucada sobe o morro”, 10/12/2002, Depoimento de Milton da Silva Santos à Rita de Cássia, Disponível em: <www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=24&sid=2&from_info_index=11>, acesso em 11/05/12.

⁸⁸ FERNANDES, Mara. Depoimento. In *Histórias de Favelas da Grande Tijuca contadas por quem faz parte delas*, p. 38.

⁸⁹ “Daqui não saio”, 12/05/2005, Entrevista de Sebastião Bonifácio a Jaime Gonçalves, Seção *E por falar em Favela*, Favela Tem Memória. Disponível em: <www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=4&infoid=123>, acesso em 16/05/12.

⁹⁰ “Daqui não saio”, 12/05/2005, Entrevista de Sebastião Bonifácio a Jaime Gonçalves, Seção *E por falar em Favela*, Favela Tem Memória. Disponível em: <www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=4&infoid=123>, acesso em 16/05/12.

⁹¹ “Os verdadeiros donos”, 14/11/2003, Marcelo Monteiro, Seção *E por falar em favela*, Favela Tem Memória. Disponível em: <www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=16&tpl=printerview&sid=4>, acesso em 16/05/12. Outra entrevistada desta matéria foi Mauriléa Januário Ribeiro, uma das idealizadoras do Condutores(as) de Memória; muitas informações também foram extraídas do livro de Manuel Gomes, *As lutas do povo do Borel*. Muitos textos desta seção do site eram acompanhados de

Por meio das entrevistas concedidas à equipe do site Favela Tem Memória e pelos relatos dos moradores da Rocinha no *Varal de lembranças*, é possível perceber muitas formas de ação que atravessaram os diferentes tempos: abaixo-assinados, passeatas, audiências, reuniões e as alianças formadas entre moradores de favelas e Igreja Católica, políticos ou o PCB.

Esta relação de algumas lideranças de favelas com o PCB mereceu uma matéria, também realizada por Marcelo Monteiro, publicada na Seção *Especiais*, em junho de 2004. Com o título de “Esperança vermelha”, o foco do texto era a resistência à ditadura militar nos anos 1960 e 1970 e o fato de militantes e movimentos de esquerda terem se organizado ou reunido em espaços no morro. Foi o caso de Luiz Carlos Prestes, que frequentava reuniões fechadas em favelas. Essa ligação talvez seja uma das explicações para o prefácio escrito por Prestes para o livro *As lutas do povo do Borel*.

Nos debates e panfletagens realizadas como parte de sua militância no PCB, Lúcio Bispo, do Chapéu Mangueira, iniciou sua articulação com lideranças que formariam a FAFEG no início dos anos 1960. “Nessas andanças pelas favelas acabei conhecendo os companheiros que anos depois formariam a base da Fafeg (Federação das Associações de Favelas da Guanabara). Foi a partir daí que começamos nós mesmos a lutar pelos interesses das favelas. Levantamos o monstro que estava adormecido”.⁹² Na mesma reportagem, Abdias José dos Santos contou que não se esperava que a politização pudesse estar relacionada aos moradores de favelas: “A favela não era vigiada pelos militares porque eles achavam que a nossa luta era só por infra-estrutura. Eles não desconfiavam, mas tinha muita gente consciente e politizada que também discutia questões ideológicas nas favelas”.⁹³

notícias de jornais do período a que se referiam. A matéria “Os verdadeiros donos” foi acompanhada de uma reprodução de uma matéria publicada pelo *Correio da Manhã*, em 24 de junho de 1954, intitulada “Agitação comunista no Morro do Borel”, que trazia declarações do coronel Oswaldo Melchades de Almeida, presidente da Comissão de Favelas e diretor da Polícia de Vigilância, sobre os acontecimentos no morro. Ele atribuiu a organização dos moradores do Borel e a fundação da União dos Trabalhadores Favelados à “orientação comunista” do advogado Magarinos Torres, que instigava os moradores a não aceitarem a proposta “humana, cristã e patriótica” da imobiliária Borel Meuron para que se mudassem para terrenos no bairro do Engenho de Dentro.

⁹² “Esperança vermelha”, 11/06/2004, entrevista de Lúcio Bispo a Marcelo Monteiro, Seção *Especiais*, Favela Tem Memória, Disponível em:

<www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=7&from_info_index=6&info_id=90>, acesso em 16/05/10. A memória ligada ao PCB foi afirmada, em 2008, por um blog da FAFERJ, por meio da reprodução de trechos da matéria “Esperança vermelha”. Blog Faferj Online. Disponível em: <<http://faferj.blogspot.com/2008/03/faferj-o-que.html>>, acessado em 31/08/09.

⁹³ “Esperança vermelha”, 11/06/2004, entrevista de Abdias José dos Santos a Marcelo Monteiro, Seção *Especiais*, Favela Tem Memória, Disponível em: <www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=7&from_info_index=6&info_id=90>, acesso em 16/05/10.

Na Barreira do Vasco, Bida, quando perguntado, também lembrou moradores filiados ao PCB, embora tenha frisado que a repressão desestimulasse a adesão:

Naquele tempo o Partido Comunista não tinha cotação, toda pessoa que era do partido comunista parece que sofria até na revolução [1964]. (...) Tinha um grupo de gente que era afiliado ao Partido Comunista, morador aqui. (...) Eu até também fiz até parte já, com 24 anos, acabei assinando na lista dele e fazendo parte. Foi justamente na revolução, 64, fiquei até com medo daquela lista, dos nomes na lista. Era pra alimentar o Partido Comunista. E hoje existe, né? Mas não podia existir, eles não deixavam existir. A Rádio Mayring Veiga apoiava, o Sindicato dos metalúrgicos apoiava [o PC]. A Rádio Mayring Veiga foi até cassada, até acabaram com ela por causa disso. A revolução acabou com essas entidades toda comunistas, que eles descobriram que era do comunismo. Ele teve se infiltrando aqui, por meio do tio do Lilico, que tinha uma tendinha aí. Foi por meio dele que entrou o Partido Comunista aqui. (...) Não teve êxito. O tio do Lilico foi que trouxe esse partido pra cá, queria organizar aqui, mas a revolução acabou com isso tudo, né? Prendeu, matou gente, acabou com muita gente.

Os relatos sobre a repressão à militância do PCB e a articulação de moradores de favelas vinculados ao partido na FAFEG foram tratados em matérias “especiais”, assinadas pelo repórter Marcelo Monteiro, que relatou, inclusive, a prisão de membros da diretoria da FAFEG no DOPS.⁹⁴ As ações da FAFEG (como os congressos), embora não tenham sido descritas em detalhes, foram chamadas pelas matérias do Favela Tem Memória como uma “resistência histórica”, “auge do movimento comunitário de favelas do Rio de Janeiro”. Nesses textos, surgiu a memória de antigas lideranças, como Vicente Mariano, membro do PCB, um dos fundadores do Centro Social de Defesa dos Interesses dos Moradores do Morro de São Carlos, falecido em 1971; Abdias José dos Santos, ligado à ala progressista da Igreja Católica, que assumiu o Centro Social de Defesa dos Interesses dos Moradores do Morro de São Carlos de 1965 a 1968 e foi presidente do conselho de representantes da FAFEG; Lúcio Bispo, afiliado ao PCB, fundador e três vezes presidente da Associação de Moradores do Morro do Chapéu Mangueira (Leme, zona sul da cidade), também já falecido; e José Maria Galdeano (Juca), secretário-geral da FAFEG em 1968.

Além da contraposição a tantos discursos negativos hegemônicos sobre as favelas, as iniciativas de memória aqui discutidas buscaram nessas resistências

⁹⁴ “Fantasma exorcizado” (25/03/2003), “O terror dos militares” (02/06/2003), “Nas barbas da ditadura” (01/06/2004), todas de autoria de Marcelo Monteiro, Seção *Especiais*, Favela Tem Memória. Disponíveis em www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=21&infoid=8&sid=7, www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=12&sid=7, e www.favelatemmemoria.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=6&sid=7&infoid=88, respectivamente, acesso em 16/05/12.

elementos para prosseguir com as mobilizações ainda necessárias, como uma resposta à falta de solidariedade e à desunião percebida por muitos moradores no presente em vivem. Nos discursos dos idealizadores de projetos como Condutores(as) de Memória, Museu da Maré e do Núcleo de Memória e Identidade da Maré, a intenção em resgatar a memória desse passado é a de reconstruir esses laços para continuar na luta pelos direitos.

Nos “tempos” do Museu da Maré, o “Tempo da Resistência” surge como uma memória e como um novo apelo:

Aqui, resistir sempre foi preciso:
Resistir à força da maré,
À ação da polícia,
Às ameaças de remoção.
Os moradores se organizaram
em associações,
Lideranças surgiram,
Muitas conquistas foram alcançadas.

Mas o tempo da resistência
não acabou.
É preciso continuar resistindo.
Violência, preconceito, discriminação...
Aqui, resistir sempre é preciso
Mas resistir sozinho é impossível.⁹⁵

⁹⁵ Tempo da Resistência. Museu da Maré. Disponível em: <www.museudamare.org.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=57&Itemid=70>, acesso em 13/05/12.

Considerações finais

Neste trabalho, meu objetivo foi compreender as ações e experiências dos moradores de favelas, reunidos ou não em associações institucionalizadas, no desenvolvimento de estratégias para lutar pela permanência em suas moradias e por melhores condições de vida. Meu interesse foi ainda demonstrar o quanto os moradores tinham clareza de sua exclusão e da violência que sofriam e quais os meios e os argumentos que utilizavam para expressá-la, revelando posicionamentos e percepções diante das situações de conflito.

Não é possível, e nem foi minha intenção, igualar ou generalizar muitas destas experiências. O reconhecimento da heterogeneidade da favela e da vida dentro delas precisa ser feito ainda nestes casos. Havia moradores mais mobilizados, outros nem tanto. A situação de uma favela quanto à posse dos terrenos poderia ser muito diferente de outra. Isso é válido, também, para as formas de organização e articulações criadas em diferentes lugares e temporalidades. Assim, se não faz sentido classificar cada organização criada por moradores em luta como mais ou menos autônoma, também não é possível continuar afirmando que as respostas dos moradores de favela surgem apenas a partir das ações dos governos. O que não quer dizer que não tenham existido tentativas de controle ou cooptação, como vimos anteriormente, incidindo sobre a forma e o conteúdo de experiências concretas de mobilização e organização. As inúmeras iniciativas de desarticulação de suas associações demonstram claramente o que estudos mais tendenciosos, como os do IPEME, repercutidos em jornais da cidade, tentaram sistematicamente negar e tornar invisíveis.

A constatação de uma diversidade de experiências e de compreensão sobre as demandas e lutas sociais constituídas pelos moradores de favelas não significa dizer que eles não tivessem muito em comum. Responsabilizados por sua própria pobreza, por enfeiar a cidade, pela desordem e violência urbanas, foram desqualificados em suas habilidades e ações e enfrentaram/enfrentam um profundo e persistente processo de estigmatização social.

Estigmatização consistentemente construída e difundida ao longo do período analisado. Muitos estudos sustentaram a compreensão da favela como um espaço não pertencente à cidade, ilegal, informal e “atestaram” o caráter indolente ou “marginal” de seus moradores. Se, atualmente, é mais difícil encontrar referências claras aos

preconceitos raciais (não apenas contra os moradores de favelas), as referências depreciativas em relação às favelas continuam, em alguns meios, amplamente marcadas por preconceitos sociais.

Além de se tornarem alvo de uma enorme desqualificação exercida por determinados grupos em relação à população pobre do país, as favelas funcionaram como cenários de disputas das mais diversas naturezas: pelo chão, pelos votos, pelas ideias, pela “melhor atenção à pobreza”. Nesse sentido, muitas vezes, as estratégias de conservadores e progressistas pareceram muito semelhantes em seu esforço por mostrarem-se favoráveis aos favelados e ao evidenciar sua pobreza, apresentada como um tipo de acusação quanto à incompetência que caracterizaria este ou aquele governo ou como um libelo contra as desigualdades da cidade ou do país.

Mas as ameaças e o cotidiano de pobreza também foram motivo para encontrar e lutar por soluções. Como afirmou Ruth Barros, moradora do Morro do Borel: “Lutou-se para ter tudo”.¹

As reivindicações expressas em abaixo-assinados, nas pautas de Congressos que reuniam moradores de diversas favelas e nas páginas de alguns jornais da cidade indicam alguns dos caminhos que os moradores percorreram em busca de direitos e o processo de exclusão dos quais ainda são vítimas. As promessas às vésperas das campanhas eleitorais ou não se concretizam ou são pouco efetivas para uma mudança real de vida. Os projetos de regularização fundiária pouco avançaram ou o fizeram a passos lentos. Serviços de água, saneamento básico e luz ainda são distribuídos desigualmente, as ações de segurança pública geram insegurança e podem representar uma ameaça real à vida dos moradores.

Os atuais moradores reconhecem que sua vida mudou – para melhor e para pior. E que ainda é preciso mobilização diante de muitas questões, apesar do esvaziamento de associações, reuniões, encontros comunitários. Diante dessa realidade como oferecer um contraponto a concepções tão arraigadas quanto à “inconveniência” destes espaços e seus moradores? Para alguns, a forma de enfrentar essa permanência parece ser os projetos de memória que, opondo-se muitas vezes a uma memória hegemônica que torna moradores e favelas invisíveis na história da cidade, procuram lançar luz sobre as conquistas, os diferentes modos de produzir cultura e de viver. E, a partir destes outros referenciais e memórias, pensar e definir o que é uma favela e o que significa viver

¹ BARROS, Ruth. “Condutores de Memórias: retratar e reviver histórias de lutas e conquistas na Grande Tijuca”. *A memória das favelas*. ISER: Comunicações do ISER, n° 59, ano 23, 2004, p. 20.

dentro delas. Nas disputas pelo espaço público, essas memórias construídas pelos moradores ainda não alcançaram seu espaço. Se produzirão um conhecimento com força política o suficiente para “reconstruir seu lugar” na cidade ainda é uma questão em aberto.

Bibliografia

ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2008 [1987].

_____. Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. *Revista do Rio de Janeiro* - nº 10, maio-ago, 2003 [1986].

_____. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. *Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos* – Ano XIV, nº 37. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1994.

AUGRAS, Monique. A ordem na desordem: a regulamentação do desfile das escolas de samba e a exigência de "motivos nacionais". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 21, 1993.

BARROS, Diego. *Alberto Passos Guimarães: um alagoano que lutou pela justiça social*. Instituto de Terras e Reforma Agrária de Alagoas, 18/12/2008. Disponível em: <www.iteral.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2008/12/a-um-passo-de-guimaraes>.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro – as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. - 5ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. Favela e luta pela cidade: esboço de um argumento. In: Jailson de Souza Silva. (Org.). *O Que é a favela, afinal?* Rio de Janeiro: Observatório de favelas do Rio de Janeiro, 2010.

_____. Cidade, territórios e cidadania. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, janeiro-março, 2005, pp. 189-222.

BRUM, Mario Sergio Ignácio. “*O povo acredita na gente*”: rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990. Niterói: UFF, 2006.

_____. *Cidade Alta: história, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro*. Niterói: UFF, 2011.

CAMPOS, Andrelino. *Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARVALHO, Eduardo Guimarães de. *O negócio da terra: a questão fundiária e a justiça*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1991.

CARVALHO, Monique Batista. *Uma Maré de Lutas: memória e mobilização popular na favela Nova Holanda – Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2006.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas* – 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COELHO, Rêmulô. As favelas do estado da Guanabara, segundo o Censo de 1960. *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, v.31, nº122: 125-141, abr/jun. 1970, pp. 125 e 129.

CONN, Stephen. The “Squatters” Rights of Favelados”. *Ciências Econômicas e Sociais*, v. 3, nº2. São Paulo, dez-1968, pp. 50-142.

DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’Água, 2004.

FISCHER, Brodwyn. Partindo a cidade maravilhosa. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da e GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FORTUNA, Affonso; FORTUNA, João Paulo. Associativismo na favela. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 8, nº4, out./dez. 1974.

FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/FGV*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. A favela que se vê e que se vende: reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2007, vol.22, nº65.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Verbete Getúlio Vargas. *Dicionário Histórico Bibliográfico Brasileiro pós-1930*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

GOMES, Ângela de Castro; ABREU, Martha. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. *Revista Tempo*, vol. 13, nº 26, janeiro de 2009.

GONÇALVES, Rafael Soares; AMOROSO, Mauro. Da luta pelos direitos ao reconhecimento como dever: as ações e o legado da União dos Trabalhadores Favelados. *Second International Conference of Young Urban Researchers*. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, 11– 14/10/11.

GRUPO MEMÓRIA POPULAR; HUGHES, H.; KHOURY, Y. Aun. (trads). Memória popular: teoria, política, método. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’Água, 2004.

GUIMARÃES, Valéria Lima. *O PCB cai no samba: os comunistas e a cultura popular, 1945-1950*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL; SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Cadastro de Favelas do município do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 1983, Tabela 9, p. 20, volume 3.

LEEDS, Antony; LEEDS, Elisabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas – SP: Papyrus, 1986.

LIMA, Jacqueline de Cassia Pinheiro. *A pobreza como um problema social: As ações de Victor Tavares de Moura e Agamenon Magalhães nas favelas do Rio e nos Mocambos do Recife durante o Estado Novo*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

LIMA, Nísia Trindade. *O movimento de favelados do Rio de Janeiro: políticas de Estado e lutas sociais (1954-1973)*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1989.

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer (coord.). *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1992.

_____. CARVALHO, Lia; STANLEY, Myrian. *Questão habitacional e movimento operário*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1989.

MACIEL, Laura Antunes. O direito ao passado: memória e cidadania. *Caderno de resumos do IX Cidade Revelada - Encontro sobre Patrimônio Histórico*. Itajaí - SC: Editora Maria do Cais, 2006.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. A continuidade do problema favela. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

_____. A política na favela. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*. Necvu/IFCS/UFRJ, v.4, n°4, out-nov-dez, 2011 [1967].

_____; MAGALHÃES, Paulo. Mata Machado: aspectos de las luchas sociales en una favela carioca. *Revista Mexicana de Sociologia*, México, v.46. n.4, out./dez., 1984.

MAIO, Marcos Chor. Apresentação. In: COSTA PINTO, L.A. *O negro no Rio de Janeiro – relações de raças numa sociedade em mudança*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998 [1953].

NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, populismo e história social. *Cadernos AEL/IFCH/Unicamp*, v. 11, n. 20/21, 2004.

NUNES, Guida. *Rio, metrópole de 300 favelas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Antonio de; LOBO Eulalia Maria Lahmeyer. O Estado Novo e o sindicato corporativista – 1937-1945. In: LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer (coord.). *Rio de Janeiro operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe*. Rio de Janeiro: Access Editora, 1992.

OLIVEIRA, Jane Souto de; MARCIER, Maria Hortense. A palavra é: favela. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). *Um século de favela*. - 5ª ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. A Câmara Municipal do Rio/DF e a política para as favelas. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo: julho, 2011.

PANDOLFI, Dulce; GRYNSZPAN, Mario. Poder público e favelas: uma relação delicada. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007 (2ª ed.).

PARISSE, Lucien. *Favelas do Rio de Janeiro — evolução — sentido*. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais, n° 5, 1969.

PERLMAN, Janice. Marginalidade: do mito à realidade nas favelas do Rio de Janeiro (1969-2002). *Coleção Estudos da Cidade*. Rio de Janeiro: IPP, 2003.

PINTO, L. A. Costa. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998 [1953].

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 2, n.3,1989, pp. 3-15.

RIOS, Rute Maria Monteiro Machado. Amando de modo especial os menos favorecidos, 1945-1954. In: VALLA, V.(org). *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro 1940-1985*. Petrópolis: Vozes/Abrasco, 1986.

_____. O desenvolvimentismo e as favelas: adaptar o favelado à vida urbana e nacional, 1955-1962. In: VALLA, V.(org). *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro 1940-1985*. Petrópolis: Vozes/Abrasco, 1986.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. O espaço da favela em disputa: do Partido Comunista Brasileiro à articulação Igreja-Estado na criação da Fundação Leão XIII. *I Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder, Anais*. Curitiba: 2009.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro 1870-1920*. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1985.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, n. 14: 41-81, fev. 1997.

SANTOS, Leonardo Soares dos. Laços em movimento: as ligações dos posseiros do Sertão Carioca com outros movimentos sociais (1945-1964). *Achegas.net – Revista de Ciência Política*, 33, jan./fev.2007.

SANTOS, Eladir Fátima Nascimento dos. FAFERJ - organização, resistência e luta contra as remoções. *XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Diversidades e (Des)Igualdades*. Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011. UFBA.

SHARPE, Jim. *A história vista de baixo*. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas* (tradução de Magda Lopes). São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SILVA, Humberto Salustriano da. *Organização popular em torno das políticas públicas de remoção: a experiência da FAFEG (Federação de Favelas do Estado da Guanabara) – 1963-1975*. Monografia de Graduação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, Jailson de Sousa e. *Um espaço em busca de seu lugar: as favelas para além dos estereótipos*. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. [online]. s/d.

_____. “Memória e identidade: as comunidades populares em uma cidade plural”. *A memória das favelas*. Comunicações do ISER, 2004.

_____; BARBOSA, Jorge Luiz; BITETI, Mariane de Oliveira; FERNANDES, Fernando Lannes. *O que é a favela, afinal?* Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Maria Lais Pereira da. *Favelas cariocas, 1930-1964*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SILVA, Ronalda Barreto. Educação comunitária: além do Estado e do mercado? *Cadernos de Pesquisa*, (112): pp. 85-97, mar., 2001.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos* (Antonio Luigi Negro e Sergio Silva (org.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

VALLA, Victor Vincent (org.). *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro 1940-1985*. Petrópolis: Vozes/Abrasco, 1986.

_____. Educação, participação, urbanização: uma contribuição à análise histórica das propostas institucionais para as favelas do Rio de Janeiro, 1941-1980. *Cadernos de Saúde Pública*, RJ., 1 (3): 282-296, jul/set, 1985, p. 282- 296.

VALLADARES, Licia. *Passa-se uma casa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____. *A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 2000, vol.15, n.44, pp. 05-34.

_____. *A invenção da favela. Do mito de origem à favela.com.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____; MEDEIROS, Lídia (org.). *Pensando as Favelas do Rio de Janeiro, 1906-2000: uma bibliografia analítica.* Rio de Janeiro: Relume Dumará: Faperj: Urbandata, 2003.

VAZ, Lilian Fessler; JACQUES, Paola Berestein. “Pequeno histórico das favelas no Rio de Janeiro”. Agência de Notícias das Favelas, 2002.

VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas – 1922-1974.* São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

WOLFE, Joel. “Pai dos Pobres” ou “Mãe dos Ricos”? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954. *Revista Brasileira de História – Brasil 1954-1964.* São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 14, nº 27, 1994.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza.* 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (org.) – 5ª edição - *Um século de favela.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Fontes

Documentos diversos produzidos por moradores

Abaixo-assinado de moradores do Morro de Santo Antônio, 07/08/1934. Arquivo Nacional. Fundo da Secretaria da Presidência da República. Caixa 33.

Abaixo-assinado dos moradores do Escondidinho/Prazeres a Dutra. Arquivo Nacional. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Serviço de Comunicações, 1946. Caixa 129.

CONGRESSO DOS TRABALHADORES FAVELADOS (DF). *Correspondência do Congresso dos Trabalhadores Favelados ao Ministro da Guerra Marechal Henrique Teixeira Lott, 21 de setembro de 1959.* Arquivo Nacional, Fundo Secom/MJNI, Código de referência: BR AN,RIO VV.0.JTA, CMJ.5442.

Telegrama dos moradores da Mangueira a Vargas, janeiro de 1936. Arquivo Nacional. Fundo Secretaria da Presidência da República/Ministério da Fazenda. Caixa 36.

Telegrama do Comitê Democrático Progressista da Saúde a Getúlio Vargas, 13-08-1945. Arquivo Nacional. Fundo da Secretaria da Presidência da República. Código de Referência: A.N., RIO 35.0.PRO.27544.

Telegrama do Comitê Democrático Progressista Sampaio Jacaré a José Linhares, 16-11-1945. Arquivo Nacional. Fundo da Secretaria da Presidência da República. Código de Referência: AN, RIO 35.0.PRO.33227.

UNIÃO DE DEFESA E MELHORAMENTOS DA BARREIRA DO VASCO. *Ofício da União de Defesa e Melhoramentos da Barreira do Vasco a Negrão de Lima*. AN/MJNI/ SECOM. Código de referência BR AN,RIO VV.0.ADF, DPS.4823.

UNIÃO DOS TRABALHADORES FAVELADOS. Estatutos. Registrado em 21 de janeiro de 1958.

UNIÃO DOS TRABALHADORES FAVELADOS. Ofício ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, 24/01/1955. AN/Fundo SECOM/ BR AN,RIO VV.0.SEG, OPS.1662.

Publicações sobre memórias de favelas e favelados

ARAÚJO, Maria Paula; SALLES, Ecio. *História e memória de Vigário Geral*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2008.

BARROS, Ruth. “Condutores de Memórias: retratar e reviver histórias de lutas e conquistas na Grande Tijuca”. *A memória das favelas*. ISER: Comunicações do ISER, nº 59, ano 23, 2004.

CONDUTORES DE MEMÓRIA/IBASE. *Informativos do Projeto Condutores de Memória da Agenda Social Rio: Morro do Andaraí* (outubro, 2002); *Morro da Formiga* (maio, 2004), *Morro do Borel* (junho, 2004), *Salgueiro* (julho, 2004).

DINIZ, Edson; BELFORT, Marcelo Castro; e RIBEIRO, Paula. *Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda*. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012.

GOMES, Manuel. *As lutas do povo do Borel*. Rio de Janeiro: Edições Muro, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). *Com a palavra, os moradores! Pesquisa qualitativa em comunidades e bairros da Grande Tijuca*. Rio de Janeiro: IBASE/Agenda Social, 2000.

_____. *Histórias de favelas da Grande Tijuca contadas por quem faz parte delas – Projeto Condutores(as) de Memória*. Rio de Janeiro: IBASE: Agenda Social Rio, 2006.

_____. *Quando memória e história se entrelaçam: a trama dos espaços na Grande Tijuca*. Rio de Janeiro: IBASE, 2003.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (ISER). *A memória das favelas*. Comunicações do ISER, n. 59, ano 23. Rio de Janeiro: ISER, 2004.

PANDOLFI, Dulce; GRZYNSZPAN, Mario. *A favela fala: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. Memórias de favelas, em favelas: favelas do Rio de Janeiro e direito à memória. In: GOMES, Angela de Castro (coord.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RAMALHO, Cristiane. *Notícias da favela*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007.

SEGALA, Lygia; SILVA, Tânia Regina (org.). *Varal de lembranças: histórias e causas da Rocinha*. Rio de Janeiro: União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha/Tempo e Presença, 1983.

SEGALA, Lygia. “Varal de Lembranças, histórias da Rocinha: recados para quem for reacender o balão japonês”. *A memória das favelas*. Comunicações do ISER, n. 59, ano 23. Rio de Janeiro: ISER, 2004, pp..

Documentos diversos sobre favelas e moradores

Boletim Informativo do Departamento Geral de Ordem Política e Social. APERJ/Fundo de Polícia Política/Setor Inquéritos, Notação 14, Dossiê 4.

Carta de José dos Santos, 1944. Arquivo Nacional. Fundo da Secretaria da Presidência da República. Código de Referência: BR AN,RIO 35.0.PRO.8406.

Comunicação, 27 de dezembro de 1956. Fundo Polícia Política, Setor Administração 1-Y-CONT, Caixa 975.

Comunicação, 22 de abril de 1963. Fundo Polícia Política, Setor Geral, Notação 89, Dossiê 2. (União dos Trabalhadores Favelados).

Dossier Delegacia de Segurança Social, de 08 de julho de 1958. Fundo Polícia Política, Setor Administração 1-Y-CONT, Caixa 975.

Dossiê Delegacia de Segurança Social, de 08-07-1958. Fundo Polícia Política, Setor Distritos, Notação 2, Dossiê 19. (União dos Trabalhadores Favelados).

Relatório do Inquérito nº 23/56. APERJ/Fundo de Polícia Política/Setor Inquéritos/Notação 14, Dossiê 4.

Estudos e pesquisas sobre favelas e moradores

BONILLA, Frank. “Rio's favelas: the rural slum within the city”. *American Universities Field Staff Reports Service*, Nova Iorque, (East Coast South America Series, vol. VIII, nº 3): 1-15, ago., 1961.

DIAS DA CRUZ, Henrique. *Os morros cariocas no novo regime – notas de reportagem*. Rio de Janeiro: DIP, 1941.

FIGUEIREDO, Jayme de. *Coisas que acontecem num Recenseamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959 (2ª edição).

FUNDAÇÃO LEÃO XIII *Morros e favelas – como trabalha a Fundação Leão XIII – Notas e relatório de 1947 a 1954*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1955.

_____. *Favelas: um compromisso que vamos resgatar*. Rio de Janeiro: Governo do Estado da Guanabara, 1962.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *As favelas do Distrito Federal e o censo demográfico de 1950*. - Documentos Censitários – Série C, nº9. Rio de Janeiro, IBGE, 1953.

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS DE MERCADO (IPEME). *A vida mental dos favelados do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: IPEME, 1958.

_____. *Favelas e favelados do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: IPEME, 1957.

LOPES, Valdecir. Duas favelas do Distrito Federal. *Revista Brasileira dos Municípios*, nº32, Ano VIII – outubro/dezembro, 1955.

MEDINA, Carlos Alberto de. *A favela e o demagogo*. Coleção Leituras do Povo nº 3. São Paulo: Livraria Martins, 1964, pp. 79 e 82.

MOURA, Vitor Tavares. *Esboço de um Plano para estudo e solução do problema das favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1940, mimeo.

PEARSE, Andrew. Notas sobre a organização social de uma favela do Rio de Janeiro. *Educação e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro (7): 9-32, abril, 1958.

_____. Some characteristics of urbanization in the city of Rio de Janeiro. In: HAUSER, Philip (org.). *Urbanization in Latin America*. New York: International Documents Service, 1961.

PERRUCCI, Gadiel. *Favelas do Rio e Mocambos do Recife – Um Relatório de Estágio*. Fundação da Promoção Social. Departamento Sócio Econômico. Divisão de Informação e Documentação: Recife, 1962.

PINHEIRO, Ybelmar Chouin. O que eu vi nas favelas. *Coleção Estudos da Cidade/Rio Estudos nº 140*, outubro 2004. [1940]

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo das Favelas, aspectos gerais*. Rio de Janeiro: 1949.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Portaria 2.181 de 09/07/1948.

SOCIEDADE DE ANÁLISES GRÁFICAS E MECANOGRÁFICAS APLICADAS AOS COMPLEXOS SOCIAIS (SAGMACS)/*O Estado de São Paulo. Aspectos humanos das favelas cariocas*, abril de 1960.

TEIXEIRA, Anísio. Por que especialistas de educação? *Educação e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro (7): 5-8, abril, 1958.

Legislação

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, promulgada em 18 de setembro de 1946.

BRASIL. Lei nº 2875, de 19 de setembro de 1956.

ESTADO DA GUANABARA. *Constituição: Estado da Guanabara*, promulgada em 27 de março de 1961.

Periódicos

Correio da Manhã (Edição de 1º/05/1958).

Diário de Notícias (Edições de 31/03/1931, 23/11/32, 22/01/1933, 23/07/1937, 13/11/1945, 21/05/1946, 27/10/1946, 18, 19 e 21/05/1949, 12/01/1955).

Imprensa Popular (Edições de 10/01/1951, 26/01/1951, 21/07/1951, 30/08/1951, 05/12/1952, 06/12/1953, 08/06/1954, 02/07/1954, 01/09/1954, 16/10/1954, 04/12/1954, 09/01/1955, 14/01/1955, 15/01/1955, 18/01/1955, 13/02/1955, 08/03/1955, 13/12/55, 10/01/1956, 22/01/56, 25/01/56, 10/01/58).

Tribuna Popular (24/05/1945, 02/06/1945, 11/08/1945, 28/11/1945, 27/12/1945).

Novos Rumos (1959-1962).

Entrevistas

FELIPE VIEIRA DOS SANTOS. Entrevista concedida à autora no Morro do Borel, Rio de Janeiro, em 04/08/2011.

HILTON FERREIRA. Entrevista concedida à autora na Barreira do Vasco, Rio de Janeiro, em 15/10/2011.

LUIZ BEZERRA. Entrevista concedida à autora no Morro do Cantagalo, Rio de Janeiro, em 02/07/2011.

Sites

Agência de Notícias das Favelas: <www.anf.org.br>

Armazém de Dados – Informações sobre a cidade do Rio:
<www.armazemdedados.rio.rj.gov.br>

Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM:
<<http://ceasm.tumblr.com/institucional>>

Favela Tem Memória: <www.favelatemmemoria.com.br>

Grupo Cultural AfroReggae: <www.afroreggae.org>

Museu da Maré: <www.museudamare.org.br>

Observatório de Favelas: <www.observatoriodefavelas.org.br>

Viva Rio: <<http://vivario.org.br/>>